



AGENDA JUVENTUDE BRASIL

**leituras sobre uma
década de mudanças**

**Regina Novaes, Gustavo Venturi,
Eliane Ribeiro e Diógenes Pinheiro (org.)**



AGENDA JUVENTUDE BRASIL

leituras sobre uma
década de mudanças



AGENDA JUVENTUDE BRASIL

leituras sobre uma
década de mudanças

ORGANIZADORES

diógenes pinheiro

eliane ribeiro

gustavo venturi

regina novaes



SUMÁRIO

5 Apresentação

diógenes pinheiro + eliane ribeiro

7 Introdução

regina novaes + gustavo venturi

parte I

SER JOVEM: IDENTIDADES, DESIGUALDADES E DIVERSIDADE

- 19 **Identities juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis**
helena abramo
- 61 **Fronteiras invisíveis: aproximações e distâncias entre ser jovem no campo e nas cidades no Brasil**
elisa guaraná de castro
- 103 **Juventude Negra: qual é mesmo a diferença?**
felipe da silva freitas

parte II

JUVENTUDE BRASILEIRA HOJE: DEMANDAS E AGENDAS

- 129 **Jovens e escola: aproximações e distanciamentos**
maria virginia de freitas
- 155 **Trabalho e condição juvenil: permanências, mudanças, desafios**
maria carla corrochano +
maria virginia de freitas
- 175 **Cultura de violência e drogas ilícitas no cotidiano juvenil**
gustavo venturi
- 191 **Agenda Juventude Brasil: uso do tempo livre e acesso à cultura**
anna luiza salles souto
- 215 **Saúde e Sexualidade entre jovens**
ana laura lobato

parte III

PERTENCIMENTO, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

- 233 **Juventude, religiosidade, territórios e redes: reflexões sobre resultados de pesquisas**
regina novaes
- 265 **Juventude e Participação**
anna luiza salles souto
- 287 **Políticas de Juventude no Brasil: conhecimento e percepção**
eliane ribeiro
- 289 **Agenda Juventude Brasil: notas metodológicas sobre a amostra e o tratamento dos resultados**
gustavo venturi +
josé reinaldo riscal

APRESENTAÇÃO

DIÓGENES PINHEIRO + ELIANE RIBEIRO (orgs.)

Professores dos cursos de Educação e de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Em um momento crucial de nossa história, quando cerca de $\frac{1}{4}$ da população do país é jovem, a existência de um conjunto de políticas públicas que buscam abarcar a diversidade das experiências e trajetórias da juventude é, sem dúvida, um dos maiores ganhos da também jovem democracia brasileira. Em 2015, o país completou uma década de um potente ciclo de políticas públicas de juventude, iniciado com a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e instituiu o “Programa Nacional de Inclusão de Jovens”, o Projovem, que seria o primeiro de um rol de programas e políticas públicas voltados diretamente para a inclusão, autonomia e emancipação da juventude brasileira. A culminância desse processo deu-se com a promulgação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852), em 05 de agosto de 2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens, sobre as diretrizes das políticas públicas de juventude e sobre o estabelecimento de um Sistema Nacional de Juventude para as pessoas entre 15 e 29 anos. Assim, podemos concluir que se vive, nos últimos dez anos, um período rico em políticas sociais (redistributivas e de reconhecimento), que vêm atingindo, direta ou indiretamente, a juventude brasileira.

A publicação que apresentamos, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, é resultado de um conjunto de intercâmbios e parcerias entre grupos de pesquisadores e instituições diretamente envolvidos na formulação, na implementação e na avaliação das políticas públicas de juventude, cuja marca é a afirmação da ideia de que os jovens brasileiros são sujeitos de direitos, ou seja, de que o jovem, coletiva e individualmente, precisa do amparo dos direitos do Estado para que possa seguir sua trajetória. Naturalmente, nada disso teria acontecido sem a mobilização da juventude em seus diferentes formatos, coletivos, redes e ruas, com o compromisso público da Secretaria Nacional de Juventude e o qualificado trabalho dos pesquisadores responsáveis pelo estudo, sobretudo os professores Gustavo Venturi, da Universidade de São Paulo – USP, e Regina Novaes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e pesquisadora visitante da UNIRIO. Agradecemos, em especial, aos autores, pela disponibilidade e pelo compromisso em se debruçar tão profundamente nas questões do campo das políticas de juventude, cujo resultado é um painel amplo, porém bastante detalhado, dos caminhos que nos trouxeram até aqui, mas com olhos nos desafios que se colocam, hoje, para continuarmos avançando.

Nessa perspectiva, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Grupo de Pesquisa *Juventude: processos sociais, políticas públicas e educação*, tem a honra de tornar público este trabalho e convida a todos e todas a participar do debate sobre as expressivas conquistas dos últimos dez anos e a complexidade de pensar o futuro quando abordamos as questões sobre juventude e políticas públicas.

INTRODUÇÃO

REGINA NOVAES + GUSTAVO VENTURI (orgs.)

Professora UFRJ e pesquisadora visitante do Programa de Pós-graduação em Educação da UNIRIO | Professor do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP

Um dos objetivos da Secretaria Nacional de Juventude é sistematizar informações e referências que subsidiem a proposição de medidas para a consolidação e a inovação de instrumentos de participação dos jovens nas políticas públicas.

Com este objetivo, entre outras atividades, o Participatório – Observatório Participativo da Juventude – desenvolveu em 2013 a pesquisa *Agenda Juventude Brasil*. Tratou-se de uma pesquisa atudinal e de opinião pública de caráter nacional, que buscou levantar as questões da juventude brasileira de forma ampla e abrangente, de modo a possibilitar a análise e a reflexão sobre seu perfil, suas demandas e formas de participação.

Por meio desta pesquisa, pretendeu-se subsidiar a elaboração de políticas públicas pensadas de forma integrada, a partir do universo juvenil. Neste cenário, o desenvolvimento do estudo teve não apenas o intuito de traçar o perfil da atual juventude brasileira, mas, principalmente, de acompanhar as tendências de comportamento e opinião dos jovens, identificar as demandas por políticas públicas e aferir a ressonância de algumas respostas em curso.

Para tanto, avaliou-se importante estabelecer comparações entre seus resultados e os resultados de outras pesquisas que tiveram o mesmo objetivo de apreender os interesses e preocupações dos jovens, tais como

Perfil da Juventude Brasileira (2003), desenvolvida pelo Instituto Cidadania; *Juventudes Brasileiras*, realizada em 2004 pela UNESCO; *Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, feita em 2008, pelo Ibase e pelo Instituto Pólis. Ao se utilizar da estrutura e de muitas questões dessas pesquisas, é possível – ao menos parcialmente, dadas as diferenças de faixa etária e de desenho de universos – desenvolver comparações e indicar tendências. Além disto, a pesquisa *Agenda Juventude Brasil* incorporou novas indagações, surgidas mais recentemente.

Organizada em blocos temáticos, referentes a condição juvenil, educação, trabalho, saúde (envolvendo os temas de drogas e de sexualidade), cultura e lazer, participação política e violência, a pesquisa de 2013 foi realizada em todo o território nacional, sendo representativa para o meio urbano e rural e com resultados comparáveis aos obtidos até uma década antes¹. O perfil da mostra (em termos de sexo, idade, cor, situação de domicílio, renda, nível de escolaridade, condição de trabalho) contém variáveis importantes para aprofundar o diagnóstico, relacionando a realidade dos jovens com suas questões, seus valores e suas opiniões.

Assim sendo, e não por acaso, os resultados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* suscitam novas e urgentes reflexões. Com este objetivo, após ampla divulgação dos seus resultados por meio impresso e digital, a Secretaria Nacional da Juventude também se propôs a organizar um livro em que especialistas de diferentes áreas pudessem explorar tais resultados à luz dos debates atuais.

A aposta inovadora do livro fica evidente quando se considera que as abordagens dos diferentes autores levaram em conta novas questões e desafios que interferem na validação e implantação de políticas públicas voltadas para diferentes segmentos da juventude brasileira, bem como sugestões para o desenvolvimento de canais de interlocução entre a SNJ/SGPr, o Conjuve e os grupos, coletivos, redes e movimentos juvenis.

Buscando atender a tais objetivos, este livro está organizado em três partes, a saber: **I – Ser jovem: identidades e diversidades; II – Juventude brasileira hoje: demandas e agendas** e **III – Pertencimento, Participação e Políticas Públicas de Juventude**.

Na primeira parte – **Ser Jovem: identidades e diversidade** – o/a leitor/a encontrará reunidos artigos que – retomando os resultados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* – analisam a atual condição juvenil em suas marcas geracionais comuns, desigualdades e diversidades.

O artigo de Helena Abramo abre este livro e oferece um instigante exame da categoria juventude, levando-nos a conhecer como os jovens entrevistados se percebem, se situam na vida familiar, na escola e no mundo do trabalho. Ao examinar também as questões que os preocupam e como enxergam o Brasil de hoje, a autora rediscute a noção de autonomia destacando aspectos geracionais e o peso das desigualdades econômicas e sociais presentes em suas “trajetórias reversíveis”.

Já Elisa Guaraná de Castro mostra como a juventude rural tem sido estudada, sempre com muita ênfase na questão sociológica do êxodo do campo para a cidade. Mesmo reconhecendo que a população rural continua a decrescer anualmente (ainda que em um ritmo menor que em períodos históricos anteriores) e que a população juvenil vem decrescendo em proporção bem maior que a população rural total, o artigo inova o debate quando – sempre retomando os resultados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* – coloca em discussão as fronteiras entre “rural” e “urbano” e as múltiplas razões que contribuem para essa circulação de jovens entre campo e cidade.

A pergunta *Juventude Negra: qual é mesmo a diferença?* motiva o texto de Felipe da Silva Freitas. Em sua análise sobre as articulações entre racismo e condição geracional, o autor retoma os dados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* sobre a condição de vida e as percepções dos jovens negros sobre si mesmos e acerca do conjunto da sociedade. Enfatizando a exposição dos jovens negros à violência e reconhecendo o racismo como uma questão urgente a ser enfrentada no país, Felipe Freitas oferece uma importante contribuição para o debate sobre continuidades e mudanças nas mentalidades e nas práticas nesta geração de jovens.

¹ Para mais detalhes, ver artigo/nota técnica de Gustavo Venturi e José Reinaldo Riscal, publicado neste livro.

A segunda parte do livro **Juventude brasileira hoje: demandas e agendas** traz artigos que tratam de algumas demandas centrais sempre presentes em diferentes espaços de participação juvenil. Ao tratar de Educação, Trabalho, Segurança, Cultura e Sexualidade os artigos fazem as conexões necessárias entre problemas, demandas e direitos que deveriam ser complementares para assegurar trajetórias de emancipação para jovens brasileiros.

Aproximações e distanciamentos entre os Jovens e a escola estão presentes no artigo de Maria Virginia de Freitas. Por um lado, a autora lembra que os dados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* evidenciam a velocidade da ampliação do acesso à escola e a maior possibilidade de estudar, apontada pela maioria dos jovens como o aspecto mais positivo do Brasil. Por outro, mostra que ainda persistem desafios quase sempre permeados por questões de desigualdade de renda, de território, de raça e de gênero. Por fim, ao aprofundar sua cuidadosa análise, Maria Virginia reflete sobre como a ampliação do acesso à formação escolar resulta, também, numa ampliação das próprias expectativas de escolaridade.

As relações entre a juventude brasileira e o mundo do trabalho motivaram o artigo de Maria Carla Corrochano e Maria Virginia Fontes. O tema do desemprego, tão presente na pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, realizada em 2003, não estava mais no centro da cena pública em 2013. A partir das respostas dos entrevistados, as autoras se dedicaram a analisar as condições/qualidade do trabalho. Buscando correlações entre salário, tempo de trabalho e adequação aos níveis de escolaridade e qualificação enriqueceram o debate. Assim sendo, mesmo que a questão do desemprego juvenil possa vir a ganhar mais peso nas pesquisas do ano de 2015, este artigo permanece atual pois oferece a possibilidade de reflexão sobre os significados do trabalho e seu lugar na realização de sonhos e projetos dos jovens.

Já o artigo de Gustavo Venturi, ao relacionar os dados da *Agenda Juventude Brasil* com os da pesquisa *Mapa da Violência 2014*, dialoga com o campo da segurança pública, destacando a presença de jovens, em especial de jovens negros, entre as vítimas de mortes por homicídio e na composição da população carcerária do país, pela alegação do envolvimento juvenil com

o “tráfico de drogas”. Após análise das respostas dos jovens entrevistados sobre sua proximidade com indicadores de violência e com o uso de drogas lícitas e ilícitas, o autor destaca a urgência de que a questão da dependência das drogas seja trazida para o campo da saúde pública e de *redução de danos*, descriminalizando, também, o uso recreativo das drogas hoje ilícitas.

Ana Laura Lobato, por sua vez, trata da questão da saúde juvenil. Este tema, nos últimos vinte anos, tem sido predominantemente analisado no âmbito da saúde sexual e reprodutiva e, mais recentemente, sob a ótica dos efeitos da chamada “violência urbana”. Contribuindo para qualificar a discussão, a autora busca correlacionar as respostas dos jovens entrevistados na pesquisa *Agenda Juventude Brasil* com sua escolaridade e com as características de suas famílias. As conclusões apontam para um maior acesso a serviços públicos, em especial de saúde, convivendo com a elevação dos casos de HIV e com as altas taxas de óbitos decorrentes da violência policial.

Ainda buscando explorar as principais demandas dos jovens, o artigo de Anna Luiza Salles Souto compara os dados da *Agenda Juventude Brasil* aos dados da pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, de 2003, e aponta para uma evolução positiva no acesso dos jovens a atividades culturais. No entanto, se considerarmos quantos jovens nunca foram a um concerto de música clássica, a uma exposição de fotografia, a um teatro, certamente, há muito a avançar. Neste cenário, a autora chama a atenção para a necessidade de debate público e, sobretudo, de ações voltadas a ampliar e a equalizar as oportunidades de acesso dos jovens à cultura.

Finalmente, na terceira parte – **Pertencimento, Participação e Políticas Públicas de Juventude** –, as respostas dos jovens entrevistados suscitam análises sobre crenças e pertencimento religioso; percepções e experiências de participação no espaço público e, finalmente, conhecimento e expectativas em relação aos espaços institucionais, programas e ações voltadas para a juventude brasileira.

Anna Luiza Salles Souto, em seu segundo artigo publicado nesta coletânea, aborda os resultados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* que expressam a percepção dos jovens sobre política e formas de participação. As

respostas sobre a importância atribuída à política, o grau de associativismo, as distintas formas de atuação política compõem o eixo central do artigo, que dialoga com questões correlatas e também considera variáveis socioeconômicas. As conclusões da autora destacam os desafios que se colocam para a democracia participativa no país, na ótica da efetivação do direito à cidade e para a construção de uma cultura política mais cidadã.

O objetivo do artigo de Regina Novaes é indagar sobre o lugar que a religião ocupa nas percepções e nos comportamentos de jovens entrevistados no âmbito da pesquisa *Agenda Juventude Brasil*. A diminuição da transferência intergeracional do catolicismo e o aumento do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) foram tomadas como dimensões da atual condição juvenil e como espaços reveladores de desigualdades e discriminações. Ao mesmo tempo, a partir das escolhas e dos pertencimentos religiosos declarados pelos entrevistados, a autora reflete sobre novas formas e vias de agregação e emancipação de jovens de hoje.

Eliane Ribeiro analisa as questões e as respostas dos jovens entrevistados na pesquisa *Agenda Juventude Brasil* sobre os atuais Programas e Ações governamentais voltados para os jovens. A autora indaga sobre quem são os jovens que conhecem e reconhecem as políticas públicas de juventude hoje no Brasil, quais as políticas conhecidas e reconhecidas e qual a opinião dos jovens sobre tais políticas. Em sua reflexão, a autora destaca certo descompasso entre a circulação de ideias e expressões que afirmam os “direitos da juventude” e o desconhecimento dos próprios jovens sobre ações e programas.

Por fim, o livro traz o artigo de José Reinaldo Riscal e Gustavo Venturi que, mais do que um formal “apêndice metodológico” relativo à realização da pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, foi escrito de forma a permitir que aos leitores melhor compreendam o conjunto de artigos e, ainda, possam imaginar outras possibilidades de conhecimento que estes resultados permitem explorar.

Temos plena consciência de que deixamos de aprofundar muitos aspectos e oportunidades de reflexão potencialmente oferecidas pela pesquisa *Agenda Juventude Brasil*. Mas seus dados estão disponíveis e constituem,

hoje, parte de um acervo público – podendo ser acessados tanto pelo portal da SNJ, que traz tabelas e gráficos já processados dos principais resultados, como por meio do *Consórcio de Informações Sociais* (www.cis.org.br) na sua forma ‘bruta’, de banco de dados.

Neste sentido, este livro é antes uma provocação para que se façam outras (re)apropriações dos resultados desta pesquisa. Outras leituras, convergentes ou discordantes dos textos ora publicados, serão bem-vindas. Em 2013, ao colaborar com o Observatório Participativo da Juventude/Secretaria Nacional de Juventude, em sua importante iniciativa de realizar uma ampla pesquisa de âmbito nacional, apostamos também no papel da universidade de contribuir para ampliar o conhecimento sobre a juventude brasileira e incentivar o debate público sobre questões tão importantes para nossa vida democrática.



1 **SER JOVEM:
IDENTIDADES,
DESIGUALDADES
E DIVERSIDADE**



Identities juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis

helen a abramo

A singularidade da condição juvenil é dada pelo que se vive nesse momento da vida, numa dada conjuntura histórica. No período histórico atual, trata-se de uma longa transição da infância para a idade adulta, caracterizada por um intenso processo de definições, escolhas e arranjos para a construção de uma trajetória de inserção e autonomia. Cada vez mais, os elementos necessários para realizar esse processo de transição se multiplicam e se diversificam, fazendo com que os jovens tenham de compor uma equação com inúmeros elementos para viver a vida presente e preparar a vida futura: escola, trabalho, vida familiar e sociabilidade, sexualidade, namoro, lazer, vida cultural. É, assim, um momento crucial de formulação de projetos de vida, de escolhas e construção de caminhos. Ademais, é preciso ressaltar que, hoje, mais que em períodos passados, tais percursos não são necessariamente lineares nem compostos por etapas sucessivas e ordenadas, mas muitas vezes concomitantes e reversíveis.

Convencionou-se, no Brasil, que os processos que constituem a juventude ocorrem, na maior parte das vezes, entre 15 e 29 anos de idade. Este arco de idade está em todos os marcos legais que acompanharam a instituição da política nacional de juventude, reafirmada agora pelo Estatuto da

Juventude, que define os direitos relativos a este segmento e que foi aprovado e sancionado em 2013. Contudo, para compreender os significados das situações e das questões vividas pelos jovens, é fundamental olhar para a especificidade dos diferentes momentos dessa trajetória, diferenciando, por um lado, a situação dos adolescentes (15 a 17 anos) da dos jovens de 18 a 24 anos, e por outro, daqueles que têm entre 25 e 29 anos.

Uma das ideias mais clássicas em sociologia sobre juventude é a de que a condição juvenil se caracteriza pela passagem da situação de criança para a de adulto, de filho para pai, de membro dependente da família de origem para a de responsável por si e pela própria família. Isso implica o desenvolvimento de uma trajetória de uma posição a outra na família e na sociedade, com percursos que dizem respeito, entre outras coisas, à situação social de atividade (como estudar e trabalhar), à autonomia e independência financeiras (situação de moradia, papel na organização familiar, de provedor ou de dependente), a possibilidades de participação social, como a circulação pelo território, a relação com as redes sociais, a participação política.

Dizemos que há, desse modo, “fases” no processo que leva da infância à idade adulta. Nos dados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil*¹ podemos ver como esses percursos se desenrolam com elementos que assumem pesos diferentes, à medida que se avança na idade. Assim, podemos traçar certas características que predominam em tais segmentos etários. Mas, como os próprios jovens percebem, hoje, a existência dessas fases da vida? Em que medida se identificam com elas? Que relação esta identificação tem com a situação e as experiências vividas por eles?

Este artigo também procura explorar as respostas dadas nesta pesquisa sobre os significados da noção de juventude, relacionando as percepções com as situações vividas pelos entrevistados. O quanto se pode investigar tais questões, a partir de respostas dadas em um *survey*, que caberiam melhor

1 A pesquisa *Agenda Juventude Brasil – Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013* ocorreu entre os dias 13 de abril e 19 de maio de 2013, em 187 municípios brasileiros, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e por municípios (pequenos, médios e grandes), contemplando as 27 Unidades da Federação. Foram entrevistados 3.300 jovens de 15 a 29 anos.

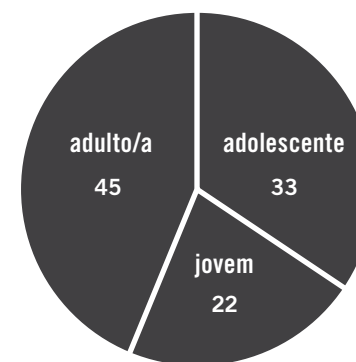
numa pesquisa de caráter qualitativo, guiada por um olhar antropológico? Certamente, nada de muito aprofundado. Podemos, contudo, verificar grandes tendências e identificar balizas das diferenças, para levantar hipóteses que precisarão ser melhor investigadas, mas que já podem sinalizar alguns desvelamentos de situações pouco visibilizadas sobre a condição juvenil em nosso país, levantando questões para serem respondidas por quem está preocupado com o desenvolvimento de políticas públicas para este segmento.

IDENTIDADE JUVENIL E FAIXAS ETÁRIAS

Temos dito sempre que é importante lembrar que a noção de juventude é socialmente construída, está em constante disputa e é passível de variações e ressignificações dentro de uma mesma sociedade.

Na pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, fizemos uma pergunta buscando observar de que modo os que estão entre 15 e 29 anos – portanto, classificados como jovens, pelo critério etário –, se identificam ou não com as noções de *adolescente*, *jovem* ou *adulto*.

ADOLESCENTE, JOVEM OU ADULTO?



Pergunta: Vamos falar um pouco sobre as fases da vida. Você se considera: adolescente, jovem ou adulto? Como você se sente na maior parte do tempo?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

De modo geral, podemos perceber que existe uma congruência entre as designações atribuídas à idade e a autopercepção nessas classificações de fase da vida, mas ela ainda é fluida: pouco mais de metade das pessoas entre 15 e 29 anos de idade se considera *adolescente* ou *jovem* (55% deles) e uma parcela significativa (45%) não se identifica com essa designação, considerando-se já *adulto*. Essa identificação varia, contudo, conforme as faixas etárias que subdividem esse grande conjunto de 15 a 29 anos, como seria de se esperar.

Tabela 1 . Autopercepção das fases da vida

	TOTAL	IDADE		
		15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
<i>Peso</i>	100%	20%	47%	33%
Adolescente	23	72	14	3
Jovem	32	24	43	24
Adulto/a	45	4	43	73

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Podemos observar que o termo *adolescente*, amplamente utilizado e com um marco legal em vigor já há quase 30 anos (o Estatuto da Criança e do Adolescente), tem uma ressonância forte justamente entre os que estão na faixa etária englobada por essa categoria no ECA (que considera *criança* até 11 anos e *adolescente* de 12 a 17 anos e 11 meses): 72% dos entrevistados que tinham entre 15 e 17 anos no momento da entrevista se consideraram *adolescentes*. Nessa faixa etária, há também uma parcela significativa (cerca de 1/4, ou 24%) que se considera *jovem*, mas é residual quem já se considera *adulto* (4%). No entanto, a maioria dos entrevistados com mais de 25 anos (73%) já se considera *adulto*; apenas um quarto (24%) se considera *jovem*.

É preciso lembrar que o estabelecimento dos 29 anos como marco para a juventude é recente no país (os marcos mais importantes, nesse sentido, foram a criação da Secretaria Nacional de Juventude, em 2005, e a sanção do Estatuto da Juventude, em 2013) e que boa parte dos organismos de

pesquisa e cooperação (inclusive o sistema ONU) usa como referência etária para a definição de *juventude* o arco entre 15 e 24 anos.

Na faixa de 18 a 24 anos, como seria de se esperar, há muito mais “divisão”: parcelas iguais se consideram *jovens* (43%) e *adultos* (43%). Cerca de um sétimo (14%) ainda se considera *adolescente*. De todo o modo, é nessa faixa etária que se encontra a maior parcela dos que se consideram *jovens*.

Entretanto, se há uma consonância entre a faixa etária e as fases da juventude, o sentido de tais noções, como veremos a seguir, é dado menos pela idade do que pela situação vivida, principalmente em relação à situação familiar e às cargas de responsabilidade e margens de liberdade que elas implicam (estar ainda na situação de dependência da família de origem ou já ser o principal responsável pela própria vida e ou sua família, ter saído ou não da casa dos pais, ter ou não filhos etc.). O período correspondente à *juventude* é, para a maioria, o trecho da vida onde essas inflexões se processam e estar de um lado ou outro desse terreno também define o ser *adolescente* e o ser *adulto*.

Quais são as noções que os jovens associam a essas fases da vida? Há na pesquisa uma sequencia de perguntas cujas respostas nos permitem explorar um pouco esses sentidos. A primeira delas interroga sobre o limite dessa fase da vida, numa pergunta aberta, formulada da seguinte forma: *quando uma pessoa deixa de ser jovem?*

Gráfico 2 . Quando uma pessoa deixa de ser jovem?



Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Ao serem questionados sobre **quando uma pessoa deixa de ser jovem**, a maioria (63%) dos entrevistados afirmou que esse marco referencial está especificamente ligado à **maturidade** e ao momento em que se assume mais **responsabilidades** na vida, com relação à família e/ou com a sociedade. Outros 36% mencionaram uma **idade** específica como marco do término da juventude, sendo o momento de passagem à maioridade legal (18 anos) o mais citado (por um em cada dez entrevistados) em todos os grupos etários. Cerca de 1/3 dos entrevistados (34%) também relaciona o fim da juventude com a **constituição de uma família** (casamento e filhos), além da inserção no mundo do **trabalho** (32%) e da conquista da **independência** (32%), sobretudo financeira.

A identificação de maior **maturidade/responsabilidade** como a principal característica a definir o fim da juventude parece ser uma noção amplamente partilhada, citada com proporções semelhantes em todos os segmentos etários e sem diferenças significativas entre aqueles que se consideram *adolescentes*, *jovens* ou *adultos*. Também não há variações significativas segundo nenhuma das diferenças sociodemográficas investigadas (renda familiar *per capita*, condição do domicílio rural ou urbano, raça ou sexo). Associada a essa assunção de maiores responsabilidades, estão a constituição de família, o peso do trabalho e os encargos financeiros, que nem sempre aparecem como elementos negativos, porque também significam independência, liberdade e autonomia, cuja falta é percebida como o lado negativo de ser adolescente. Entre a adolescência e a idade adulta, a juventude aparece justamente como o período no qual esses conteúdos assumem pesos relativos.

Os entrevistados também foram perguntados sobre se consideravam haver **mais coisas boas ou ruins** em pertencer à categoria etária com a qual eles mesmos se identificaram, e o que torna boa (ou ruim) essa fase da vida. De modo geral, os jovens valoram positivamente a fase da vida que vivem, mas a adolescência e a juventude são valorizadas por parcelas ainda maiores de entrevistados, cerca de 3 em cada 4.

A maior parte dos que se consideram *adolescentes* (71%) acha que **há mais coisas boas que ruins** nessa fase da vida que estão vivendo. Poucos

(9%) acham que, ao contrário, há mais coisas ruins que boas; e 19% acham que há tanto coisas boas como coisas ruins.

O **melhor de ser adolescente**, na opinião de quem assim se identifica, é não ter grandes responsabilidades/preocupações/compromissos: 56% dos que se identificam como adolescentes deram respostas nessa direção, quando perguntados sobre “o que é melhor em ser adolescente”. Outras respostas no sentido de “aproveitar a vida” e “ter amigos/sair com amigos” foram dadas por cerca de um quarto dos que se identificam como adolescentes (26% e 23% respectivamente). “Poder estudar” (principalmente no sentido de “se preocupar só com os estudos”), por 23%. Poder “contar com o apoio da família”, por 13%. Ter “liberdade” e “fazer atividades de lazer”, juntaram respostas de 14% dos entrevistados cada uma. Já o **pioir de ser adolescente** é o “controle e a cobrança por parte dos pais” (respostas dadas por 40%), ou, de modo mais genérico, “não ter liberdade” (respostas dadas por 27%).

A satisfação dos que se consideram **jovens** com a fase da vida que estão vivendo é um pouco menor: 65%, ou seja, cerca de dois em cada três entrevistados que se identificam como jovens, acham que **há mais coisas boas que ruins na juventude**. Para 13% há mais coisas ruins e 21% ponderam entre as coisas boas e ruins.

Mas a visão **do que é mais positivo na juventude** é mais matizada; ao contrário das duas outras fases da vida, nesta não há nenhum item que seja citado por mais de metade dos respondentes. A menor carga de responsabilidade está, como no caso da adolescência, entre os aspectos mais valorizados, mas por uma parcela menor (são 27% os que dão respostas nessa direção), no mesmo patamar de “ter liberdade para se fazer o que quiser” (28%). Num patamar abaixo, estão “poder curtir a vida” (14%) e “poder estudar” (13%), agora junto de “poder trabalhar/ter mais oportunidades de trabalho” (15%) e “ter independência financeira” (14%).

A identificação sobre **o que há de ruim em ser jovem** está muito fragmentada: ainda há parcelas significativas que reclamam do controle dos pais (14%) e da “falta de liberdade” (não poder fazer o que quer, 10%), mas o principal já começam a ser a soma de responsabilidades e compromissos

(30%), a exigência financeira (23%) e a necessidade de trabalhar (16%). Mas, se o trabalho também é citado como elemento negativo, o sentido pelo qual ele é interpretado dessa forma envolve dimensões opostas: para 9% dos jovens, o pior de ser jovem é “ter de trabalhar”, mas para uma parcela equivalente o fato de “não conseguir trabalhar” é o mais negativo da condição juvenil, seja pela “falta de experiência/de qualificação” (4%), seja pelo enfrentamento do desemprego (4%).

A apreciação da própria idade, para quem se considera **adulto**, é ainda majoritariamente positiva, mas numa proporção um pouco menor que a dos que se consideram *jovens*: 61% acham que há mais coisas positivas que negativas em ser adulto; 15% acham que há mais coisas ruins, e 23% meio a meio.

O que parece principalmente positivo em ser adulto é a liberdade de fazer tudo o que quiser, sem ter de dar satisfação a ninguém, escolher o próprio caminho: 48% dos que se consideram adultos deram respostas nesse sentido. Em segundo lugar, vem a independência financeira, poder morar sozinho e se sustentar, comprar o que quiser, expresso por cerca de um quinto dos entrevistados que se consideram adultos (19%). Interessante reparar que, se para os adolescentes e jovens, o melhor de sua fase da vida é não ter tantas responsabilidades, este pode ser um dos aspectos positivos de ser adulto: 19% dos que assim se consideram dizem que o **melhor de ser adulto é ter mais responsabilidades, assumir seus próprios atos. No mesmo sentido, há uma parcela** aproximada (15%) que diz que é poder constituir família, casar e ter filhos.

Mas, ainda assim, a maior parte daqueles que se consideram adultos corrobora a percepção geral de que a carga de responsabilidades da vida adulta é **o que há de mais negativo** nessa fase: 43% dizem que o pior de ser adulto é “ter responsabilidades” (onde se destacam a responsabilidade com os filhos e ter de arcar com a consequência dos próprios atos); encargos financeiros (32%), entre eles, o ter de se sustentar a si mesmos (11%) ou a sua família (10%) ou, mais especificamente, pagando as contas como as de água e luz (12%); e o peso do trabalho (23%), principalmente “ter de trabalhar”, que reúne 16% de respostas dos que se consideram adultos.

A desigualdade de gênero, neste tema, aparece através da percepção de que há **desvantagens em ser mulher** em todas estas três fases da vida, embora isso seja mais forte ainda entre os adolescentes e jovens que entre os adultos. Assim, se cerca de quatro em cada cinco dos entrevistados do sexo masculino (82%) dizem que há mais vantagens em ser homem e apenas 4% avaliam que é mais vantajoso ser mulher (para outros 13% “tanto faz”), entre as mulheres, mais de 1/5 diz que é melhor ser *homem* que *mulher*, caindo para três em cada cinco as entrevistadas que acham que ser mulher não é desvantajoso (62%). É interessante notar que a valorização de ser homem é puxada pelos mais jovens, seja do sexo masculino (87% acham que ser homem é mais vantajoso), seja do sexo feminino (26%).

Tabela 2 . Ser homem, ser mulher

	TOTAL	HOMENS	MULHERES	ADOL.	JOVENS	ADULTOS
É melhor ser homem	52	82	22	61	51	49
É melhor ser mulher	33	4	62	27	33	36
Tanto faz/ ambos/ depende	14	13	15	10	16	14
Não sabe	1	1	1	2	0,4	1
		1	1			

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Quando examinamos as justificativas da valoração positiva ao gênero, vemos que a maior parcela dos que afirmaram que **ser homem é melhor** aponta justamente como motivo a “maior liberdade que o homem tem” (27%), mais valorizada ainda pelos que têm entre 15 e 17 anos (34%) e os que se consideram *adolescentes* (36%); isso pode tanto significar que os adolescentes, em geral, desejam uma liberdade que ainda não têm e, por isso, valorizam quem tem esse atributo acentuado, como o fato de que, como adolescentes, os homens têm mais liberdade que as mulheres, muito mais submetidas ao controle paterno, na sua dupla condição de menores de 18 anos e mulheres. Também aparece o elemento de “ter mais oportunidade de trabalho” (14%),

e nesse caso, a valorização é maior quanto maior a idade e a identificação com as fases *jovem* e *adulto*; além das diferenças biológicas, consideradas vantajosas para os homens por 12% dos entrevistados (nesse caso, sem diferenças significativas entre as idades).

Já entre os que consideram que é melhor ser mulher, o motivo mais citado (por 14% dos entrevistados) tem a ver com o que remeteria a características de comportamento ou à “personalidade feminina”, como ser mais decidida, persistente, amadurecer mais cedo, ser mais delicada e uma miríade de outras características; e surpreendentemente, em segundo lugar (9% de citações), tal como acontece no caso da identificação do que é melhor em ser homem, também vêm elementos relacionados ao trabalho, principalmente “ter mais facilidade em encontrar trabalho”, ou ter “os mesmos direitos no trabalho”. Cabe reparar, contudo, que a melhor oportunidade no trabalho como motivo de valorização de ser homem é maior entre os entrevistados de renda familiar mais alta; já o trabalho como ponto positivo de ser mulher é maior entre as entrevistadas pertencentes a famílias de renda mais baixa.

Podemos perceber, então, que o elemento que sinaliza tanto os limites entre as fases da vida, no percurso que leva da adolescência à idade adulta, como o que há de mais característico em cada fase, a partir do qual se valora ou não tal fase, é a **dimensão de encargos e responsabilidades** (pequenos na adolescência, com bastante peso na idade adulta e relativos na juventude), quase sempre relacionada à posição na família (ainda ser o filho, sob proteção e dependência da família de origem, ou já ser pai/mãe, responsável pelo sustento de si e dos seus). Na contraposição, a **independência e liberdade** que se adquirem com a maturidade, valorizada tanto por quem a tem como por quem não a tem e a almeja. O **trabalho** ganha pesos e sentidos distintos ao longo dessa trajetória: necessidade inelutável quando se tem responsabilidade de sustentar a si e a família, quando sua valoração incide sobre a qualidade desse trabalho, ou elemento para construção de um percurso de inclusão (e aquisição de independência) quando ainda se está em processo de construção da autonomia (com uma valoração ambígua). Estudar é, claramente, atividade que, como tal, pode caracterizar apenas

as duas primeiras fases. E a possibilidade de curtir a vida, se divertir, sair com os amigos, é a contraface do peso desses encargos, mas também da tutela parental, maior quando se tem mais tempo livre, mas também alguma liberdade e independência para vivê-la.

SITUAÇÃO FAMILIAR

A percepção de que há uma escala de maiores comprometimentos com as responsabilidades relativas à família e aos encargos para cuidar e sustentar a si e aos seus traduz a situação vivida pelos jovens na sociedade brasileira. De fato, é nesse período da vida que o tipo e o peso dessas responsabilidades vão se modificando, e isso acaba por dar grande parte do sentido do que está sendo vivido como fase do ciclo de vida. Nos estudos demográficos modernos, a transição para a vida adulta é vista como um fenômeno complexo, que envolve a formação escolar, a inserção profissional e a constituição de um novo núcleo familiar, que pode ocorrer via casamento, nascimento do primeiro filho e/ou saída da casa dos pais; e a ocorrência desses eventos vão sinalizando as passagens desses estados. Através dos dados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, podemos verificar a consonância entre a situação vivida, nesses termos, e a noção sobre as fases de vida correspondentes.

A maioria dos entrevistados ainda não realizou o processo de saída da casa da família de origem para a constituição do próprio domicílio e formação de nova família. A ocorrência desses acontecimentos vai se intensificando conforme avança a idade, como seria de se esperar. Dois em cada três entrevistados ainda moram com pelo menos um dos pais, são solteiros e não têm filhos. Esses eventos tendem a acontecer a partir dos 25 anos. No conjunto dos jovens entrevistados, são solteiros 66% e casados 32%. Dos 15 aos 17 anos, é bem pequena a parcela dos que são casados (3%). Na faixa dos 25 aos 29 anos, a maioria (56%) já está casada.

Esse é o padrão de ocorrência desses eventos na sociedade brasileira. Conforme aponta o estudo de Camarano et al. (2006), segundo os dados do Censo de 2000, 76,6% das moças e 69,2% dos rapazes haviam

constituído domicílio próprio aos 29 anos; 83,2% das moças e 76,7% dos rapazes haviam casado com essa idade e 79,9% das moças haviam tido, pelo menos, um filho.

Entretanto, essa situação muda bastante segundo o sexo e outras características dos jovens, evidenciando que as trajetórias de passagem para a vida adulta são bastante diferenciadas, segundo homens e mulheres, segundo a renda familiar e outras condições. Sabemos que as mulheres tendem a casar e ter filhos mais cedo que os homens; de fato, observando os resultados dessa pesquisa, podemos perceber que esses dois eventos (o casamento e a maternidade) ocorrem antes dos 25 anos para um número bem maior de moças que de rapazes.

Tabela 3 . “Estados civis”

	TOTAL	T H	H 15-17	H 18-24	H 25-29	T M	M 15-17	M 18-24	M 25-29
Solteiro/a	66	72	98	78	45	59	95	61	35
Casado	32	27	2	21	53	38	5	37	59
Casado/a no civil (papel assinado)	12	10	0,2	6	22	15	1	12	27
Mora com parceiro/a	20	17	2	15	31	23	4	25	31
Separado/a (desquitada ou divorciada)	2	1		1	2	2		2	5
Viúvo/a	0,3	0,1			0,2	1		0,2	1

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Entre os rapazes, até os 24 anos, a maioria ainda mora com os pais ou responsáveis; são solteiros e sem filhos. Somente na última faixa de idade, dos 25 aos 29 anos, é que cerca de metade (53%) dos entrevistados homens é casada, além de também cerca de metade (48%) tem filhos. Entre as moças, contudo, essa mudança acontece, para a maioria, mais cedo. Já na faixa dos 18 aos 24 anos, mais de 1/3 (37%) está casada, e quase metade (47%) já tem filhos. No último grupo, dos 25 aos 29 anos, 59% são casadas e 69% têm filhos.

A condição socioeconômica e a situação do domicílio, de modo geral, produzem inflexões, no sentido de que uma parcela maior de entrevistados dos estratos mais baixos de renda, assim como dos residentes no meio rural, já viveu esses eventos de passagem para a vida adulta, como o casamento, a chegada de filhos e a saída da casa dos pais. Assim, vemos que há uma porcentagem de casados maior no meio rural em relação ao urbano (38% dos jovens vivendo no campo são casados, ao passo que na cidade esta porcentagem é de 31%). E há mais jovens casados quanto menor é a renda familiar: cai de 38% nos estratos mais baixos para 28% nos estratos mais altos.

Onde a diferença entre os sexos mais se pronuncia é na presença de filhos: enquanto apenas 28% do conjunto dos jovens do sexo masculino entrevistados têm filhos, entre as mulheres constituem maioria (54%) aquelas que são mães. A maternidade já é condição para cerca de metade das jovens entre 18 e 24 anos (47%), enquanto apenas 1/5 dos rapazes já é pai nessa faixa etária (19%). A paternidade antes dos 17 anos é residual para os homens (1% dos nossos entrevistados entre 15 e 17 anos), mas a maternidade é vivida por 17% das moças dessa mesma idade.

Tabela 4 . Filhos

	TOTAL	SEXO e IDADE							
		HOMENS				MULHERES			
		total	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	total	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
<i>Peso</i>	100%	53%	6%	27%	20%	47%	4%	24%	20%
TEM FILHOS	40	28	1	19	48	54	17	47	69
1	24	19	1	15	30	31	14	31	33
2	11	6		3	11	16	2	14	22
3	3	3	1	1	6	5	1	1	9
4 ou mais	2	1		0	2	2		1	5
NÃO TEM FILHOS(AS) / NUNCA TEVE	60	72	99	81	52	46	83	53	31

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

A presença de filhos também está diretamente relacionada à renda das famílias: quanto menor a renda, maior a porcentagem de jovens com filhos. Entre os jovens que pertencem a famílias com renda até 2 SM (dois salários mínimos) de RFPC (renda familiar *per capita*), a maioria já tem filhos (52%); entre os que pertencem a famílias com mais de 5 SM (cinco salários mínimos) de RFPC (renda familiar *per capita*), pouco mais de 1/5 (22%) são pais/mães. Aqui, no entanto, podemos pensar em dois tipos de explicação. A primeira é da vigência de condições materiais e sociais pelas quais os jovens de estratos mais baixos de renda tendem a ter filhos mais cedo, com uma menor proporção de indivíduos adiando a maternidade em função de uma extensão do período de formação ou de uma inserção profissional mais qualificada e melhor remunerada. A outra é a de que a presença de filhos pequenos leva os jovens a terem uma renda familiar mais baixa, não só porque o dividendo da renda aumenta, mas porque, muitas vezes, o nascimento dos filhos leva à saída da jovem mulher do mercado de trabalho, ou à imposição de um trabalho mais precário, diminuindo a composição da renda familiar. Provavelmente, o que se verifica é uma combinação dos dois fatores.

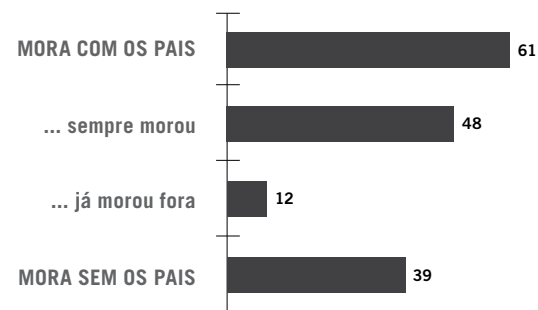
É bom lembrar que nem sempre as duas condições (casamento e filhos) coincidem. No conjunto dos entrevistados, 18% dos solteiros têm filhos e 28% dos casados não os têm. Também é importante verificar que o casamento nem sempre significa a constituição de novo domicílio, e este evento, assim como o nascimento dos filhos, nem sempre ocorre numa situação de independência em relação à família de origem.

Esse é um bom elemento para exemplificar o que os sociólogos têm afirmado a respeito da transição para a vida adulta, quando apontam que as trajetórias não obedecem a um padrão único e, muitas vezes, não são constituídas por etapas lineares e sucessivas. Os resultados dessa pesquisa nos mostram que os eventos que marcam as passagens à condição de adulto não são necessariamente sucessivos e irreversíveis. Sair da casa dos pais, casar, ter filhos são eventos que podem acontecer em sequências variadas e com arranjos múltiplos.

TRAJETÓRIAS PREGRESSAS E FUTURAS DE VIDA FAMILIAR

Vivem com a mãe (58%) e/ou com o pai (38%) três em cada cinco (61%) jovens entrevistados. A grande maioria dos que têm entre 15 e 17 anos (88%) e dois terços dos que têm entre 18 e 24 anos (65%) vivem com suas famílias de origem. Já na faixa dos 25 aos 29 anos, a maioria (63%) vive independentemente de seus pais. De novo, aqui, percebemos que há uma parcela de mulheres que faz essa transição mais cedo: na faixa dos 18 aos 24 anos, enquanto 3 entre 4 jovens (74%) ainda vivem com os pais, quase metade das moças (44%) já não vive na família de origem.

Gráfico 3. Com quem moram?



Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

No conjunto total dos entrevistados, podemos ver que a maioria (61%) vive hoje com os pais; mas alguns desses haviam saído da casa paterna e a ela regressaram: 13% dos entrevistados já moraram fora (por mais de 6 meses) e voltaram a morar com os pais, ou seja, 51% dos entrevistados já viveram ou vivem a experiência de morar sem os pais ou responsáveis. Isso significa que 23% dos jovens entrevistados que moram com os pais já haviam saído e morado fora, e voltaram.

A maioria dos que saíram da casa dos pais (e, a partir daqui, os dados se referem a todos aqueles que saíram, mesmo que tenham voltado depois) o fez depois dos 18 anos, sendo que pouco mais de um terço saiu entre 18 e 21 anos de idade (36%).

O principal motivo que leva os jovens a sair da casa dos pais é o casamento, citado por metade dos que já fizeram esse movimento. Dar seguimento a uma trajetória de estudos ou trabalho impulsiona cerca de um quarto dos jovens: saíram em função do trabalho 16% e para estudar 7%. Mas, dificuldades na família de origem também podem ser um motivo de saída: 8% dizem que saíram por conflitos com os pais e/ou responsáveis e 3% por dificuldades financeiras da família. Poucos saem para morar sozinho ou com amigos: 7% dos que saíram da casa dos pais.

O fato de ser uma pequena parcela que sai para estudar pode estar indicando uma maior distribuição da rede de atendimento escolar; já o maior peso dos que saem para trabalhar pode refletir a situação mais concentrada dos polos dinâmicos da economia, mobilizando mais os jovens em busca de oportunidades de trabalho.

Os motivos diferem conforme o sexo: enquanto o casamento é motivo de saída da casa dos pais de quase dois terços das moças (62%), entre os rapazes é o de pouco mais de um terço (36%), sendo que sair para trabalhar motiva quase um quarto deles (23%), bem mais que as mulheres (apenas 9% das moças que saíram da casa dos pais o fez para trabalhar).

Entre os entrevistados que já saíram da casa dos pais, 27% saíram ainda antes dos 18 anos (lembrar que são 27% dos que saíram da casa dos pais; portanto, cerca de 14% de todos os entrevistados). A saída precoce é ainda maior entre as moças: 49% das que saíram, o fizeram ainda antes de fazer 18 anos de idade; para os rapazes, essa porcentagem é de 32%.

Aqui, as diferenças de renda são significativas: entre os jovens pertencentes a famílias de baixa renda, mais de metade dos que saíram da casa dos pais o fez antes dos 18 anos de idade (55%), sendo que 19% saíram ainda antes dos 15 anos de idade; nos estratos mais altos, a proporção dos que saíram de casa antes dos 18 anos cai para 22% e para 5% a daqueles que saíram ainda antes dos 15 anos de idade.

O exame dos motivos da saída da casa dos pais na adolescência revela pesos distintos dos observados para o conjunto. Dos entrevistados com menos de 18 anos que já saíram da casa dos pais, apenas 23% o fizeram para

casar, e mais 10% para morar sozinho ou com amigos; os outros saíram por motivos diversos, ganhando relevância, em relação a outras faixas etárias, motivos relacionados a problemas na família, principalmente os conflitos com pais ou outros responsáveis (19%). Há, aqui, uma diferença grande de gênero: 31% das meninas com menos de 18 anos que saíram, saíram para casar, enquanto isso aconteceu com apenas 9% dos meninos que saíram da casa dos pais; entre os garotos que saíram da casa dos pais, uma parcela tão ou mais significativa saiu para trabalhar (20%) ou para estudar (10%). Para as moças, o *casamento* é o principal motivo de saída a partir dos 18 anos de idade; para os moços, apenas depois dos 25. Nessa faixa etária, dos 25 aos 29 anos, esse é o motivo da saída de $\frac{3}{4}$ das moças. O casamento é o principal motivo em todas as faixas de renda; para as duas primeiras faixas, representa o motivo de saída de mais da metade dos jovens (55% e 52%); na faixa de renda mais alta, essa parcela diminui um pouco, representando 43% (nessa faixa de renda, tem um pouco mais de peso que para as outras os motivos relacionados a desejos de autonomia: estudo, trabalho e preferência de morar sozinho).

Sair da casa dos pais para trabalhar é motivo mais presente para os rapazes que para as moças (23% do conjunto dos rapazes que já saíram da casa dos pais, contra 9% das moças). Entre as moças, esse motivo só é mais significativo para as bem jovens (21% das moças entre 15 e 17 anos que já saíram da casa dos pais o fizeram para trabalhar), caindo conforme a idade, até representar apenas 5% das que têm entre 25 e 29 anos de idade. Entre os rapazes, a porcentagem se mantém semelhante entre as faixas etárias, em torno dos 20%.

Sair para estudar é um motivo que não diferencia muito segundo sexo e idade, apenas para os mais velhos (25 a 29 anos), quando cai do patamar de 10% das duas faixas anteriores para 4% no conjunto, chegando a apenas 1% no caso das moças.

Em relação aos motivos do retorno à casa dos pais – situação de 12% da amostra, que os sociólogos apontam como “trajetórias reversíveis” –, está em primeiro lugar, para o conjunto dos jovens que fez esse tipo de

movimento, a *separação do cônjuge/companheiro* (e esse motivo, evidentemente, aumenta com a idade do jovem, sendo responsável pelo retorno de 39% daqueles com idade entre 25 e 29 anos, contra 7% dos que têm entre 15 e 17 anos). Esse é um motivo que afeta mais as mulheres também: 32% delas, contra 18% dos rapazes.

Porque não conseguiu se sustentar sozinho é o segundo motivo mais presente no retorno à casa dos pais: um quinto (21%) daqueles que voltaram o fizeram por essa dificuldade. Esse é o motivo que mais afetou os homens, 27% deles, principalmente os mais jovens. Se a renda familiar não parece interferir na porcentagem de jovens que voltam a viver com os pais após terem saído de casa, afeta quem assinala, como motivo para o retorno, a dificuldade de se sustentar sozinho: curiosamente, no entanto, este fator pesa mais para os jovens dos estratos médios (26%) que os dos estratos baixos (13%) e altos (6%), o que leva a pensar sobre o quanto o padrão de conforto tem interferência nos planos de independência dos jovens de classe média.

Interessante reparar que, num segundo patamar, estão motivos vinculados ao retorno após uma saída temporária, por motivo de *trabalho* ou *estudo* (“saiu para trabalhar longe e voltou” ou “para estudar longe e voltou”, 7% cada). Este tipo de movimento é mais frequente entre os rapazes (11%) que entre as mulheres (2%). Com relação à renda, é curioso reparar que apenas entre os jovens pertencentes a famílias dos estratos altos é significativa a porcentagem dos que voltam depois de uma temporada fora em função dos *estudos* (22%); o retorno depois de uma temporada fora em função do *trabalho* é citado por jovens dos estratos baixos (14%) e dos estratos altos (17%), mas não por jovens pertencentes aos estratos médios.

Outro motivo que merece atenção é relacionado aos laços afetivos: 7% dos jovens que saíram e voltaram da casa dos pais, disseram que voltaram *por sentir saudades*. Este é o segundo motivo mais citado pelos mais jovens (13% dos adolescentes, principalmente as meninas, 31% delas).

O nascimento do primeiro filho pode mudar muito a vida dos jovens, mas, sem dúvida, afeta mais amplamente a vida das mulheres. Para um

terço dos entrevistados que já têm filhos, o nascimento do primeiro filho é que fez com que saíssem da casa dos pais, para morar com seus parceiros (19%), ou com a família deles (16%).

SITUAÇÃO DE ATIVIDADE

Vimos como pode variar a opinião dos entrevistados sobre o conteúdo e o contorno das fases da vida, conforme sua idade e sua própria situação de atividade, posição na família e situação socioeconômica. Com relação à situação de atividade, ou seja, estudo e trabalho, há uma mudança significativa, conforme as faixas etárias. Podemos ver que, para os adolescentes, a maioria está na escola e apenas uma pequena parcela apenas trabalhando. Já depois dos 18 anos, fica evidente que o trabalho constitui atividade muito mais presente que a escola, relação que se acentua na terceira faixa etária. Como tem sido dito, não é possível compreender a juventude brasileira ignorando o peso que tem o trabalho para esse segmento.

O mais importante, para o assunto que estamos tratando é verificar que educação e trabalho constituem dois percursos que se entrecruzam, com movimentos contrários, exatamente neste período da vida. O percurso da educação vai sendo concluído (ou abandonado), ou assumindo o significado de especialização; o trabalho vai sendo mais intensamente buscado, ganhando importância e se transformando na atividade principal. E há, para uma parcela nada desprezível de jovens, um trecho da vida onde estudo e trabalho são atividades concomitantes; porém, há aqueles que não estão envolvidos nem em uma nem em outra dessas atividades, compondo o que se costumou chamar de “nem nem”, nem estudam nem trabalham, situação que precisa ser examinada com mais cuidado para ser melhor compreendida em extensão e significado.

Boa parte das preocupações atuais com os jovens no Brasil focam justamente nesse processo, que se convencionou chamar de “transição escola trabalho”.

“O período entre os 15 e os 29 anos compreende movimentos de transição especialmente relevantes para a determinação da estrutura de oportunidades que se apresentará aos jovens em termos de alcance educacional, ocupacional e de chances de mobilidade social. É neste período que se localizam certos marcos do ciclo de vida, chaves no rumo à autonomização de *status*. O acúmulo de escolarização formal através das transições localizadas no sistema educacional; a entrada e a circulação no mundo do trabalho, e a transição entre situações ocupacionais; a mudança na condição domiciliar, com a saída do domicílio de origem, associada, ou não, com as experiências da nupcialidade e da parentalidade, são alguns dos exemplos de fenômenos típicos desta fase do ciclo de vida. Tais eventos, entretanto, não acontecem em uma sequência específica, ao contrário, as trajetórias são heterogêneas e se caracterizam pela riqueza das experiências dos jovens”. (Guimarães, 2014)

Não se fará, neste artigo, a análise da relação dos jovens com a escola e com trabalho, assunto de outros capítulos deste livro. Apenas serão levantados os pontos que permitem visualizar os diferentes percursos através dos quais a transição de uma faixa a outra vai se realizando.

Podemos observar que, entre os adolescentes, a maioria está na escola (85%, somando os que só estudam e os que estudam e trabalham) e cerca de um quarto no mundo do trabalho (25%, somando os que só trabalham com os que estudam e trabalham); é bem menor que todas as outras a proporção dos que só trabalham (6%); estão fora da escola, portanto, cerca de 15% (soma de “só trabalha” com “desempregados que não estudam” e “nem estuda e nem trabalha”).

Já depois dos 18 anos, fica evidente que o trabalho constituiu atividade exclusiva muito mais que a escola, relação que se acentua na terceira faixa etária. Estão fora da escola, portanto, 67% dos que têm entre 18 e 24 anos, e 85% dos que têm entre 25 e 29 anos. Aqui é preciso lembrar que, depois dos 18 anos, parte dos que não frequentam a escola já terminou os estudos, pelo

menos a educação básica (cerca de metade dos que não frequentam a escola, ou cerca de 1/3 do conjunto dos jovens) e parte abandonou antes de terminar (outra metade dos que não frequentam a escola, cerca de 1/3 do conjunto dos jovens). Desse modo, a conta dos que “abandonaram” a escola é diferente da dos que “não frequentam”: dos 18 a 24 anos, 32% estão fora da escola sem ter terminado a educação básica; na faixa dos 25 a 29 anos, são 37%.

É por isso que o dado simples da frequência à escola pelo conjunto dos jovens pode levar a interpretações equivocadas sobre a situação da garantia do direito à educação no Brasil, se não atentarmos para o fato de que a formação escolar contém um percurso que se desenrola e finaliza, na maior parte das vezes, ao longo do período juvenil. Isso implica ver o dado da frequência à escola a partir de duas observações essenciais: a primeira é a da faixa etária, obviamente, pelas razões já apontadas acima; e a segunda é a da discriminação entre os que não frequentam por que concluíram sua formação escolar, e aqueles que abandonaram os estudos antes da conclusão. Desse modo, vemos que, no conjunto dos entrevistados, 37% atualmente estudam; 29% já terminaram seus estudos; e 33% pararam antes de concluir. De todo o modo, é ainda bastante alta a porcentagem de jovens que abandonaram os estudos antes de concluir e esse tem sido um dos principais desafios das políticas públicas para a população juvenil.

Como se pode ver, a grande maioria dos jovens está no mundo do trabalho, trabalhando ou procurando emprego - 73% entre os entrevistados, 70% pelos dados da PNAD 2013, segundo o IBGE SIS 2014 (BRASIL, 2014). Por isso, costumamos dizer que a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora, ou que, no Brasil, o trabalho também constitui a juventude. Apenas um quarto (26%) dos jovens de 15 a 29 anos não faz parte da força de trabalho (PEA - população economicamente ativa): 15% deles porque ainda não se puseram no mundo do trabalho e 11% porque estão inativos, depois de já ter trabalhado algum período.

Vemos, nesse quadro, que o período da juventude é justamente aquele em que se processa a inserção no mundo do trabalho. A inserção antes dos 16 anos é proibida no país, salvo na condição de aprendiz, após os 14 anos.

Mas ainda há, nessa geração, jovens que começaram a trabalhar na infância, apesar da diminuição importante do trabalho infantil verificada nos últimos anos. Entre os entrevistados, 24% dizem que começaram a trabalhar antes dos 15 anos (37% dos que trabalham ou já trabalharam).

A situação muda profundamente, segundo a condição socioeconômica da família de origem desses jovens. Assim, é entre os entrevistados das faixas mais baixas de renda que o trabalho precoce se faz mais presente, assim como entre aqueles que vivem no campo. Mas é também nesse tema que as diferenças de gênero são pronunciadas. Os jovens do sexo masculino estão em muito maior proporção no mundo do trabalho (86%) que as jovens mulheres (66%).

A idade é a principal variável: justamente por que se trata de um percurso de inclusão no mundo do trabalho, ou seja, de um processo através do qual se desloca da dedicação exclusiva aos estudos para um período de conciliação entre estudo e trabalho para, por fim, uma dedicação exclusiva ao trabalho. É claro que os momentos de conclusão ou abandono dos estudos, de entrada no trabalho, assim como as condições de conciliação entre os dois termos variam profundamente, segundo as características e a situação socioeconômica dos jovens, como veremos mais adiante.

O quadro da situação de atividade evidencia também o fenômeno dos “nem nem” (jovens que não estudam nem trabalham), que tem sido um dos temas que mais tem chamado a atenção da mídia, que, com tom bastante sensacionalista, fala em parcelas crescentes, girando em torno dos 20%. É preciso, contudo, considerar que o modo como os dados têm sido colhidos e classificados até agora, na maior parte dos diagnósticos, misturam distintos tipos de situação de “inatividade”: os que não estão estudando no ensino regular, os que estão desempregados, os que estão no desalento, os que se retiraram da PEA ou que nela nem entraram, os que estão ocupados com “afazeres domésticos”. Nas informações da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* também não há todas essas distinções - mas podemos, por exemplo, discriminar os que estão desempregados (e os que, nessa condição, estão estudando) -, assim como o conceito de “estudando” foi mais largo do que

o costumeiro. Essas diferenciações já produzem outro diagnóstico, pelos dados da PNAD 2013, segundo o IBGE SIS 2014 (BRASIL, 2014): baixa de 20% para 11% a parcela de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham (porque aqui agregamos o “nem procura emprego”).

Também se pode observar a existência de um esforço por conciliar trabalho e estudo para uma parcela significativa de jovens, sobretudo entre os de 15 a 17 anos (21,48%) e os de 18 a 24 anos (17,6%). E mais 9% que estudam e procuram emprego, situação muito significativa entre os adolescentes (20%), o que pode indicar uma “disponibilidade” para começar a trabalhar, desde que não implique em interrupção dos estudos. Nesse sentido, vale a pena reparar que a parcela de jovens que desenvolvem dupla atividade (estudam e trabalham, procuram emprego e estudam) é bem maior que a dupla inatividade, o que pode nos ajudar a recompor um certa “imagem social” da juventude brasileira como excluída e desfilada das instituições de formação e produção, ou uma juventude “nem nem” e “nem aí”, como veiculado por certos meios de comunicação.

O peso de cada uma dessas atividades, as combinações e os momentos de inflexão variam, evidentemente, além da idade, conforme a situação socioeconômica dos jovens; mas nem sempre no sentido do que poderia parecer óbvio. Por exemplo, os jovens dos estratos de renda familiar mais altos podem estudar mais que os dos estratos mais baixos, confirmando que a diferença de renda ainda produz muita desigualdade no direito à educação, apesar de todos os avanços observados na redução das disparidades: enquanto quase metade (44%) dos jovens da terceira faixa de renda está estudando, apenas um terço (34%) dos da primeira faixa faz o mesmo. A situação dos que não estão mais estudando mostra com ainda mais eloquência essa desigualdade: entre os jovens de famílias de renda mais alta, são 1/3 os que já terminaram os estudos e 1/5 os que saíram sem concluir; entre os jovens de famílias de renda mais baixa, a relação se inverte: metade saiu da escola sem concluir, enquanto apenas 1/6 (16%) já terminou os estudos.

Além disso, o trabalho, que frequentemente é tomado como indicador de pobreza quando se faz presente na vida dos jovens, aparece, nessa pesquisa,

de modo inverso: a parcela de jovens que só trabalham sobe de 27% nas faixas de renda mais baixa para 50% nas de renda mais alta; a porcentagem de jovens que conciliam estudo e trabalho segue o mesmo caminho: sobe de 7% entre os mais pobres para 27% entre os de maior renda. É a inatividade que aparece como correlacionada à pobreza: a parcela de desempregados, assim como a condição de “nem nem”, são muito maiores entre os jovens de baixa renda (20% na primeira faixa, contra 2% na terceira). Isso, por um lado, se explica pelo fato de a maioria da amostra desta pesquisa ser composta por quem já tem mais de 18 anos, como na população juvenil brasileira (apenas 21% dos jovens brasileiros têm entre 15 e 17 anos); por outro lado, pode ser decorrência do que já apontamos antes, o fato de que a existência de jovens trabalhando eleva a renda da família. Mas também pode indicar que a própria possibilidade de compor um percurso de inclusão, através da combinação entre trabalho e estudo, depende de recursos materiais e simbólicos.

RESPONSABILIDADES E ESTRATÉGIAS FAMILIARES

Vimos que os jovens podem estar envolvidos em várias situações de atividade, parcelas deles em mais de uma ao mesmo tempo. E como se dá sua participação na dinâmica da vida familiar? As respostas a algumas das questões que compõem essa pesquisa nos permitem visualizar um pouco o papel que os jovens têm desempenhado em suas famílias.

A maioria participa ativamente das responsabilidades familiares, na obtenção de renda, nos afazeres domésticos, no cuidado com as crianças ou outros parentes, embora, se eles ainda vivem com a família de origem, essa contribuição seja, na maioria dos casos, de caráter auxiliar. É claro que, aqui também, isso varia muito com a idade, com a condição de solteiro ou casado, com o sexo e, principalmente, com a situação socioeconômica da família.

Quase um quinto dos jovens (18%) são, eles mesmos, os principais responsáveis pelo sustento da família, o que ocorre, principalmente, para os homens (28% dos rapazes têm esse papel de provedor, enquanto entre as moças entrevistadas essa proporção cai para 8%, ou seja, a razão entre

homens e mulheres nesse quesito é de 3 para 1); e mesmo não sendo os principais provedores, **metade dos jovens entrevistados contribui com a renda familiar**: ainda, de novo, os homens com maior protagonismo. Aqui também é muito evidente que a responsabilidade cresce com a idade: se entre os adolescentes a porcentagem dos que assumem o papel de ajudante é de 15%, entre os que têm entre 25 e 29 anos esse montante chega a 70%.

A posição na família, nesse quesito, é o principal determinante; ou seja, para quem já saiu da casa dos pais, o próprio sustento e de sua família passa a ser de sua responsabilidade e de seu cônjuge. A divisão de gênero persiste: os homens são, em sua maioria, os provedores e as mulheres as principais responsáveis pela esfera da reprodução.

Entre os rapazes casados, mais de $\frac{3}{4}$ são, eles mesmos, os principais responsáveis pelo sustento da família e, no caso das moças casadas, seus cônjuges. Gira em torno de 10% a porcentagem de jovens casados que vivem em famílias onde o principal responsável é o pai, a mãe ou os sogros. Já entre os solteiros, a relação se inverte: não chega a 10% a porcentagem de jovens solteiros que são os principais responsáveis pelo sustento da família (7%). Nesses casos, são os pais - majoritariamente o pai (46%), seguido da mãe (26%) - e ainda mais 13% de outros adultos. Ou seja, para a grande maioria, o casamento significa tornar-se o principal responsável (sozinho ou com seu cônjuge) pelo sustento de si e de sua família.

A situação socioeconômica da família não parece ter relação com a parcela de entrevistados que afirmam ser os principais provedores, mas sim com a contribuição dos jovens como auxiliares: a porcentagem de jovens que afirma que **ajuda** nas despesas da família sobe conforme a renda familiar (de 21% na primeira faixa de renda para 46% na terceira). Apesar de parecer contraditório, isso reforça a hipótese de que a contribuição dos filhos jovens eleva a renda familiar *per capita*. Para entender melhor esta questão, podemos verificar as respostas dadas às perguntas sobre o que os jovens fazem com sua própria renda.

Mais de dois terços (68%) dos jovens entrevistados **têm renda própria**, na maior parte das vezes oriunda de seu trabalho. É claro que aumenta conforme aumenta a idade: são apenas 36% os entrevistados de 15 a 17 anos que

têm renda própria, ao passo que são 86% dos que têm entre 25 e 29. Entre os da faixa intermediária, são 70%. Mais homens (76% deles) que mulheres (60%), mas, entre essas, também são a maioria as que têm renda própria.

Um dado que mostra como o nível da renda familiar também está relacionado à quantidade de pessoas trabalhando, entre elas os jovens, é o que mostra que são 89% os jovens das famílias mais ricas que têm renda própria, contra 54% dos jovens das famílias mais pobres e 74% das médias.

Quase um terço dos jovens entrevistados (30%) recebe (ele mesmo ou alguém de sua família) algum tipo de bolsa, na grande maioria dos casos alguma das modalidades do Bolsa Família (28%). Um terço desses (10% dos entrevistados) são, eles mesmos, os beneficiários.

Para mais de metade (55%) dos jovens entrevistados que têm renda própria, o valor desta não ultrapassava, em 2013, o correspondente a dois salários mínimos. Aqui também fica claro que a renda própria se eleva conforme aumenta a idade, principalmente depois da adolescência, mas não para todos. Cerca de 30% do conjunto dos jovens entrevistados recebia até um salário mínimo em 2013, e essa parcela é igual para todas as idades. Dos adolescentes com renda própria, uma parcela muito pequena (8%) recebia mais do que o valor de um salário mínimo; já entre os com mais de 18 anos, parcela de 30% recebia valores entre um e dois salários mínimos; e apenas entre os com mais de 25 anos há uma parcela significativa, cerca de um quinto (22%), que recebia mais de dois salários mínimos.

A distribuição de rendimento muda conforme o gênero (porcentagens maiores de jovens do sexo masculino que do sexo feminino ganham mais de um salário mínimo; conforme a cor (brancos ganham mais), situação de domicílio (no meio rural, 43% dos jovens com renda própria ganhavam até um salário mínimo). Mas, evidentemente, a maior diferença está na renda familiar *per capita*: quase metade (45%) dos jovens com renda própria nas famílias de baixa renda ganhavam até um salário mínimo, proporção que cai para 10% nas famílias mais ricas.

O que os jovens fazem com o dinheiro que recebem, seja oriundo de bolsa, seja de rendimento de seu trabalho? O item no qual a maior parcela de jovens gasta a maior parte de sua renda pessoal é **alimentação** (cerca de

30% dos entrevistados, ou seja, quase metade dos que têm alguma renda própria). O segundo item no qual mais jovens gastam a maior parte de sua renda é **vestuário**. Entre os adolescentes, essa ordem se inverte: uma parcela maior deles gasta o principal de sua renda com vestuário, mais do que com alimentação. Gastos fixos, como **aluguel e conta de água e luz**, consomem a maior parte da renda pessoal de cerca de 8% dos entrevistados. As diferenças de renda se manifestam no fato de que uma parcela maior de jovens que pertencem a famílias mais ricas gasta o principal de sua renda com estudos e com prestação para pagar casa ou carro.

Os rapazes têm mais autonomia de seus gastos: são 59% deles que têm renda e decidem sozinhos o que fazer com o dinheiro que recebem, ao passo que, entre as moças, essa proporção cai para 46%. Na maior parte das vezes, aqueles que partilham suas decisões o fazem principalmente com o cônjuge/parceiro (13% no caso dos homens, 10% no caso das mulheres); mais de cerca de 5% decidem com a mãe. As maiores diferenças, de novo, dizem respeito à idade: são 36% dos adolescentes os que têm renda própria; desses, 26% decidem sozinhos o que fazem com o dinheiro, enquanto 10% decidem com a mãe; já entre os de 25 a 29, dos 86% que têm renda própria, 64% decidem sozinhos, 22% com o parceiro/cônjuge e apenas 2% com a mãe. A renda familiar é outro fator preponderante na decisão sobre como gastar o dinheiro: quanto mais alta a renda, maior a autonomia do jovem: enquanto apenas 37% dos jovens dos estratos mais baixos de renda decidem sozinhos o que fazer com o dinheiro que ganham, essa porcentagem sobe para 59% nos estratos médios e para 72% nos altos. Ou seja, o uso do rendimento dos jovens, nas famílias mais pobres, passa por decisões de estratégias familiares em maior proporção do que o dos jovens de famílias mais ricas.

Esses últimos dados nos permitem agregar uma hipótese à anunciada anteriormente: a diferença de situação socioeconômica não interfere tanto no quanto os jovens (para além da adolescência) buscam ter renda própria, principalmente participando do mercado de trabalho, nem no fato de que seus rendimentos contem significativamente para o montante geral de renda da família, que as classifica segundo faixas de renda familiar *per capita*;

as diferenças socioeconômicas vão incidir muito mais nas possibilidades de encontrar ou se manter no trabalho, na qualidade do trabalho que encontram, no valor do rendimento que percebem e no modo pelo qual esse rendimento participa do rendimento geral da família.

Além da participação contribuindo para a renda da família, os jovens também contribuem muito para os afazeres domésticos, dimensão fundamental na estruturação da vida das famílias. A divisão sexual do trabalho está bastante presente na vida das jovens gerações; se os homens continuam sendo os principais provedores (sejam os próprios entrevistados, seus pais ou maridos), as mulheres são, em esmagadora maioria, as responsáveis pela esfera da reprodução: 90% dos entrevistados nos dizem que é uma mulher da família a principal responsável pelos cuidados com a casa e a família; para quase metade, a mãe (44%). Boa parte das entrevistadas, sobretudo as mais velhas (72% das que têm entre 25 e 29 anos), assume essa tarefa e 20% dos rapazes dizem que tal papel cabe, principalmente, à sua esposa ou companheira. Vimos que, entre as entrevistadas com mais de 25 anos, esse papel já é predominantemente delas; mesmo entre as moças de 18 a 24 anos, quase metade (46%) já é a principal responsável pelas tarefas da casa. Esta proporção é maior ainda nas famílias de renda mais baixa.

A participação dos jovens nessa dimensão revela-se maior ainda quando vemos que, para além daquela que é a principal responsável, mais 45% são as que mais ajudam nas tarefas; e, aí, não há variação por idade, ou seja, as adolescentes já assumem o papel de principais auxiliares nos cuidados com suas famílias. E se, entre os rapazes, apenas uma pequena parcela se declarou o principal responsável por esse encargo, na condição de ajudante principal há uma parcela bem maior, de 20% dos entrevistados, que cresce com a idade, chegando a 43% entre os rapazes de 25 a 29 anos. Cabe reparar que, aqui, ao contrário do que ocorre com as mulheres, quanto mais alta a renda, maior a participação dos homens na condição de principal ajudante com as tarefas domésticas.

Os encargos dos jovens - de novo, principalmente, das mulheres -, também incluem os cuidados os filhos.

Tabela 5 . Os encargos dos jovens

Quem cuida do(s) filho(s)	TOTAL	SEXO e IDADE							
		HOMENS				MULHERES			
		total	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	total	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
<i>Peso</i>	100%	40%	1%	15%	25%	60%	2%	24%	33%
O/a próprio/a entrevistado	50	15	49	19	11	74	89	73	73
A mãe da(s) criança(s)	32	79	100	83	76				
A mãe do/a entrevistado/a	13	12		13	11	14	11	10	18
A sogra do/a entrevistado/a	8	12	51	10	12	6		7	5
O pai da(s) criança(s)	7					11	22	11	10
Creche	5	3			4	6		9	4
Babá / cuidadora	2	1			2	3		2	3
Avó	2	1			1	3		3	3
Escola	2	1		2	1	2			3
Cunhada	1	2		2	2	1		2	
Irmã	1					1			3
Tia	1	1			1	1		1	1
Bisacó	1	1			2				
Avô	1					1		1	1
Outras	1	1			1	1	11		2
Não sabe / não respondeu	0					0			1

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Se já vimos que a chegada do primeiro filho pode implicar em acelerar ou rearranjar a estratégia de moradia e saída ou retorno da casa dos pais, também podemos verificar o impacto que tem na vida dos jovens, em termos de estudo e trabalho.

Mais de metade dos jovens que tiveram filhos já não estava estudando quando seu primeiro filho nasceu (56%). Menos de um quinto (18%) estudava e continuou estudando e cerca de um quarto (26%) parou de estudar, por um período (11%) ou definitivamente (15%). A interrupção dos estudos por causa do nascimento do filho afeta mais as mulheres (32% delas) que os homens (16%); mas também é entre elas que uma parcela maior volta a estudar, depois de um período de interrupção (14%). As desigualdades de recursos das famílias também determinam, em grande medida, o que ocorre nesses casos: enquanto nas famílias das faixas de renda mais baixa são 34% os/as jovens que param definitivamente de estudar quando têm o primeiro filho, essa situação atingiu apenas 6% dos jovens das famílias de renda alta quando tiveram seu primeiro filho. Nessa faixa de renda, 41% dos que tiveram filhos continuaram a estudar, o que só aconteceu para 11% dos jovens das famílias de baixa renda que tiveram filhos.

Vale a pena lembrar, aqui, que o envolvimento dos jovens (e principalmente das jovens) no cuidado com os membros da família não se reduz aos filhos. Quando examinamos os motivos de abandono dos estudos, verificamos que o cuidado com os filhos é citado como motivo para ter parado de estudar por 7% dos jovens entrevistados que já pararam de estudar, sem diferenciação por sexo. Mas o cuidado com irmãos e outros parentes incide mais sobre a vida escolar das meninas: são 16% das entrevistadas que pararam de estudar que dizem que o fizeram por ter de cuidar de alguém da família, enquanto apenas 1% dos rapazes indicou este motivo.

A situação com relação ao trabalho também muda de forma desigual entre homens e mulheres. Enquanto 18% das mulheres pararam de trabalhar e mais 64% já não estavam trabalhando e assim continuaram, entre os homens, 3 em cada 4 trabalhavam e continuaram a trabalhar, e apenas 6% pararam de trabalhar. A situação de trabalho já era diametralmente oposta: entre as mulheres, apenas 30% trabalhavam quando tiveram o primeiro filho e mais da metade destas (ou 18% das entrevistadas que tiveram filhos) parou de trabalhar quando o filho nasceu; apenas 12% continuaram a trabalhar. Entre os homens, 78% estavam trabalhando e a grande maioria destes (73% dos homens entrevistados que tiveram filhos) continuou a trabalhar; apenas

5% pararam por um período. Uma pequena parcela dos homens começou a trabalhar depois que o primeiro filho nasceu; mais 15% continuaram sem trabalhar, mas, aqui, a diferença de renda é ainda mais significativa.

AUTONOMIA

Vimos que a questão da autonomia em relação à família de origem (aos pais ou responsáveis) é um dos componentes dos significados das fases da vida e um dos balizadores para a percepção de onde cada qual se encontra na trajetória do ciclo da vida: poder ou não decidir o que fazer aparece como uma das coisas que faltam à adolescência e compõem seu lado negativo; ter liberdade para fazer o que quiser aparece como um dos pontos positivos de ser jovem ou adulto para outros.

Vimos também que a saída da casa dos pais e a assunção das responsabilidades de manutenção da família, assim como da troca do estudo pelo trabalho, é sempre maior entre os que já são mais velhos e que a idade dessas inflexões varia muito conforme a situação socioeconômica e outras variáveis que compõem diferenças e desigualdades de realização dos percursos envolvidos na transição para a idade adulta. Mas, igualmente, podemos perceber que as situações de dependência e que o nível de contribuição e reponsabilidades com a família guardam sempre graus relativos, ou seja, que também há percursos que levam da dependência à independência, da tutela à autonomia, nessa transição.

Para acrescentar informações a esse tópico, analisamos as repostas à questão que visa investigar o grau de autonomia nas decisões envolvidas em atividades cotidianas e naquelas que interferem nos percursos educacionais e laborais dos jovens e de percurso de vida, e constatamos que o grau de dependência dos jovens é quase sempre relativo e varia bastante, segundo as idades, gênero e posição na família.

A visão de conjunto mostra que a maioria dos jovens tem um grau relativamente alto de autonomia na decisão das questões que dizem respeito à vida cotidiana. Os únicos dois itens em relação aos quais a parcela que diz decidir sozinho é menor que 75% são “sair sozinho à noite” e “viajar para

outra cidade”, questões bastante relacionadas à segurança. Na maior parte dos casos, quando não é o próprio jovem que decide, a decisão é compartilhada com outro membro da família; na grande maioria das vezes, para os e as jovens solteiros, essa figura é a mãe. As situações em que há uma heteronomia absoluta, ou seja, em que é “uma outra pessoa” que decide, ocorrem para pequena porcentagem do conjunto dos entrevistados, em montantes não superiores a 10%, com a exceção de “viajar para outra cidade”, item em relação ao qual 12% dos entrevistados diz que quem decide é outra pessoa.

As respostas, evidentemente, variam muito segundo a idade, o gênero e a condição na família, os mais jovens sempre com menor autonomia. Em alguns temas, a parcela dos que decidem sozinhos cresce paulatinamente com a idade, mas, na grande maioria, o que se observa é uma divisão clara entre os adolescentes (os que têm entre 15 e 17 anos) e os demais (18 a 24 e 25 a 29): parece que a idade dos 18 anos guarda um sentido de “maioridade” significativo também dentro das famílias. Por exemplo, no caso das saídas noturnas, apenas 20% dos menores de 18 anos decidem sozinhos, ao passo que, após os 18 anos, mais de 60% o fazem; nesse item, a maioria (51%) dos adolescentes decide com mais alguém (normalmente com a mãe, 71%, ou com o pai, 25%), mas é também alta a parcela que depende totalmente da decisão dos familiares ou responsáveis (28%). Entre os mais velhos, isso é residual: apenas 6% dos que têm entre 18 e 24 anos e 1% dos que têm mais de 25 anos dependem da decisão de outra pessoa para sair sozinhos à noite.

Diferenças de gênero podem ser bastante significativas, dependendo do tema: por exemplo, no caso de sair sozinho à noite e viajar para outra cidade, entre as moças, uma parcela menor em 15% que a dos rapazes decide sozinho. As decisões relativas ao trabalho, assim como ao modo de se vestir, tem variação de cerca de 8% nas parcelas do que decidem sozinhos, sempre maiores entre os homens. As decisões relativas ao estudo já não encontram variação significativa.

As diferenças se manifestam ainda mais agudas se cruzamos idade e sexo. Cabe observar que, no caso das jovens mulheres, as decisões

heterônomas ou partilhadas contam com a participação significativa dos cônjuges ou namorados, em proporção próxima à das mães (no caso das entrevistadas com mais de 25 anos, a participação do cônjuge nas decisões suplanta a da mãe).

O tempo na internet ou em jogos eletrônicos é outro tema no qual alguns dos mais jovens ainda dependem da autoridade paterna: um quarto dos que têm entre 15 e 17 anos simplesmente não decide (10%) ou decide com mais alguém (15%) sobre o tempo que podem ficar nos eletrônicos. Nesse caso, não há tanta variação segundo o sexo.

Estudar ou não (e o que estudar) e trabalhar ou não (e no que trabalhar) também são decisões que a maior parte dos entrevistados toma sozinho, embora isso dependa muito da idade, da renda e da condição na família. Em relação aos estudos, metade dos que têm entre 15 e 17 anos não tem autonomia para decidir sozinho: um terço partilha a decisão (principalmente com a mãe, 40% dos entrevistados, e, em menor medida, com o pai, 20%) e 19% não têm voz ativa para decidir se estudam ou não. Já nas outras faixas etárias, mais de 85% decidem sozinhos se estudam ou não. O sexo, nesse caso, não produz diferenças significativas, mas a renda sim, uma vez que, nas famílias de renda mais baixa, a decisão é partilhada para uma parcela maior de jovens, enquanto nas famílias de renda mais alta há mais autonomia dos jovens nesse quesito.

O que estudar reserva um grau maior de autonomia para os jovens; apenas entre os adolescentes de 15 a 17 anos há uma pequena parcela (7%) para quem sua escolha não conta, ou seja, tem a decisão do que estudar sendo tomada por outra pessoa; também nessa faixa etária é um pouco maior a parcela que decide junto com os pais (12%, contra 5% nas outras faixas etárias). Essa outra pessoa, é, de novo, principalmente a mãe. Não há, nesse caso, grandes diferenças segundo o sexo dos entrevistados, apenas cabe notar que é entre as meninas adolescentes que a participação de outra pessoa na decisão do que estudar se faz mais forte (18%).

Trabalhar ou não também é decisão que, para boa parte dos adolescentes, é tomada junto com os pais (25%) ou apenas pelos pais ou responsáveis

(11%). Este é o item no qual o pai tem mais interferência (14%), mas a mãe continua predominando (27%). Há também diferenças de gênero: mais moças dependem de mais alguém para tomar essa decisão (17%) que os rapazes (10%), com exceção dos garotos de 15 a 17 anos, entre os quais 27% dizem depender da decisão dos pais; já entre os rapazes de mais de 18 anos, é residual a parcela dos que não têm autonomia nesse assunto, ao passo que, entre as moças, a decisão partilhada é de cerca de 15% e, nesse caso, ganha relevância a posição dos cônjuges, ao invés dos pais. Com relação à renda familiar, como nos outros casos, a autonomia cresce com a renda: são 19% os jovens de famílias de baixa renda que partilham a decisão, contra 6% dos de renda mais alta.

Diferenças de renda são significativas no conjunto das questões: em todos os temas, se observa uma parcela menor de jovens pertencentes a famílias de baixa renda decidindo sozinhos, partilhando (ou tendo de negociar a decisão) com outros membros da família, em todos os temas. As maiores diferenças se observam justamente com relação às atividades de estudo e trabalho: no caso dos jovens de baixa renda, mais de um quinto (22%) tem (ou teve) a decisão de estudar ou não tomada em conjunto com outra pessoa (a mãe, para 17%), ao passo que, entre os jovens de renda mais alta, essa parcela cai para 4%. No caso do trabalho, enquanto 75% dos jovens de baixa renda decidem sozinhos, entre os jovens de renda alta são 94% os que têm autonomia nesse tema. Isso pode significar que tanto o estudo como o trabalho dos jovens, para as famílias de renda mais baixa, seja um assunto de estratégia familiar em maior medida que para as famílias de renda média ou alta.

A participação dos jovens nas estratégias familiares e a participação da família nas definições das escolhas e percursos seguidos pelos jovens se revela também quando examinamos como os entrevistados avaliam quais são os fatores mais importantes para *sua vida presente* e para *melhorar de vida*.

O “apoio da família” é um dos dois fatores mais importantes para a **vida presente** de três em cada quatro entrevistados (75%), proporção ainda maior entre os mais jovens (83% dos que têm entre 15 e 17 anos) e os que se

consideram *adolescentes* (79%). O “esforço pessoal” é indicado por parcela de mesma magnitude (69%), mas, nesse caso, tem movimento contrário conforme a fase da vida, uma vez que a autonomização em relação à família de origem vai crescendo com a idade: as indicações da importância do esforço pessoal sobem conforme a idade e são mais altas entre os que se consideram adultos – nesse caso, este item suplanta o fator “apoio da família”. Esta importância do apoio da família na vida dos jovens é maior para aqueles que vivem no meio rural e nas famílias de baixa renda. Já o esforço pessoal é maior entre os jovens dos estratos médios e altos de renda. A importância das “políticas governamentais” é citada por pequena parcela de jovens como um dos dois fatores mais importantes para a vida presente dos jovens (apenas 9%). Entre os adolescentes, um número ainda menor reconhece a importância desse fator (4% deles), que fica atrás do “apoio dos amigos” (12% entre os que têm entre 15 e 17 anos e 19% entre os que se consideram *adolescentes*).

Mas, quando se trata de **melhorar de vida**, o “esforço pessoal” é o que mais conta, para metade dos entrevistados (50% citam como a principal fator, 68% como um dos dois fatores mais importantes). E, nesse caso, não há diferenças significativas por idade. A família ainda conta (40% dos entrevistados a consideram um dos dois fatores mais importantes, mas poucos dão prevalência a esse fator; apenas 11% dizem que a família é o mais importante para melhorar de vida); e nesse sentido, são de novo os mais jovens e os que se identificam como adolescentes, assim como os mais pobres, os que mais citam a família. A aposta no esforço pessoal é, contudo, ainda maior entre os jovens do meio urbano que do rural (51% a 44% na menção única) e pelos jovens dos estratos altos que baixos (58% e 44%).

Nesse tema, crescem de importância dois outros fatores: o primeiro se associa, em certa medida, à dimensão do esforço pessoal: um quarto dos entrevistados (26%) aponta “ter capacidade de fazer coisas inovadoras” como um dos dois fatores mais importantes para melhorar de vida. Esse tipo de convicção é homogeneamente distribuído nessa geração: não há diferenças significativas por idade nem por identidade etária; nem por sexo ou cor; nem por renda ou situação de domicílio. Já um fator diferente deste,

que aposta na saída coletiva, através da “participação em organizações sociais”, apontada por uma pequena parcela de jovens como um dos dois fatores mais importantes para a melhoria da vida, encontra uma inflexão segundo a renda familiar, sendo citada por parcelas menores dos jovens de famílias de renda alta (4%) que os de renda média e baixa.

O segundo fator que aparece nesse tema revela que os jovens também percebem a importância do contexto socioeconômico para suas chances de melhoria de vida: outra parcela próxima de um quarto dos entrevistados (23%) aponta as “mudanças do sistema econômico” como um dos dois fatores mais importantes. Também nesse caso, não há diferenças significativas por idade ou identidade etária, mas sim por renda: cresce a indicação desse fator conforme cresce a faixa de renda.

É interessante perceber que os jovens fazem hierarquias bastante distintas na eleição dos fatores mais importantes para a sua vida pessoal (seja a presente, seja a futura) e para **garantir direitos**, o que nos leva a perguntar em que medida os direitos assegurados parecem relevantes para a qualidade de vida dos jovens, na percepção deles. De todo o modo, podemos ver que, aqui, as políticas sociais ganham uma relevância até então não encontrada com relação aos dois outros temas: quase metade (47%) dos entrevistados aponta esse fator como um dos mais importantes para a garantia dos direitos. A participação coletiva e o apoio de entidades sociais também crescem de importância (fatores citados por cerca de um quinto dos entrevistados cada um como um dos dois fatores mais importantes para a garantia dos direitos), assim como o contexto econômico, citado por um quarto dos entrevistados (25%). Mas ainda para esse caso, parcelas significativas citam fatores de âmbito pessoal (esforço pessoal, 31%, e capacidade inovadora, 18%) ou de redes sociais (família, 21% e apoio dos amigos, 12%). Quase não encontramos inflexões segundo a idade ou identidades etárias; a não ser, no mesmo sentido que as tendências reveladas nos quesitos anteriores, a maior importância dada à família entre os adolescentes e o maior peso dado ao fator econômico pelos mais velhos.

Instados também a se manifestar sobre o que veem de **mais positivo hoje no Brasil**, os jovens assinalaram, em expressiva maioria, a “possibilidade de

estudar”, de certa forma reconhecendo o ganho educacional experimentado por sua geração: 63% dos entrevistados mencionaram as maiores possibilidades de estudo (citadas em primeiro lugar por 27%). As garantias democráticas e a estabilidade econômica também foram bastante valorizadas: 55% assinalaram a liberdade de expressão (sendo 21% como primeira opção), 46% a estabilidade econômica (sendo 16% em primeiro lugar) e 45% ter democracia. Outros pontos positivos foram assinalados por cerca de um terço dos entrevistados: possibilidade de consumo (37%) e políticas sociais (32%).

É interessante reparar que nem a variável idade, nem a identidade etária produzem inflexões significativas nessa avaliação do que é positivo no país. De novo, aqui, as inflexões mais significativas são produzidas pela condição socioeconômica. As “possibilidades de estudo” são valorizadas, especialmente, pelos jovens dos estratos de renda baixa (65% deles, frente a 58% entre os entrevistados pertencentes ao grupo de renda alta). Da mesma forma, os jovens mais pobres, em maior proporção do que os de renda mais alta, incluem as políticas sociais no rol das melhorias alcançadas pelo país. São 34% deles que citam esse aspecto, em face de 23% dos jovens dos estratos de alta renda. Entretanto, a liberdade de expressão é mais destacada pelos entrevistados com renda média (59% deles mencionam esse aspecto) e alta (54%), percentuais que caem para 46% entre os mais pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante lembrar aqui que é pelo fato de ter se tornado tão extenso e imprevisível que o período da juventude deixou de ser pensado como momento apenas de preparação, prévio a uma entrada mais densa nas outras esferas sociais, como convencionalmente se definia o principal conteúdo da juventude, consubstanciado na noção de moratória. Cada vez mais conectado a todas as informações, sem interdições existentes em outros tempos, o jovem inicia muitos percursos paralelos de inserção, inclusão, participação e autonomia.

Pesquisas recentes sobre os jovens no Brasil têm buscado compreender o que é “ser jovem”, ou o que significa viver a juventude, principalmente pelo levantamento de como os próprios jovens percebem essa condição.

Como apontam os estudiosos das fases do ciclo de vida, “os indivíduos experimentam mudanças materiais, qualitativas, cognitivas, psicológicas, emocionais, nas suas experiências e necessidades que estão associadas a diferentes etapas da vida para as quais se considera a idade uma referência. Tais fases podem ser caracterizadas por eventos como frequência e conclusão da escola, participação no mercado de trabalho, saída da casa dos pais ou constituição do próprio domicílio, casamento e descasamento, maternidade/paternidade” (CAMARANO, 2006).

Porém, é bom lembrar que nem sempre as duas condições (casamento e filhos) coincidem. Como foi demonstrado neste artigo, entre a faixa etária e as fases da juventude, o sentido das noções de adolescência/juventude/idade adulta é dado menos pela idade do que pela situação vivida, principalmente em relação à situação familiar e às cargas de responsabilidade e margens de liberdade que elas implicam. Por exemplo, no conjunto dos entrevistados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, 18% dos solteiros têm filhos e 28% dos casados não os têm. Também é importante verificar que o casamento nem sempre significa a constituição de novo domicílio e que este evento, assim como o nascimento dos filhos, nem sempre ocorre numa situação de independência em relação à família de origem.

Esse é um bom elemento para exemplificar o que os sociólogos têm afirmado a respeito da transição para a vida adulta, quando apontam que as trajetórias não obedecem a um padrão único e, muitas vezes, não são constituídas por etapas lineares e sucessivas (CAMARANO, 2006). Os resultados dessa pesquisa mostram que os eventos que marcam as passagens à condição de adulto não são necessariamente sucessivos e irreversíveis. Sair da casa dos pais, casar, ter filhos são eventos que podem acontecer em sequências variadas e com arranjos múltiplos.

Como vimos nos resultados da pesquisa, *sair da casa dos pais para trabalhar* é motivo mais presente para os rapazes que para as moças. Entre as moças, esse motivo só é mais significativo para as bem jovens, caindo conforme a idade, até representar apenas 5% das que têm entre 25 e 29 anos de idade. Entre os rapazes, a porcentagem se mantém semelhante entre as faixas etárias, em torno dos 20%. Já *sair para estudar* é um motivo que não

diferencia muito segundo sexo e idade. Em relação aos motivos do retorno à casa dos pais (12% da amostra), eles apontam para o que os sociólogos chamam de “trajetórias reversíveis”, que envolvem – em primeiro lugar - a *separação do cônjuge/companheiro* (o que afeta mais as mulheres) e – em segundo lugar – o fato do jovem não ter conseguido se sustentar sozinho. Curiosamente, no entanto, este segundo fator pesa mais para os jovens dos extratos médios do que os dos extratos baixos (13%) e altos (6%), o que leva a pensar sobre o quanto o padrão de conforto tem interferência nos planos de independência dos jovens de classe média.

Os resultados da pesquisa confirmam, portanto, que o período da juventude é justamente aquele em que se processa a inserção no mundo do trabalho. Ainda há, nessa geração, jovens que começaram a trabalhar na infância, apesar da diminuição importante do trabalho infantil verificada nos últimos anos. É entre os jovens e entre os entrevistados das faixas mais baixas de renda que o trabalho precoce se faz mais presente, assim como entre aqueles que vivem no campo.

Estudar ou não (e o que estudar) e trabalhar ou não (e no que trabalhar) também são decisões que a maior parte dos entrevistados toma sozinha, embora isso dependa muito da idade, da renda e da condição na família. Assim, educação e trabalho constituem dois percursos que se entrecruzam, com movimentos contrários, exatamente neste período da vida.

O percurso da educação vai sendo concluído (ou abandonado), ou assumindo o significado de especialização; o trabalho vai sendo mais intensamente buscado, ganhando importância e se transformando na atividade principal. E há, para uma parcela nada desprezível de jovens, um trecho da vida onde estudo e trabalho são atividades concomitantes; porém, há aqueles que não estão envolvidos nem em uma nem em outra dessas atividades, compondo o que se costumou chamar de “nem nem”, nem estudam nem trabalham, situação que precisa ser examinada com mais cuidado para ser melhor compreendida em extensão e significado.

Com efeito, para caracterizar a relação da juventude com o mercado de trabalho, é preciso considerar o modo como os dados têm sido colhidos e classificados até agora, na maior parte dos diagnósticos, nos quais se

misturam distintos tipos de situação de “inatividade”: os que não estão estudando no ensino regular, os que estão desempregados, os que estão no desalento, os que se retiraram da PEA ou que nela nem entraram, os que estão ocupados com “afazeres domésticos”.

A pesquisa *Agenda Juventude Brasil* mostra que a maioria dos entrevistados participa ativamente das responsabilidades familiares, na obtenção de renda, nos afazeres domésticos, no cuidado com as crianças ou outros parentes, embora, se eles ainda vivem com a família de origem, essa contribuição seja, na maioria dos casos, de caráter auxiliar. É claro que, aqui também, isso varia muito com a idade, com a condição de solteiro ou casado, com o sexo e, principalmente, com a situação socioeconômica da família. Além disto, a participação dos jovens nas estratégias familiares e a participação da família nas definições das escolhas e percursos seguidos pelos jovens se revela também quando examinamos como os entrevistados avaliam quais são os fatores mais importantes para *sua vida presente* e para *melhorar de vida*.

Para a vida presente, contam o “apoio da família” e o “esforço pessoal”. Indicações da importância do esforço pessoal sobem conforme a idade e são mais altas entre os que se consideram adultos – nesse caso, esse fator suplanta o “apoio da família” (maior para aqueles que vivem no meio rural e nas famílias de baixa renda). Já para garantir direitos, as políticas sociais ganham uma relevância. Aqui, a participação coletiva e o apoio de entidades sociais também crescem de importância.

Instados também a se manifestar sobre o que veem de mais positivo hoje no Brasil, os jovens assinalaram, em expressiva maioria, a “possibilidade de estudar”, de certa forma reconhecendo o ganho educacional experimentado por sua geração. É interessante reparar que nem a variável idade, nem a identidade etária produzem inflexões significativas nessa avaliação do que é positivo no país. De novo, aqui, as inflexões mais significativas são produzidas pela condição socioeconômica. Enquanto a liberdade de expressão é mais destacada pelos entrevistados com renda média e alta, as “possibilidades de estudo” são valorizadas, especialmente, pelos jovens dos estratos de renda baixa, que são também aqueles que mais incluem as políticas sociais no rol das melhorias alcançadas pelo país.

Para concluir, vale salientar que os resultados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* apresentados neste artigo corroboram a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a juventude contemporânea. O grande problema da juventude é a montagem da equação entre todos esses elementos que compõem a vida nesse momento, e é aí que ganham sentido as diversidades e incidem as desigualdades, que resultam em modos distintos de viver a juventude e concretizar sua inclusão. Neste contexto, cabe às políticas públicas de juventude contribuir para viabilizar trajetórias de construção de autonomia e emancipação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. IBGE. *Síntese de indicadores sociais*. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000020091812202014183816455337.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2015.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013*. Brasília: SNJ, 2014.

CAMARANO, A. A. (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

HELENA WENDEL ABRAMO é socióloga, com graduação e mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Tem se dedicado a estudos e pesquisas sobre jovens e à formulação de políticas públicas de juventude. Trabalhou em diversas esferas da gestão pública, no executivo e no legislativo do município de São Paulo e está, desde 2011, no governo federal, na Secretaria Nacional de Juventude.



Fronteiras invisíveis: aproximações e distâncias entre ser jovem no campo e nas cidades no Brasil

elisa guaraná de castro

DE ONDE PARTIMOS...

Para muitos jovens, viver no *mundo rural*, hoje, significa enfrentar barreiras para sua autonomia e suas possibilidades de escolhas. Ou seja, as possibilidades reais de escolarização, acesso à terra e à renda, muito valorizados como caminhos para a construção de autonomia, são desafios de um acesso ainda limitado às políticas públicas passíveis de atender às suas demandas. Mas as fronteiras entre o “mundo rural” e “o mundo urbano” não são fixas e nem evidentes. São vivenciadas e construídas. Somam, de um lado, a distância, nem sempre espacial, entre as possibilidades que o *campo* e a *cidade* oferecem; de outro, as construções identitárias, a partir de múltiplas trajetórias e referências (CASTRO et al, 2009).

A juventude rural tem sido estudada sempre com muita ênfase na questão sociológica do êxodo do campo para a cidade (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; CASTRO, 2013 e outros). A imagem de *jovens* desinteressados pelo campo e atraídos pela cidade não é nova, faz parte da literatura clássica sobre campesinato. Na Europa, a partir dos anos 1960 (BOURDIEU, 1962; ARENSBERG e KIMBALL, 1968; CHAMPAGNE, 1979),

e no Brasil, a partir dos anos 1970 (MOURA, 1978; HEREDIA, 1979; WOORTMAN, 1995), o tema é tratado como uma questão intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato e como consequência da desvalorização do campo frente à cidade.

Mais recentemente, final da década de 1990 e início do século XXI, o próprio termo juventude rural ganhou impulso em diversas pesquisas. Fortemente associado à migração, mas, neste caso, menos como estratégia familiar, mas como um “problema” de desinteresse pela vida rural, gerando uma descontinuidade da vida no campo e da produção familiar. Estudos, principalmente sobre os países do Sul, partem dessa preocupação, apontando o modo como, em países da África, do Leste Europeu, da América Latina e em regiões rurais pauperizadas da Ásia, ocorreria uma forte tendência migratória de jovens do campo para as cidades. Essa leitura caracteriza a juventude rural como uma negação da sua própria identidade, atraída por um modo de vida urbano. As principais consequências seriam a não renovação da população, a descontinuidade dos padrões de herança e um envelhecimento e esvaziamento do meio rural (ABRAMOVAY, 1998).

O tema não é pouco relevante, uma vez que a população rural continua a decrescer anualmente, ainda que em um ritmo menor que em períodos históricos anteriores, e que a população juvenil decresce em proporção bem maior que a população total. Esse decréscimo populacional tem um fator de pressão contínua: o processo de urbanização dos pequenos municípios e regiões de vocação agrária. Nesse sentido, o Censo capta, a cada 10 anos, um “novo rural”: temos novos municípios que se definem como urbanos e, assim, uma perda de população que não representa, necessariamente, um deslocamento populacional. A discussão sobre essas “fronteiras” que se movem tem sido um importante debate (SCHNEIDER e BLUME, 2004)¹. A questão se torna ainda mais importante na medida em que observamos, nos últimos 20 anos, uma redução no processo de fluxo da população do

¹ Ver: Projeto *Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil*, desenvolvido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): <http://www.iicabr.iica.org/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>.

campo para a cidade e mesmo uma migração de retorno, ou seja, famílias que haviam migrado para centros urbanos retornam, fortemente motivadas pelo incremento de políticas públicas para a agricultura familiar. Contudo, de uma redução populacional de 2 milhões de pessoas nos últimos 20 anos, a faixa etária que mais sofreu redução foi de 15 a 29 anos.

Ainda que o fenômeno guarde diferenças importantes de região para região, como é o caso de regiões em que os jovens homens migram para o trabalho sazonal e as jovens mulheres ficam; e de regiões onde observamos que jovens que vivem em localidades de agricultura familiar fortemente consolidada partem, deixando as pequenas propriedades familiares sem herdeiros. Ou seja, mesmo nas regiões onde a agricultura familiar está mais estabelecida, encontramos a “saída” de jovens do campo. Isso é ainda mais evidente quando observamos pelo recorte de sexo: as mulheres jovens saem com mais frequência, o que vem provocando uma diferença populacional importante entre jovens homens e mulheres, diferença esta que, em algumas regiões do país, pode chegar a 10% mais homens do que mulheres.

Anita Brumer (2007, p. 50) provoca-nos com a colocação “em lugar de procurar responder à questão ‘porque os jovens saem do meio rural’ busque-se responder à questão ‘por que os jovens permanecem no meio rural’”.

E, contudo, diversas pesquisas e a presença constante dos jovens em espaços de discussão sobre juventude mostram-nos que muitos, hoje, preferem ficar no campo. Mais do que isso, temos experiências muito bem-sucedidas, como a da Cooper-família, empreendimento de agricultura familiar dos municípios de Rio Fortuna, Grão Pará, São Ludgero e Braço do Norte, de Santa Catarina, que se organizaram para fornecer produtos orgânicos durante a Copa do Mundo 2014².

² Nessa iniciativa, 250 jovens se organizaram para ocupar 60 espaços de comércio local no Mundial. Ver: <http://juventude.gov.br/juventuderural/inicial/jovens-agricultores-ganham-espaco-no-comercio-durante-a-copa-do-mundo#.Ve38ppF7M>.

MAS DE QUE “RURAL” E DE QUE “URBANO” ESTAMOS FALANDO? O QUE DEFINE ESSA FRONTEIRA? OU SERIAM FRONTEIRAS?

A circulação da juventude urbana e rural pode se dar por diversas razões. A visão mecânica de uma “atração” dos jovens do campo pela cidade, em que a principal explicação seria o desinteresse dos jovens pelo *modo de vida no campo* e, em especial, pelo trabalho agrícola, vem sendo revista. Estudos demonstram que são múltiplas as razões que contribuem para essa circulação, que pode, ou não, representar uma “saída” definitiva do meio rural.

A circulação entre pequenos municípios, sobretudo pela juventude rural, como apontou Maria de Nazareth Wanderley (2007), pode ser observada por um outro olhar. A autora aprofundou-se nessa perspectiva, estudando os jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco. Seu trabalho demonstra que os jovens querem “o melhor dos dois mundos”, quando avaliam o presente e o futuro. Ou seja, desejam a vida do campo com qualidade de vida, atuando em atividades agrícolas e não agrícolas, e viver a juventude sem ter fronteiras.

Marilda Menezes e Marcelo Saturnino Silva (2010) mostram como a circulação de jovens trabalhadores rurais que se deslocam anualmente dos estados do Nordeste para o Sudeste traz questões importantes para o tema da vivência da juventude no campo no Brasil hoje. A maioria dos que ocupam postos de trabalho na colheita da cana de açúcar são jovens e homens. Os jovens homens passam, em média, nove meses e as jovens permanecem cuidando de todas as atividades da casa e da *roça*. A vivência da migração temporária é dolorosa para todos (SILVA e MENEZES, 2010).

A diferença da circulação entre homens e mulheres traz, ainda, outras questões, como a autonomia das mulheres frente a uma organização social ainda marcada por distinções de gênero que impactam, sobremaneira, a possibilidade de circulação das jovens (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; AGUIAR e STROPASOLAS, 2010; CASTRO, 2013). Mas a circulação pode ocorrer por diversos interesses, ou mesmo por redes familiares e de sociabilidade: dar continuidade aos estudos, visitar parentes, frequentar festas, participar de jogos esportivos e namorar, por exemplo. (CASTRO, 2013; FERREIRA e ALVES,

2009). Assim, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve questões como a circulação entre múltiplos espaços, motivada por diferentes razões. Além disso, a própria categoria “juventude rural” tem sido objeto de análise, dado que agrega realidades e identidades sociais diversas (CASTRO et al, 2009). Novamente, “sair” e “ficar” podem envolver questões complexas, para além de atravessar fronteiras imaginárias de “um mundo rural” para “um mundo urbano”.

A pesquisa *Agenda Juventude Brasil* ilumina o fato de como as juventudes do campo estão próximas e distantes das juventudes urbanas. Por um lado, ainda enfrentam desigualdades do acesso a bens e serviços no campo – a escolas, transporte público, equipamentos de lazer, conexão de internet, por exemplo –, que impactam nas escolhas dos e das jovens. Por outro, estão mais próximos, no que concerne a vários temas abordados.

FRONTEIRAS INVISÍVEIS: APROXIMAÇÕES E DISTÂNCIAS, OS DESAFIOS DA JUVENTUDE RURAL BRASILEIRA NO CONTEXTO DO SÉCULO XXI

Os jovens que vivem no campo, ou parte do tempo no campo e outra parte na cidade, acessam a internet, utilizam redes sociais, vestem-se e têm gostos musicais similares a jovens de áreas urbanas. Ao mesmo tempo, se organizam em grupos de culturas tradicionais e valorizam sua identidade como quilombolas, agricultores familiares, seringueiros, quebradeiras de coco de babaçu, camponeses, assentados e muitas outras formas e culturas que se expressam no campo e nas florestas brasileiras. O reconhecimento da diversidade da agricultura familiar brasileira foi formalizado na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que trata da Política Nacional da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos Rurais. A lei registra e define como beneficiária uma população rural diversa, que tem em comum a produção familiar³.

Após 10 anos de negociações políticas e trâmite no Congresso, foi sancionado o Estatuto da Juventude, Lei 12.852, em 05 de agosto de 2013⁴. O

3 Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm.

4 Ver em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm.

Estatuto reconhece a diversidade da juventude brasileira: homens, mulheres, negra, branca, indígena, de diversas matizes religiosos, com importantes diferenças regionais e orientações sexuais. Portanto, há um reconhecimento de que a juventude brasileira é diversa, sendo essa a razão de muitos pesquisadores preferirem o termo *juventudes* (NOVAES, 1998).

A juventude rural conquistou representação política em espaços de decisão sobre as políticas públicas de juventude, como o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), ou da agricultura familiar, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), onde a juventude tem um Comitê Permanente. Contudo, esse reconhecimento ainda convive com uma realidade na qual ser *jovem rural* implica enfrentar inúmeros preconceitos e sofrer processos de estigmatização.

Ainda assim, e tendo em conta essa complexidade, é interessante observar as diferenças de percepção manifestadas pelos jovens rurais e urbanos entrevistados pela pesquisa *Agenda Juventude Brasil*. A opinião desses jovens sobre o Brasil, sobre o acesso a políticas públicas e sobre a situação de sua vida e família nos ajuda a compreender um pouco mais de como eles se percebem. O foco deste capítulo, para além da comparação do total das respostas de jovens rurais e urbanos a esses temas, tratará de um recorte regional que poderá revelar diferenças importantes para compreendermos um pouco mais sobre como vivem e o que pensam os jovens rurais no país. Para essa proposta de análise, vamos observar o que *distancia* e o que *aproxima* a juventude rural e a juventude urbana.

ESCOLARIZAÇÃO E RENDA, AINDA UMA DISTÂNCIA

Temos importantes avanços alcançados no acesso a serviços entre as regiões rurais e urbanas, incluindo a mudança nas condições de renda. Por exemplo, em 2000 tínhamos 4.806.016 jovens rurais no Brasil entre 15 e 29 anos com renda abaixo de R\$140,00, de um total de 8.443.905. Em 2010, esse número decresceu para 3.269.248 nessa condição de renda, de um total de 7.681.269. Ainda que retiremos a população jovem que

decresceu no campo (762.636), podemos afirmar que 774.132 jovens saíram dessa condição. Contudo, persistem desafios que distanciam viver a juventude no campo de vivê-la na cidade⁵. Sabemos que ainda há distâncias importantes entre o *campo e a cidade*. A conexão digital, a mobilidade, o acesso ao ensino médio e o acesso a esporte e lazer são sempre lembrados pelos jovens e pelas jovens como distâncias importantes entre o campo e a cidade no Brasil. Sem dúvida, a diferença de acesso à escolarização e à renda são fatores importantes para a percepção dessa juventude sobre sua vida e para o real acesso a oportunidades.

Perguntados sobre qual foi o último ano de estudo completado, as respostas dos jovens rurais e urbanos que participaram da pesquisa permitem observar que, apesar dos importantes avanços no acesso à educação, para os jovens do campo, a distancia permanece. A maioria finalizou sua escolarização no Ensino Fundamental (52,6%), ao passo que 35,5% dos jovens urbanos finalizaram apenas o fundamental. Se a situação do Ensino Médio é um desafio para todos os jovens, o acesso ao Ensino Superior é bem diferenciado: 15,4% dos jovens urbanos entrevistados concluíram essa etapa, contra apenas 4,1% dos jovens rurais.

Tabela 1 . Escolarização

ENSINO*	TOTAL	Urbana	Rural
Fundamental	35,50%	32,30%	52,60%
Médio ou técnico	49,40%	50,70%	42,80%
Superior	13,70%	15,40%	4,10%
Pós-graduação	1,40%	1,60%	0,60%

*Pergunta: Qual foi o último ano de estudo que você completou?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

5 Dados dos Censos IBGE 2000 e 2010, ordenados pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – DISOC – IPEA, sob direção de Herton Ellery Araújo.

Quando analisamos pelas grandes regiões, as distâncias aumentam e demonstram que ser jovem no Sudeste e no Norte ainda está marcado por desigualdades profundas. Se no Sudeste apenas 27,6% dos jovens finalizaram o Ensino Fundamental, no Nordeste 44,2% estão nessa condição de escolaridade. Mas, ao observarmos a diferença dos jovens rurais e urbanos, a situação reproduz a desigualdade entre esses dois “mundos”, uma vez que, no Sudeste, 26,4% e 44,1% dos jovens urbanos e rurais completaram apenas o Ensino Fundamental, respectivamente. No Norte do país, 64,5% dos jovens rurais estão nessa condição.

Ainda que se trate de uma subamostra, o dado sobre a escolarização dos pais é relevante, pois nos ajuda a compreender o quanto se avançou e o quanto ainda é preciso avançar para que se garanta o acesso à educação para os jovens do campo no Brasil, uma vez que persiste a reprodução do baixo acesso para aqueles que vieram de famílias que também vivenciaram o problema.

Os 73,1% dos jovens que afirmaram que suas mães não tinham estudado só completaram o Ensino Fundamental. Já os 59,5% que afirmaram que suas mães completaram o Ensino Superior/Pós-Graduação também haviam completado o mesmo grau de formação.

Tabela 2 . Escolaridade dos jovens X escolaridade das mães

ENSINO*	ESCOLARIDADE DA MÃE**					
	Não estudou	Ensino Fundamental 1ª a 4ª série	Ensino Fundamental 5ª a 8ª série	Ensino Médio/ 2º grau	Superior ou pós-graduação	Não sabe
Fundamental	73,10%	56,80%	37,20%	20,20%	5,80%	75,50%
Médio ou técnico	23,00%	41,80%	59,80%	64,60%	34,70%	22,10%
Superior	3,80%	1,40%	0,30%	15,10%	59,50%	2,30%
Pós-graduação			2,80%			

*Pergunta: Qual foi o último ano de estudo que você completou?

**Pergunta: Até que ano da escola sua mãe completou?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Nas questões que trataram a renda, observamos que nas três faixas de maior relevância as famílias dos jovens urbanos têm uma renda melhor que as dos jovens rurais. A distância é maior na faixa até R\$678,00, em que 33,8% dos jovens rurais estão em famílias nessa faixa, contra apenas 10,2% dos urbanos. Nas outras duas faixas, há uma aproximação maior com a média nacional, tanto para jovens rurais quanto urbanos.

Tabela 3 . Renda familiar por faixas

RENDA FAMILIAR	TOTAL	Urbana	Rural
Até R\$ 678,00	13,90%	10,20%	33,80%
Mais de R\$ 678,00 a R\$ 1.356,00	26,70%	26,10%	29,80%
Mais de R\$ 1.356,00 a R\$ 2.034,00	20,60%	20,90%	18,90%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Contudo, quando observamos as diferenças regionais, as fronteiras se ampliam. Dentre os entrevistados da região Sul, os jovens urbanos apresentaram a maior porcentagem na faixa de renda familiar de R\$1.356,00 a R\$2.034,00 e a menor na faixa mais baixa, de até R\$678,00, em comparação com a situação dos jovens rurais. Já o Nordeste tem a pior distribuição de renda, com 49,6% dos jovens rurais vivendo com renda familiar até R\$678,00 e a menor porcentagem de jovens rurais na faixa de R\$1356,00 a R\$2034,00. No Centro-Oeste encontramos a maior porcentagem de jovens rurais com renda familiar na faixa de R\$2034,00 a R\$2712,00, 11%. No entanto, temos a mesma reprodução da diferença entre jovens urbanos e rurais encontrada nas regiões Sudeste, Nordeste e Norte para a faixa até R\$678,00: 3,2% para a renda familiar dos jovens urbanos e 23,9% para os jovens de famílias rurais. É interessante observar que o Sudeste tem mais equilíbrio entre as faixas, em especial nas três situadas acima de R\$678,00. Porém, a diferença na primeira faixa é tão profunda quanto nas outras regiões: 5,2% para jovens urbanos e 21,1% para jovens rurais.

Tabela 4 . Renda familiar por faixas e grandes regiões

RENDA FAMILIAR	TOTAL	Urbana	Rural	Sudeste			Nordeste		
				TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
Até R\$ 678,00	13,90%	10,20%	33,80%	6,30%	5,20%	21,10%	31,40%	24,80%	49,60%
Mais de R\$ 678,00 a R\$ 1.356,00	26,70%	26,10%	29,80%	22,30%	22,10%	24,90%	33,90%	35,60%	29,10%
Mais de R\$ 1.356,00 a R\$ 2.034,00	20,60%	20,90%	18,90%	19,90%	19,80%	21,70%	14,90%	16,30%	10,90%
Mais de R\$ 2.034,00 a R\$ 2.712,00	8,30%	8,90%	5,00%	9,40%	9,60%	6,00%	5,20%	5,80%	3,50%

RENDA FAMILIAR	Sul			Norte			Centro- Oeste		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
Até R\$ 678,00	1,80%	1,80%	1,40%	15,00%	11,70%	24,10%	5,10%	3,20%	23,90%
Mais de R\$ 678,00 a R\$ 1.356,00	19,10%	17,90%	26,90%	35,90%	34,60%	39,60%	23,70%	23,10%	29,70%
Mais de R\$ 1.356,00 a R\$ 2.034,00	30,70%	29,60%	37,20%	24,00%	23,80%	24,80%	24,60%	24,00%	30,50%
Mais de R\$ 2.034,00 a R\$ 2.712,00	11,90%	12,60%	7,70%	8,10%	9,20%	5,10%	8,70%	8,40%	11,70%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Quando observamos novamente a situação das mães e dos pais dos entrevistados - dessa vez no que se refere a condição de estudo e renda - vemos refletida a reprodução da pobreza, mas também podemos observar a evolução das condições socioeconômicas de uma geração para outra. Os 55,7% dos jovens rurais que afirmaram que suas mães não estudaram possuem renda familiar de até R\$678,00, sendo que 40,7% dos que não souberam responder a condição de escolaridade da mãe estão nessa faixa de renda. Ao mesmo tempo, nenhum dos que afirmaram que sua mãe completou o Ensino Superior ou a Pós-Graduação tem renda familiar nas duas primeiras faixas. A maioria desses jovens estão nas faixas de R\$1356,00 a R\$2712,00.

Tabela 5 . Faixa de renda familiar dos jovens X escolarização das mães

RENDA FAMILIAR	ESCOLARIDADE DA MÃE*					
	Não estudou	Ensino Fundamental 1ª a 4ª série	Ensino Fundamental 5ª a 8ª série	Ensino Médio/ 2º grau	Superior ou Pós-graduação	Não sabe
Até R\$ 678,00	55,70%	34,80%	25,50%	11,40%		40,70%
Mais de R\$ 678,00 a R\$ 1.356,00	27,10%	26,00%	34,70%	44,70%		31,30%
Mais de R\$ 1.356,00 a R\$ 2.034,00	8,60%	21,20%	21,00%	26,00%	29,50%	11,90%
Mais de R\$ 2.034,00 a R\$ 2.712,00	4,10%	4,30%	6,60%	3,90%	22,60%	4,10%
Mais de R\$ 2.712,00 a R\$ 3.390,00		3,60%	2,30%	8,70%	13,10%	
Mais de R\$ 3.390,00 a R\$ 4.746,00		1,50%	0,80%	5,30%	10,60%	
Mais de R\$ 4.746,00 a R\$ 6.780,00		0,90%				

Mais de R\$ 6.780,00 a R\$ 10.170,00			0,80%			
Mais de R\$ 13.560,00 a R\$ 20.340,00					6,70%	
Não sabe	4,50%	5,30%	5,90%		17,50%	10,30%
Recusa		2,40%	2,30%			1,60%

*Pergunta: Até que ano da escola sua mãe completou?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Uma primeira questão a ser pontuada é que a Pesquisa revela que além da migração campo-cidade, o contrário também ocorre, ainda que em menor proporção cidade-campo. Dos jovens rurais entrevistados a maioria passou a maior parte do tempo no campo (65,3%). Nordeste e Norte aparecem como as regiões onde os jovens permaneceram mais tempo na área rural.

Tabela 6 . Local onde morou

LOCAL*	RURAL					
	TOTAL	Sudeste	Nordeste	Sul	Norte	Centro-Oeste
Na cidade	29,80%	39,50%	25,90%	47,00%	13,70%	49,60%
No campo (em área rural)	65,30%	55,60%	71,40%	39,90%	79,90%	48,60%
Parte na cidade, parte no campo (meio a meio)	4,90%	4,90%	2,80%	13,10%	6,40%	1,80%

*Pergunta: Você passou a maior parte da sua infância na cidade ou no campo (na roça, colônia, sertão, floresta)?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

As razões apontadas pelos que saíram do campo foram, principalmente: para estudar, emprego/trabalho e porque a família se mudou.

Tabela 7 . Razões para ter saído do campo

RAZÕES*	Rural					
	TOTAL	Sudeste	Nordeste	Sul	Norte	Centro-Oeste
A família mudou	6,30%		7,80%	17,30%	2,10%	8,10%
Para estudar-por causa de estudo, escola	3,40%	5,50%	0,60%	8,90%	5,70%	
Para trabalhar-buscar emprego-trabalho	5,30%	3,80%	2,50%	28,20%	1,90%	
Outras respostas	1,00%		0,50%	6,90%		
Nunca saiu do campo	84,00%	90,70%	88,60%	38,70%	90,30%	91,90%

*Pergunta: Por que você mudou do campo (roça, floresta etc.) para a cidade?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

ACESSO E USO DE CELULAR, INTERNET, LAZER E EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Mas a pesquisa também demonstrou fortes aproximações. Se o acesso à internet continua muito limitado, especialmente em casa, o acesso ao telefone celular é pouco mais amplo para os jovens rurais. Os jovens rurais têm menos acesso à internet em casa que os jovens urbanos e usam mais a *lan house*, ou similares e o próprio celular para acessar a internet.

Tabela 8 . Locais de acesso à internet

LOCAIS*	Total	Urbano	Rural
Associação de moradores/centros comunitários	0,30%	0,30%	0,70%
Casa	68,20%	70,50%	49,80%
Casa de amigos(as)/parentes	3,60%	3,10%	6,80%
Escola-faculdade-cursinho	2,30%	1,90%	4,90%
LOCAIS	Total	Urbano	Rural
Lan house-cyber café	12,30%	10,70%	24,70%
Telecentros públicos	0,30%	0,20%	1,30%
Trabalho	5,20%	5,80%	0,80%
Do celular-internet móvel	7,50%	7,00%	11,10%
Outro local	0,30%	0,40%	

*Pergunta: De qual local acessa a internet mais vezes?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Tabela 9 . Uso da internet e computador fora do domicilio

USO DA INTERNET E COMPUTADOR*	Total	Urbano	Rural
Usa computador e internet	73,10%	78,30%	45,20%
Usa computador, mas não acessa internet	0,60%	0,40%	1,70%
Usa internet, mas não computador (só pelo celular)	4,30%	3,80%	6,90%
NÃO USA COMPUTADOR NEM INTERNET	22,00%	17,50%	46,20%

*Pergunta: Você usa computador e internet, mesmo que não seja em casa?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Tabela 10 . Posse de celular

POSSE DE CELULAR	Total	Urbano	Rural
Tem celular	90,30%	92,40%	78,50%
Não tem celular	9,70%	7,60%	21,50%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Mas o uso do celular e da internet e o acesso à informação aproxima esses jovens. O uso para se comunicar vem em primeiro plano, inclusive em redes sociais e, na sequência, para se informar.

Tabela 11 . Usos do celular

USOS DO CELULAR	Total	Urbano	Rural
Fazer e ou receber ligações telefônicas	97,10%	97,90%	92,60%
Comunicar-se via mensagens de texto -SMS	58,70%	60,50%	47,50%
Busca de informações pela internet	21,90%	23,40%	12,60%
Conectar-se a redes sociais	19,10%	19,50%	16,30%
Fotografar ou filmar	28,10%	29,00%	22,80%
Ouvir música	33,00%	33,10%	32,40%
Jogar	16,80%	17,50%	12,90%
Outros	1,40%	1,20%	2,40%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Tabela 12 . Usos da internet

USOS DA INTERNET	Total	Urbano	Rural
Buscar notícias sobre atualidade	53,00%	52,60%	55,70%
Buscar informações sobre eventos culturais-esportivos	15,70%	16,60%	8,50%
Pesquisas-mecanismos de busca	38,70%	38,90%	37,20%
Sites de relacionamento / conhecer pessoas / Bate papo (Ex. Face)	69,60%	70,20%	65,00%
Mandar ou receber e-mail-mensagens-tuitar	27,90%	28,20%	25,90%
Ajudar nas tarefas escolares	18,00%	18,50%	14,10%
Trabalhar-manter contatos profissionais	14,00%	15,20%	4,80%
Comprar	7,60%	7,90%	5,20%
Jogar	20,00%	19,50%	23,60%
Procurar emprego	9,00%	9,40%	5,70%
Acessar sites com conteúdo sexual	1,10%	1,30%	
Baixar música-vídeos	28,40%	29,60%	18,40%
Participar de movimentos políticos-sociais-ambientais etc.	2,50%	2,60%	1,70%
Navegar no YOUTUBE	20,80%	21,30%	16,90%
Transação bancária	0,20%	0,20%	
Assistir a novela	0,50%	0,50%	
Assistir filmes	0,60%	0,50%	1,30%
Buscar cursos para fazer (on line-profissionalizante)	0,50%	0,60%	

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Os jovens rurais se informam pelos meios similares aos dos jovens que vivem em áreas urbanas. Em primeiro lugar, pela televisão (92%), seguida da internet (1,8%). Ou seja, há muito mais a se compreender sobre a circulação entre territórios classificados como urbanos e rurais. Como respostas múltiplas, temos também um retorno similar entre jovens rurais e urbanos: A televisão continua na frente, seguida de internet e do radio comercial.

Tabela 13 . Meios de informação

MEIOS DE INFORMAÇÃO	Total	Urbano	Rural
Televisão aberta	83,40%	81,70%	92,30%
TV paga (cabo, satélite)	17,10%	19,70%	3,20%
Rádio comercial	20,80%	19,80%	26,20%
Rádio comunitária	4,40%	4,10%	5,90%
Jornais impressos	21,90%	23,30%	14,30%
Revistas impressas	5,00%	5,10%	4,10%
Internet	54,20%	57,80%	34,70%
Nenhum destes-Não se informa	0,60%	0,40%	1,70%
Outras respostas	0,40%	0,40%	0,70%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Ainda sobre acesso a serviços, quando perguntados sobre lazer, podemos observar novamente, as fronteiras e a distância entre os mundos rurais e urbanos. Ao perguntar sobre o uso do tempo livre e do que gostam de fazer, percebemos que passear em parques e praças, frequentar espaços religiosos, ir a festas em casa de amigos e ir a bar com amigos têm frequência similar entre os jovens rurais e urbanos. Já ir a *shoppings*, viajar nos finais de semana, ir ao cinema, a *shows*, ao teatro e frequentar a biblioteca são de frequência maior dos jovens urbanos. E não porque os jovens rurais não desejem, mas sim pela falta de acesso. A resposta “Não, nunca fez na vida” é ainda mais expressiva desse distanciamento: 23% dos jovens urbanos nunca foram ao cinema, ao passo que, para os jovens rurais, isso é a realidade de 62%. Já teatro, *shows* e bibliotecas - ainda que, em média, 25% a mais de jovens rurais não tenham tido acesso - têm sido menos frequentados também pelos jovens urbanos.

Tabela 14 . Tempo Livre

ATIVIDADES	Frequência	Total	Urbano	Rural
Passear em parques e praças	Sim, nos últimos 30 dias	60,40%	63,70%	42,30%
	Sim no último ano, mas não no último mês	21,50%	21,30%	22,50%
	Sim, mas não nos últimos 12 meses	13,20%	11,40%	23,40%
	NUNCA FOI OU FEZ N VIDA	4,90%	3,60%	11,80%
Missa, culto religioso, sessão espírita	Sim, nos últimos 30 dias	53,40%	52,70%	57,30%
	Sim no último ano, mas não no último mês	21,60%	21,90%	20,30%
	Sim, mas não nos últimos 12 meses	19,80%	19,90%	19,10%
	NUNCA FOI OU FEZ N VIDA	5,10%	5,50%	3,40%
Festa em casa de amigos(as)	Sim, nos últimos 30 dias	53,90%	55,90%	43,20%
	Sim no último ano, mas não no último mês	28,50%	28,50%	28,80%
	Sim, mas não nos últimos 12 meses	13,30%	11,40%	23,30%
	NUNCA FOI OU FEZ N VIDA	4,30%	4,20%	4,70%
Bar com amigos(as)	Sim, nos últimos 30 dias	40,80%	41,30%	38,00%
	Sim no último ano, mas não no último mês	17,90%	18,10%	16,90%
	Sim, mas não nos últimos 12 meses	14,70%	14,30%	17,00%
	NUNCA FOI OU FEZ N VIDA	26,60%	26,30%	28,10%
Passeios a Shopping Center	Sim, nos últimos 30 dias	39,80%	45,00%	11,90%
	Sim no último ano, mas não no último mês	22,70%	23,20%	20,00%
	Sim, mas não nos últimos 12 meses	18,20%	17,10%	23,80%
	NUNCA FOI OU FEZ N VIDA	19,20%	14,70%	44,30%
Viajar nos fins de semana	Sim, nos últimos 30 dias	19,40%	20,20%	14,90%
	Sim no último ano, mas não no último mês	30,50%	31,30%	25,60%
	Sim, mas não nos últimos 12 meses	34,50%	34,90%	32,50%
	NUNCA FOI OU FEZ N VIDA	15,70%	13,60%	27,00%
Cinema	Sim, nos últimos 30 dias	19,40%	22,30%	3,50%
	Sim no último ano, mas não no último mês	24,00%	26,30%	11,40%
	Sim, mas não nos últimos 12 meses	27,50%	28,30%	22,90%
	NUNCA FOI OU FEZ N VIDA	29,10%	23,10%	62,20%
Show de música brasileira	Sim, nos últimos 30 dias	13,40%	14,70%	6,10%
	Sim no último ano, mas não no último mês	20,10%	22,40%	7,60%
	Sim, mas não nos últimos 12 meses	30,50%	29,70%	34,90%
	NUNCA FOI OU FEZ N VIDA	36,00%	33,20%	51,40%

Biblioteca (sem ser da escola)	Sim, nos últimos 30 dias	8,20%	9,00%	3,80%
	Sim no último ano, mas não no último mês	9,10%	10,20%	3,50%
	Sim, mas não nos últimos 12 meses	23,50%	25,40%	13,50%
	NUNCA FOI OU FEZ N VIDA	59,20%	55,50%	79,20%
Show de Rock, Pop, funk etc	Sim, nos últimos 30 dias	9,30%	10,80%	1,30%
	Sim no último ano, mas não no último mês	11,20%	12,20%	5,80%
	Sim, mas não nos últimos 12 meses	16,60%	17,30%	12,90%
	NUNCA FOI OU FEZ N VIDA	62,80%	59,70%	79,90%
Teatro	Sim, nos últimos 30 dias	3,70%	4,10%	1,70%
	Sim no último ano, mas não no último mês	7,10%	8,00%	1,90%
	Sim, mas não nos últimos 12 meses	23,80%	25,80%	12,90%
	NUNCA FOI OU FEZ N VIDA	65,40%	62,10%	83,60%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

PERCEPÇÕES SOBRE O BRASIL E MOBILIDADE SOCIAL

A pesquisa obteve a opinião dos jovens sobre várias questões. Uma primeira percepção que salta aos olhos é o fato de que, apesar das desigualdades que ainda persistem entre o “mundo rural” e o “mundo urbano” no acesso a serviços e renda, os jovens do campo são mais otimistas sobre o país.

Identificou-se uma diferença importante nas condições de vida dos jovens rurais e urbanos. Assim, temos que 58,1% dos jovens rurais estão ainda nos extratos econômicos baixos, contra 26,8% dos jovens urbanos. Nos extratos médios estão 59,2% dos jovens urbanos, para 39,4% dos rurais. Nos extratos altos, a diferença se reforça: 13,9% e 2,5%, para jovens urbanos e rurais, respectivamente.

Tabela 15 . Jovens segundo extratos econômicos

EXTRATOS	Total	Urbanos	Rurais
Extratos baixos	31,70%	26,80%	58,10%
Extratos médios	56,10%	59,20%	39,40%
Extratos altos	12,20%	13,90%	2,50%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Tabela 16 . Percepção sobre o Brasil

SITUAÇÃO DO BRASIL NOS PRÓXIMOS 5 ANOS*	TOTAL	Urbana	Rural
Vai melhorar	43,80%	41,90%	53,70%
Vai piorar	30,00%	31,50%	22,10%
Vai ficar como está	23,80%	24,00%	22,50%
Não sabe	2,40%	2,60%	1,70%

*Pergunta: E o Brasil nos próximos 5 anos, vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Já quando o tema é a percepção sobre a possível melhoria de sua vida para os próximos 5 anos, as respostas positivas são maioria, tanto para os jovens urbanos quanto para os rurais, apesar de, nesse caso, os jovens urbanos aparecerem mais confiantes.

Tabela 17 . Percepções sobre a melhoria de vida

SITUAÇÃO DA VIDA NOS PRÓXIMOS 5 ANOS*	TOTAL	Urbana	Rural
Vai melhorar	93,10%	93,70%	89,80%
Vai piorar	1,10%	1,30%	
Vai ficar como está	4,00%	3,50%	6,60%
Não sabe	1,80%	1,50%	3,50%

*Pergunta: E a sua vida pessoal, como você acha que vai estar, independente do que você gostaria: você acredita que vai estar melhor, pior ou igual daqui a 5 anos?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Essa percepção positiva é reforçada ao avaliarem a sua condição de vida hoje e a das suas famílias no passado.

Tabela 18 . Percepções sobre pertencimento a classe social

CLASSE ECONÔMICA A QUE PERTENCE*	TOTAL	Urbana	Rural
Muito pobre	1,00%	0,70%	2,20%
Pobre	14,00%	11,60%	26,80%
Média baixa	42,10%	41,50%	45,30%
Média-média	38,20%	41,30%	21,50%
Média alta	4,40%	4,40%	4,20%
Rica	0,20%	0,30%	
Muito rica	0,10%	0,10%	
Não sabe	0,10%	0,10%	

*Pergunta: A qual dessas classes econômicas você diria que pertence?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Tabela 19 . Percepções sobre pertencimento de suas famílias a classes sociais na infância

CLASSE ECONÔMICA A QUE PERTENCIA A FAMÍLIA NO PASSADO*	TOTAL	Urbana	Rural
Muito pobre	6,90%	5,90%	12,60%
Pobre	25,60%	23,40%	37,50%
Média baixa	38,50%	39,30%	34,40%
Média-média	23,30%	25,50%	11,60%
Média alta	4,50%	4,90%	2,20%
Rica	0,60%	0,60%	1,00%
Muito rica	0,10%	0,10%	
OUTRAS RESPOSTAS	0,10%	0,10%	
Não sabe	0,40%	0,30%	0,80%

*Pergunta: E a que classe econômica pertenciam seus pais ou a família que te criou, quando você era criança?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Assim, podemos afirmar que os dados da pesquisa mostram uma percepção bastante positiva da situação de vida dos jovens entrevistados, urbanos e rurais, com uma visão um pouco mais positiva dos jovens rurais. Considerando o acesso ainda limitado desses jovens a bens e serviços, podemos aferir que tal percepção pode estar relacionada à melhora recente na sua condição de vida.

QUAIS OS AVANÇOS E DESAFIOS PRIORITÁRIOS A SEREM ENFRENTADAS PELO BRASIL E COMO ENFRENTÁ-LOS: OS JOVENS SE APROXIMAM

Perguntados sobre os pontos positivos do Brasil hoje, os jovens urbanos e rurais se aproximam nas suas percepções. As possibilidades de estudo, a liberdade de expressão, a democracia e a estabilidade econômica aparecem como os pontos positivos no país.

Tabela 20 . Questões mais positivas no Brasil hoje

ASPECTOS POSITIVOS	TOTAL	Urbana	Rural
Estabilidade econômica	45,10%	46,00%	40,60%
Políticas sociais	32,70%	32,60%	33,30%
Possibilidade do consumo	37,30%	37,00%	39,10%
Liberdade de expressão	54,00%	54,70%	50,30%
Possibilidades de estudo	61,90%	61,20%	65,90%
Ter democracia	44,80%	44,10%	48,60%
Outra	0,10%	0,10%	
Nenhuma-nada é bom (espontânea)	4,10%	4,50%	2,10%
Não sabe	0,70%	0,70%	0,70%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Os jovens também apontaram os aspectos mais problemáticos do país, ao serem perguntados sobre qual o maior problema enfrentado pelo Brasil, por meio de um cartão resposta. Os jovens urbanos e os rurais se aproximam nas respostas. A maioria percebe a corrupção como o maior problema, seguido das desigualdades econômicas e sociais e do tráfico de drogas.

Tabela 21 . Maiores problemas no Brasil

PROBLEMAS*	TOTAL	Urbana	Rural
A grande desigualdade entre ricos e pobres	20,40%	20,50%	19,90%
A corrupção	35,40%	35,80%	33,50%
O despreparo do povo	4,20%	3,90%	5,90%
O poder dos traficantes	13,20%	13,00%	14,40%
O despreparo e a violência da polícia	5,70%	5,30%	8,00%
O racismo e outras formas de discriminação	10,10%	10,30%	9,30%
A lentidão e outros problemas da Justiça	3,50%	3,90%	1,00%
A destruição do meio ambiente	4,30%	4,20%	5,10%
A falta de perspectiva profissional para os jovens	3,20%	3,30%	2,50%
Outro	0,10%		0,40%

*Pergunta: Qual destes problemas é que mais te incomoda hoje?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

A classificação sobre o grau de importância também aproxima os jovens rurais e urbanos. Selecionando as questões que foram priorizadas dentre as propostas, observamos muita semelhança nas respostas. Educação, saúde e direitos humanos lideram, em relação ao grau de importância que deve ser dado a essas questões. E tanto os jovens rurais quanto os urbanos as classificaram como prioridades.

Tabela 22 . Problemas segundo grau de importância/prioridade de enfrentamento (mais de 90% de respostas)

DESAFIO*	IMPORTÂNCIA	TOTAL	Urbana	Rural
MELHORAR A SAÚDE DA POPULAÇÃO	Muito importante	98,90%	98,90%	98,90%
	Mais ou menos importante	1,10%	1,10%	1,10%
		TOTAL	Urbana	Rural
MELHORAR A EDUCAÇÃO NO PAÍS	Muito importante	98,30%	98,20%	98,70%
	Mais ou menos importante	1,30%	1,40%	0,50%
	Não é importante	0,30%	0,20%	0,80%
	Não sabe	0,10%	0,10%	

		TOTAL	Urbana	Rural
AUMENTAR O RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS	Muito importante	89,90%	89,80%	90,30%
	Mais ou menos importante	9,40%	9,50%	9,00%
	Não é importante	0,60%	0,60%	0,70%
	Não sabe	0,10%	0,10%	

*Pergunta: Qual é a importância de cada desafio? (resposta múltipla)

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

À pergunta sobre a importância de se reduzir a diferença entre ricos e pobres, os jovens rurais apresentaram percentual de resposta “muito importante” superior ao apresentado pelos jovens urbanos (87% e 80,7%, respectivamente).

Tabela 23 . Problemas segundo grau de importância/prioridade de enfrentamento (Redução das desigualdades econômicas)

DESAFIO*	IMPORTÂNCIA	TOTAL	Urbana	Rural
DIMINUIR A DIFERENÇA ENTRE RICOS E POBRES	Muito importante	81,70%	80,70%	87,00%
	Mais ou menos importante	14,90%	15,60%	11,10%
	Não é importante	2,80%	3,20%	1,20%
	Não sabe	0,60%	0,50%	0,70%

*Pergunta: Qual é a importância de cada desafio? (resposta múltipla)

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

O mesmo se verifica com o tema das mudanças climáticas e da reforma agrária. Em ambos os casos, as escolhas do grau de priorização são próximas, mas os jovens rurais reforçam mais essas duas prioridades.

Tabela 24 . Problemas segundo grau de importância/prioridade de enfrentamento (Mudanças climáticas e reforma agrária)

DESAFIO*	IMPORTÂNCIA	TOTAL	Urbana	Rural
ENFRENTAR AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	Muito importante	59,10%	57,60%	66,50%
	Mais ou menos importante	32,80%	33,40%	29,60%
	Não é importante	7,60%	8,30%	3,90%
	Não sabe	0,60%	0,70%	
		TOTAL	Urbana	Rural
ACCELERAR A REFORMA AGRÁRIA	Muito importante	59,50%	58,50%	64,80%
	Mais ou menos importante	30,50%	31,10%	27,00%
	Não é importante	7,70%	7,80%	7,20%
	Não sabe	2,30%	2,60%	1,00%

*Pergunta: Qual é a importância de cada desafio? (resposta múltipla)

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Assim, por serem temas que talvez estejam aparentemente mais próximos do seu cotidiano, mudanças climáticas e reforma agrária são mais priorizados pelos jovens rurais. A pobreza pode ser ainda mais sentida por eles. Mas a priorização de uma melhor qualidade no acesso a saúde e educação e, ainda, o avanço nos direitos humanos são temas centrais para essa juventude.

Perguntados sobre quais medidas deveriam ser tomadas pelo poder público para melhorar a educação e reduzir a violência, as respostas dos jovens urbanos e dos rurais se aproximaram. Reforçaram a valorização dos recursos humanos para melhorar os serviços públicos. Investir na formação de professores e qualificar a polícia são ações valorizadas pelos jovens, tanto no campo quanto nas cidades.

Tabela 25 . Ações de governo para melhorar a educação

AÇÕES*	TOTAL	Urbana	Rural
Investir na infraestrutura das escolas (laboratórios, equipa)	45,80%	45,90%	45,10%
Investir nos professores (salários, mais capacitação, melhor)	55,50%	55,60%	55,00%
Mais programas de alfabetização para quem os abandonaram	27,30%	27,30%	27,10%
Melhorar e fiscalizar a qualidade do ensino (+ horas de aula)	39,20%	39,40%	38,10%
Dar mais apoio material e financeiro (bolsas como o ProUni,	27,20%	26,90%	28,40%
Ampliar o número de escolas técnicas e de formação profissionais	32,60%	32,60%	32,20%
Ampliar o número de vagas nas universidades públicas	37,80%	38,60%	33,30%
Ampliar as cotas nas universidades para jovens negros ou que	11,00%	10,60%	12,80%
Premiar as escolas que tiveram melhores resultados nas avaliações	10,10%	9,60%	12,60%
Garantir a participação de estudantes e pais na definição do	10,80%	10,50%	12,50%
Outra ação	0,10%	0,10%	
Nenhuma delas	0,10%	0,20%	
Não sabe	0,30%	0,20%	0,50%

*Pergunta: Na sua opinião, qual destas ações o governo deveria fazer para melhorar a educação (resposta múltipla)

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Tabela 26 . Ações de governo para diminuir a violência

AÇÕES*	TOTAL	Urbana	Rural
Investir na qualificação e condições de trabalho da polícia	16,60%	17,30%	13,20%
Criar políticas de apoio a jovens, evitando seu envolvimento	19,50%	19,10%	21,30%
Combater a corrupção e má conduta de policiais	16,60%	16,60%	16,80%
Promover medidas para descriminalizar o uso de drogas	7,80%	7,60%	8,30%
Investir no policiamento comunitário	7,40%	7,30%	8,00%
Aumentar a capacidade de repressão da polícia e o número de	3,70%	3,10%	6,70%
Promover o desarmamento da população	9,70%	10,10%	7,20%
Promoção de uma cultura de paz e resolução de conflitos	3,50%	3,70%	2,10%
Investir em penas alternativas para crimes de menor gravidade	3,40%	3,10%	5,10%
Diminuir a idade penal para que adolescentes recebam as mesmo	11,70%	11,80%	11,20%
Outra ação	0,10%	0,10%	
Nenhuma delas	0,10%	0,10%	

*Pergunta: Na sua opinião, qual destas ações o governo deveria fazer em primeiro lugar para enfrentar a violência no país?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Ainda sobre o tema educação, é importante ressaltar que os jovens rurais apoiam mais as cotas de negros para as universidades (60%) que os jovens urbanos (54%), ainda que possamos afirmar que a maioria dos jovens com opinião sobre o tema apoiam as cotas.

Tabela 27 . Percepção sobre as cotas raciais nas universidades

OPINIÃO*	TOTAL	Urbana	Rural
Totalmente a favor	42,60%	41,00%	51,10%
Em parte a favor	12,80%	13,30%	10,30%
Nem a favor nem contra	13,60%	13,20%	15,60%
Totalmente contra	23,70%	25,40%	15,00%
Em parte contra	5,50%	5,80%	4,20%
Não sabe	1,70%	1,30%	3,80%

*Pergunta: Você é a favor ou contra: a reserva de cotas para negros e indígenas nas Universidades?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

A pesquisa demonstrou que os jovens se aproximam na identificação dos maiores desafios do país e nos caminhos para enfrentá-los.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE/PARA A JUVENTUDE E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO

A pesquisa tratou de forma específica as políticas públicas para a juventude, buscando observar se os jovens identificam a existência dessas instâncias e políticas e quais são suas proposições para enfrentar os problemas por eles vivenciados, como emprego e violência.

Sobre as instâncias de institucionalização dessas políticas, o conhecimento se aproxima com mais reconhecimento da existência dessas instâncias pelos jovens urbanos do que pelos jovens rurais. A percepção maior se dá em relação às instâncias estaduais, sendo as instâncias municipais e as federais de menor conhecimento.

Tabela 28 . Conhecimento de Secretarias e Conselhos de Juventude

PERGUNTA	RESPOSTA	TOTAL	Urbana	Rural
Você sabe se existe um Conselho ou Secretaria de Juventude no seu município?	Sim, existe	20,40%	21,10%	16,50%
	Não, não existe	7,10%	7,10%	6,50%
	Não sabe se existe ou não	72,60%	71,80%	77,00%
Você sabe se existe um Conselho ou Secretaria de Juventude no seu estado?	Sim, existe	23,00%	23,40%	20,40%
	Não, não existe	4,00%	4,40%	2,20%
	Não sabe se existe ou não	73,00%	72,20%	77,40%
Você sabe se existe um Conselho ou Secretaria de Juventude no governo federal?	Sim, existe	20,60%	20,70%	19,80%
	Não, não existe	4,10%	4,50%	1,60%
	Não sabe se existe ou não	75,30%	74,70%	78,60%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

A pesquisa demonstrou que, embora as percepções se aproximem, os jovens rurais consideram uma presença maior do estado nas políticas públicas para a juventude (20,2%), contra 17,5% para os jovens urbanos. Os jovens urbanos entendem que os governos reconhecem os problemas dos jovens, mas não fazem nada (54,8%), contra 37,5% de jovens rurais que comungam dessa percepção.

Tabela 29 . Percepções sobre como o poder público identifica os problemas enfrentados pela juventude brasileira

OPINIÃO*	TOTAL	Urbana	Rural
Não conhecem nem se preocupam com as necessidades dos jovens	8,50%	8,50%	9,10%
Conhecem as necessidades dos jovens, mas não fazem nada a respeito	52,10%	54,80%	37,50%
Apoiam e promovem programas e ações voltadas para a juventude	17,90%	17,50%	20,20%
Não sabe se os governos têm ou não ações para a juventude	20,60%	18,40%	32,40%
Outras respostas	0,90%	0,90%	0,90%

*Pergunta: Pelo que você sabe ou ouviu falar, os governos no Brasil:

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

No entanto, perguntados de forma aberta se conhecem programas direcionados para a juventude, a maioria, jovens urbanos (56,4%) e rurais (56,2%) responderam que não.

Tabela 30 . Conhecimento de políticas públicas de/para a juventude

RESPOSTA*	TOTAL	Urbana	Rural
Não conhece	56,40%	56,20%	57,30%
Conhece	43,60%	43,80%	42,70%

*Pergunta: Você conhece algum projeto ou programa de governo dirigido para a juventude?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Já na pergunta com apresentação de cartela com o nome dos programas voltados à juventude, o ProJovem é o mais reconhecido, sendo significativa a diferença desse reconhecimento entre os jovens urbanos e rurais (41,9% e 60%, respectivamente). Para os jovens rurais, esse é o principal, dentre os programas de juventude reconhecidos.

Tabela 30 . Programas de juventude identificados

RESPOSTAS*	TOTAL	Urbana	Rural
ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens	44,40%	41,90%	60,80%
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio	10,00%	9,80%	11,30%
ProUni - Programa Universidade para Todos	16,20%	16,80%	12,20%

*Pergunta: Poderia citar o nome ou descrever esse projeto? Mais algum?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Se, a respeito do que poderia ser feito para melhorar a educação, a percepção é próxima entre os jovens urbanos e rurais, já para melhorar o acesso ao trabalho as percepções diferem, especialmente na maior valorização, pelos jovens urbanos, da relação entre escolaridade e acesso ao trabalho.

Tabela 31 . Proposições para melhorar a educação para a juventude

AÇÕES*	TOTAL	Urbana	Rural
Investir na infraestrutura das escolas (laboratórios, equipa)	19,80%	19,50%	21,20%
Investir nos professores (salários, mais capacitação, melhor)	24,20%	24,90%	20,70%
Mais programas de alfabetização para que os que abandonaram	7,00%	6,70%	8,80%
Melhorar e fiscalizar a qualidade do ensino (+ horas de aula)	13,80%	13,70%	14,40%
Dar mais apoio material e financeiro (bolsas como o ProUni,	5,60%	5,70%	5,10%
Ampliar o número de escolas técnicas e de formação profissional	8,20%	8,70%	5,60%
Ampliar o número de vagas nas universidades públicas	15,10%	14,70%	16,80%
Ampliar as cotas nas universidades para jovens negros ou que	2,70%	2,60%	3,00%
Premiar as escolas que tiveram melhores resultados nas avaliações	1,70%	1,60%	2,10%
Garantir a participação de estudantes e pais na definição do	1,60%	1,50%	1,70%
Nenhuma delas	0,10%	0,20%	
Não sabe	0,30%	0,20%	0,50%

*Pergunta: Na sua opinião, qual destas ações o governo deveria fazer em 1º lugar, para melhorar a situação dos jovens em relação à educação?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Tabela 32 . Proposições para melhorar a situação do acesso ao trabalho para a juventude

AÇÕES*	TOTAL	Urbana	Rural
Aumentar a escolaridade e a qualidade do ensino	32,70%	33,90%	26,20%
Oferecer formação profissional	36,80%	36,30%	39,30%
Oferecer orientação vocacional	2,60%	2,80%	1,60%
Apoiar a entrada no mercado de trabalho	11,90%	11,80%	12,50%

Emprestar dinheiro, crédito para jovens desenvolverem negócios	2,20%	2,00%	3,10%
Oferecer e apoiar a criação de mais estágios	3,20%	3,50%	1,40%
Criar mais empregos	10,10%	9,30%	14,80%
Outras	0,30%	0,30%	0,40%
Nenhuma delas (espontânea)	0,20%	0,10%	0,70%
Não sabe	0,10%	0,10%	

*Pergunta: Na sua opinião, qual destas ações o governo deveria fazer em 1º lugar para melhorar a situação dos jovens no trabalho?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Observamos que as percepções sobre as políticas públicas de juventude ainda devem percorrer um grande percurso para ampliarem suas ações. Contudo, cerca de 20% dos jovens urbanos e rurais reconhecem as principais instâncias. E o primeiro programa nacional de juventude, ProJovem, cujo foco inicial eram as grandes metrópoles, é ainda o principal programa reconhecido pelo jovens urbanos e, mais ainda, pelos jovens rurais.

PERCEPÇÕES SOBRE A POLÍTICA

A pesquisa buscou compreender como os jovens percebem a participação política, participam da política formal e de outras formas de envolvimento político. Perguntados sobre sua atuação política, os jovens rurais se percebem menos atuantes que os jovens urbanos: 28,7% dos rurais e 34,1% dos urbanos não costumam participar, mas se interessam por política, situação reforçada na afirmação “Acho que a política deve ficar para pessoas que têm mais competência”, com a qual concordam 22,5% dos jovens rurais e 18,5% dos jovens urbanos.

Tabela 33 . Percepções sobre a participação política

OPÇÕES*	TOTAL	Urbana	Rural
Considero-me politicamente participante	8,30%	8,60%	6,50%
Não costumo participar mas me interesso por política	33,20%	34,10%	28,70%
Acho que a política deve ficar para pessoas que tem mais competência	19,20%	18,50%	22,50%
Não gosto de política, não me envolvo	39,00%	38,50%	41,90%
Outras respostas	0,20%	0,20%	
Não sabe	0,10%	0,10%	0,50%

*Pergunta: De um modo geral, qual das seguintes frases se aproxima mais da relação que você tem com a política:

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Mas sobre a participação efetiva em espaços de associação ou ação coletiva, observamos uma posição similar entre jovens urbanos e rurais. A não participação e o desinteresse por espaços formais é a primeira resposta a todas as modalidades apresentadas, seguida por “nunca participou, mas gostaria”.

Tabela 34 . Tipos de participação

OPÇÕES*	Respostas	Total	Urbano	Rural
SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO, ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA OU DE MORADORES	Nunca nem gostaria	55,70%	56,50%	51,70%
	Nunca mas gostaria	34,70%	34,40%	36,40%
	Participou antes	6,50%	6,70%	5,90%
	Participa hoje	3,00%	2,50%	6,00%
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL OU SINDICATO DE TRABALHADORES	Nunca nem gostaria	60,20%	61,00%	56,00%
	Nunca mas gostaria	33,60%	32,80%	37,70%
	Participou antes	3,30%	3,40%	3,10%
	Participa hoje	2,90%	2,80%	3,20%
ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL, GRÊMIO OU CENTRO ACADÊMICO	Nunca nem gostaria	50,20%	49,50%	54,10%
	Nunca mas gostaria	33,00%	33,00%	32,80%
	Participou antes	14,00%	14,90%	9,60%
	Participa hoje	2,80%	2,60%	3,50%

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	Nunca nem gostaria	63,70%	63,40%	65,90%
	Nunca mas gostaria	35,00%	35,30%	33,30%
	Participou antes	1,00%	1,00%	0,80%
	Participa hoje	0,30%	0,30%	
CLUBE, ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA OU DE LAZER	Nunca nem gostaria	40,50%	40,30%	41,90%
	Nunca mas gostaria	41,50%	41,20%	42,70%
	Participou antes	12,00%	12,60%	9,00%
	Participa hoje	6,00%	6,00%	6,30%
GRUPO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE OU ECOLÓGICO	Nunca nem gostaria	44,30%	44,50%	43,30%
	Nunca mas gostaria	50,60%	50,90%	49,00%
	Participou antes	3,70%	3,50%	4,70%
	Participa hoje	1,40%	1,10%	2,90%
GRUPO RELIGIOSO QUE SE REÚNE PARA AÇÕES ASSISTENCIAIS OU POLÍTICAS	Nunca nem gostaria	55,60%	55,60%	55,50%
	Nunca mas gostaria	25,40%	24,60%	29,20%
	Participou antes	10,60%	11,00%	8,50%
	Participa hoje	8,40%	8,70%	6,80%
GRUPO OU ASSOCIAÇÃO DE TRABALHO VOLUNTÁRIO NÃO RELIGIOSO	Nunca nem gostaria	61,00%	60,40%	64,30%
	Nunca mas gostaria	31,30%	31,80%	28,50%
	Participou antes	5,50%	5,70%	4,60%
	Participa hoje	2,20%	2,20%	2,70%
OPÇÕES	Respostas	Total	Urbano	Rural
GRUPO ARTÍSTICO OU CULTURAL	Nunca nem gostaria	51,80%	51,20%	54,90%
	Nunca mas gostaria	33,00%	32,70%	34,70%
	Participou antes	11,10%	11,70%	8,10%
	Participa hoje	4,00%	4,40%	2,30%
ENTIDADE OU GRUPO DE MÍDIAS LIVRES	Nunca nem gostaria	66,40%	65,30%	72,40%
	Nunca mas gostaria	27,70%	28,40%	23,70%
	Participou antes	3,80%	4,00%	2,60%
	Participa hoje	2,10%	2,30%	1,30%
ALGUMA COOPERATIVA	Nunca nem gostaria	73,90%	74,00%	73,40%
	Nunca mas gostaria	23,70%	23,50%	24,70%
	Participou antes	1,60%	1,50%	1,80%
	Participa hoje	0,80%	0,90%	

MOVIMENTO LIGADO A SAÚDE, MORADIA EDUCAÇÃO OU TRANSPORTES	Nunca nem gostaria	56,00%	56,30%	54,20%
	Nunca mas gostaria	40,30%	40,20%	40,80%
	Participou antes	2,60%	2,60%	2,70%
	Participa hoje	1,10%	0,90%	2,20%
ENTIDADE OU MOVIMENTO EM DEFESA DE GRUPOS DISCRIMINADOS	Nunca nem gostaria	60,20%	59,80%	62,10%
	Nunca mas gostaria	36,90%	37,40%	34,60%
	Participou antes	2,10%	2,10%	1,90%
	Participa hoje	0,80%	0,70%	1,40%
PARTIDO POLÍTICO: DE QUAL	Nunca nem gostaria	88,00%	88,10%	87,50%
	Nunca mas gostaria	7,60%	7,70%	7,00%
	Participou antes	3,00%	2,80%	3,60%
	Participa hoje	1,40%	1,30%	1,90%
ENTIDADE OU MOVIMENTO POR ALGUMA OUTRA CAUSA, OU QUALQUER OUTRO GRUPO	Nunca nem gostaria	82,20%	82,20%	82,30%
	Nunca mas gostaria	16,00%	15,80%	17,30%
	Participou antes	1,20%	1,30%	0,40%
	Participa hoje	0,60%	0,70%	

*Pergunta: Vou falar alguns tipos de associações, entidades e grupos e gostaria que você me dissesse se participa de algum deles, seja de forma física, presencial, seja de forma virtual, pela internet:

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

No entanto, ao observarmos a relação com a participação política formal obrigatória, temos um quadro interessante. A maioria, 79,3% dos jovens, sem distinção para urbanos e rurais, tinha título de eleitor, sendo que uma porcentagem expressiva (54%) havia obtido o título antes da idade obrigatória. E ainda chama a atenção o fato de que mais jovens rurais do que urbanos o obtiveram aos 17 anos (17,7% e 14,6%, respectivamente). Quando analisamos por regiões, as diferenças se acentuam. Na região Sudeste, a diferença entre os jovens rurais e urbanos com título a partir dos 17 anos é ainda mais significativa, 20% e 14,1%, respectivamente. A diferença nessa faixa se mantém no Nordeste. O Sul apresenta um quadro ainda mais juvenil de acesso ao título de eleitor, onde além de os jovens rurais com títulos terem percentual ligeiramente acima do apresentado pelos jovens urbanos

(80,7%, contra 78,6%, respectivamente), a diferença na faixa dos 16 anos é maior para os jovens rurais (35,1%, contra 33,9% dos jovens urbanos) e, na faixa dos 17 anos, se inverte (11,3% para os jovens rurais e 13,4% para os jovens urbanos). O Norte modifica esse quadro: 81,3% dos jovens urbanos têm título de eleitor, contra 78,6% dos jovens rurais. Nas faixas etárias mais jovens, a diferença é maior: 41,9% para os jovens urbanos e 26,8% para os jovens rurais, aos 16 anos. Na faixa seguinte, temos novamente uma inversão: 17,7% e 22,2%, respectivamente.

Tabela 35 . Título de eleitor por idade em que foi emitido

OPÇÕES*	TOTAL	Urbana	Rural
Tem título	79,30%	79,40%	79,20%
Tirou o título com 16 anos	39,10%	39,00%	39,40%
Tirou o título com 17 anos	15,10%	14,60%	17,70%
Tirou o título com 18 anos	20,60%	21,10%	17,80%
Tirou o título com 19 anos ou mais	4,00%	4,00%	3,80%
Não tem, vai tirar com 16 ou 17 anos	11,40%	11,20%	12,40%
Não tem, só vai tirar o título com 18 ou mais	5,70%	6,00%	4,10%
Não tem, não sabe quando vai tirar o título	2,90%	2,90%	2,80%
Não tem, não pretende tirar o título	0,50%	0,40%	1,20%
Outras	0,20%	0,10%	0,30%

SUDESTE			
OPÇÕES*	TOTAL	Urbana	Rural
Tem título	79,70%	79,60%	80,30%
Tirou o título com 16 anos	36,50%	36,60%	35,40%
Tirou o título com 17 anos	14,50%	14,10%	20,00%
Tirou o título com 18 anos	25,20%	25,30%	24,10%
Tirou o título com 19 anos ou mais	3,00%	3,20%	0,80%
Não tem, vai tirar com 16 ou 17 anos	10,10%	10,10%	9,60%
Não tem, só vai tirar o título com 18 ou mais	6,40%	6,50%	5,10%
Não tem, não sabe quando vai tirar o título	3,20%	3,10%	5,00%
Não tem, não pretende tirar o título	0,40%	0,40%	
Outras	0,20%	0,20%	

NORDESTE			
OPÇÕES*	TOTAL	Urbana	Rural
Tem título	79,40%	79,90%	78,10%
Tirou o título com 16 anos	45,30%	45,30%	45,10%
Tirou o título com 17 anos	15,60%	14,90%	17,60%
Tirou o título com 18 anos	13,10%	13,80%	11,00%
Tirou o título com 19 anos ou mais	4,50%	4,80%	3,80%
Não tem, vai tirar com 16 ou 17 anos	79,40%	79,90%	78,10%
Não tem, só vai tirar o título com 18 ou mais	45,30%	45,30%	45,10%
Não tem, não sabe quando vai tirar o título	15,60%	14,90%	17,60%
Não tem, não pretende tirar o título	13,10%	13,80%	11,00%
Outras	4,50%	4,80%	3,80%

SUL			
OPÇÕES*	TOTAL	Urbana	Rural
Tem título	78,90%	78,60%	80,70%
Tirou o título com 16 anos	34,10%	33,90%	35,10%
Tirou o título com 17 anos	13,20%	13,40%	11,30%
Tirou o título com 18 anos	26,90%	27,20%	25,20%
Tirou o título com 19 anos ou mais	3,60%	3,00%	7,70%
Não tem, vai tirar com 16 ou 17 anos	9,60%	10,00%	6,60%
Não tem, só vai tirar o título com 18 ou mais	8,60%	8,70%	7,80%
Não tem, não sabe quando vai tirar o título	2,10%	2,10%	1,90%
Não tem, não pretende tirar o título	0,40%	0,30%	0,80%
Outras	0,50%	0,20%	2,20%

NORTE			
OPÇÕES*	TOTAL	Urbana	Rural
Tem título	80,60%	81,30%	78,60%
Tirou o título com 16 anos	38,00%	41,90%	26,80%
Tirou o título com 17 anos	18,90%	17,70%	22,20%
Tirou o título com 18 anos	17,90%	14,90%	26,20%
Tirou o título com 19 anos ou mais	5,90%	6,80%	3,40%
Não tem, vai tirar com 16 ou 17 anos	12,00%	12,20%	11,50%
Não tem, só vai tirar o título com 18 ou mais	4,60%	4,30%	5,50%
Não tem, não sabe quando vai tirar o título	2,50%	1,80%	4,40%
Não tem, não pretende tirar o título			
Outras	0,20%	0,30%	

CENTRO-OESTE			
OPÇÕES*	TOTAL	Urbana	Rural
Tem título	76,50%	75,80%	84,60%
Tirou o título com 16 anos	38,00%	37,20%	45,70%
Tirou o título com 17 anos	14,70%	15,20%	9,50%
Tirou o título com 18 anos	18,70%	18,40%	21,60%
Tirou o título com 19 anos ou mais	5,20%	5,00%	7,80%
Não tem, vai tirar com 16 ou 17 anos	13,80%	14,10%	10,70%
Não tem, só vai tirar o título com 18 ou mais	7,50%	7,90%	2,90%
Não tem, não sabe quando vai tirar o título	1,70%	1,80%	
Não tem, não pretende tirar o título	0,40%	0,40%	
Outras	0,20%		1,80%

*Pergunta: Você tem título de eleitor?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Mas vale ressaltar que, tanto para os jovens urbanos quanto para os rurais, a emissão do título antes da idade obrigatória sinaliza um interesse concreto de participação da política institucional formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa *Agenda Juventude Brasil* inova, ao aprofundar diversos temas no recorte populacional que permite olharmos mais de perto a vivência da juventude no campo e nas cidades do Brasil, hoje. É um esforço inédito e deve ser mais aproveitado para análises futuras.

Ao nos aproximarmos da juventude que vive em regiões identificadas como rurais, trazemos uma complexidade de questões que devem ser consideradas ao avançarmos nas análises sobre questões como: ser jovem e viver no século XXI em regiões rurais, ser jovem rural e circular na cidade, sair ou ficar do/no meio rural, possibilidades e projetos para os jovens que vivem no campo. Afinal, ser jovem no campo e na cidade: o que aproxima e o que distancia essas vivências?

A pesquisa nos mostrou que as distâncias entre as condições de vida dos jovens rurais e dos jovens urbanos permanecem expressivas. Mas, os interesses nas práticas de lazer, os usos dos meios de comunicação, as percepções sobre o Brasil e as formas de participação na vida política os aproximam.

A produção de alimentos no Brasil depende, fortemente, da agricultura familiar, como demonstra os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006. A agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de mandioca, feijões, leite de vaca, suínos e, ainda, por parte importante da produção de milho, arroz, café, trigo e ovos consumidos pelas famílias brasileiras (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2009). A produção orgânica, agroecológica e livre de agrotóxicos vem aumentando nos últimos anos no país, como nos mostra estudos da Embrapa⁶, e a maior parte da produção orgânica e a totalidade da produção agroecológica são produzidas pela agricultura familiar. Assim, termos uma agricultura familiar fortalecida é estratégico para o país. Termos gerações se sucedendo nessa missão é central para garantirmos a segurança alimentar que o Brasil vem conquistando.

Portanto, quando falamos de *juventude rural*, *juventude do campo*, *juventude camponesa*, *juventude da agricultura familiar*, *juventude quilombola*, *juventude ribeirinha*, estamos tratando de categorias que representam populações, mas também identidades políticas e sociais que vivenciam, de forma direta ou indireta, as disputas em curso no Brasil e no mundo sobre a relação entre desenvolvimento e segurança alimentar, por exemplo. A juventude carrega, muitas vezes, a *herança da luta* ou o peso da expectativa geracional. Se envolvem com os processos de disputa de significados e da concretude de suas vidas; ou escolhem não reproduzir a difícil vivência e históricos distanciamentos que hierarquizam direitos, de acordo com onde se vive. Isto é, historicamente, temos, no Brasil, um olhar de “atraso” que subordina o campo à cidade.

6 Ver: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1884777/agricultura-organica-crece-com-adocao-de-resultados-de-pesquisa>.

Que rumos o chamado desenvolvimento irá tomar, bem como a relação com nossa soberania alimentar e a ampliação do acesso de todos a direitos são frentes de luta travadas na sociedade brasileira e não exclusivamente responsabilidade política de uma parcela que ainda resiste no campo. Ser jovem e rural, no Brasil, deve significar, acima de tudo, a conquista de direitos iguais àqueles almejados pelos jovens que vivem nas grandes cidades, o direito a viver a vida com qualidade e reconhecimento de seu papel social e político. Mas também viver a vida como jovens, que possam desfrutar a juventude no campo e na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. et al. *Juventude e agricultura familiar*: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.
- AGUIAR, V.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.
- ARENSBERG, C.M.; KIMBALL, S. T. *Familiy and community in Ireland*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1968.
- BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. In: *Études Rurales*, n. 5/6, Paris, p. 32-109, abril/set. 1962.
- BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. *Agenda Juventude Brasil*: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. Brasília: SNJ, 2014.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil*: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão nº 621).

CASTRO, E. G. de. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria juventude rural*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2013.

_____; MARTINS, M.; ALMEIDA, S. F. de; RODRIGUES, M. E. B.; CARVALHO, J. G. de. *Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.

_____; MARTINS, M.; FERREIRA, S. L.; CORREA, J. G. A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político. Contribuições para um estado da arte. In: Alvarado, S. V.; VOMMARO, P. A. (Orgs.). *Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas 1960-2000*. 1 ed.. Rosario: Homo Sapiens Ediciones/Clacso, 2010, v. 1, p. 55-87.

CHAMPAGNE, P. Jeunes agriculteurs et vieux paysans: crise de la succession et apparition du “troisième âge”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: Editions Minuit, n. 26,27 – mars – avril, 1979, pp. 83-107.

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude Rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In *Juventude e políticas sociais no Brasil*. CASTRO J. A.; AQUINO, L. A. M. C. de, ANDRADE, C. C. (Orgs). Brasília: IPEA, 2009. 303 p.

FRANÇA, C. G. de; GROSSI, M. E. D.; MARQUES, V. P. M. de A. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009.

HEREDIA, B. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOURA, M. *Os herdeiros da terra*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

NOVAES, R. R. Juventude/ juventudes? *Comunicações ISEER*, ano 17, n. 50, Rio de Janeiro, Iser, 1998.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia, *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004.

SILVA, M. S.; MENEZES, M. A. de. Homens que migram mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares – PB. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WOORTMAN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo-Brasília: Hucitec/ Edunb, 1995.

ELISA GUARANÁ DE CASTRO é antropóloga, atualmente é Assessora no Ministério de Desenvolvimento Agrário. Até meados de 2015 foi Assessora da Secretaria Nacional de Juventude – Secretaria Geral da República. É Profa. do Curso de Graduação em Ciências Sociais. Profa. Colaboradora do Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA.



Juventude negra: qual é mesmo a diferença?¹

felipe da silva freitas

Analisar as articulações entre racismo e condição geracional constitui um importante desafio para pesquisadores, ativistas políticos e gestores públicos, seja pela importância política alcançada pela agenda racial (THEODORO, 2013; WERNECK, 2013), seja pelo crescente debate sobre juventude, seus direitos e opiniões (ABRAMO, 2005; NOVAES, 2009, 2011). A temática da população negra representa um ponto central na reflexão sobre democracia e desenvolvimento no Brasil (CHAUI, 2013), em especial nas questões relativas ao segmento juvenil deste grupo populacional.

¹ Este artigo foi construído em intensos diálogos com Solange Rodrigues, pesquisadora do Iser Assessoria, e com a equipe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), em especial com os colegas Cláudia Anjos, Clóvis Souza, Dalila Negreiros e Paulo Victor. Agradeço a todos/as pelas valiosas sugestões na formulação e no debate de algumas das hipóteses aqui apresentadas.

FELIPE DA SILVA FREITAS é mestrando em Direito pela Universidade de Brasília e membro da coordenação do Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR). Foi presidente do Conselho de Juventude do estado da Bahia (2010), onde também atuou como assessor de juventude na Secretaria de Relações Institucionais (2011) e na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (2012).

A condição de vida e as percepções dos jovens negros sobre si mesmos e acerca do conjunto da sociedade são elementos fundamentais não somente para a reflexão referente aos direitos desta parcela da população, mas, também, para a compreensão sobre a persistência da desigualdade e da discriminação racial no país. Entender as perspectivas dos jovens negros é um passo importante para analisar com mais profundidade o racismo e os seus efeitos, bem como para propor respostas efetivas aos problemas dele decorrentes, em particular aqueles que dizem respeito às condições nas quais estes jovens desenvolvem as suas trajetórias e fazem as suas escolhas.

Neste artigo, discutiremos, a partir dos dados coletados pela pesquisa *Agenda Juventude Brasil*², alguns elementos sobre o que é ser jovem negro numa sociedade racista, destacando as percepções destes jovens sobre a sua própria condição juvenil e investigando os possíveis impactos da discriminação racial na construção destas percepções. O desafio é pensar de que forma e em que medida os efeitos causados pelo racismo podem repercutir nas leituras da juventude negra sobre sua própria vida e sobre o conjunto das questões do país.

Na primeira parte, destacaremos o perfil da juventude negra e sua participação no conjunto da população, com destaque para o crescimento da autoidentificação dos jovens como pretos e pardos. No segundo tópico, analisaremos a questão do acesso diferenciado dos jovens ao lazer e às novas tecnologias da informação e da comunicação. No terceiro item, estudaremos a exposição dos jovens negros à violência, com destaque para o impacto das mortes por causas externas entre os jovens negros e, por fim, investigaremos a discriminação, debatendo as percepções e leituras dos jovens sobre o racismo e as discriminações às quais estão expostos.

2 A pesquisa *Agenda Juventude Brasil – Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013* ocorreu entre os dias 13 de abril e 19 de maio de 2013, em 187 municípios brasileiros, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e por municípios (pequenos, médios e grandes), contemplando as 27 Unidades da Federação. Foram entrevistados 3.300 jovens de 15 a 29 anos.

Sem pretender esgotar a análise dos dados, busca-se discutir alguns itens da pesquisa segundo a declaração de identificação racial dos entrevistados e, ao mesmo tempo, apontar pistas que contribuam para a formulação de novas questões sobre o tema, tanto para investigações quantitativas quanto por meio de pesquisas de caráter qualitativo que possam colaborar com o aprofundamento das análises aqui apresentadas.

1. UMA GERAÇÃO QUE SE ASSUME NEGRA

Segundo os dados do Censo de 2010, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população jovem brasileira, naquele ano, era de 51,3 milhões de pessoas, das quais 7,9% se declararam pretas e 45,9% pardas, ou seja, no Brasil, 53,8% dos jovens se autoidentificaram como negros³.

Na pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, o pertencimento racial dos jovens entrevistados foi questionado de duas formas. Primeiramente, por meio de questão com resposta espontânea, na qual o próprio entrevistado pôde indicar a sua cor ou raça. Em seguida, por meio de questão com resposta estimulada, na qual o entrevistador utilizou as opções trabalhadas pelo IBGE: branca, preta, parda, amarela ou indígena⁴.

Quando perguntados na forma espontânea, 32% declararam-se brancos; 9% pretos; 36% pardos; 5% negros; 13% morenos; 2% amarelos; 1% indígenas; 1% mestiços e 1% outras. No questionamento estimulado, 34% identificaram-se como brancos; 2% indígenas; 2% amarelos; 15% pretos e 45% pardos, ou seja, 60% negros, e 1% outras.

3 Assim como nas recentes abordagens sobre a questão racial feitas pelo IBGE e pelas ciências sociais, e conforme a luta histórica do movimento negro brasileiro, usamos a expressão “negro” no seu sentido político-social, referindo-se ao conjunto de pessoas autoidentificadas como pretas e pardas. Ver: MUNANGA, 2000; OSORIO, 2013; PETRUCELLI, 2013.

4 A questão com resposta espontânea foi formulada da seguinte maneira: “No Brasil tem gente de várias cores ou raças. Qual é sua cor ou raça?”; a questão com resposta estimulada foi assim apresentada: “Você diria que a sua cor ou raça é: 1 Branca, 2 Preta, 3 Parda, 4 Amarela, 5 Indígena”.

Numa comparação entre os dados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* e os do *Projeto Juventude Brasileira*⁵, coletados em 2003 entre população jovem de 15 a 24 anos, verifica-se que houve uma elevação de 25% para 45% dos jovens que se autoidentificaram como pardos e uma diminuição de 44%, em 2003, para 34%, em 2013, dos que se declararam brancos; de 17% para 15% dos pretos, de 4% para 2% dos amarelos e de 5% para 2% dos indígenas. Podemos perceber, como destaca Sergei Soares (2008), que há uma tendência de maior autoidentificação como pretos e pardos ao longo dos anos e uma diminuição dos que se declaram brancos nos país⁶.

Nesta mesma perspectiva, podemos observar que, nos dados da *Agenda Juventude Brasil*, seis em cada dez entrevistados declararam-se negros (15% pretos e 45% pardos), enquanto os dados do Censo 2010 indicam uma proporção de 7,9% de pretos, 45,9% de pardos e 44,7% de brancos na faixa etária dos 15 aos 29 anos. Ou seja, na pesquisa, há quase o dobro de jovens que se autoidentificam como pretos em relação aos dados do Censo.

Uma hipótese para explicar esta diferença e melhor entender os dados aqui apresentados é considerar que, enquanto no Censo a informação de cor de todos os que compõem a família é dada por um dos membros da casa, na pesquisa em pauta coleta-se a autoidentificação do próprio jovem, que, influenciado pelos sucessivos esforços do movimento negro, no sentido de superar os estigmas e representações negativas sobre a população negra, tenderia a uma maior identificação racial como negro.

5 O *Projeto Juventude Brasileira* foi uma iniciativa do Instituto Cidadania, que, em 2003, desenvolveu um levantamento quantitativo, com representatividade nacional, referente à população juvenil entre 15 e 24 anos. No presente artigo, buscar-se-á, sempre que possível, a comparação com esta outra investigação, posto que muitas das questões aqui analisadas foram apresentadas no estudo precedente. Sobre o *Projeto Juventude Brasileira*, ver: ABRAMO, 2005; INSTITUTO CIDADANIA, 2004 e NOVAES e VANNUCHI, 2004.

6 “A história é bastante clara e simples. Até o início dos anos 1990, a população negra vinha aumentando de modo relativamente lento e vegetativo via uma taxa de fecundidade um pouco mais alta para pretos e pardos, e o fato de que filhos de casais mistos têm maior probabilidade de ter filhos pardos. Em algum momento, entre 1996 e 2001, há o início de um processo de mudança em como as pessoas se veem. Passam a ter menos vergonha de dizer que são negras; passam a não precisar se branquear para se legitimarem socialmente. Essa mudança é um processo surpreendentemente linear, surpreendentemente claro e, ao que tudo indica, ainda não terminou. (...) Pode-se dizer que o que está ocorrendo não é que o Brasil esteja tornando-se uma nação de negros, mas, sim, que está se assumindo como tal.” (SOARES, 2008, p. 116).

Outras pesquisas já indicaram esta hipótese, de que, na autoidentificação exclusiva dos jovens, há uma tendência a uma maior identidade racial entre jovens negros do que no conjunto da população (IBASE/PÓLIS, 2009 e CORROCHANO et al., 2008). Neste sentido, tal tendência continua sendo uma importante linha a ser explorada em pesquisas qualitativas que aprofundem as investigações sobre esta hipótese e sobre seus desdobramentos na interpretação da questão racial entre a juventude brasileira.

2. UMA GERAÇÃO MARCADA PELO ACESSO DIFERENCIADO AS NOVAS TECNOLOGIAS E AOS ESPAÇOS DE LAZER E DIVERSÃO

A ampliação do número de vagas e matrículas nos estabelecimentos públicos e o aumento significativo da escolaridade dos jovens, inclusive com aumento dos índices de ingresso na universidade, bem como a diminuição do desemprego, com o crescimento dos postos de trabalho formal, são duas marcas da sociedade brasileira na década de 2003 a 2013 (SINGER, 2012; SADER, 2013; VENTURI et al., 2013). No entanto, apesar desses significativos avanços, continuam sendo bandeiras centrais na agenda da juventude brasileira a questão do financiamento para a educação, a oferta de ensino técnico e profissionalizante e o acesso e a permanência nos variados níveis de ensino, ao lado da garantia de trabalho decente para a juventude e apoio ao empreendedorismo e associativismo juvenis (RODRIGUES e FREITAS, 2012, p. 64).

No que tange à questão racial, tais bandeiras tornam-se ainda mais importantes e significativas, posto que se somam à constatação de que são os jovens negros aqueles que possuem os piores indicadores, tanto em termos de acesso quanto de qualidade no acesso à educação⁷

7 Segundo dados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, um menor número de jovens negros que de jovens brancos declararam que estavam estudando (41% a 35%). No que se refere à progressão dos estudos, 45% dos jovens negros declararam experimentar níveis de defasagem idade/série, ao passo que, entre os jovens brancos, este índice era 15 pontos percentuais menor (30%). Já entre os que declararam ter abandonado os estudos pelo menos uma vez, pretos e pardos representaram 21%, ao mesmo tempo em que, entre os jovens brancos, a proporção era de 13% (8% menor do que a dos jovens negros).

e ao trabalho⁸ no país. Tais dados também são verificados na pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, confirmando aquilo que já fora largamente identificado pelas pesquisas quantitativas, no sentido de demonstrar os efeitos negativos do racismo sobre a população negra, inclusive nas áreas de educação e trabalho⁹ (PAIXÃO e CARVANO, 2009).

É um quadro em que, apesar dos avanços já destacados em termos de acesso aos níveis superiores de ensino e de maior número de vagas no mundo do trabalho, a questão racial segue impactando na intensidade, na velocidade e na forma de inserção dos negros. Tal cenário também pode ser verificado quando observamos as oportunidades que os jovens negros têm para se comunicarem por meio das novas tecnologias e para usufruírem dos espaços de cultura e lazer das cidades.

O acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação marca, de modo muito decisivo, a sociedade contemporânea. Aparelhos celulares com acesso à internet, emissoras de TV por assinatura, nas quais é possível ter conteúdos exclusivos e personalizados, redes sociais para interação permanente entre os seus usuários e para transmissões em tempo real de som e imagem, com velocidade e qualidade cada vez maiores, são alguns exemplos de como a tecnologia é, efetivamente, uma marca deste tempo.

Entre os jovens, este processo é mais intenso e acelerado, de modo que eles:

(...) não pensam sua existência sem esses recursos, porque eles foram incorporados à sua experiência de vida (de diversas formas). Ainda que não tenham fácil acesso a todos os equipamentos e

8 No que se refere ao trabalho, a pesquisa *Agenda Juventude Brasil* revela que a diferença também se pronuncia, ainda que de modo menos expressivo. Enquanto 53% dos jovens negros estavam trabalhando, entre os brancos este percentual subia para 55%. Ainda que jovens negros e brancos ingressem no mercado de trabalho aproximadamente com a mesma idade, a forma deste ingresso também é bastante diferenciada, segundo a cor da pele do indivíduo. Enquanto entre os jovens brancos 49% ocupavam postos de trabalho formal, entre os jovens negros este número caía dez pontos percentuais (39%).

9 Como informam as notas precedentes, os dados levantados apontam desigualdades, no que se refere ao acesso de jovens negros e não negros à escolarização e ao mercado de trabalho. Tais aspectos, por serem analisados especificamente em outros artigos desta obra, não são aqui aprofundados.

serviços necessários para que usem de fato as novas tecnologias da informação e da comunicação, elas fazem parte do seu cotidiano: causaram mudanças estéticas, por exemplo, na linguagem hoje usada pelas emissoras de televisão, na percepção e apreensão do tempo e do espaço etc. Enfim, essa geração lida não apenas com os recursos que estão presentes nessas tecnologias, mas também com todas as consequências advindas de sua presença e dos seus usos. (LANES, 2012)

Contudo, no que diz respeito à questão racial, manifestam-se diferenças importantes, tanto no acesso quanto nos usos que jovens negros e não negros fazem destes tão significativos passaportes para os trânsitos sociais contemporâneos. Seja no que se refere aos meios pelos quais costumam se informar sobre o que acontece, seja no acesso a computador e internet e nos usos destas tecnologias, ou mesmo no acesso a telefones celulares, muitos são os aspectos nos quais ficam evidentes as desvantagens dos negros neste universo da informação e da comunicação.

Segundo os dados da pesquisa quanto aos meios para se informar sobre as notícias do Brasil e do mundo, foi majoritária a parcela que declarou utilizar-se da televisão aberta (86%) ou da internet (56%), havendo, no entanto, diferenças entre negros e brancos quanto às demais formas de informação sobre as notícias do país.

Por um lado, entre os jovens negros, a TV aberta, rádios comerciais e rádios comunitárias são mais utilizadas que entre os jovens brancos: 84% dos entrevistados autoidentificados como pretos ou pardos afirmaram usar a TV aberta como meio de informação, ante 80% de brancos; quanto ao rádio comercial, eram 21% de negros, em face de 19% de brancos; no que se refere às rádios comunitárias, eram 5% de negros, diante de 3% de brancos. Por outro, os dados indicam que os jovens brancos usam mais a internet e a TV paga como fonte de informação, comparativamente aos autoidentificados como pretos e pardos: 60% dos entrevistados de raça/cor branca acessavam notícias via internet, enquanto apenas

53% dos jovens pretos/pardos declararam valer-se deste mesmo recurso. Quanto à TV paga, eram 22% de brancos que declararam utilizá-la, ante 15% de negros.

Percebemos que oito em cada dez entrevistados (80%) declararam usar computador e/ou internet, sendo a grande maioria (75%) usuária de ambos. Quando observamos esse acesso pelas diferenças de cor, vemos que os jovens negros tinham, em média, 10% menos acesso do que os brancos, demonstrando como o fenômeno da difusão das novas tecnologias ainda é desigual e incompleto entre os jovens no Brasil.

Quanto ao local onde os jovens acessam a internet, também se verifica a desigualdade entre negros e brancos. Enquanto 61% dos jovens brancos declararam acessar computador e/ou internet em casa, entre os jovens negros este número caiu para 52%, ao passo que em *lanhouses* o acesso por jovens negros era maior (10%) que por jovens brancos (7%).

Segundo a mesma tendência, entre os jovens que declararam não usar computador e/ou internet, a diferença é ainda mais expressiva e preocupante. Enquanto apenas 12% dos jovens brancos não usavam computador, entre os jovens negros este número subia para 23% (ou seja, quase o dobro). Trata-se de uma desigualdade que impacta, de modo muito decisivo, no repertório cultural destes jovens e nas suas possibilidades de inclusão e de exercício da cidadania.

Além das desigualdades no acesso às novas tecnologias, registraram-se também diferenças quanto às atividades de lazer desenvolvidas por jovens negros e brancos. Quando perguntados sobre as atividades que fizeram nos últimos 30 dias, ou nos últimos 12 meses, alguma vez na vida ou se nunca fizeram, as respostas de negros e brancos coincidiram, ao referirem-se a atividades gratuitas e largamente disseminadas em comunidades populares, como “passear em parques e praças”, “missas, cultos ou sessões espíritas”, “dança em boates”, “festas ou bares com amigos”, e diferenciaram-se, quanto a atividades de maior custo ou maior prestígio social. Segundo a pesquisa, em atividades como “passeios a *shopping center*”, “viagens nos fins de semana”, “cinema”, “*show* de música brasileira”, “parques de diversões”,

“concerto de música clássica”, “biblioteca” e “exposição de fotografia” havia uma diferença média de 10% em desfavor dos jovens negros. Trata-se de uma preocupante situação de exclusão, nem sempre relacionada apenas à condição econômica destes jovens.

Espaços como bibliotecas e *shopping centers*, por exemplo, são de livre acesso e circulação. Contudo, mesmo que não precisem propriamente de dinheiro para acessar estes espaços, os jovens negros estão pressionados, tanto pelo risco da discriminação, decorrente dos fortes estereótipos que foram impostos a estes jovens, quanto por serem vítimas de um processo histórico no qual tais espaços (supostamente de maior refino, poder e/ou erudição) não lhes são dirigidos.

É possível inferir que jovens negros acessem com menos frequência as opções de “cinema”, “música clássica” ou “exposição de fotografia”, pois estes conteúdos e estas linguagens, geralmente, não integram os espaços em que estes jovens cresceram. É um processo de desinteresse que resulta do baixo conhecimento destas experiências, decorrente do fato de que estes jovens estão excluídos de tais possibilidades.

No caso específico dos *shoppings centers*, destaque-se que, na década de 2000, estes espaços foram se popularizando e que a ampliação do poder de consumo de parcelas expressivas da sociedade foi diversificando seu público frequentador. No entanto, a diferença de dez pontos percentuais entre os jovens negros e brancos que declararam já ter frequentado um *shopping* ou de doze pontos percentuais entre os que passaram em um *shopping* nos 30 dias anteriores à pesquisa, ao lado da ampliação das denúncias referentes a casos de discriminação de jovens negros neste tipo de estabelecimentos comerciais, revelam que existem elementos não econômicos que precisam ser arrolados na interpretação das desigualdades entre os jovens.

No ano de 2014, ocorreu uma série de incidentes envolvendo as entidades representativas dos donos de *shoppings*, as autoridades policiais e grupos de jovens (negros, em sua quase maioria) que organizaram grandes encontros em *shoppings* famosos do país, com o objetivo de confraternizarem

e fotografarem-se diante das vitrines das lojas. Denominados de “rolezinhos”, tais encontros ocuparam grande destaque na mídia nacional e deflagraram um debate sobre a discriminação nestes estabelecimentos. Em alguma medida, podemos afirmar que os dados coletados pela pesquisa *Agenda Juventude Brasil* confirmam a hipótese dos analistas que, naquele momento, afirmavam que havia, na reação dos empresários e de parte da sociedade àquelas manifestações, um forte elemento de racismo, perante a presença massiva de negros num espaço tido como de alto prestígio social. Vale destacar, neste sentido, as considerações da jornalista Eliane Brum, que, quando da primeira grande onda de “rolezinhos” (entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014), afirmou¹⁰:

Se não há crime, por que a juventude pobre e negra das periferias da Grande São Paulo está sendo criminalizada? Primeiro, por causa do passo para dentro. Os *shoppings* foram construídos para mantê-los do lado de fora e, de repente, eles ousaram superar a margem e entrar. E reivindicando algo transgressor para jovens negros e pobres, no imaginário nacional: divertir-se fora dos limites do gueto. E desejar objetos de consumo. Não geladeiras e TVs de tela plana, símbolos da chamada classe C ou “nova classe média”, parcela da população que ascendeu com a ampliação de renda no governo Lula, mas marcas de luxo, as grandes grifes internacionais, aqueles que se pretendem exclusivas para uma elite, em geral branca. (BRUM, 2014)

10 Sobre o assunto, ver: BAIRROS, 2014; WU, 2014 e BRUM, 2014.

3. UMA GERAÇÃO MARCADA PELA VIOLÊNCIA

Ao analisar a condição juvenil contemporânea, a antropóloga Regina Novaes escreveu sobre três medos juvenis: “o medo de sobrar”, por causa do desemprego; “o medo de ficar desconectado”, em um mundo conectado e marcado pelas novas tecnologias, e “o medo de morrer”, prematuramente e de forma violenta (NOVAES, 2007). Sobre este último medo [de morrer], a juventude negra está especialmente marcada na sociedade contemporânea.

Assim, como já indicado em outras pesquisas de opinião (INSTITUTO CIDADANIA, 2004) e em análises estatísticas dos dados do sistema de saúde sobre mortalidade juvenil (WAISELFISZ, 2013), a pesquisa *Agenda Juventude Brasil* aponta para o fato de que há um significativo número de jovens que já tiveram contato direto com a violência letal e que são os jovens negros os mais impactados por este fenômeno. Segundo os dados apurados pela pesquisa, 54% dos jovens negros declararam já terem perdido algum parente ou amigo próximo morto de forma violenta, enquanto entre os jovens brancos este índice foi de 45%. São quase dez pontos percentuais de diferença.

As experiências também se distinguem com relação à causa da morte: entre os jovens brancos que perderam alguém próximo de forma violenta, o número daqueles cuja morte foi causada por acidente era levemente superior aos casos de homicídio (20% e 18%); já entre os jovens negros, era muito maior a porcentagem daqueles cuja morte foi causada por homicídio do que a dos que morreram por acidente (28% homicídio e 17% acidente).

Tal tendência já fora revelada em outras pesquisas, em especial no *Projeto Juventude*, na qual 46% dos jovens entre 15 e 24 anos declararam que já perderam alguém próximo de forma violenta, sendo que entre os jovens negros este índice era de 52% e entre os jovens brancos de 42%.

A exposição a armas de fogo também marca de modo bastante profundo esta geração de jovens. Quase seis em cada 10 jovens (57%) já tinham visto de perto uma arma de fogo de verdade, que não fosse de um policial ou militar. Entre os rapazes, sete de cada dez (70%) já tinham visto de perto uma arma de fogo, enquanto pouco menos da metade das moças viveram a

mesma experiência. A ocorrência de já ter visto de perto uma arma de fogo aumenta conforme avançam as idades: 45% (15 a 17 anos), 56% (18 a 24 anos) e 66% (25 a 29 anos) e é maior entre os negros (60%) do que entre os brancos (51%).

Tal cenário – de alta exposição à violência letal e à circulação de armas de fogo – justifica o fato de que a violência seja a principal preocupação da juventude brasileira (45% dos jovens brancos e 42% dos jovens negros), assim como já revelado em outras pesquisas (INSTITUTO CIDADANIA, 2004; CARA et al., 2009). Segundo dados do Ministério da Saúde (Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde: Sistema de Informações sobre Mortalidade), o número de homicídios de jovens brancos caiu de aproximadamente 9 mil no ano de 2000 para 6 mil em 2011, enquanto para os jovens negros este número cresceu de cerca de 14 mil para aproximadamente 19 mil homicídios.

Neste sentido, vale destacar que, especialmente a partir de 2000, cresceram no país as denúncias referentes ao alto número de agressões e mortes de jovens negros e à persistência da violência no âmbito da abordagem policial, bem como as campanhas e os movimentos¹¹ destinados a enfrentar o fenômeno conhecido como extermínio ou genocídio da juventude negra¹².

Nas conferências sobre direitos – com destaque para as conferências de direitos humanos, segurança pública, juventude e igualdade racial –, o tema da violência contra a juventude negra ganhou relevo em vários aspectos, confirmando o dado coletado pela pesquisa *Agenda Juventude Brasil* e já indicado em outros estudos de que a violência é um dos temas que mais

11 Como exemplos, podemos citar: Campanha Reaja ou Será Morto ou Será Morta, organizada por entidades do movimento negro da Bahia (2005); Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio de Jovens, coordenada pelas Pastorais da Juventude da Igreja Católica (2009); Campanha Nacional contra o Genocídio da Juventude Negra, coordenada pelo Fórum Nacional de Juventude Negra (2009); Marcha Estadual Contra o Extermínio da Juventude Negra (2010), promovida pelo Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes); Campanha “Eu Pareço Suspeito?” (2012), lançada por organizações do movimento negro do estado de São Paulo; Campanha Juventude Marcada Para Viver, realizada pelo Observatório de Favelas (2013). Sobre a questão da trajetória de organização da juventude negra nos primeiros anos do século XXI, ver: MORAIS e RAMOS, 2013.

12 Sobre a noção de genocídio da juventude negra e o sistema penal, ver: FLAUZINA, 2008.

preocupam a juventude do país (INSTITUTO CIDADANIA, 2004; IBASE/PÓLIS, 2007) e na América Latina (NOVAES e RIBEIRO, 2010).

Seja na demanda por políticas de prevenção à violência, por meio da reivindicação de ações para a garantia de direitos e oportunidades para juventude negra, com vistas ao combate às desigualdades; seja pela dimensão do enfrentamento ao racismo institucional, especialmente no que se refere à luta por ações de controle da violência policial e de combate ao racismo no sistema de justiça, é perceptível a existência de um forte movimento pela adoção de políticas que enfrentem o problema do extermínio da juventude negra. A este respeito, segue sendo preocupante a insuficiência com que o Estado brasileiro tem tratado a questão, de modo que é imperioso qualificar ainda mais o debate público sobre este tema, com vistas à construção de políticas públicas que correspondam à demanda histórica dos movimentos negros por ações de prevenção à violência no país¹³.

4. UMA GERAÇÃO QUE VIVE NUMA SOCIEDADE QUE DISCRIMINA...

Como podemos ver nos dados até aqui apresentados, são expressivas as diferenças e desigualdades entre jovens negros e brancos no acesso a direitos em nossa sociedade. Tanto na educação quanto no mundo do trabalho, no acesso às novas tecnologias e ao lazer, ou mesmo na garantia do direito à vida segura, os jovens negros ocupam posições de desvantagem, determinadas pelo racismo e pela discriminação racial.

Apesar dos avanços e conquistas desta geração de jovens negros, em relação às gerações anteriores, é necessário reconhecer que o país ainda não conseguiu superar as desigualdades raciais. As políticas universais de combate à pobreza (com destaque para a pobreza extrema) e políticas para

13 Com o objetivo de enfrentar o problema da violência contra a juventude negra, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria Geral da Presidência da República lançaram, em 2012, o *Plano Juventude Viva*. Tal iniciativa caracteriza-se como um esforço inédito de onze ministérios do governo federal para prevenir a ocorrência de homicídios contra a juventude negra no país. Sobre esta iniciativa, ver: FREITAS, 2013 e www.juventude.gov.br/juventudeviva.

promoção do acesso a bens e serviços públicos ainda não foram suficientemente complementadas pelas políticas de caráter afirmativo e compensatório a serem adotadas, com vistas ao combate ao racismo e à promoção da igualdade racial (THEODORO, 2013, p. 165). O racismo segue estruturando desigualdades lastreadas em representações e estereótipos negativos disseminados sobre as pessoas negras em nossa sociedade:

O resultado final é que seguimos sendo extremamente desiguais e, mais do que isso, abusamos da desigualdade. Somos campeões nesse quesito. O país mais rico da América Latina é também um dos mais iníquos, concentrando, assim, pobreza e indigência em níveis exacerbados. Esse é um estigma que carregamos há séculos e com o qual convivemos até com grande resignação. Qual a explicação para o fato de que o país Brasil, que apresentou taxas de crescimento das mais expressivas no século passado, conviva ainda com nichos importantes de pobreza e desigualdade? Como entender a renitência da pobreza em meio à abundância? Que processo histórico particular é esse que possibilita a convivência de extremos – muito ricos e muito pobres – que se complementam em uma, até certo ponto, harmoniosa ambiência?

(...) O racismo institucional é a forma mais sofisticada e bem-acabada do preconceito, envolvendo o aparato jurídico-institucional. Atuando no plano macro, o racismo institucional é o principal responsável pela reprodução ampliada da desigualdade no Brasil.

Também é certo que em muito contribui o racismo como ideologia, na medida em que, como já enfatizado, por seu intermédio a condição de pobreza e de miséria finda por naturalizar-se. A sociedade não vê a existência de pobres, de mendigos, de população habitando lixões, como algo a ser enfrentado. Ao contrário, tudo isso faz parte da paisagem social brasileira. O racismo impede que as pessoas vejam os pobres e miseráveis como seus iguais. É como

se existissem categorias distintas de pessoas. Para um grupo a cidadania plena, para outros, “a vida como ela é”... Está criado assim o caldo de cultura para a perpetuação da desigualdade. E o racismo e seus desdobramentos têm papel central nesse processo. (THEODORO, 2013, P. 167)

Ao analisarmos as opiniões dos jovens sobre a realidade nacional e sobre as suas próprias vivências e necessidades, encontramos importantes pistas para explicar como impacta, nesta geração de jovens, a experiência de viver numa sociedade que discrimina. No conjunto dos jovens do país, 26% declararam que se sentiram humilhados, desrespeitados ou discriminados por qualquer motivo. Entre os jovens negros, 28% declararam já ter sofrido algum tipo de discriminação, enquanto entre os jovens brancos 23% afirmaram ter vivido a mesma experiência. Os motivos da discriminação são vários, observando-se, muitas vezes, que a ocorrência se deu pela sobreposição de motivos (“aparência física”, “cor da pele”, “condição econômico-social”, “lugar onde mora”, “orientação sexual” etc.), onde vários eixos de subordinação se interseccionam, produzindo e/ou ampliando hierarquias segundo raça, sexo, gênero, geração, condição física, situação territorial etc. (WERNECK, 2013, p. 15).

Em comparação com os dados do *Projeto Juventude*, vemos que, entre os jovens de 15 a 24 anos, há uma diminuição de sete pontos percentuais dos que declararam ter sido vítima de discriminação (de 33% em 2003 para 26% em 2013), o que pode sinalizar, em algum sentido, que as conquistas do movimento negro e do Estado brasileiro, em termos de ações de combate à discriminação racial tiveram efeitos positivos ao longo dos últimos anos. Contudo, é preciso cautela ao analisar este dado. Como já assinalamos ao longo deste texto, o racismo é um fenômeno complexo e com múltiplas manifestações, de modo que não se pode afirmar que uma possível diminuição dos casos de discriminação racial implique numa diminuição da exclusão dos negros ou numa redução da circulação das representações negativas sobre as pessoas negras no país na mesma dimensão e na mesma velocidade.

Ainda que menos jovens relatem terem sido vítimas de discriminação ao longo dos últimos anos, os dados revelam que o racismo segue estruturando relações de poder em vários campos da nossa sociedade e que os casos de racismo – entendido como fenômeno social de hierarquização em função de características fenotípicas – segue gerando assimetrias e iniquidades no Brasil¹⁴.

No que se refere à necessidade de discussão sobre o racismo e sobre as desigualdades, há entre jovens negros e brancos uma crescente percepção da importância destes temas. Na pesquisa, um em cada quatro jovens brasileiros afirmou que o racismo é um dos três principais assuntos mais importantes para ser discutido pela sociedade; 40% citaram o tema da pobreza e da desigualdade social; 38% destacaram a questão da droga e da violência; 33% ressaltaram a questão da política e 32% lembraram do tema da cidadania e dos direitos humanos.

Quando perguntados sobre qual o problema do país que mais os incomodava, 65% dos entrevistados falaram da corrupção, seguida do poder dos traficantes (46%), da desigualdade social (42%), do despreparo e da violência da polícia (26%), da destruição do meio ambiente (25%), da lentidão da Justiça (22%) e da falta de perspectiva profissional para os jovens (20%). A questão do racismo e outras formas de discriminação foi apontada por 34% do conjunto dos entrevistados, sendo que, entre os jovens negros (36%), houve mais menções ao racismo do que entre os jovens brancos (30%).

Na coleta de opiniões sobre temas polêmicos (união civil de pessoas do mesmo sexo, aborto ou legalização da maconha), as opiniões entre negros e brancos não se distanciaram muito. No entanto, na questão referente às cotas para negros e indígenas em universidades, os negros tiveram posição mais favorável (59 %) do que os brancos (49%) confirmando o caráter positivo desta medida para a comunidade como mecanismo de correção de uma desigualdade histórica.

14 Sobre a diferença entre racismo e discriminação racial, ver: MUNANGA, 2003; WERNECK, 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender as desigualdades da população negra em relação ao restante da população continua sendo um desafio para a compreensão dos dilemas do desenvolvimento nacional. Identificar que jovens negros vivem em condições desiguais e que estas experiências marcam as suas trajetórias e opiniões sobre a sociedade é um importante passo para a construção de políticas públicas que incidam de forma a alterar esta perversa realidade e a consolidar a democracia.

Ainda que os números não revelem toda a complexidade dos fenômenos relativos ao campo racial brasileiro, a pesquisa *Agenda Juventude Brasil* traz indícios suficientes para afirmarmos que o racismo faz diferença entre jovens negros e brancos em nosso país. A persistência da desigualdade, no que se refere ao acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação e aos espaços mais estruturados de lazer e diversão, são alguns dos muitos aspectos diagnosticados pela pesquisa que apontam para o fato de que, por um lado, é preciso seguir investindo em políticas públicas que combatam o racismo e corrijam as desigualdades. Por outro, é preciso também fomentar a pesquisa sobre dimensões ainda não suficientemente compreendidas do estudo aqui analisado. Quais são mesmo as percepções dos jovens – negros e brancos – sobre os motivos do abandono e da defasagem escolar? Como os jovens negros interpretam sua própria condição de informalidade no mundo do trabalho? De que maneira os jovens negros se autorrepresentam e se mobilizam nas redes sociais? Estas são algumas das muitas novas questões que podem ser exploradas em investigações qualitativas e quantitativas sobre o tema da juventude negra.

A percepção de que o Brasil é uma sociedade racista, ou, mais especificamente, de que o racismo é um dos problemas nacionais que mais preocupam os jovens é compartilhada por cerca de 34% dos entrevistados e representa uma importante característica desta geração. Tal diagnóstico corrobora outras pesquisas de opinião que demonstram uma crescente tomada de consciência de que o racismo existe no Brasil e de que ser branco

ou negro neste país resulta em algumas diferenças e assimetrias, em especial entre os jovens.

Tais dados, somados a uma maior autoidentificação dos jovens como pretos e pardos e à alta aprovação de políticas de ações afirmativas como, por exemplo, cotas para negros nas universidades, revelam um resultado das ações de conscientização desenvolvidas nos últimos 40 anos pelos movimentos negros no país. Contudo, também demonstram a persistência de uma desigualdade aviltante e desafiam os poderes públicos à adoção de medidas firmes na perspectiva de superar tais iniquidades. Neste sentido, o extermínio de jovens negros é a mais visível expressão de tal desafio. A informação de que 54% dos jovens negros entrevistados pela pesquisa *Agenda Juventude Brasil* já perderam companheiros de mesma idade de forma violenta, somada aos dados do Ministério da Saúde, através do Mapa da Violência (2013) de que a taxa de homicídios de jovens negros é duas vezes maior do que a do restante da população juvenil, revela que este é o maior problema da atual geração de jovens negros e mostra uma profunda diferença em relação aos jovens brancos do país.

É preciso explicar o paradoxo de que, justamente no período histórico em que conseguimos avançar mais significativamente na inclusão econômica das pessoas negras e na promoção dos seus direitos, por meio de políticas de ações afirmativas, é que se verificam os maiores índices de mortes dentro deste segmento da população. É necessário reconhecer que, sem a garantia do direito à vida e à não discriminação, todos os esforços até aqui empreendidos podem perder seu sentido e sua efetividade. Como destaca o texto base da III Conferência Nacional de Políticas de Igualdade Racial:

É preciso estar vivo para desfrutar de direitos. É preciso ser livre para usufruir a democracia. É preciso não ser discriminado para ampliar habilidades e conhecimentos como seres humanos. No caso brasileiro, a violação de direitos, expressa nas manifestações cotidianas e generalizadas de racismo e discriminação racial, é a base da violência letal a que a população negra é submetida. (BRASIL, 2013)

Não se trata mais de pensar a questão racial como uma questão das minorias ou como tema periférico na agenda do desenvolvimento nacional. A questão do enfrentamento ao racismo – e, mais especificamente, da garantia dos direitos da juventude negra – nos desafia a repensar as noções com as quais vimos falando em desenvolvimento e democracia no país. A questão colocada aponta para o desafio de ultrapassar as leituras usuais dos “jovens como problema” e pensar sobre como podemos contribuir para que estes jovens possam experimentar processos de emancipação com segurança e garantia de direitos por parte do Estado. Para a juventude negra, tais condições só serão criadas se tivermos capacidades políticas de tematizar a questão em toda a sociedade, criando “intervenções sobre o fenômeno da discriminação racial e do racismo que levem em conta a necessidade de se criar contextos pedagógicos que levem pessoas e instituições a mudarem mentalidades, comportamentos e procedimentos que tendem a naturalizar estas mortes.” (BRASIL, 2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena W. A condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-71.

BAIROS, Luiza. Jovens de ‘rolezinho’ são vítimas de discriminação racial. Entrevista concedida a Andréia Sadi. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 jan. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1398494-jovens-de-rolezinho-sao-vitimas-de-discriminacao-racial-diz-ministra.shtml>. Acesso em: 20 de abril de 2014.

BRASIL, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *III Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial*: subsídios ao debate. Brasília: SEPIR, 2013.

BRUM, Eliane. Os novos “vândalos” do Brasil. *El País*, edição Brasil, 23 dez. 2013. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473_348730.html. Acesso em: 20 de abril de 2014.

CARA, Daniel; GAUTO, Maitê. Juventude: percepções e exposição à violência. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: MEC/UNESCO, 2009, p. 173–198.

CHAUÍ, Marilena. *Representação política e enfrentamento ao racismo*. Seminário Temático em preparação à III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/iii-conapir/noticias/2013/06/representacao-politica-e-enfrentamento-ao-racismo-prof-marilena-chau>. Acesso em: 16 de março de 2014.

CORROCHANO, Maria Carla et al. *Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa, Instituto Ibi, 2008.

CORROCHANO, Maria Carla. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: PAPA, Fernanda de C.; FREITAS, Maria Virgínia de. *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2011, p. 45-72.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FREITAS, Felipe da Silva. Do “jovem problema” ao “sujeito de direitos”: apontamentos sobre a relação entre juventude e políticas públicas de segurança (2003 – 2013). In: MINGARDI, Guaracy (Org.). *Política de segurança: os desafios de uma reforma*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 57–70.

IBASE/PÓLIS. *Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis* (Relatório Nacional). Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, 2007.

_____. *Sociedades sul-americanas: o que dizem jovens e adultos sobre as juventudes*. Rio de Janeiro, Ibase, Pólis, 2009.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Juventude: documento de conclusão*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.

LANES, Patrícia. Uma nova percepção do tempo. Entrevista concedida a Patrícia Fachin e Márcia Junges. *IHU On-Line. Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, Porto Alegre, N. 361, Ano XI, 16 mai. 2011. Disponível em: <http://www.ihuonline>.

unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3861&secao=361. Acesso em: 13 de abril de 2014.

MORAIS, Danilo de Souza; RAMOS, Paulo Cesar. Juventude negra na construção democrática do século XXI. In: *Revista da ABPN*, v. 5, n. 9, nov.–fev., 2013, p. 107-125.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto. P. (Org.). *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: EdUFF, 2000, p. 17–34.

NOVAES, Regina R. Prefácio. In: CASTRO, Jorge A.; Luseni C. de A.; ANDRADE, Carla C. (Orgs.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009, p. 15–22.

_____. Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes...). In: PAPA, Fernanda de C.; FREITAS, Maria Virgínia de. *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2011, p. 213-214.

_____. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Sociologia especial: Ciência e Vida*, São Paulo, 1 (2), p. 6–15, 2007.

NOVAES, Regina R.; VANNUCHI, Paulo. (Orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004.

NOVAES, Regina R.; VITAL, Christina. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: THOMPSON, Andrés A. (Org.). *Associando-se à juventude para construir o futuro*. São Paulo: Peirópolis, 2006, p. 107-147.

NOVAES, Regina R.; RIBEIRO, Eliane (Orgs.). *Livro das Juventude Sul-Americanas*. Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *Hegemonia às avessas*. Piauí, nº 7, jan. 2007.

OSORIO, Rafael Guerreiro. A classificação cor/raça do IBGE revisitada. In: PETRUCELLI, José Luís; SABOIA, Ana Lucia. (Orgs.). *Caraterísticas étnico-raciais da população – classificações e identidades*. (Estudos & Análises: informação demográfica e socioeconômica). Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. (Orgs.). *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, 2007-2009*. Rio de Janeiro: Garamond, LAESER/UFRJ, 2009.

PETRUCELLI, José Luis. Raça, identidade e identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCELLI, José Luís; SABOIA, Ana Lucia. (Orgs.) *Caraterísticas étnico-raciais da população* – classificações e identidades. (Estudos & Análises: informação demográfica e socioeconômica). Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

RIBEIRO, Eliane. Políticas públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectivas. In: PAPA, Fernanda de C.; FREITAS, Maria Virgínia de. *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2011, p. 25-44.

RODRIGUES, Solange S.; FREITAS, Felipe da Silva. Demandas da Juventude. II Conferência de Políticas Públicas de Juventude – Etapas estaduais. In: ANDRADE, Eliane R.; NOVAES, Regina (Coords.). *Sistematização da II Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude*. Rio de Janeiro: Unirio - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Departamento de Pós-Graduação em Educação, 2012.

SADER, Emir. *10 anos de governos pós-neoliberais: Lula e Dilma*. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SANTOS, Gevanilda; SANTOS, Maria José P.; BORGES, Rosângela. A Juventude Negra. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 291-302.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SOARES, Sergei. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 – 2007. In: THEODORO, Mário; JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei (Orgs.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008, p. 97–118.

THEODORO, Mário. As mudanças sociais recentes e a questão racial. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO/FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT. (Orgs.). *Classes? Que classes?* – Ciclo de Debates sobre Classes Sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 163–172.

VENTURI, Gustavo; RISCAL, José Reinaldo; BOKANI, Vilma. Mobilidade econômica e classes sociais: transformações de uma classe trabalhadora. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO/FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT (Orgs.). *Classes? Que classes?* – Ciclo de Debates sobre Classes Sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 39–52.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência: os Jovens do Brasil*. Brasília: Ritla, Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2013.

WERNECK, Jurema. *Racismo Institucional: uma abordagem conceitual*. Brasília: Geledes/CFMEA, 2013.

WU, Vinícius. Arrastões, rolezinhos e outros fenômenos do novo Brasil. *Carta Capital*, São Paulo, 13 jan. 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Arrastoes-rolezinhos-e-outros-phenomenos-do-novo-Brasil/4/29998>. Acesso em 20 de abril de 2014.

FELIPE DA SILVA FREITAS é mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB) onde desenvolveu pesquisa sobre segurança pública e controle de homicídios. Foi presidente do Conselho de Juventude do estado da Bahia (2010) e coordenou o Plano Juventude Viva – Plano Nacional de Prevenção a Violência contra Juventude Negra (2013 e 2014). Atualmente é Secretário Executivo do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.



2 JUVENTUDE
BRASILEIRA
HOJE: DEMANDAS
E AGENDAS



Jovens e escola: aproximações e distanciamentos

maria virginia de freitas

A pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, realizada em 2013, coletou uma grande variedade de informações relativas tanto à situação como à percepção dos jovens no campo da educação. No presente artigo, são abordados alguns traços gerais acerca da frequência escolar e da escolaridade desse segmento e analisadas suas percepções, opiniões e demandas em relação à escola.

Após a popularização do acesso ao ensino fundamental, ocorrida na segunda metade do século passado, e ao lado de políticas de correção de fluxo escolar, o Brasil assistiu, nas últimas décadas, a uma intensa ampliação das matrículas no ensino médio e, apesar de todas as limitações, também no ensino superior. O aumento da quantidade de anos de estudo entre as novas gerações faz com que os jovens de hoje constituam a geração mais escolarizada da história do país. Esse é, certamente, um dos traços marcantes da condição juvenil no país, constituindo um dos elementos centrais do contexto no qual se desenvolvem as relações entre jovens e a educação (SPOSITO, 2005; RIBEIRO, 2011; IPEA, 2010).

No entanto, esse processo de aumento do número de vagas não contou com os investimentos necessários e se processou, de forma geral, em condições precárias, tanto materiais como humanas, insuficientes para a garantia da qualidade desejada e para a superação de desigualdades presentes, tanto no acesso como na conclusão dos diferentes níveis de ensino. As escolas, em especial as de ensino médio e superior, passaram a receber jovens dos setores populares – até então pouco presentes nesses níveis de ensino e

para os quais não se prepararam. Ao mesmo tempo, um conjunto de transformações no mundo do trabalho, nas dinâmicas familiares e no campo da cultura – especialmente com os novos meios de acesso à informação, ao conhecimento, à fruição e à produção cultural – provocaram deslocamentos no lugar tradicionalmente por ela ocupado e trouxeram novos desafios.

Assim, ao mesmo tempo em que os jovens demandam e comemoram a ampliação do acesso à escola, os descompassos existentes nessa relação têm provocado desengajamentos e desmobilizações por parte dos jovens frente à oferta escolar (SPOSITO e SOUZA, 2013; ENGUITA, 2011). Tanto assim que, entre 2005 e 2007, registraram-se sucessivas diminuições no número de matrículas no ensino médio – dando origem aos discursos sobre a “crise da escola”.

Nesse contexto, o presente artigo se debruça especialmente sobre os sentidos e os significados atribuídos pelos jovens ao seu processo de escolarização, seus engajamentos e desengajamentos.

A leitura dos dados pode ser feita a partir de variáveis diversas, iluminando diferenças e desigualdades que marcam a juventude brasileira. Sabemos que as relações com a escola variam especialmente em função da idade, da renda, do sexo, da cor/raça, do território. A opção aqui adotada foi a de buscar analisar as percepções e opiniões dos jovens segundo o grau de escolaridade e a frequência à escola, que, de certa forma, condensam tais diferenças e desigualdades. Assim, o conjunto da amostra foi dividido, primeiramente, entre estudantes e não estudantes e, em cada uma dessas situações, os entrevistados foram separados conforme o grau de escolaridade (até ensino fundamental, até ensino médio e até ensino superior), o que resultou num total de seis grupos, que são descritos a seguir.

2.1. ESCOLARIDADE E FREQUÊNCIA À ESCOLA

Os dados levantados na pesquisa *Agenda Juventude Brasil* confirmam a maior escolarização da geração jovem atual, conforme vêm mostrando os levantamentos feitos pelo IBGE. Uma comparação com os resultados

obtidos na pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, realizada dez anos antes, aponta, na faixa de 15 a 24 anos, uma diminuição na parcela que tem até o ensino fundamental e um aumento nas parcelas que têm até o ensino médio ou superior.

Tabela 1 . Evolução do grau de escolaridade da população de 15 a 24 anos, 2003 – 2013

	2003(1)	2013(2)
ATÉ FUNDAMENTAL	41	38
Até 4ª série / até 5º ano	8	8
De 5ª a 8ª série / de 6º ao 9º ano	33	30
MÉDIO OU TÉCNICO	52	50
1ª a 2ª série / 1º a 2º ano – Médio incompleto	25	22
3ª série – Médio completo / 3º ano	27	22
4º ano (Técnico)	-	6
SUPERIOR OU MAIS	6	12

Fontes: (1) INSTITUTO CIDADANIA. Perfil da Juventude Brasileira, 2003; (2) SNJ. Agenda Juventude Brasil, 2013.

Na extensa faixa dos 15 aos 29 anos, não é novidade que as taxas de frequência à escola diminuem conforme avançam as idades. Os jovens que estudam são 85% na faixa de 15 a 17 anos, 33% na de 18 a 24 e 15% na de 25 a 29 anos. Tais índices evidenciam uma acentuada diminuição entre as duas primeiras faixas de idade, quando praticamente a metade dos jovens deixa de estudar. Evidenciam também que, apesar de todos os avanços verificados no acesso à educação escolar, entre os jovens de 15 a 17 anos – idades em que os jovens presumivelmente estariam concluindo a educação básica e nas quais a educação escolar é obrigatória¹ – 15% já se encontram fora da escola, sendo que, segundo suas próprias declarações, apenas 3% “já terminaram os estudos”; ou seja, uma expressiva parcela de 12% está fora da escola sem ter terminado os estudos.

1 Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.

Não se pode esquecer que este é apenas um retrato. O fato de estarem fora da escola não quer dizer que a ela não voltarão², mas evidencia dificuldades no seu processo de escolarização.

Não foram observadas diferenças significativas na frequência à escola ao se considerar o sexo: tanto entre os que estudam como entre os que não estudam, 50% são homens e 50% mulheres. Mas os homens se concentram nos níveis mais baixos de escolaridade: eles são mais da metade dos que estudaram até ensino fundamental, enquanto as mulheres se concentram de forma mais expressiva nos grupos com até ensino médio e com ensino superior³.

É mais fácil para os solteiros manter-se na condição de estudante: eles somam 66% dos entrevistados, sendo 89% dos que estudam e 51% dos que não estudam. Já os casados, que reúnem 32% do total da amostra, representam 46% dos que não estudam e apenas 10% dos que estudam.

Da mesma forma, é mais fácil permanecer estudando enquanto não se tem filhos: um terço dos entrevistados já tem filhos (33%), mas entre os que estudam eles são apenas 9%. Já entre os não estudantes, o grupo dos que são pais ou mães chega a quase a metade da amostra (48%); e são a maioria absoluta dos que estudaram apenas até o ensino fundamental, onde chegam a 57%⁴.

Os jovens da área rural permanecem com mais dificuldades de acesso à escola que os da área urbana. Eles são 16% da amostra, mas somam 14% dos estudantes e 17% dos não estudantes. Estão também mais concentrados entre os que cursaram apenas até o ensino fundamental: são 19% entre

2 Já em 1986, Felícia Madeira apontava que o processo de escolarização juvenil era muitas vezes “intermitente”, marcado por idas e vindas.

3 Os homens representam 57% dos jovens que têm até o ensino fundamental e estão estudando e 56% dos que não estão estudando. As mulheres representam 54% dos jovens que têm até o ensino médio, estejam ou não estudando; 52% dos que chegaram ao ensino superior e estão estudando; e 55% dos que chegaram a esse nível de ensino e não estão estudando.

4 Esses índices permitem compreender o sucesso e a importância das “salas de acolhimento”, criadas no âmbito do ProJovem Urbano, para acolher as crianças enquanto seus pais estudam.

os que estão estudando e 26% entre os que não estão. Sua presença entre os jovens que chegaram ao ensino superior é bastante pequena: são 6% dos que estão estudando e 4% dos que não estão.

Considerando as diferentes regiões brasileiras, observam-se menos diferenças na taxa de frequência à escola e mais em relação à escolaridade alcançada. Apenas na região Sul observa-se uma distribuição ligeiramente diferenciada entre os que estudam e os que não estudam: os jovens dessa região representam 14% do total da amostra, mas são 12% dos estudantes e 15% dos não estudantes. Nas demais regiões, não se observam diferenças significativas nesse mesmo aspecto.

Contudo, enquanto as regiões Sudeste e Centro-Oeste estão sobrerrepresentadas entre os jovens que chegaram ao ensino superior – estejam ou não estudando –, as regiões Norte e Nordeste estão sobrerrepresentadas entre os que estudaram apenas até o ensino fundamental. Já a região Sul encontra-se sobrerrepresentada apenas entre os jovens de mais baixa escolaridade que não estão estudando⁵.

O conjunto dos jovens que estão estudando corresponde a apenas 37% dos entrevistados, ao mesmo tempo em que a grande maioria (73%) já está, de alguma forma, vinculada ao mundo do trabalho.

Mesmo entre os que estudam, a maioria também está ligada ao mundo do trabalho: menos da metade desse grupo dedica-se exclusivamente ao estudo (41%, sendo 15% do total da amostra), enquanto 37% estudam e trabalham e 23% estão em busca de trabalho. E, entre os que não estudam, é ainda mais forte a presença no mundo do trabalho: 62% estão trabalhando e 20% estão em busca de trabalho. Os que não estão trabalhando nem procurando trabalho somam 18% (são 11% do total da amostra).

5 Os jovens das regiões Sudeste e Centro-Oeste representam 40% e 8% do total da amostra, mas entre os jovens com ensino superior eles somam 49% e 10%, no caso dos que estudam, e 52% e 12% no caso dos que não estudam. Os jovens das regiões Norte e Nordeste representam, respectivamente, 9% e 30% do total da amostra, mas entre os jovens com ensino fundamental eles somam 12% e 40%, no caso dos que estudam, e 10% e 36%, no caso dos que não estudam. Os jovens da região Sul representam 14% do total da amostra, mas, entre os jovens com ensino fundamental que não estão estudando, somam 16%.

Observa-se que a parcela que apenas estuda decresce sensivelmente, conforme avança a escolaridade. Entre aqueles com até o nível fundamental e que estão estudando, ela corresponde a mais da metade (53%), sendo que os demais se distribuem de forma homogênea entre os que estudam e trabalham e os que estudam e estão à procura de trabalho. Entre os jovens com escolaridade até o nível médio, essa parcela diminui para 43%, e cresce a dos que estudam e trabalham (33%). Já entre os que chegaram ao ensino superior, a grande maioria estuda e trabalha (62%); 18% estão à procura de trabalho e apenas um quinto dedica-se exclusivamente aos estudos.

Entre os que não estão estudando, em todos os níveis de escolaridade, a maioria absoluta trabalha, indo de 55%, entre os que têm até o ensino fundamental, a 80% dos que têm até o ensino superior. Os que estão à procura de trabalho estão mais presentes entre os que estudaram até o ensino médio (21%) e menos entre os que chegaram ao ensino superior (13%). Já os que não estão trabalhando, nem procurando trabalhando, se concentram mais fortemente entre os com escolaridade até o ensino fundamental, chegando a reunir mais de um quarto desses jovens.

A cor/raça continua funcionando como um elemento de discriminação no acesso à escola. Entre os jovens estudantes, encontramos uma sobre-representação dos brancos⁶, e uma sub-representação dos negros⁷: os brancos são 36% do total da amostra, mas entre os estudantes sua presença representa 40%; os negros são 64% do total da amostra, mas entre os estudantes encontramos apenas 60% deles. Os brancos também estão mais representados entre os jovens com ensino superior (48%, no caso dos que estudam e 54% dos que não estudam), enquanto os negros estão mais concentrados entre aqueles que estudaram apenas até o ensino fundamental (70%, no caso dos não estudantes e 67%, no dos estudantes).

6 Os 2% de entrevistados de cor amarela estão computados junto com os brancos.

7 Os 2% de entrevistados indígenas estão computados junto com os negros (pretos e pardos).

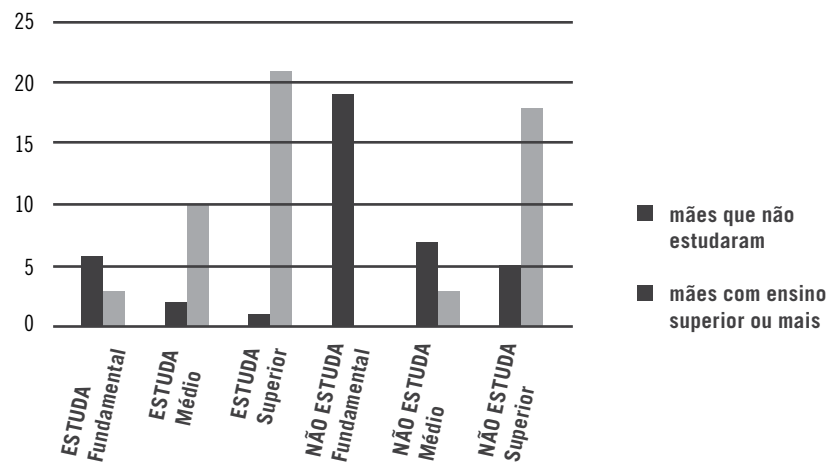
A renda também permanece como fonte de desigualdades. Os jovens dos estratos baixos de renda domiciliar *per capita* estão mais representados entre os não estudantes (34%) do que entre os estudantes (29%). Inversamente, os jovens dos estratos altos estão mais concentrados entre os estudantes (14%, contra 11% dos não estudantes).

Quando se observam os anos de estudo, constata-se uma forte relação com a renda. Os jovens dos estratos baixos predominam entre os de mais baixa escolaridade: eles são 32% do total da amostra, mas chegam a 43% entre os jovens estudantes com até o ensino fundamental e 50% entre os não estudantes com o mesmo nível de escolaridade. Os jovens dos estratos médios, por sua vez, predominam entre aqueles com escolaridade até o nível médio: eles são 56% do total da amostra, mas, na escolaridade de nível médio, eles chegam a 62% entre os que estudam e a 64% entre os que não estudam. Já os jovens dos estratos altos estão melhor representados entre os que chegaram ao ensino superior: eles são 12% do total da amostra, mas representam 34% dos que estudam e 46% dos que não estudam e atingiram esse nível de ensino.

A escolaridade dos pais também mostrou relação com a frequência à escola e ao nível de escolaridade dos jovens. Quanto mais escolarizados os pais, maiores as chances de os jovens estarem estudando e atingirem níveis mais elevados de escolaridade.

As maiores parcelas de jovens cujas mães ou pais não estudaram, ou estudaram apenas até a 4ª série do ensino fundamental, são encontradas entre os de mais baixa escolaridade, especialmente os que não estão estudando. Os jovens cujas mães ou pais estudaram até o ensino superior, por outro lado, estão mais presentes no grupo dos que também chegaram a esse nível de ensino. O gráfico 1, apenas com dois níveis de escolaridade das mães, ajuda a visualizar tais relações.

Gráfico 1 . Proporção de jovens de 15 a 29 anos com mães sem estudo ou mães com ensino superior ou mais, por frequência à escola e nível de escolaridade. Brasil, 2013.



Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Podemos, então, perceber que os jovens que estudam são, fundamentalmente, os mais jovens (87% têm até 24 anos), solteiros (89%) e sem filhos (91%). Entre eles, as parcelas de brancos, de moradores das áreas urbanas e dos estratos altos de renda domiciliar *per capita* são um pouco mais elevadas que as encontradas no conjunto da amostra. Mais de quatro em cada dez jovens que estudam têm mães que cursaram o ensino médio (mesmo que não o tenham concluído), e as mães que não estudaram são apenas 3%.

Já os jovens que não estudam são mais velhos (95% têm mais de 18 anos, sendo que 45% têm mais de 25 anos) e quase a metade já está casada (46%) e/ou tem filhos (48%). Entre eles, as parcelas de negros, de moradores das áreas rurais e dos estratos baixos de renda domiciliar *per capita* são um pouco mais elevadas que as encontradas no conjunto da amostra. Dos que não estudam, mais da metade tem mães que não estudaram, ou que estudaram apenas até o primeiro segmento do ensino fundamental.

Assim, como já tem sido abordado (IPEA, 2010; CORROCHANO et al., 2008), em que pesem todos os avanços registrados na escolaridade da população, os jovens continuam tendo maiores ou menores chances, seja

de frequência à escola, seja de aumentar a quantidade de anos de estudo, conforme um conjunto variado de fatores, dentre os quais se destacam a idade, o sexo, a situação conjugal, a experiência da paternidade/maternidade, o território, a cor/raça, a renda e a escolaridade dos pais.

2.2. OPINIÕES E EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À ESCOLA

Os principais sonhos de realização pessoal dos jovens referem-se, em primeiro lugar, à dimensão do trabalho – quase a metade dos entrevistados cita alguma vontade dessa natureza – e, em segundo, à da educação, citada por pouco menos de um terço deles. Porém, uma análise mais minuciosa revela que são os jovens que estudam os que mais têm sonhos relacionados à educação: 46% deles fazem esse tipo de menção, mais que o dobro da parcela encontrada entre os que não estudam (21%).

Os desejos declarados são muito variados e dispersos, mas o maior conjunto deles revela o sonho de frequentar e/ou concluir um curso superior numa área específica, ou em uma universidade federal. Cerca de quatro em cada dez jovens que chegaram ao ensino médio ou ao ensino superior e se encontram estudando declaram que a realização desse sonho os faria se sentirem realizados⁸.

Para uma parcela menor dos jovens estudantes, mas especialmente expressiva entre os do ensino fundamental, o término dos estudos é citado como um sonho – sem mencionar o nível de ensino superior, possivelmente se referindo à conclusão do ensino básico: é o caso de 17% dos jovens que se encontram no ensino fundamental e de 8% dos que se encontram no ensino médio.

Já os jovens que não estão estudando pouco declaram sonhos que envolvam a educação: os mais comuns são o término dos estudos – afirmado

⁸ Os sonhos relacionados ao ingresso no ou conclusão do ensino superior foram citados por 41% dos estudantes que se encontram no ensino médio e por 19% dos não estudantes que se encontram nesse mesmo nível de ensino; por 38% dos estudantes que já se encontram no ensino superior e por 15% dos não estudantes que chegaram a esse mesmo nível de ensino.

por 4% dos que se encontram tanto no ensino fundamental como no médio – e a participação em cursos técnicos ou profissionalizantes – afirmado por 2% daqueles com escolaridade de ensino médio.

Os estudantes não apenas têm mais sonhos ligados a essa área; estando mais imersos na vida escolar, como também se preocupam mais com a educação. Uma comparação com dados coletados pela pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira* revela que, no período de 2003 a 2013, a parcela de jovens de 15 a 24 anos que declara aspectos variados do cotidiano escolar (tarefas e trabalhos escolares / provas / risco de reprovação) como sua principal preocupação aumentou de 1% para 3%; e como uma das preocupações, de 2% para 5%.

A educação é um tema que preocupa especialmente aqueles que estão estudando: 40% deles declararam alguma questão de caráter educacional como uma das suas três principais preocupações – mais que o dobro da parcela registrada entre os que não estudam (17%). Parte de suas preocupações é exclusiva da condição de estudante, uma vez que se refere ao cotidiano escolar – trabalhos escolares, provas, risco de reprovação (8%). Mas, além disso, eles também são os únicos a declarar preocupação com a “falta de qualidade nas escolas de ensino superior” e com aspectos precisos do acesso a esse nível de ensino, como o vestibular, o ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio e a escolha do curso superior (4%). Os jovens que não estudam, por sua vez, são os únicos a declarar preocupação com a falta de escolas ou de vagas nas escolas (2%).

Dos jovens que chegaram ao ensino superior, 17% dos que estão estudando e 4% dos que não estão se preocupam com “terminar a faculdade logo”, “não conseguir terminar a faculdade”, “custo alto dos estudos”, “falta de dinheiro para pagar o curso” ou “falta de dinheiro para pagar um curso melhor”.

Uma imensa maioria dos jovens declara gostar de estudar, seja muito (43%), seja mais ou menos (46%). Mas esse gosto não está presente de forma homogênea, sendo grandes as diferenças quando considerados o sexo, a condição de estudante e a escolaridade: os que mais gostam de estudar são as mulheres e aqueles que estão mais imersos no processo de escolarização – os estudantes e os jovens com ensino superior completo ou

incompleto. Enquanto metade das mulheres gosta muito de estudar (51%), apenas um terço dos homens faz a mesma afirmação (34%). Entre os que estão estudando, exatamente a metade declara gostar muito de estudar e apenas 5% afirmam não gostar. Já entre os não estudantes, a maior parcela é a que gosta apenas mais ou menos (47%), e a que não gosta soma o triplo (15%) do índice registrado entre os estudantes. Mas é entre os que cursam ou cursaram o ensino superior que se localizam as maiores taxas de jovens que gostam muito de estudar: eles somam 56% dos que não estão estudando e 70% dos que estão estudando. As mais altas taxas de não gostar de estudar, por sua vez, são encontradas entre os jovens com até o ensino fundamental: são 8% dos que estudam e 31% dos que não estudam.

Para os jovens, o principal sentido da escola encontra-se no mundo do trabalho. Embora seja amplo o universo de razões para o estudo por eles oferecidas, a “preparação para o mercado de trabalho” é apontada por uma parcela bastante superior às das demais respostas obtidas: 44% a citam como a principal razão, e 76%, como uma das principais. A obtenção do diploma e a preparação para ser cidadão são apontadas como a principal razão por 15% e 8% dos entrevistados, respectivamente; e como uma das principais razões, por 30% e 31%.

A preparação para o mercado de trabalho é a razão mais forte para o estudo em todas as faixas de idade e em todos os níveis de escolaridade, independentemente de os jovens estarem ou não estudando. Mas ela é apontada de forma mais expressiva pelos jovens mais velhos⁹ e por aqueles que chegaram ao ensino superior, independentemente de estarem ou não estudando (87% dos que estão estudando e 85% dos que não estão); e recebe sua menor taxa de menção entre os jovens que estudaram apenas até o ensino fundamental e não estão estudando (65%).

A preparação para ser cidadão, para a compreensão de direitos e deveres, é apontada de forma bastante uniforme pelos diferentes grupos etários¹⁰,

9 A preparação para o mercado de trabalho é apontada por 78% dos jovens na faixa dos 25-29 anos; e 75% e 74% nas faixas de 15-17 anos e 18-24 anos, respectivamente.

10 29% na faixa de 15-17 anos e 30% nas de 18-24 e 25-19 anos.

mas de modo mais marcante pelos que estão estudando e se encontram ou no ensino médio ou no ensino superior (37% e 36%, respectivamente). Aqui, também, as menores taxas dessa resposta estão entre os jovens que estudaram apenas até o ensino fundamental e não estão estudando (21%).

As razões “escolares”, como era de se esperar, são mais apontadas pelos jovens que estão estudando, mas com algumas diferenças, segundo o grau de escolaridade. A obtenção do diploma é uma razão mais forte entre os que se encontram no ensino básico, independentemente do nível de ensino (35% tanto no fundamental como no médio); já a preparação para o vestibular e a preparação para o ENEM estão representadas de forma mais expressiva nos grupos do ensino médio (31% e 22%, respectivamente).

A relação do estudo com um futuro melhor, com uma vida melhor, é feita por uma pequena parcela dos jovens (3%), mas mais fortemente pelos que estudam (5%, contra apenas 1% dos que não estudam).

Alguns aspectos mais relacionados ao “pleno desenvolvimento do educando”, que ao “preparo para o exercício da cidadania” e à “qualificação para o trabalho”¹¹ são mais intensamente apontados pelos jovens que não estudam: são eles os que mais mencionam, entre as razões para o estudo, a melhoria da capacidade de expressão, o maior acesso à cultura e a possibilidade de encontrar pessoas / fazer amizades¹². Mas, enquanto as duas primeiras são mais citadas pelos jovens do ensino médio ou superior, a dimensão da sociabilidade se mostra muito mais importante para os do ensino fundamental. A possibilidade de encontrar pessoas e fazer novas amizades é apontada por 10% do total dos entrevistados, mas por 16% dos jovens de mais baixa escolaridade e que estão afastados da escola.

É também nesse grupo que encontramos a maior presença de jovens que não enxergam motivo que justifique o estudo: 6% deles afirmam que

11 As três finalidades da educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

12 A melhoria da capacidade de expressão é citada por 27% dos que não estudam e 22% dos que estudam; o maior acesso à cultura, por 23% e 20%; e a possibilidade de encontrar pessoas / fazer amizades, por 12% e 8%, respectivamente.

estudaram porque foram obrigados pelos pais ou para satisfazer a mãe, e 5% respondem que o estudo não é / não foi importante para nada.

Beneficiários do processo de recente expansão do acesso à educação, os jovens, em maioria, apontam a possibilidade de estudar como o aspecto mais positivo do Brasil: entre seis alternativas oferecidas, 26% a apontam em 1º lugar, e 62%, entre os três primeiros lugares. Ela é particularmente valorizada pelas mulheres (66%, contra 58% dos homens), pelos jovens dos estratos baixos de renda domiciliar *per capita* (65%, contra 60% e 57%) e pelos jovens que cursam ou cursaram até o ensino médio (72% entre os que estão estudando e 63% entre os que não estão).

Na percepção dos jovens, a escola está razoavelmente atenta às questões da atualidade, mas pouco conectada ao território. Para cerca de dois terços da amostra (65%) ela pouco ou nada faz envolvendo os outros jovens do bairro que não estudam, e para 59% ela pouco ou nunca se interessa pelos problemas do bairro ou da cidade. Porém, a grande maioria avalia positivamente seu grau de conexão com as questões da atualidade: parcelas quase idênticas consideram que a escola está “muito” ou “mais ou menos” conectada, somando 72%.

Na sua avaliação, a escola entende os jovens mais do que se interessa por seus problemas. Em ambos os aspectos, as avaliações são predominantemente positivas. No entanto, considerando que entender seus alunos e dialogar com suas questões é condição *sine qua non* para que a escola possa realizar um processo educativo satisfatório, é preocupante que apenas um quarto dos jovens a avalie como plenamente satisfatória em ambos os aspectos, e que as maiores parcelas a avaliem apenas como razoavelmente satisfatória¹³. Além disso, são bastante significativas as parcelas dos que consideram que a escola pouco ou nada os entende (18%), e mais ainda a dos que consideram que ela pouco ou nada se interessa por seus problemas (31%).

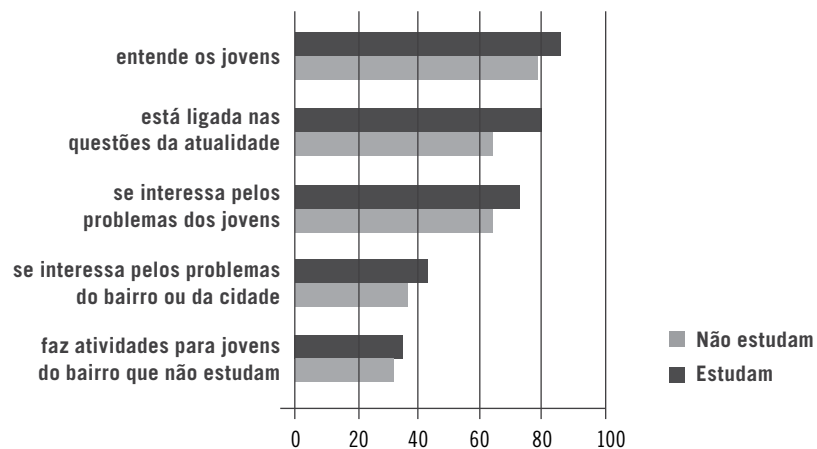
A conexão da escola com esses vários aspectos parece pouco ter se alterado nos últimos dez anos. Os dados coletados muito pouco diferem

13 27% dos entrevistados julgam que a escola entende muito os jovens e 55%, que os entende mais ou menos; 28% julgam que ela se interessa muito por seus problemas, e 41% que se preocupa mais ou menos.

dos levantados pela pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, de 2003, mas, quando diferem, é para pior. A diferença mais significativa refere-se à conexão com as questões da atualidade, que é agora avaliada de forma menos positiva: a taxa dos que consideram que a escola não está nada ligada a essas questões aumentou de 6% para 10% e, no caso específico dos jovens que estudaram apenas até o ensino fundamental, a piora na avaliação foi ainda mais acentuada, tendo aumentado de 9% para 17%. Entre os jovens que chegaram ao ensino superior, ainda que não tenha aumentado significativamente a taxa dos que partilham dessa mesma avaliação, diminuiu a parcela dos que julgam que a escola está muito ligada a tais questões, tendo passado de 57% para 42%.

Mas também aqui a condição de estudante impacta os julgamentos. Em todos os quesitos os estudantes avaliam a escola de forma mais favorável que os não estudantes, especialmente no que diz respeito à conexão da escola com as questões da atualidade, avaliada positivamente por 80% dos que estudam e por 66% dos que não estudam.

Gráfico 2 . Proporção de jovens de 15 a 29 anos com avaliação positiva da conexão da escola, segundo cinco diferentes aspectos, por frequência à escola. Brasil, 2013.

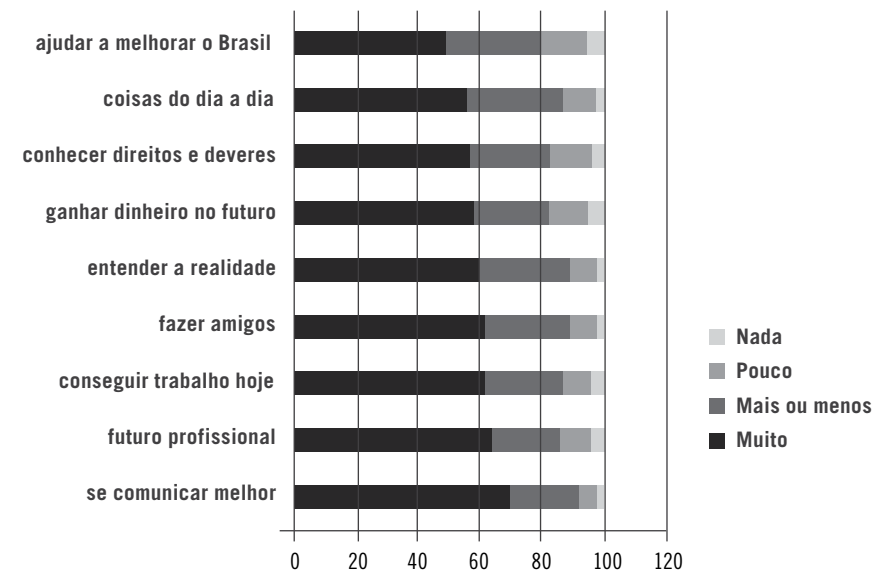


Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Os jovens consideram que são variadas as contribuições da escola. Como se pode observar no gráfico 3, em todos os aspectos avaliados as menções positivas são feitas por no mínimo quatro quintos dos entrevistados, sendo que é no desenvolvimento de sua capacidade de expressão que os jovens identificam a contribuição mais efetiva da escola: 70% consideram que seu papel foi muito importante nesse aspecto, e 22%, que foi mais ou menos importante.

Na sua avaliação mais negativa, 21% dos jovens afirmam que os conteúdos aprendidos pouco ou nada contribuíram para “ajudar a melhorar o Brasil”.

Gráfico 3 . Grau de importância atribuído pelos jovens de 15 a 29 anos à contribuição da escola, segundo diferentes aspectos. Brasil, 2013.



Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

No período de 2003 a 2013, na faixa de 15 a 24 anos, pioraram as avaliações relativas às contribuições da escola para o futuro profissional, para as coisas do dia-a-dia e para entender a realidade: em todos esses aspectos, diminuíram as taxas de “muito importante” e aumentaram as de “mais ou menos importante” ou “pouco importante”. Em relação à contribuição da escola para conseguir trabalho hoje e para se fazer amigos, a avaliação oscilou levemente para baixo, mas de forma pouco significativa.

Tabela 2 . Evolução do grau de importância da contribuição da escola entre jovens de 15 a 24 anos. Brasil, 2003 - 2013

	2003	2013		2003	2013
Para conseguir trabalho hoje*			Para entender a realidade		
Muito	65	63	Muito	74	61
Mais ou menos	21	25	Mais ou menos	18	30
Pouco	7	8	Pouco	6	8
Nada	8	4	Nada	1	2
Para o seu futuro profissional			Para fazer amigos		
Muito	76	67	Muito	66	64
Mais ou menos	18	21	Mais ou menos	22	26
Pouco	4	9	Pouco	10	8
Nada	1	4	Nada	3	2
Para as coisas que você faz no seu dia-a-dia					
Muito	66	57			
Mais ou menos	25	30			
Pouco	7	11			
Nada	2	2			

* Idem

Fontes: INSTITUTO CIDADANIA. Perfil da Juventude Brasileira, 2003; SNJ. Agenda Juventude Brasil, 2013.

Tais avaliações, contudo, apresentam variações conforme a idade, a escolaridade e a condição de estudante.

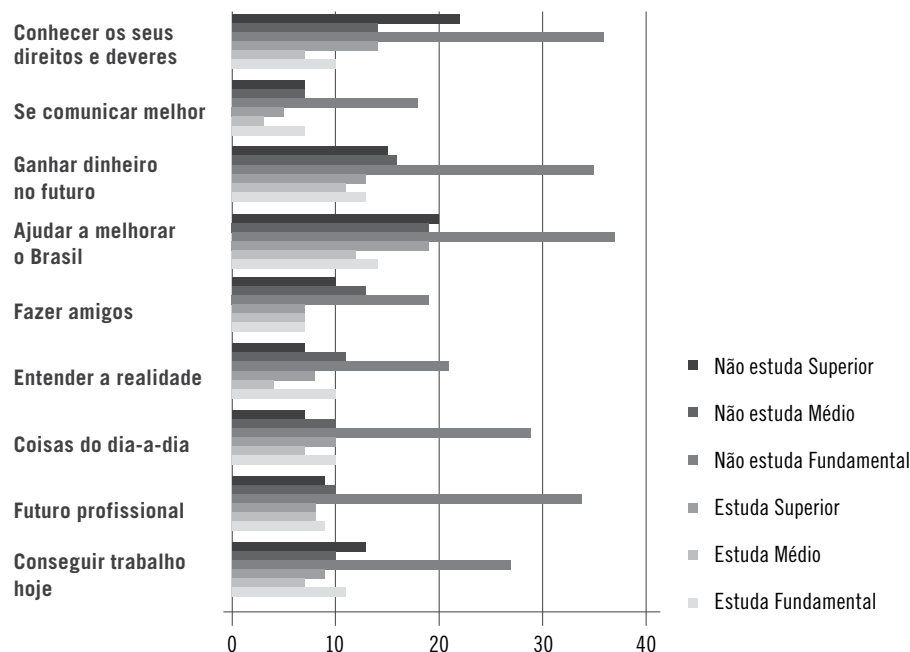
Os que estudam e os que se encontram na faixa dos 15 aos 17 anos são os que apresentam os maiores índices de avaliação muito positiva.

Os que estão estudando e se encontram no ensino médio mostram-se os mais satisfeitos, ou mais otimistas: são eles os que mais consideram como muito importante a contribuição da escola para “entender a realidade” (68%, contra 63% do EF e 62% do ES), “ajudar a melhorar o Brasil” (58%, contra 55% dos demais níveis), “ganhar dinheiro no futuro” (66%, contra 65% dos do EF e 60% dos do ES), “se comunicar melhor” (78%, contra 77% dos do ES e 71% dos do EF) e “conhecer os seus direitos e deveres” (67%, contra 65% dos do EF e 60% dos do ES).

No que diz respeito à contribuição da escola “para se preparar para o ENEM ou vestibular”, os jovens do ensino médio têm avaliação mais positiva que os que chegaram ao ensino superior. No caso dos que estão estudando, 68% consideram tal contribuição como muito importante, contra 52% do ensino superior; e entre os que não estão estudando, são 49% contra 42%.

Os mais insatisfeitos, por sua vez, são encontrados entre aqueles que têm entre 25 e 29 anos, entre os que não estão estudando e, mais especificamente, entre os que não estão estudando e cursaram apenas até o ensino fundamental. É entre eles que encontramos as menores taxas de avaliação totalmente positiva – as únicas contribuições da escola que recebem a pontuação máxima (muito importante) por parte de mais da metade desses jovens são “para fazer amigos” (56%) e “para se comunicar melhor” (52%) – e as maiores taxas de avaliação totalmente negativa.

Gráfico 4 . Distribuição dos jovens que julgam nada importantes as contribuições da escola, segundo diferentes aspectos, por escolaridade e frequência à escola. Brasil, 2013.



Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Para os jovens, a ação governamental considerada prioritária para a política educacional é o investimento nos professores (melhorar salários e condições de trabalho, oferecer capacitação): cerca de um quarto deles o indica como a mais importante medida a ser tomada (24%), e mais da metade, como uma das três mais importantes (55%).

Em segundo lugar aparece o investimento na infraestrutura das escolas (laboratórios, equipamentos, quadras, bibliotecas...), citado por 20% como a mais importante ação, e por 46% como uma das três mais importantes. E, disputando o terceiro lugar, são indicadas a melhoria e fiscalização da qualidade do ensino e a ampliação do número de vagas nas universidades públicas.

Os jovens que chegaram ao ensino superior, independentemente de estarem ou não estudando, são os que indicam de forma mais enfática tanto o investimento nos professores como o investimento na infraestrutura das escolas e a melhoria e fiscalização da qualidade do ensino.

Os jovens que estão no ensino médio e estão estudando são os que mais demandam a ampliação da oferta de apoio material e financeiro (bolsas como o Prouni, transporte, livros, mais financiamento), bem como a ampliação do número de vagas nas universidades públicas.

Já a indicação de mais programas de alfabetização é feita de forma mais enfática pelos jovens com mais baixa escolaridade – que cursaram apenas até o ensino fundamental – estejam eles estudando ou não.

Somente 14% dos jovens estão fazendo ou já fizeram um curso técnico ou profissionalizante, mas a demanda por esse tipo de curso é bem maior: 38% dos que nunca o fizeram gostariam de fazê-lo. Tal demanda, no entanto, não significa desinteresse pelo ensino superior: se pudessem escolher livremente, 5% estudariam até um curso de nível técnico e 64%, até um curso de nível superior – sendo 43% apenas até o ensino superior, 10% até o mestrado, 9% até o doutorado e 3% até uma especialização *lato sensu*.

Projetos ou desejos de escolaridade que têm o ensino médio como etapa final estão mais presentes entre os jovens da área rural (24%, contra 15% na área urbana), entre os pretos e pardos (19%, contra 11% dos brancos) e entre aqueles dos estratos baixos de renda domiciliar *per capita* (23%, contra 14% nos estratos médios e 5% nos estratos altos).

Entre os jovens de 15 a 17 anos, mais da metade (55%) afirma a vontade de estudar até o nível superior, mas nas faixas etárias seguintes esse índice diminui sensivelmente: 44% (18 a 24 anos) e 34% (25 a 29 anos).

Considerando-se a renda domiciliar *per capita*, observa-se que a afirmação da vontade de estudar até o mestrado ou doutorado é significativamente maior entre os estratos altos. O Mestrado é almejado por 6% dos jovens nos estratos baixos, 9% nos estratos médios e 23% nos estratos altos. O Doutorado é almejado por 5% dos jovens nos estratos baixos, 9% nos estratos médios e 14% nos estratos altos.

Quanto mais anos de estudo têm os jovens, maiores são as expectativas de escolaridade. Aqueles com escolaridade até o ensino fundamental são os que apresentam as mais baixas expectativas de escolarização, especialmente os que não estão estudando: 18% deles não gostariam de estudar novamente. Mesmo se pudesse escolher livremente, uma grande parcela desse grupo de mais baixa escolaridade não faria uma faculdade¹⁴: E uma parcela pequena, mas não insignificante, só cursaria mesmo o ensino fundamental (3% dos que estudam e 10% dos que não estudam). Entre os que estudam, 82% gostariam de fazer um curso superior ou mesmo uma pós-graduação; já entre os que não estão estudando, apenas 51% declaram o mesmo tipo de vontade. O ensino técnico foi apontado por 3% dos que estudam e 7% dos que não estudam.

Assim, uma análise de regressão revelou que, entre os jovens com escolaridade até o ensino fundamental, quem está estudando tem 10 vezes mais chance de pretender chegar ao nível médio e 16 vezes mais chance de pretender chegar ao ensino superior que quem não está estudando.

Nesse mesmo nível de ensino, as mulheres têm três vezes mais chance de pretenderem chegar seja ao nível superior, seja à pós-graduação, que os homens. Na comparação com a faixa etária de 25 a 29 anos, quem está na faixa entre 15 a 17 tem sete vezes mais chance de pretender chegar ao nível superior, e dez vezes mais chance de pretender chegar à pós-graduação; e quem está na faixa entre 18 e 24 tem quatro vezes mais chance de pretender chegar ao nível superior, e 1,5 mais chance de pretender chegar à pós-graduação.

Entre os jovens com escolaridade até o ensino médio, a ampla maioria gostaria de chegar a um curso superior ou a uma pós-graduação: 87% dos que estão estudando e 62% dos que não estão. Dos que não estão estudando, 16% não gostariam de voltar a estudar e 9% gostariam de chegar ao ensino técnico – o mais alto índice registrado nas menções a esse nível de ensino.

¹⁴ É o que apontam 30% dos que estão estudando, e 48% dos que não estão.

Nesse nível de ensino, quem está estudando tem 2,5 vezes mais chance de pretender chegar ao superior e cinco vezes mais chance de pretender chegar à pós-graduação que quem não está estudando. Na comparação com a faixa etária de 25 a 29 anos, quem está na faixa entre 15 a 17 tem três vezes mais chance de pretender chegar ao nível superior, e cinco vezes mais chance de pretender chegar à pós-graduação; e quem está na faixa entre 18 e 24 tem 1,3 vezes mais chance de pretender chegar ao nível superior, e 1,5 vez mais chance de pretender chegar à pós-graduação.

3. CONCLUSÃO

Tomando-se em conta que a maior parte dos sonhos declarados pelos jovens refere-se à esfera do trabalho e que, para a maioria deles, o principal motivo para o estudo encontra-se na preparação para o mercado de trabalho, torna-se especialmente significativa a constatação de que nesse período aumentou a percepção de maior fragilidade da contribuição da escola para seu futuro profissional. Na medida em que se amplia o acesso à escola, parece diminuir o otimismo com relação ao impacto que ela pode provocar no seu futuro, sugerindo o aumento da percepção de que a formação escolar é condição, mas não garantia para uma inserção profissional de qualidade, uma vez que a ampliação da presença dos setores populares na escola contribui para a desvalorização dos diplomas.

Apesar de todos os avanços registrados, observamos que, para uma significativa parcela dos jovens, os desafios da escolaridade localizam-se ainda no acesso e na permanência no Ensino Fundamental, e isso mesmo entre os mais novos (15 a 17 anos), que são os mais beneficiados pelas políticas de ampliação do acesso à educação e de correção do fluxo escolar. Ao mesmo tempo, e mesmo que ainda longe da universalização do ensino médio, um novo gargalo se localiza, hoje de forma mais aguda, no acesso ao ensino superior. Dos jovens que se encontram frequentando escolas de ensino médio, 41% incluem o ensino superior entre os sonhos espontaneamente citados e, quando questionados, 87% declaram almejar cursar o ensino superior.

Porém, apesar do acentuado crescimento verificado nos últimos anos¹⁵, o acesso a esse nível de ensino continua bastante restrito: enquanto 65% dos entrevistados chegaram ao ensino médio, apenas 15% chegaram ao ensino superior. Além da insuficiência de vagas frente à demanda, a maior parte das vagas existentes encontra-se na rede privada de ensino; e a existência de mecanismos como o Prouni e o FIES não é suficiente para garantir as condições de frequência. Tanto assim que, entre as principais preocupações dos jovens que cursam ou cursaram o ensino superior, aparecem “terminar a faculdade logo”, “não conseguir terminar a faculdade”, “custo alto dos estudos”, “falta de dinheiro para pagar o curso” ou “falta de dinheiro para pagar um curso melhor”. E não por acaso também, os jovens que estão no ensino médio e estão estudando são os que mais demandam a ampliação da oferta de apoio material e financeiro (bolsas como o Prouni, transporte, livros, mais financiamento), bem como a ampliação do número de vagas nas universidades públicas.

Os dados analisados permitiram observar também a existência de grandes diferenças entre os jovens que estão estudando e aqueles que não estão, evidenciando experiências e projetos escolares com traços gerais bastante distintos. A adesão ao processo de escolarização, como vimos, é, de forma geral, mais forte entre os jovens que estão estudando: boa parte deles gosta muito de estudar, avalia a escola de forma bastante positiva, tem a educação entre seus sonhos e registra, como principais preocupações, as responsabilidades do cotidiano escolar e os desafios dos processos seletivos. Especialmente aqueles que se encontram no ensino médio e têm entre 15 e 17 anos – ou seja, que não tiveram um percurso escolar marcado por interrupções ou reprovações – avaliam a escola de forma positiva e se mostram os mais otimistas com relação aos benefícios da escolarização.

Já os jovens que não estão estudando mostram-se, em maioria, mais distantes e menos interessados no universo escolar: poucos têm sonhos

¹⁵ Segundo dados da PNAD, na faixa de 18 a 24 anos a taxa de jovens que frequentam ou já completaram o ensino superior aumentou de 13,3%, em 2002, para 20,1% em 2012.

ligados à educação, gostam menos de estudar que os outros, avaliam a escola de forma mais negativa e têm expectativas de escolarização mais baixas. Percepções e avaliações essas especialmente concentradas no grupo que abandonou a escola antes da conclusão do ensino fundamental: é nele que encontramos as mais altas taxas de não gostar de estudar, de desinteresse pela escola – expresso na afirmação da inexistência de motivos próprios para o estudo –, de insatisfação com a escola e, conseqüentemente, das mais baixas expectativas de escolaridade. Uma parcela significativa afirma que não gostaria de voltar a estudar.

Este é, certamente, o grupo que mais desafios apresenta, do ponto de vista da elevação de escolaridade. Nele, encontramos maior concentração de homens – que, em geral, gostam menos de estudar que as mulheres – e de jovens dos segmentos historicamente com menor acesso à escola – moradores das áreas rurais e do Nordeste, negros, dos estratos baixos de renda domiciliar *per capita*, com pais que não estudaram ou tiveram até, no máximo, quatro anos de estudo. Embora tenham frequentado escola, a experiência escolar que tiveram parece não ter sido capaz de provocar seu engajamento num processo de escolarização mais longo. O mesmo deve ter se passado com os jovens de segmentos menos excluídos da educação escolar, mas que também se encontram nesse mesmo grupo – como os de estratos médios e altos de renda domiciliar *per capita*. Como nos lembra CHARLOT, ao mesmo tempo que “a relação com a escola e com o saber é social, por ser construída na família e no ambiente de vida (...) é também singular, por ser elaborada ao longo de uma história singular” (2013, p.75).

Compreender os fatores que concorrem para um maior ou menor engajamento no processo de escolarização exige novas pesquisas, que incluam a abordagem qualitativa, e busquem as conexões e as desconexões entre as origens sociais dos jovens, suas experiências escolares e não escolares.

A observação de que as relações que os jovens estabelecem com a educação escolar não são homogêneas, mas sim variadas e matizadas, distribuindo-se num espectro que vai de uma forte adesão a um grande desinteresse, ou mesmo uma forte rejeição, indica que as políticas educacionais de

caráter universal se mostram insuficientes para promover equidade de acesso e permanência na escola. São necessárias iniciativas variadas, que levem em conta as questões e demandas de grupos específicos – o que requer esforços tanto para produção de novos conhecimentos como para a criação e valorização das práticas políticas que envolvem o diálogo com os sujeitos jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHARLOT, Bernard; REIS, Rosemeire. As relações com os estudos de alunos brasileiros de ensino médio. In: KRAWCZYK, Nora (Org.). *Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 63-92.
- CORBUCCI, P. R.; CASSIOLATO, M. M.; CODES, A. L.; CHAVES, J. V. Situação educacional dos jovens brasileiros. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C.C. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009. p. 89-108.
- CORROCHANO, Maria Carla et al. *Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa/Instituto Ibi, 2008.
- CORTI, Ana Paula; FREITAS, Maria Virginia. Universalização e obrigatoriedade do ensino médio. In: CAVALCANTE, Marcia et al. (Orgs.). *Ensino médio: mudanças e perspectivas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- DAYRELL, Juarez; NONATO, Brésia França; DIAS, Fernanda Vasconcelos; CARMO, Helen Cristina do. Juventude e escola. In: SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 57-126.
- ENQUITA, Mariano Fernández. Del desapego al desenganche y de este al fracasso escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n.44, p. 732-51, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 29 agosto 2014.
- INSTITUTO CIDADANIA. *Perfil da Juventude Brasileira*. Projeto Juventude. Pesquisa de opinião pública. São Paulo: Instituto Cidadania, 2003. Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/perfil_juventude_brasileira%282%29.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2014.
- IPEA. PNAD 2009 – Primeiras análises: Situação da educação brasileira – avanços e problemas. *Comunicados do IPEA*, nº 66. Brasília: Ipea, 2010.

KRAWCZYK, Nora. Conhecimento crítico e política educacional: um diálogo difícil, mas necessário. In: KRAWCZYK, Nora (Org.). *Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 13-32.

MADEIRA, Felicia Reicher. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58, p. 15-48, ago. 1986.

RIBEIRO A., Eliane. Políticas públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectivas. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virginia (Orgs.). *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Peirópolis/Ação Educativa/Friedrich Ebert Stiftung, 2011. p. 25-44.

_____; FARAH NETO, Miguel. Juventudes e trajetórias escolares: conquistando o direito à educação. In: ABRAMOVAY, Miriam; RIBEIRO A., Eliane; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Unesco, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

_____. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1984.

_____; SOUZA, Raquel. Desafios da reflexão sociológica para análise do ensino médio no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora (Org.). *Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 33-62.

MARIA VIRGINIA FREITAS é socióloga e mestre em Educação pela Universidade São Paulo. É coordenadora da Área de Juventude da Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação, em São Paulo, e autora de diversas publicações sobre Juventude e Políticas Públicas de Juventude. Foi vice-presidente do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve (2008/2009).



Trabalho e condição juvenil: permanências, mudanças, desafios

maria carla corrochano + maria virgínia freitas

Os dados apresentados pela pesquisa *Agenda Juventude Brasil* revelam que o trabalho permanece como uma dimensão presente e central na estruturação das expectativas e dos projetos da população juvenil. Esta não é uma informação nova. Na década de 1990, quando as mudanças nos espaços produtivos e a diminuição dos postos de trabalho se intensificaram no Brasil, um conjunto de análises já afirmava sua centralidade para as gerações mais jovens. Em um contexto de intensificação das dificuldades de ingresso e permanência no mundo do trabalho, a importância dessa dimensão era afirmada mais por sua falta do que por sua presença.

Ainda que os olhares para a cena atual não sejam totalmente convergentes e que as transformações verificadas desde o início dos anos 2000 sejam objeto de muitos questionamentos, especialmente em torno de sua qualidade e profundidade, observou-se, de maneira muito expressiva, a recuperação da renda, o maior acesso da população aos bens de consumo, aos programas sociais e, naquilo que interessa diretamente a este artigo, uma expressiva diminuição dos índices de desemprego e a expansão das oportunidades de trabalho, especialmente de caráter formal. Embora essas

tendências já demonstrem claros sinais de retração no período mais recente, eram parte da realidade dos jovens entrevistados no momento da pesquisa. E se naquele momento as chances de encontrar trabalho se ampliaram para toda a população e também para os jovens e as jovens brasileiras, poder-se-ia esperar que o trabalho e as preocupações com essa dimensão também diminuíssem de maneira expressiva. O que se confirma apenas em parte.

Comparativamente à pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, realizada no ano de 2003, observa-se uma significativa diminuição das preocupações com o desemprego, mas nos tensos e intensos trânsitos dos jovens em direção à vida adulta, o trabalho persiste como realidade, como problema e como uma das dimensões importantes para a realização e para a melhoria das condições de vida. Explicar essa permanência e os desafios que ela impõe às ações públicas dirigidas a jovens no país constituirão os eixos centrais desse artigo, que está estruturado em duas partes, além dessa introdução. Em um primeiro momento, serão apresentados alguns aspectos das novas configurações do trabalho e suas inter-relações com o trabalho realizado pelos jovens homens e mulheres. Na segunda parte, sem desprezar os dados objetivos que evidenciam uma vida juvenil repleta de muito trabalho, serão considerados os sentidos e as expectativas juvenis em torno dessa dimensão.

1. NOVAS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO E TRANSIÇÕES JUVENIS

A “inserção” dos jovens no mundo do trabalho e os seus elos com outras dimensões tradicionais de transição para a vida adulta, tais como a finalização da escolarização básica, a saída da casa dos pais, a constituição de uma nova família e o nascimento do primeiro filho são processos sociais, variando intensamente de acordo com diferentes momentos históricos, contextos sociais e modos de inserção dos sujeitos na estrutura social.

Não por acaso, ao analisar o caso francês, Claude Dubar (2001) relaciona a preocupação com a “inserção” e o próprio uso da palavra ao

contexto de reestruturação capitalista iniciado em meados da década de 1960. É no contexto de crise do Estado de Bem-Estar Social – e do que este significou em termos de ganhos para os que viviam do trabalho, tais como ampliação dos direitos sociais, estabilidade no emprego e fortalecimento da ação sindical – que as preocupações com a inserção dos jovens no trabalho ganham força.

Um dos consensos nas diferentes perspectivas analíticas sobre os modos como os jovens “transitam” em direção à vida adulta diz respeito à diversificação e à complexidade dos caminhos e a um reconhecimento de que a crise e as mudanças no mundo do trabalho teriam forte impacto nesse processo, muito embora seu peso e lugar possam sofrer variações. Assim, se os rumos em direção à vida adulta não são mais “fixos ou pré-determinados” (PAIS, 2001), isto se relaciona fortemente ao intenso processo de crise e transformação que, no mínimo há mais de 30 anos, vem atingindo de modo diferenciado as mais diversas regiões, setores e perfis de trabalhadores (HARVEY, 1996).

O texto aqui apresentado não tem como foco a análise dessas transições e do aumento de sua complexidade nas últimas décadas, mas esse debate traz decorrências importantes para a análise da relação dos jovens com o trabalho no Brasil. Pois, se a inserção ou a transição para o trabalho é histórica e socialmente construída, há que se observar as especificidades desse processo em nosso país. Aqui, diversamente do contexto dos países ditos desenvolvidos, esta transição tem apresentado duas características diferenciadoras, particularmente para aqueles oriundos das camadas populares: o ingresso precoce no mercado de trabalho e a conciliação ou superposição de estudo e trabalho (HASENBALG, 2003, p. 148). Para uns, a juventude se constitui mais fortemente como um momento de preparação para o ingresso no mundo do trabalho; para outros, o trabalho ou as múltiplas combinações entre trabalho e estudo fazem parte de sua realidade desde muito cedo. Como já afirmado por outros autores, pode-se dizer que, aqui, “o trabalho também faz juventude”, sem que isso signifique fazer “uma defesa ingênua e talvez equivocada do trabalho

de adolescentes e jovens, sobretudo se considerarmos as especificidades de cada momento do ciclo que tratamos genericamente como juventude” (SPOSITO, 2005, p. 124-125).

2. OS DADOS COLETADOS PELA AGENDA JUVENTUDE BRASIL 2013

a) Inserções, condições e opiniões de jovens sobre o trabalho

Observando-se os múltiplos arranjos entre escola e trabalho encontrados na pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, confirma-se essa centralidade do trabalho na vida da população jovem: 74% dos jovens estão vinculados ao mundo do trabalho – seja trabalhando, seja buscando trabalho – e 39% ao mundo da escola. A maior parcela é a dos jovens que só trabalham (38%); os que trabalham e estudam somam 14%. Os desempregados que não estão estudando somam 12% e os que estão estudando 9%. Os jovens que só estudam compõem a segunda maior parcela do total (16%) e os que não estão estudando, trabalhando ou buscando trabalho somam 11%.

A participação na população economicamente ativa, porém, apresenta importantes disparidades entre diferentes segmentos: ela é maior entre os homens, entre os de mais alta renda e na área urbana, os mesmos segmentos onde se encontram as maiores parcelas que estão trabalhando, enquanto as mulheres e os de mais baixa renda apresentam maiores parcelas de desempregados.

Tabela 1 . Situação de atividade dos jovens entre 15 e 29 anos, segundo sexo, região de moradia, cor/raça e estratos de renda

	TOTAL	Sexo		Área		Cor/raça		Estratos de renda ¹		
		Masc.	Fem.	Urbana	Rural	Branca	Negra	Baixos	Médios	Altos
PEA	73	81	65	75	64	73	73	63	78	84
Trabalha	52	64	41	54	45	54	52	34	60	77
Estuda	14	17	12	15	10	16	13	7	16	27
Não estuda	38	47	29	39	35	38	39	27	44	50
Desempregado	21	17	24	21	19	19	21	29	18	7
Estuda	9	8	9	9	7	9	8	10	8	4
Não estuda	12	10	14	12	13	10	13	19	10	3
NÃO PEA	27	19	35	25	36	27	27	37	22	16
Estuda	15	14	17	15	16	17	15	17	13	14
Não estuda	11	5	18	10	19	10	12	20	9	2

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

¹ Para a análise dos dados segundo a renda, foram utilizados três estratos de renda domiciliar per capita: estratos baixos (até R\$ 290,00/mês), estratos médios e estratos altos (acima de R\$ 1018,00/mês).

As mulheres representam as maiores parcelas dos que não estão estudando, trabalhando ou buscando trabalho, mas as diferenças em relação aos homens se acentuam conforme a idade: entre elas, essa parcela, que é de 8% na faixa dos 15-17 anos, aumenta para 19% na de 18-24 anos e para 23% na de 25-29 anos, enquanto entre os homens ela nunca ultrapassa os 5%.

O recorte de cor/raça, por sua vez, evidencia a existência de apenas algumas diferenças, e pouco acentuadas: a parcela de negros que estuda e trabalha é três pontos percentuais menor que a dos brancos (13%, contra 16%), enquanto a parcela que está desempregada e não estuda é três pontos percentuais maior (13%, contra 10%).

Quando desempregados, alguns grupos levam mais tempo que outros para encontrar trabalho: é o caso dos jovens de mais baixa renda, das

mulheres, dos negros e moradores de áreas rurais.

Metade dos jovens que trabalham tem registro na carteira. Já os benefícios de plano de saúde, vale-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-moradia e cesta básica são acessados por parcelas bastante menores: o vale-transporte, que é o mais acessível, é recebido por 39% deles. E as menores taxas de acesso são encontradas entre os mesmos grupos que apresentam as menores taxas de inserção no mercado de trabalho: os mais jovens, as mulheres, os de menor renda e os jovens rurais. É importante ressaltar que os negros, embora não se diferenciem dos brancos na taxa de inserção no mercado de trabalho, têm menor acesso à proteção social e a benefícios no trabalho realizado.

Uma das alterações significativas observadas no período de 2003 a 2013 é o retardamento da idade de entrada no mercado de trabalho, tendo diminuído significativamente, na faixa dos 15 aos 24 anos, a parcela de jovens que tiveram seu primeiro trabalho remunerado antes dos 16 anos: de 48% para 41%.

No entanto, no conjunto dos jovens de 15 a 29 anos entrevistados em 2013, as desigualdades internas persistem, especialmente, em quatro grupos, que apresentam maiores parcelas ingressando mais cedo no mercado de trabalho: os homens (43%, contra 32% das mulheres), os negros (40%, contra 36% dos brancos), os de mais baixa renda (47%, contra 35% e 33% dos estratos médios e altos) e os moradores de áreas rurais (53%, contra 36% dos urbanos).

Os dados da pesquisa assemelham-se aos resultados das últimas PNADs, sinalizando algumas alterações nos nexos entre escola e trabalho, especialmente para os mais jovens, entre 15 e 17 anos, e para os rapazes. Ainda que persista um número significativo de jovens combinando trabalho e estudo ou fora da escola, observa-se maior permanência de jovens, inclusive de mais baixa renda, na condição exclusiva de estudante. De todo modo, a partir dos 18 anos o trabalho é presença mais relevante e amplia-se até aproximar-se dos adultos a partir dos 24 anos.

Corroborando o conjunto de análises mais recentes sobre o mercado de trabalho brasileiro, e mais especificamente sobre o lugar dos jovens

neste mercado (GUIMARÃES, 2013; BRASIL, 2014), a pesquisa evidencia um significativo crescimento do emprego formalmente registrado. No ano de 2003, 32% dos jovens de 15 a 24 anos que trabalhavam estavam inseridos no mercado formal, enquanto em 2013 esse percentual eleva-se para 63%. É certo que as possibilidades desse tipo de vínculo eram maiores para os jovens mais velhos, do sexo masculino, de renda mais elevada e brancos, mas considerando-se a variação entre 2003 e 2013, a situação, do ponto de vista da formalização dos vínculos, melhorou significativamente para os segmentos de mais baixa renda, mulheres, negros e moradores de áreas rurais.

Essas alterações parecem ter contribuído para uma significativa redução na percepção do emprego como um problema a ser resolvido. Em 2003, 30% dos jovens de 15 a 24 anos declararam algum aspecto relacionado ao trabalho como a sua principal preocupação e 55%, como uma de suas três principais preocupações; em 2013, na mesma faixa de idade, esses índices diminuíram para 18% e 36%, respectivamente. Em 2003, as preocupações resumiam-se praticamente ao desemprego: 29% o tinham como sua principal preocupação e 52% como uma de suas principais preocupações. Em 2013, registra-se uma significativa diminuição nesse tipo de preocupação: 11% e 22%, respectivamente.

Essas percepções não permitem informar que o emprego e as questões de trabalho não sejam mais importantes para esses jovens, bem ao contrário, como veremos adiante, mas, de todo modo, parecem sinalizar que a preocupação em encontrar uma vaga neste mercado diminuiu sensivelmente, embora não deixe de estar presente. Nesse sentido, parece importante revelar que outras questões são apresentadas por esses jovens, quando se trata de pensar o trabalho.

Há uma vasta literatura informando que as novas configurações do trabalho provocam uma grande variação e flexibilização dos contratos e dos tipos de trabalho, o que nem sempre pode ser reduzido à noção mais tradicional de precarização. De fato, a precariedade no trabalho já não pode mais ser associada apenas à ausência de contratos ou direitos sociais,

relacionando-se também com a intensificação de controles, metas e exigências, inclusive de engajamento subjetivo no trabalho (LIMA, 2013). Do mesmo modo, as fronteiras entre o formal e o informal, o lícito e o ilícito tornam-se cada vez mais fluídas e porosas (TELLES E CABANES, 2006), levando ao questionamento do conceito de informalidade. Os dados da pesquisa não permitem o registro dessas fronteiras e porosidades, mas dão conta de evidenciar a necessidade de se ir além da identificação da formalização dos vínculos como sinônimo de trabalho não precário.

Nesse sentido, a maior formalização dos vínculos dos jovens investigados, não significa, necessariamente, um trabalho não precário. A precarização do trabalho também pode ser encontrada nas condições efetivas de trabalho, nas tensas, intensas e extensas jornadas e na diversificação das formas de remuneração (LIMA, 2013). Ao assinalarem os aspectos positivos e negativos no trabalho, os jovens investigados também colaboram para tornar mais complexo o próprio conceito de precarização e para evidenciar várias questões que precisam ser consideradas quando se trata de refletir sobre a relação dos jovens com o mundo do trabalho e que ultrapassam, e muito, o “problema da inserção”.

Considerando o aspecto mais positivo do trabalho atual ou do último trabalho realizado, algumas dimensões ganham destaque.

O salário foi mencionado por 39% dos jovens, sendo mais destacado pelos mais novos (42%), e os jovens com ensino fundamental (38%) ou médio (42%).

Os aspectos ligados à realização pessoal e profissional – realização pessoal / ganhar conhecimento/experiência / chance de crescimento na carreira / poder ajudar ou sustentar a família / ter autonomia financeira – foram assinalados por parcela um pouco menor (35%), mas com maior ênfase pelos jovens que estudaram até o ensino superior (53%), os dos estratos altos de renda domiciliar *per capita* (50%), os mais velhos (38%), os moradores das áreas urbanas (36%) e os que estudam (39%).

Os aspectos relacionados ao horário ou jornada de trabalho – hora certa para entrar e sair/ horário flexível/ meio período/ período integral – foram

mencionados por 29% dos jovens, sendo mais citados pelas mulheres (31%), os moradores das áreas urbanas (31%), os dos estratos altos de renda domiciliar *per capita* (50%), os mais velhos (34%) e os que concluíram a educação básica, independentemente de terem ou não ingressado no ensino superior (31%).

O registro em carteira/primeiro registro foi mencionado por 19% dos jovens, com destaque para os mais velhos (24%, contra 8% na faixa dos 15 aos 17 anos), os urbanos (20%, contra 11% dos rurais) e de mais alta renda (23%, contra 13% dos de mais baixa renda). E citações ao tipo de vínculo foram feitas por 15% dos jovens, sendo que os mais velhos e de mais alta renda destacaram com mais ênfase o trabalho estável (11% e 17%), e os de mais baixa renda e os que concluíram apenas o ensino fundamental, o trabalho independente/por conta própria/autônomo (8% e 10%). É importante assinalar esse dado, uma vez que tem se tornado recorrente a afirmação de que os jovens estariam mais abertos a vínculos mais “flexíveis” e a atividades empreendedoras de cunho individual. Os destaques ao registro e ao trabalho estável como aspectos positivos contribuem para problematizar essas percepções.

O conjunto de aspectos mais fortemente relacionados ao tempo de trabalho pode sinalizar questões relativas à diversificação dos tempos e locais de trabalho, mas especialmente às dificuldades/facilidades de conciliar o trabalho com outras atividades, tais como os estudos, especialmente neste momento da vida.

A questão do tempo de trabalho se configura como uma questão relevante também quando se assinalam os aspectos negativos do trabalho. Ela não só aparece novamente, como é agora a mais intensamente destacada, sendo citada por 31% dos jovens. São apontados como aspectos mais negativos do trabalho realizado o período integral/jornada excessiva (17%), a falta de horário certo para sair (11%), a hora certa para entrar e sair (5%), o trabalho em meio período (2%). Além disso, menos de 1% fez menção ao fato de sair muito cedo de casa e de ter pouco tempo para almoço. As mulheres, mais que os homens, enfrentam o problema da falta

de horário pra sair (13%). Os mais jovens (15 a 17 anos), os que estudam e os com escolaridade até o ensino médio são os que mais reclamam do período integral / jornada excessiva (22%, 21% e 19%). A falta de horário para sair é um problema para os mais jovens (14%), as mulheres (13%) e para os que se encontram no ensino básico (14% no ensino fundamental e 12%, no médio).

As preocupações com o tempo de trabalho estão intrinsecamente relacionadas às extensas jornadas a que os jovens ainda estão submetidos. Mesmo que os dados da *Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar* sinalizem uma redução da jornada média dos estudantes em todas as faixas etárias entre 2006 e 2013, a jornada média semanal dos jovens estudantes entre 15 e 29 anos ainda é igual ou superior a 30 horas semanais e, para os jovens que não estudam, é ainda superior, em torno de 40 horas ou mais. Considerando o tempo de deslocamento da residência ao local de trabalho, ainda no mesmo período, cresce, em todas as faixas etárias, o percentual de jovens que gasta mais de uma hora no percurso casa-trabalho (BRASIL, 2013).

Os dados da pesquisa aproximam-se dos dados nacionais. Dos jovens que trabalham, a média de horas gira em torno de 39 horas semanais, mas 46% da amostra afirmaram terem trabalhado mais de 40 horas na semana e 37%, entre 25 e 40 horas. Em geral, os mais jovens, (entre 15 e 17 anos) concentram-se entre os que menos trabalham mais de 40 horas semanais (em torno de 21%, contra 45% entre 18 e 24 anos e 51% entre 25 e 29 anos). A condição de estudante também produz alterações aqui: 36% dos que estudam trabalham mais de 40 horas contra 49% dos que não estudam. Jornadas menores, no entanto, nem sempre dizem respeito a melhores vínculos. Dada a configuração do mercado de trabalho brasileiro, onde a jornada de trabalho regulamentada é de 44 horas semanais, por vezes a realização de jornadas menores pode indicar vínculos mais precários, o que pode explicar o fato de os homens jovens de maior renda e moradores de áreas urbanas trabalharem um número maior de horas.

Em segundo lugar, depois das questões relativas à jornada, o salário é considerado insatisfatório por 19% dos jovens, sobretudo pelos mais velhos

(25-29 anos: 20%), os rurais (25%), e os de mais baixa renda (22%). Os entraves para a realização pessoal e profissional – a falta de oportunidade para crescer, o trabalho repetitivo/desqualificado/que não traz experiência, a falta de realização pessoal – são problemas apontados por 14% dos jovens.

Apenas 57% dos jovens que trabalham ou já trabalharam mostram-se satisfeitos com o trabalho realizado, considerando-o adequado ao seu grau de conhecimento e experiência; 38% consideram que ele está abaixo e 5% que está acima. Os menos satisfeitos são os mais jovens, os da área rural, os de mais baixa renda, os que estudam e os de mais baixa escolaridade. Consideram que o trabalho está abaixo de suas capacidades: 44% dos jovens de 15-17 anos (contra 34% dos de 25-29); 44% na área rural (contra 37% da área urbana); 49% dos jovens dos estratos baixos de renda (contra 35% nos estratos médios e 31% nos altos); 41% dos jovens que estudam (contra 37% dos que não estudam); e 43% dos que estudam ou estudaram apenas até o ensino fundamental (contra 37% dos com até ensino médio, e 31% dos com até o ensino superior). Além disso, chama a atenção que 10% dos jovens na faixa dos 15-17 anos considerem que o trabalho realizado está/estava acima de suas capacidades (contra 4% e 5% nas faixas de 18-24 e 25-29 anos).

Quando buscam trabalho, os aspectos que os jovens mais levam em conta são o salário (citado por 63%), o registro em carteira (33%), a localização/facilidade de acesso (17%), a chance de crescimento na carreira (também citada por 17%) e o horário flexível (16%). A importância do salário é maior entre os jovens mais velhos, os brancos e os dos estratos altos de renda. A carteira assinada é mais buscada pelas jovens mulheres, pelos que têm 18 anos ou mais, os urbanos e os dos estratos altos. Quando se considera a escolaridade, chama a atenção o fato de que os jovens com até o ensino médio apresentam as mais altas taxas de citação, tanto ao salário como ao registro em carteira e à localização/facilidade de acesso.

A chance de crescimento na carreira é mais valorizada na área urbana, entre os brancos, os de mais alta renda, os que estudam e os com até o ensino superior. O horário flexível, por sua vez, é mais procurado pelas mulheres, pelos negros, na área urbana, nos estratos altos de renda e pelos

jovens com até o ensino médio ou superior.

Entre os demais aspectos valorizados, alguns merecem destaque. A estabilidade no trabalho foi mencionada por 10% dos entrevistados, mas evidenciou maior importância na área urbana e nos estratos altos de renda. O trabalho em meio período foi citado por 5% dos jovens, mas mais especialmente pelas mulheres, pelos mais jovens, que estudam e que vivem em área urbana. Os 2% de jovens que afirmaram que não buscaram nenhum aspecto em particular, que “o que aparecer está bom”, estão mais concentrados entre os mais jovens, os da área rural, dos estratos baixos de renda e com mais baixa escolaridade.

Esse olhar mais geral, aqui apresentado, sobre as experiências concretas dos jovens com o trabalho revelam questões que vão além da preocupação com o salário, o desemprego e a formalização dos vínculos. Aspectos relacionados à possibilidade de realização e de crescimento pessoal no trabalho, de adequação entre o trabalho realizado e a formação adquirida e, especialmente, aspectos relativos ao tempo de trabalho, ganham destaque, sinalizando a importância de ações que consigam apoiá-los na construção de seus percursos, entre a escola, o trabalho e outras dimensões da vida.

b) O trabalho – demandas, expectativas e sentidos

Um conjunto significativo de pesquisas, especialmente de caráter qualitativo, tem enfatizado que, a despeito das crises e transformações na esfera do trabalho nas últimas décadas, este permanece como um elemento central na vida dos jovens, dotando-se de um conjunto diversificado de sentidos que varia quando considerados os diferentes estratos de renda, sexo, escolaridade, experiências (ou não) de trabalho (CORROCHANO, 2008, 2012; TARTUCE, 2010).

Esta diversidade de sentidos já aparecia nos resultados da pesquisa realizada em 2003 – *Perfil da Juventude Brasileira* (GUIMARÃES, 2005) e permanece como relevante na *Agenda Juventude Brasil*. Quando perguntados sobre as palavras mais fortemente associadas ao trabalho, necessidade (33%), independência (25%) e realização pessoal (20%) são mais

destacadas, seguidas por crescimento (14%), obrigação (5%), direito (4%) e exploração, que não chega a somar 1% das menções. Essas percepções, no entanto, variam, a depender de um conjunto de variáveis.

Como era de se esperar, a percepção do trabalho como necessidade é maior entre os jovens que pertencem a famílias de mais baixa renda, que não estudam ou ainda não completaram o ensino fundamental, mais velhos, entre 25 e 29 anos, moradores de áreas rurais, cônjuges e jovens com filhos. Ainda que outros sentidos também desponham para jovens com esse perfil e que já exista um acúmulo de estudos pontuando que a necessidade não é a única razão para a busca por trabalho, para os jovens desse perfil o trabalho para ganhar a vida é imperativo. A associação do trabalho como independência está presente em todas as idades, níveis de renda, sexo e cor/raça, mas é preponderante entre os jovens mais novos, entre 15 e 17 anos, que ocupam a posição de filhos na família, e para as mulheres. Neste último caso, vale recuperar os percentuais que apresentam diferenças muito significativas: 31% das mulheres jovens associam o trabalho à independência, contra apenas 18% dos homens, reafirmando a importância do trabalho feminino para a maior autonomia da mulher na família, seja em relação aos cônjuges, seja em relação aos pais.

Em outro artigo desta mesma coletânea, enfatiza-se a significativa elevação da escolaridade entre as gerações mais jovens na última década. Esta elevação, associada à ampliação da renda das famílias, pode estar produzindo maiores expectativas em relação ao mundo do trabalho. Comparando-se os dados de 2003 e 2013, a percepção do trabalho como necessidade diminui de 41% para 30% entre os jovens de 15 a 24 anos. Inversamente, a percepção do trabalho como realização pessoal salta de 10%, em 2003, para 19%, em 2013. Considerando-se apenas a amostra de 2013, as associações de trabalho a necessidade, a obrigação e a direito são maiores entre os jovens com até o ensino fundamental e diminuem conforme avança o grau de estudo. Inversamente, as associações a independência, realização pessoal e crescimento são maiores entre aqueles com mais anos de estudo. Em 2013, entre os jovens que alcançaram o ensino superior, a associação

do trabalho a realização alcança 28%, contra 20% do total de jovens que mencionam essa palavra. É também entre os jovens mais escolarizados que a palavra exploração, que não atinge 1% nos demais grupos, alcança, pelo menos, 1% das menções.

Tabela 2 . Sentidos do trabalho para jovens entre 15 e 29 anos, segundo o nível de escolaridade alcançado

	TOTAL	Até ensino fundamental	Até ensino médio	Até ensino superior
Necessidade	33	39	31	23
Independência	25	20	27	29
Realização pessoal	20	15	20	28
Crescimento	14	11	15	17
Obrigaçã	5	8	3	2
Direito	4	6	4	1
Exploração	0	0	0	1
Outra	0	0	0	0
Não sabe	0	0	0	0

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Para além dos sentidos, a importância do trabalho também é revelada em outras dimensões da pesquisa. Ao serem questionados sobre o que gostariam que acontecesse em suas vidas no futuro para que se sentissem realizados – “qual o maior sonho” –, 48% dos jovens mencionaram questões relativas ao trabalho, entre as quais se destacam: conseguir um bom emprego (14%), entrar no mercado de trabalho (9%), ter realização profissional (7%), trabalhar com registro (4%), trabalhar na área (4%), manter negócio próprio (4%), passar em concurso público (3%), ter profissão (2%). Vale pontuar que aqui também aparecem expectativas em relação ao alcance de algumas “profissões de sonhos”, para usar a aceção de Ferreira (2012): trabalhar como jogador de futebol (2%), trabalhar no ramo da música (2%), ser modelo (0,2%), por exemplo. As expectativas em relação à educação aparecem em segundo lugar, alcançando 30% das menções. No interior dessas menções, é preponderante

o ingresso ou a conclusão do ensino superior, com 24% do total.

A menção ao trabalho/emprego é maior entre os mais jovens, alcançando 53% entre os de 15-17 anos e 52% entre os de 18-24 anos, contra 39% dos mais velhos, de 25-29 anos; entre os jovens pertencentes aos estratos de mais baixa renda (53% contra 37% das menções entre os mais altos) e entre os jovens que estudam (56% dos que estudam contra 42% dos que não estudam). Aqui também vale mencionar que apenas 5% dos jovens fazem referência à aquisição de bens de consumo, bem abaixo das aspirações relativas a trabalho, educação, família, moradia.

As expectativas de melhoria da vida pessoal no futuro também vêm fortemente associadas ao universo do trabalho. Dos 94% de jovens que acreditam que, nos próximos cinco anos, sua vida vai melhorar, mais da metade deles (52%) depositam suas expectativas no trabalho. Questões relativas à educação/formação aparecem em segundo lugar, com 42% das menções. Vale ressaltar que a dimensão do trabalho aparece com a mesma força aqui, independentemente da renda familiar, cor/raça, sexo, região de moradia ou nível de escolaridade.

Estudar e trabalhar não são apenas expectativas de futuro, são também atividades realizadas no presente que podem possibilitar o alcance do “sonho”: perguntados sobre o que realizavam no tempo presente para realizar seus sonhos, 40% responderam que estavam estudando e 37% que estavam realizando algum tipo de trabalho.

Embora o momento da juventude ainda esteja fortemente relacionado à educação e à qualificação profissional, especialmente considerando as expectativas do mundo adulto, os jovens apontam para a centralidade do trabalho neste momento da vida, seja em termos de realidade no tempo presente, seja em termos de projetos para o futuro. É certo que a presença, os sentidos e expectativas depositados no trabalho variam segundo as idades no tempo da juventude, a renda familiar, o sexo, a cor/raça, o local de moradia e os níveis de escolaridade, revelando a permanência de muitas desigualdades, a despeito das transformações ocorridas na educação e no

mercado de trabalho brasileiros na última década.

Em termos de demandas para as ações públicas, a questão do trabalho, no entanto, só aparece quando a pergunta é realizada de modo direto: “Na sua opinião, qual destas ações o governo deveria fazer em 1º lugar para melhorar a situação dos jovens no trabalho?”. A oferta de formação profissional e a elevação da qualidade do ensino aparecem em primeiro e em segundo lugar, com 37% e 33% das menções. Para além de ações no campo educacional, também emergem demandas específicas para o campo do trabalho: somando-se as demandas de apoio à entrada no mercado de trabalho (12%), de criação de mais empregos (9%), de mais estágios (3%), de orientação profissional (3%) e oferta de crédito (2%), têm-se 29% das menções relativas à necessidade de ações indicando o apoio à inserção e também uma certa orientação no universo do trabalho.

Apesar da centralidade do trabalho no presente e nos projetos de futuro, ele não é percebido como um assunto para ser discutido pela sociedade em geral, ficando mais restrito ao âmbito privado. Ao serem indagados sobre os assuntos que gostariam de discutir com a família, “educação e futuro profissional” aparecem em primeiro lugar, mas assumem o 5º lugar como assunto para discussão com a sociedade em geral. Em uma outra questão, quando indagados sobre os problemas que mais incomodam ao se pensar no Brasil, a “falta de perspectiva profissional” para os jovens aparece em último lugar, com apenas 3% das menções.

Esse aparente desencontro entre a forte expectativa depositada no trabalho para a realização de sonhos e projetos e sua pouca presença em termos de demanda para a sociedade e para as políticas de governo de modo geral parece sinalizar o fato de que os jovens ainda estão - e se percebem como - muito solitários ou restritos ao âmbito privado no enfrentamento de questões no mundo do trabalho e na construção de seus trajetos profissionais. Os avanços do país em termos de políticas de investimentos, de defesa do emprego e valorização do salário mínimo nas últimas décadas são evidentes e também podem estar refletindo as fortes expectativas depositadas no trabalho pelos jovens da pesquisa. No entanto, sem negar a

importância da ampliação da formalização do emprego e da elevação da renda da população, bem como dos ganhos educacionais dos últimos anos, quando consideradas as ações públicas para os jovens, os suportes para a efetivação dos trânsitos e combinações entre escola, trabalho e vida familiar, cada vez mais tensos, intensos e desiguais no atual contexto social, ainda são muito restritos. E, se há fortes expectativas depositadas no trabalho e em melhores trabalhos, especialmente considerando os projetos de futuro, é preciso construir ações que, efetivamente, dêem apoio a essas jovens gerações, dado um contexto onde cada vez mais a ideologia da interiorização do fracasso e do sucesso ganha força, sobretudo quando pensamos no mundo do trabalho, obscurecendo-se os constrangimentos estruturais impostos pelo tipo de sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013*. Brasília: IBGE, 2013.

CORROCHANO, Maria Carla et al. *Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa/Instituto Ibi, 2008.

_____, Maria Carla. *O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole*. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2012.

DUBAR, C. La construction sociale de l’insertion professionnelle en France. In: ROULLEAU-BERGER, L.; GAUTHIER, M. (Orgs.). *Les jeunes et l’emploi*. Paris: Editions de l’Aube, 2001.

FERREIRA, Vitor Sérgio. Das belas-artes às artes de tatuar: dinâmicas recentes no mundo português da tatuagem. In: ALMEIDA, M. I.M.; PAIS, J. Machado. *Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012. p. 56-112.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.

_____. Trajetórias Juvenis, um novo nicho em meio à expansão das oportunidades de trabalho? In: MACAMBIRA, J.; ANDRADE, F.R (Orgs.). *Trabalho e formação profissional – juventudes em transição*. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 57-72.

HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: _____; SILVA, N. V. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p.147-172.

HARVEY, D. *Condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1996.

LIMA, Jacob C. *Outras sociologias do trabalho: flexibilidades, emoções, mobilidades*. São Carlos, Edufscar, 2013.

PAIS, J. M. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar, 2001.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

TARTUCE, G. L. *Jovens na transição escola-trabalho: tensões e intenções*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010.

TELLES, V. S.; CABANES, R. (Orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.

MARIA CARLA CARROCHANO é socióloga, mestre e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente é docente do Departamento de Ciências Humanas e Educação e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Foi consultora da OIT para a elaboração da Agenda do Trabalho Decente para a Juventude no Brasil. Atua nas seguintes temáticas: sociologia da educação, sociologia da juventude, sociologia do trabalho e da vida econômica.

MARIA VIRGINIA FREITAS é socióloga e mestre em Educação pela Universidade São Paulo. É coordenadora da Área de Juventude da Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação, em São Paulo, e autora de diversas publicações sobre Juventude e Políticas Públicas de Juventude. Foi vice-presidente do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve (2008/2009).



Cultura de violência e drogas ilícitas no cotidiano juvenil

gustavo venturi*

Este capítulo pretende ressaltar dados da pesquisa Agenda Juventude Brasil que dialogam com dois traços marcantes dos/as jovens brasileiros/as no campo da segurança pública: sua participação, com destaque para os jovens negros, entre as vítimas de mortes por homicídio, e na composição da população carcerária do país – esta marcada, em sua curva de crescimento recente, pela alegação do envolvimento juvenil com o “tráfico de drogas”.

MORTES VIOLENTAS

Em sua mais nova edição, o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2014) atualiza e reitera dados gravíssimos sobre a evolução das causas da mortalidade e sobre a composição demográfica das mortes por violência no Brasil. Embora a taxa geral de mortalidade no país tenha diminuído 3,5% nas três **últimas décadas**¹, a participação das *causas externas* aumentou 28,5%,

* Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

¹ De 630,8/100 mil em 1980 para 608,4/100 mil em 2011 (WAISELFISZ, 2014, p. 27).

puxada pelas *mortes violentas*, que, nesse período, cresceram 72,8%², e dentro destas, pelas *mortes por homicídio*, com aumento de 132,1%, com acentuada participação juvenil. De fato, embora os jovens (15 a 29 anos) correspondam a cerca de ¼ da população brasileira, foram as **vítimas de mais da metade** dos 52.198 homicídios registrados no país em 2011. Ao longo de toda a última década, o índice de jovens brasileiros que morreram por homicídio foi cerca de três vezes maior que o de não jovens³.

A pesquisa *Agenda Juventude Brasil* abordou o problema da violência tanto em seu sentido psicológico ou imaterial, arguindo os/as jovens entrevistados/as sobre “experiências de humilhação, desrespeito ou discriminação” (interações sociais que atingem primordialmente a integridade moral, ainda que tal impacto tenda a se desdobrar em consequências materiais – **questões** que não são objeto deste artigo), quanto no sentido de violência relacionada à integridade física – ou seja, a situações de ameaça **à vida**, à propriedade e **à** experiência de proximidade com mortes violentas.

Neste segundo sentido, buscando captar relatos de vivência ou proximidade dos/as jovens a contextos de violência dessa natureza, foram levantados, entre outros, indicadores relativos (1) à perda de pessoas próximas que tenham morrido de forma violenta, (2) à experiência de terem sido assaltados/as e (3) ao contato pessoal com armas de fogo. Dada a política de consumo de drogas vigente, cuja **essência** proibicionista empurra os usos recreativo, dependente e terapêutico para a clandestinidade e para a esfera do crime de tráfico, optou-se por listar também entre os indicadores de proximidade a contextos de violência (4) o contato assumido com a maconha e com o *crack*.

Nos resultados para todo o país, conforme parâmetros amostrais da pesquisa⁴, mais de ¼ dos/as jovens entrevistados/as (28%) afirmou **já ter**

2 De 32,1/100 mil em 1980 para 55,4/100 mil em 2011 – incluem homicídio, suicídio e mortes no transporte, sobretudo nos deslocamentos terrestres, mas também em aéreos e aquáticos (idem, p. 27).

3 Índice de vitimização juvenil por homicídio no Brasil em 2011: taxa jovem (53/100 mil) / taxa não jovem (17,6/100 mil) * 100 = 301,6 (idem, p. 56). Entre 1980 e 2011 foram registrados 1.145.908 homicídios no país, sendo 607.204 (53%) de jovens (idem, p. 29).

4 Ver o capítulo “Agenda Juventude Brasil: Notas metodológicas sobre a amostra e o tratamento dos dados”.

sido assaltado/a, “seja na rua ou em casa” (17% uma vez, 6% duas vezes e 4% três ou mais vezes); quase 3 em cada 5 “viu de perto alguma arma de fogo que não fosse de policial ou militar” (57%), sendo que mais de ¼ disse já ter segurado uma arma (27%), seja de parente/amigo (22%) ou própria (5%); e metade (51%) perdeu “um parente ou amigo próximo”, morto de forma violenta – seja assassinado (22%), em acidente de trânsito (22%) ou por suicídio (3%).

No que diz respeito ao uso e proximidade com drogas, em relação às lícitas 14% declararam-se fumantes de tabaco, 13% ex-fumantes e 73% nunca teriam usado tabaco; mais da metade (54%) disse consumir bebidas alcoólicas (33% eventualmente, 17% de uma a duas vezes por semana e 4% de três vezes por semana a todos os dias), 13% seriam ex-consumidores e 30% nunca teriam usado álcool; e quase metade (46%) afirmou ter ou já ter tido familiar com dependência química ou tendência ao alcoolismo, entre estes, sobretudo, os pais (29%) e tios (30%), mas também irmãos (11%), avôs (9%) e avós (2%), primos/as (6%), mães (4%) e tias (4%). **Já em relação às drogas ilícitas** investigadas, disseram conhecer quem fuma maconha 75% e *crack* 38% dos/as jovens entrevistados/as; já terem visto alguém fumando, respectivamente 74% e 35%; já lhes ter sido oferecidos, 47% e 14%; já terem pego na mão, 23% e 4%; e já terem experimentado, 17% e 2%⁵.

Buscando contribuir para a contextualização e inteligibilidade dos resultados do Mapa da Violência – que, conforme citado, apontam que jovens morrem mais que não jovens por morte violenta e, nesta modalidade, sobretudo por homicídios – toma-se como foco da análise, a seguir, dentre os indicadores da pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, a perda de um parente ou amigo próximo *por homicídio* – experiência de proximidade com a violência em suas formas extremas, vivida, como estimado no levantamento, por cerca de 1/5 dos/as jovens brasileiros/as (22%).

5 Em que pese a declaração dos/as entrevistadores/as sobre a garantia de sigilo quanto à identidade dos/as informantes, tendo as entrevistas sido face a face e domiciliares, é razoável tomar tais taxas como inferiores aos comportamentos efetivamente vividos – sobretudo as taxas de uso, mesmo tendo sido aferidas em termos de experimentação – ainda que não seja possível estimar com confiabilidade a proporção de subassunções.

O pressuposto de que ambos os eventos se relacionam – mortos por homicídios registrados pelo SIM/MS⁶, de um lado, e a **vivência** com violência homicida narrada na pesquisa, de outro – é reforçado pela informação sobre o vínculo que os/as entrevistados/as tinham com as pessoas perdidas: um em cada três jovens declarou ter tido amigos/as que foram assassinados/as (32%), 28% tiveram primos (1% primas), 7% irmãos (0,5% irmãs) e 2% maridos. Ou seja, em sua maioria, pessoas da mesma geração (70%), portanto tendencialmente jovens, e do sexo masculino, como indicado no Mapa da Violência⁷. Tiveram ainda os pais assassinados 4% dos/as jovens (1% padrastos e 0,5% as **mães**), tios 18% (tias 2%) e 3% os avós.

Tomando-se, então, “perdeu parente ou amigo/a assassinado/a” como a *variável dependente* a ser analisada, foram selecionadas as seguintes variáveis independentes (e definidas as seguintes respectivas categorias) para a elaboração de um modelo de regressão logística binária⁸, com vistas a verificar o seu grau de influência sobre o evento em foco (onde 1 = *perdeu parente ou amigo/a*, 0 = *não perdeu*):

Variáveis sociodemográficas: sexo (masculino, feminino), orientação sexual (heterossexual masculino, heterossexual feminino, bi e homossexuais de ambos sexos), idade (15 a 17 anos, 18 a 24, 25 a 29), raça/cor (branca, negra)⁹, religião (católica, evangélica, outras,

6 Sistema de Informação sobre Mortalidade/ Ministério da Saúde, principal fonte do Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2014).

7 Dos 27.471 jovens mortos/as por homicídio no Brasil em 2011, 4.512 (16%) eram mulheres – ou seja, houve uma jovem para cada seis jovens homens assassinados. Em 1980, matou-se uma jovem para cada cinco jovens do sexo masculino, mas a melhoria é apenas aparente: de 1980 para 2011, o número de mulheres jovens mortas por violência homicida mais que triplicou (aumento de 333%), ao mesmo tempo em que o de jovens homens mais que quadruplicou (aumento de 425%), (idem, p.29 e p.106).

8 Sobre a escolha dessa técnica multivariada, ver o capítulo “Agenda Juventude Brasil: Notas metodológicas sobre a amostra e o tratamento dos dados”.

9 Para evitar a exclusão de casos do modelo, as categorias com baixa frequência, ‘amarela’ (2%) e ‘indígena’ (2%), foram somadas, respectivamente, às categorias ‘branca’ e negra (‘parda’ + ‘preta’) – agrupamentos definidos considerando-se a similaridade do perfil de escolaridade e renda entre os/as jovens que se declararam de cor branca e amarela, de um lado, negra e indígena, de outro.

sem religião), nível de ensino (até Fundamental, Médio incompleto ou completo, Superior incompleto ou completo e mais), *status* escolar (estuda, não estuda), estado conjugal (solteiro/a, casado/a ou ex), parentalidade (tem filho, não tem), força de trabalho (ocupado/a, desempregado/a, desocupado/a), estrato de renda domiciliar *per capita* (baixos, médios, altos)¹⁰.

Variáveis geográficas (local de residência): área (urbana, rural), região (SE, NE, S, N, C-O), tipo e porte do município (capital, outro em Regiões Metropolitanas, interior grande, médio, pequeno).

Variáveis de contexto e comportamentais: vivência de assalto (uma vez e mais, nunca foi), contato com arma de fogo (viu de perto e pegou na mão, nunca viu de perto ou viu mas não segurou), relação com tabaco (fumante, ex-fumante, nunca), relação com bebida alcoólica (consumo regular, consumo eventual, ex-consumidor/a, nunca)¹¹; convivência com dependente químico de álcool (“alguém na família que tem problema com bebida alcoólica”, nunca teve), contato com drogas ilícitas (fumou ou segurou maconha e/ou *crack*, nunca fumou ou segurou nenhuma das duas).

Ao todo, portanto, a modelagem inicial incluiu as vinte variáveis acima listadas, avaliadas como potencialmente influentes ou relacionadas à experiência de ter perdido parente ou amigo em razão de morte violenta por homicídio. Somente sete fatores, no entanto, mostraram-se associados de modo estatisticamente significativo ao fenômeno focado. Mantidos no modelo e

10 “Estratos baixos”, até R\$ 291,00 de renda familiar mensal *per capita*; “estratos médios”, mais de R\$ 291,00 até R\$ 1.019,00; e “estratos altos”, mais de R\$ 1.019,00. Sobre os critérios de definição dessas categorias, ver: BARROS (2012) e o capítulo “Agenda Juventude Brasil: Notas metodológicas sobre a amostra e o tratamento dos dados”.

11 Consumo regular: ao menos uma vez por semana (soma das categorias “1 ou 2 vezes”; “3 ou 4 vezes”; e “todos os dias”); eventual: “de vez em quando”.

processada nova etapa, na qual as categorias de menor incidência foram fixadas como categorias de referência¹², chegou-se aos resultados observados na tabela 1:

Tabela 1 . Variáveis na equação

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 1 ^a	Área (1) - Rural	,557	,185	9,040	1	,003	1,745
	Porte1_municipios			14,175	4	,007	
	Porte1_Capital (1)	,529	,214	6,101	1	,014	1,698
	Porte1_Outros RM (2)	,823	,227	13,151	1	,000	2,277
	Porte1_Interior grande (3)	,546	,214	6,511	1	,011	1,727
	Porte1_Interior médio (4)	,317	,212	2,247	1	,134	1,374
	Raça/cor (1) - Negra	,353	,134	6,917	1	,009	1,424
	Assaltado/a (1) – Sim	,299	,140	4,585	1	,032	1,349
	Arma de fogo (1) - n Segurou	,281	,145	3,719	1	,054	1,324
	Dep. álcool na família (1) – Sim	,310	,125	6,135	1	,013	1,363
	Contato ilícitas (1) – Sim	,302	,153	3,898	1	,048	1,353
	Constante	-1,185	,204	33,690	1	,000	,306

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: Área, Porte1_municipios, P153_154x_raça2, p148, p149b_x, p145, Contato_ilicitasF.

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Assim, a chance de já ter tido um ente próximo assassinado mostrou-se:

42% maior para jovens negros/as que para jovens brancos/as – sendo *raça/cor* o único atributo sociodemográfico que resultou relevante, entre os onze considerados;

12 A saber: residentes em áreas urbanas, em municípios pequenos do interior, de *raça/cor* autorreferida como branca, que nunca foram assaltados, que nunca seguraram uma arma, que não têm e não tiveram familiar com dependência alcoólica, que nunca tiveram em mãos maconha ou *crack*.

70% maior para jovens nas capitais de estado, 128% maior para jovens nos municípios periféricos de regiões metropolitanas (vale dizer, mais que o dobro) e 73% maior para jovens em grandes municípios do interior, comparativamente – nos três casos – a jovens que vivem em pequenos municípios do interior¹³;

e 75% maior para jovens do meio rural, em comparação aos do meio urbano.

Os resultados acima referentes a *raça/cor* e a tipo/porte do município de residência são coerentes com os dados do Mapa da Violência 2014. Considerando o padrão predominante no Brasil de matrimônios endogâmicos por *raça/cor*, em que pese a tendência declinante observada nas últimas décadas (RIBEIRO e SILVA, 2009)¹⁴, era esperado que a forte prevalência de negros sobre brancos entre os mortos por homicídio – seja na população total, seja, de forma ainda mais acentuada, entre a população jovem¹⁵ – tivesse, como contrapartida, maior declaração de jovens negros sobre o assassinato de entes próximos, dado que 2/3 dos que tiveram tal experiência declararam ter perdido parentes.

13 Para o desenho da amostra e da classificação aqui citada consideraram-se como “Outros municípios de Regiões Metropolitanas” apenas aqueles em torno de capitais de Unidades da Federação, a saber: nas Grandes São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e as cidades satélites do Plano Piloto, no Distrito Federal. Municípios como Campinas e os de seu entorno, da Baixada Santista etc., considerados pelo IBGE como constitutivos de Regiões Metropolitanas, aqui estão nas categorias de Interior, classificados segundo seu porte. Os portes, por sua vez, foram definidos segundo tercis regionais: em cada uma das quatro macrorregiões (SE, NE, S e N/C-O), os menores municípios foram classificados como ‘pequenos’ até que a soma de suas populações correspondesse a 1/3 do total da população do interior de seus estados; foram classificados como ‘médios’ os do segundo tercil e ‘grandes’ os do tercil mais alto.

14 Conforme elaboração dos autores, a endogamia por cor nos casamentos inter-raciais no Brasil (discriminando-se branca, parda e preta) caiu de 88% em 1960 para 69% em 2000 (RIBEIRO & SILVA, 2009, p.19). Trazendo-se para os parâmetros aqui utilizados, a endogamia por ‘raça’ (discriminando-se apenas branca e negra, em que a negra advém da junção de preta e parda), teria caído, no mesmo período, de 90% para 72%.

15 No conjunto da população, em 2011 foram assassinados 136,8% mais negros que brancos. Entre jovens essa taxa foi ainda maior: morreram em homicídios 158,6% mais negros que brancos, já relativizadas as proporções desses segmentos raciais. Em números absolutos, em 2011 foram assassinados 6.540 jovens brancos e 20.852 jovens negros (WASELFSZ, 2014, pp. 120-21).

De modo análogo, em que pese a tendência observada na última década de interiorização e disseminação da violência homicida, com recuo das taxas em muitas capitais e em grandes cidades¹⁶, uma vez que o indicador aferido na pesquisa *Agenda Juventude Brasil* refere-se a todo o período de vida dos/as jovens, era de se esperar que aqueles/as residentes nas capitais, em regiões metropolitanas e grandes cidades do interior reportassem mais casos de perda de parentes e amigos/as, fruto do padrão fortemente prevalente até a década de 1990, de maior taxa de homicídios nessas localidades.

Já a forte associação do fenômeno da perda de entes próximos a jovens residentes na área rural constitui-se em um dado relevante da pesquisa, inexistente no Mapa da Violência – posto que este utiliza da base de dados do SIM/MS a informação do município do cartório em que é expedida a certidão de óbito, sem distinguir a área, se urbana ou rural, em que ocorreu o homicídio. Tal achado – a exigir maior investigação – remete à relativa invisibilidade do que ocorre no campo, ainda que não só com jovens, mas, certamente, também em relação a eles. Aponta para a gravidade de conflitos violentos recorrentes, sejam interpessoais, de disputa pela terra ou outros.

Por fim, ainda que com um pouco menos de impacto (ver. coeficientes e níveis de significância na tabela 1, acima), emergem do modelo como também relevantes quatro das seis variáveis de contexto e comportamentais testadas – sugestivas de alguns caminhos para a interpretação do fenômeno focado.

A chance de já ter tido um ente próximo assassinado mostrou-se:

35% maior entre jovens que já foram assaltados, comparativamente aos que nunca foram;

32% maior entre jovens que tiveram nas mãos uma arma de fogo, em relação aos que nunca seguraram uma arma;

¹⁶ Na média das capitais, a taxa de homicídios caiu 29,9% de 2003 a 2011 (de 41,6/100 mil para 36,4/100 mil), enquanto os índices do interior subiram 23,6% no mesmo período (idem, p.102).

36% maior entre os jovens que têm ou tiveram algum caso de dependente químico de álcool na família, comparados aos que nunca tiveram;

e 35% maior entre os que alguma vez fumaram ou pegaram nas mãos maconha e/ou *crack*.

Nos quatro casos, pode-se pensar em contextos inter-relacionados, permeados por uma cultura de violência, na qual, como ressaltam os indicadores de mortalidade juvenil por homicídio, mesmo quando eventualmente protagonistas, os/as jovens são, antes de tudo, **vítimas. A abundância de armas não** registradas ou ainda irregularmente disseminadas na sociedade, em que pesem as campanhas de desarmamento realizadas na última década, a partir da entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento em 2004 (que o *lobby* da indústria armamentista no Congresso pretende revogar como o PL 3.722/12), facilita a ‘solução’ de conflitos por via da violência armada, tanto em espaços privados, no âmbito doméstico, como em espaços públicos, contribuindo para a alta incidência de homicídios por impulso, decorrentes de brigas por motivos fúteis¹⁷.

O indicador de presença de dependente químico ao álcool na família pode estar relacionado à cultura de violência por diferentes caminhos. A frouxa regulamentação da publicidade, o forte incentivo cultural ao consumo do álcool e a inócua fiscalização da venda a adolescentes, a despeito da legislação que proíbe seu consumo antes dos 18 anos, concorrem para uma iniciação e consumo precoces¹⁸. Em tal contexto, o consumo do álcool

¹⁷ Portal do Conselho Nacional do Ministério Público destaca levantamento realizado em 2011-2012, no qual, em 9 de 16 estados, os dados indicaram a prevalência de homicídios por motivos fúteis ou por impulso, não premeditados, em contraposição aos homicídios decorrentes de atividades criminosas profissionais. Disponível em www.cnmp.mp.br, acessado em 03.11.14.

¹⁸ *Survey* nacional da Fundação Perseu Abramo, realizado em novembro de 2013, apurou que, entre os 3/5 da população brasileira com 16 anos e mais que já teriam tido contato com bebida alcoólica (61%), mais da metade o fez *antes* dos 18 anos de idade (54%). Disponível em www.fpabramo.org.br, pesquisa *Drogas lícitas e ilícitas no Brasil – proximidades de opiniões*.

não só é propício ao desenvolvimento de dependência química entre os/as próprios/as jovens¹⁹, como se constitui em possível ingrediente das cenas de homicídio por motivo banal – além de sua contribuição para a morte por violência nos transportes.

Por fim, a manutenção do uso recreativo, dependente e terapêutico de drogas ilícitas no campo da ilegalidade, resultante da política proibicionista vigente – cujas diretrizes ainda prevalecem no Brasil, a despeito de todas as evidências sobre o fracasso da “guerra às drogas” –, associada à indefinição na legislação em vigor sobre as quantidades e circunstâncias que diferenciariam o crime de *tráfico da posse para uso próprio*²⁰, tem tido como consequência a discricionariedade de delegados e juizes que decidem sobre a abertura de inquéritos e condenações dos/as usuários de drogas, com forte impacto, conforme dados a seguir, no crescimento e no perfil da população carcerária no país.

LEGISLAÇÃO ANTIDROGAS E SISTEMA PENITENCIÁRIO

Entre dezembro de 2005, antes de entrar em vigor a Lei 11.343/06, e dezembro de 2013, a população carcerária no Brasil passou de 361,4 mil para 581,5 mil detentos (aumento de 220,1 mil presos, ou 61%)²¹, levando o Brasil, hoje, para a quarta maior população carcerária do mundo, em

19 A relação de parentesco das pessoas da família “com problema com álcool” aponta que quase 1/5 seriam da mesma geração dos/as jovens entrevistados/as (18% na soma de irmãos, primos e os/as próprios/as).

20 Alterando entendimento vigente desde a edição do Código Penal, em 1940, a Lei 11.343/06 despenalizou relativamente o porte e o cultivo de drogas ilegais para uso próprio; manteve as penas de reclusão e detenção para o tráfico ilícito, prescrevendo aos consumidores a prestação de serviços à comunidade e o atendimento a programas educativos.

21 Dados disponíveis no portal do Ministério da Justiça, www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/acesso-a-informacao/estatisticas-prisional, acessado em 03.11.14.

números absolutos, e terceira em números relativos²². A nova lei foi responsável por mais da metade dos encarceramentos recentes, elevando de 11,7% para 25,5% a taxa de pessoas detidas por delitos tipificados penalmente como *tráfico de entorpecentes*. O impacto relativo foi ainda maior na população carcerária feminina²³. Por faixa etária, em 2012, os/as jovens (18 a 29 anos) correspondiam a 55% dos detentos do país, mais que o dobro de sua proporção no total da população; e os negros eram 61% – 44% pardos e 17% pretos²⁴, sendo a proporção destes cerca de três vezes maior que a de seu peso populacional.

Com a população carcerária atual, o sistema prisional brasileiro já tem um déficit de 206,3 mil vagas, apresentando uma ocupação de 1,7 detento por vaga. O déficit sobe para 354,2 mil vagas, se considerados os detidos em prisão domiciliar, e chega a 728,2 mil, se somados os mandados de prisão em aberto (374 mil)²⁵. Diante desse quadro e considerando-se as condições já degradantes no sistema penitenciário nacional, seja pelo que implica em violações dos direitos humanos dos detentos, seja pelo que contribui para o fortalecimento do crime organizado, ao fornecer – até aqui incessantemente – um vasto contingente de jovens, cuja perspectiva de

22 Em números absolutos, atualmente o Brasil fica abaixo apenas dos EUA (2,3 milhões de detentos), China (1,64 milhão) e Rússia (680 mil), mas, se computada a população cumprindo pena em prisão domiciliar (147,9 mil), chega a 715,6 mil detentos, passando para terceiro, à frente da Rússia. E mesmo sem os detidos em prisão domiciliar, em números relativos, com 274 presos/100 mil habitantes, o Brasil só perde para os EUA (707/100 mil hab.) e Rússia (474/100 mil hab.), ficando à frente da China (121/100 mil hab.). International Centre for Prison Studies, University of Essex (GOMBATA, 2014).

23 Embora em relação ao total, em dezembro de 2013, as 14,3 mil detentas respondessem por apenas 6% da população carcerária em regime fechado no país, em relação a 2005 haviam quase dobrado, com um crescimento de 93%, contra 57% de aumento de detentos do sexo masculino (www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/acesso-a-informacao/estatisticas-prisional, acessado em 03.11.14), com cerca de metade delas respondendo por crime de tráfico de drogas (GOMBATA, 2014).

24 Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), citado por GOMES, L. F. (2014).

25 Conselho Nacional da Justiça, Brasília/DF, junho de 2014. Disponível em www.cnj.jus.br/images/imprensa/pessoas_presas_no_brasil_final.pdf (acessado em 06.11.14).

reinserção social após a prisão é extremamente baixa, cabe indagar sobre as consequências da legislação antidrogas em vigor²⁶.

Em *survey* nacional realizado em 2003²⁷, com amostra representativa dos/as jovens brasileiros/as de 15 a 24 anos, 10% dos/as entrevistados/as tinham dito já ter experimentado maconha – taxa que na pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, considerando o mesmo recorte etário, subiu para 15%. Na faixa dos/as que estavam entre 15 e 19 anos, essa taxa era de 6%, em 2003. Acompanhando esse *coorte* em 2013 – ou seja, na faixa agora entre 25 a 29 anos – *dez anos mais velhos*, 22% afirmam ter experimentado maconha.

Ambas as comparações indicam crescimento dos/as usuários/as, em uma década de plena vigência da “guerra às drogas”. Sem considerar os/as adultos/as²⁸, só os 17% entre 15 a 29 anos que hoje dizem já ter experimentado maconha correspondem a mais de 8,5 milhões de jovens. Desta projeção decorre a pertinência da questão: quanto estamos dispostos a investir, ou por quantas vezes queremos/ podemos multiplicar nossos sistemas policial, judicial e penitenciário para levar e manter tal contingente de usuários/as de maconha atrás das grades?

26 Conforme questão formulada quase uma década atrás, antes mesmo do atual colapso do sistema penitenciário: “A sociedade brasileira há de se perguntar se a legislação e a política vigentes de combate ao consumo de drogas (...) são as mais adequadas às nossas condições (o preparo e a capacidade investigativa das nossas polícias, a baixa produtividade de nosso Judiciário, a superlotação de nossos presídios, entre outras), dado que levar essa política às últimas consequências implica perseguir, julgar e encarcerar esse [enorme] contingente de jovens usuários”. (VENTURI e BOKANY, 2005).

27 *Perfil da Juventude Brasileira*, iniciativa do Projeto Juventude/Instituto Cidadania, com parceria do Sebrae e do Instituto de Hospitalidade. Realizada pela Criterium Assessoria em Pesquisas. Ver metodologia e resultados em <http://novo.fpabramo.org.br/> e discussões em ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (2005).

28 Segundo a pesquisa *Drogas lícitas e ilícitas no Brasil – proximidades e opiniões* (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013. Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/drogas-quantiquali-fpa-mar14-site.pptx_.pdf), 12% da população brasileira acima dos 15 anos de idade já experimentaram maconha. Como na pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, sendo as entrevistas domiciliares, trata-se de uma taxa subestimada (ver Nota 5, acima). Ao mesmo tempo, jogando na direção contrária, não seria correto considerar todos que “alguma vez já experimentaram” como usuários atuais, ainda que eventuais. Um pelo outro, na falta de indicador mais preciso, toma-se aqui a taxa declarada dos que assumem ter experimentado como a de usuários atuais.

Ainda que o fenômeno da mortalidade de jovens esteja associado a múltiplas causas – conforme corroborado pelos resultados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* –, o panorama exposto sugere que, se o Brasil não caminhar para uma política *liberacionista* do uso das drogas, continuaremos a retroalimentar a cultura da violência, dificilmente revertendo o alto índice de vitimização juvenil por homicídio. Se é certo que mesmo uma efetiva descriminalização do porte e cultivo de drogas para uso pessoal, por si só, não acabaria com a morte violenta de jovens, **é plausível esperar que** tenha impactos sociais positivos não desprezíveis. Entre outras consequências, a princípio contribuiria para evitar o agravamento do já colapsado sistema penitenciário, para interromper o aumento tendencial da espiral de violência e homicídios que envolve o tráfico, e ao menos em parte, para abalar o ganho financeiro do crime organizado, prejudicando as dinâmicas de corrupção policial e paramilitar – com suas ramificações judicial e política – que se beneficiam com a criminalização dos consumos recreativo e dependente.

Urge buscar inspiração e vias de adaptação das políticas que vêm sendo implantadas e testadas em diversas partes do mundo – como em Portugal, em **vários estados norte-americanos, mais recentemente** no Uruguai e, até mesmo, em experiências locais, em plano municipal, como o enfrentamento do consumo do *crack* pela Prefeitura de São Paulo, na gestão de Fernando Haddad. Os recursos liberados do aparato repressivo, hoje no Brasil voltados para combater o consumo das drogas ilícitas, certamente cobririam com folga os recursos necessários para enfrentar eventuais impactos negativos, como o risco de que um acesso legal aumente o número de dependentes químicos²⁹.

29 Desde logo, descriminalizar ou despenalizar o consumo das drogas hoje ilícitas não deve significar a liberação do comércio, da publicidade e da distribuição, sem qualquer regulamentação. E, por coerência, a liberalidade que hoje marca o incentivo ao consumo do álcool deveria também ser revista, como já se fez com o tabaco, com resultados comprovadamente positivos, em termos de redução de câncer de pulmão, doenças cardiovasculares e outras.

De resto, a troca, no plano nacional, do paradigma proibicionista – *drogas como caso de polícia* – para o liberacionista, trazendo a questão da dependência das drogas decididamente para o campo da saúde pública, de *redução de danos* (na prática descriminalizando também o uso recreativo), se implantada, virá ao encontro de como a clara maioria dos/as jovens brasileiros/as acredita que a questão deve ser enfrentada: como aferido na pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, frente a duas alternativas, 82% avaliam que usuários de drogas devem receber tratamento médico, contra apenas 7% que acham que usuários devem ser presos. Espontaneamente, outros 7% optam pela prisão *com* tratamento médico e 2% manifestam-se contrários tanto à prisão quanto à medicalização dos usuários. Agrupados, portanto, 15% acreditam que usuários de drogas devem ser presos, 85% são contra. A taxa antirrepressão atinge 93% entre os/as jovens que assumiram contato com maconha e/ou *crack*, mas segue francamente majoritária (83%) mesmo entre os não usuários de drogas ilícitas. Trata-se de dados a se levar também a sério, se, na ordem democrática em construção, ouvir os/as jovens deva ser um dos pilares para a definição das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

BARROS, Ricardo Paes (2012). *Relatório da Comissão para a Definição da Classe Média no Brasil*, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Brasília. Disponível em www.sae.gov.br/site/?p=13425.

GOMBATA, Marsílea. Em 15 anos, Brasil prendeu 7 vezes mais que a média, *Carta Capital*, 17.01.2014.

RIBEIRO, Carlos A. C.; SILVA, Nelson do V. Cor, Educação e Casamento: Tendências da Seletividade Marital no Brasil, 1960 a 2000. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 52, nº 1, 2009, pp.7-51.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. Maiorias adaptadas, minorias progressistas. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2014*. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional da Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Brasília. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf.

GUSTAVO VENTURI é professor do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP. Foi coordenador do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo e diretor do Instituto Datafolha. Articula estudos sobre marcadores sociais da diferença (gênero e identidades sexuais, raça e etnias, classe social, juventude e velhice) com pesquisas sobre moralidade, tolerância à diversidade e direitos humanos.



Uso do tempo livre e acesso à cultura

ana luiza salles

A pesquisa Agenda Juventude Brasil, tal como demais *surveys* sobre perfil dos/as jovens brasileiros, conferiu especial atenção às atividades de lazer exercidas por esse segmento, assim como à fruição de bens e equipamentos culturais. Esse texto apresenta os resultados da referida pesquisa no que toca ao uso de tempo livre e ao acesso a bens culturais, buscando identificar as inflexões produzidas pelas variáveis sexo, raça, local de moradia e macrorregião do país, renda, faixa etária. Sempre que possível e pertinente, são feitas comparações longitudinais com enquetes nacionais sobre o tema, em especial com o estudo *Perfil da Juventude Brasileira*, realizado em 2003.

Conforme destacado pela literatura especializada, o lazer adquire uma dimensão singular junto ao segmento juvenil, constituindo-se “como tempo sociológico no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e que se constitui, na fase da juventude, como campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais” (BRENNER; DAYRELL e CARRANO, 2005, p. 76). De par com essa concepção e distinta da ideia de entretenimento, conforme pontua Marilena Chauí, “a cultura é um direito do cidadão, direito de acesso aos bens e obras culturais, direito de fazer cultura e de participar das decisões sobre a política cultural” (CHAUÍ, 2008, p. 61).

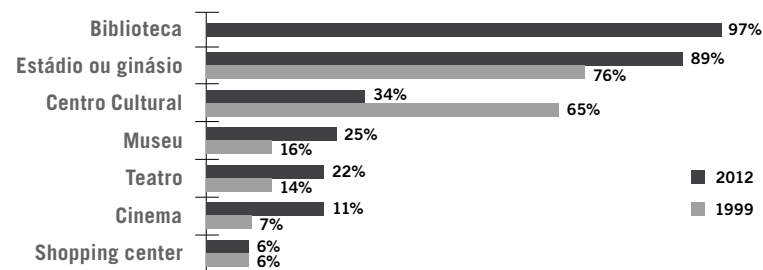
A leitura dos dados sobre o recorte temático aqui em foco se faz à luz desses referenciais, ainda que o *survey* tenha abordado apenas uma das dimensões da concepção de cultura acima exposta, qual seja, o direito ao acesso a bens e obras culturais.

Os dados levantados pela *Agenda Juventude Brasil* poderão ser mais bem compreendidos quando cotejados com a disponibilidade dos equipamentos culturais nas distintas regiões do país. A *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (MUNIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vem mapeando a infraestrutura cultural existente nos 5.565 municípios do país desde sua primeira edição, em 1999. Segundo o relatório de 2012, “equipamentos culturais constituem o estoque fixo ligado à cultura existente no momento de pesquisa no município, aberto ao público, podendo ou não ser mantido pelo poder público de qualquer esfera, seja ele federal, estadual ou municipal” (BRASIL, 2012, p. 84). Ainda que o levantamento não revele a qualidade e os conteúdos da oferta existente, as informações mapeadas dão a dimensão do estoque de equipamentos disponíveis para a população e, nesse sentido, dialogam com os resultados da *Agenda Juventude Brasil* no que toca a possibilidades de lazer e acesso a bens culturais.

Os dados de 2012¹ apontam o fato de que as bibliotecas seguem sendo “o principal equipamento cultural existente no País do ponto de vista de seu alcance, apresentando tendência à universalização. Em 1999 eram 76,3% aqueles municípios que tinham biblioteca pública, alcançando 97% em 2012” (BRASIL, 2012, p. 85). A oferta de museus, teatros e, em menor grau, de salas de cinema também aumentou, sendo detectado um crescimento entre os referidos anos de 15,5% para 25%; de 13,7% para 22,4% e de 7,2% para 10,7%, respectivamente. Os centros culturais estavam presentes em 24,8% dos municípios em 2006, chegando a 33,9% deles em 2012.

1 Em 2012, a pesquisa envolveu o levantamento de 19 tipos de equipamentos culturais.

Gráfico 1 . % de municípios de possuem equipamentos culturais em 1999 e 2012, segundo o tipo



Fonte: IBGE. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (MUNIC) 2012.

Ainda segundo esse estudo, em 2012, os *shopping centers* - ícones de consumo, que vêm se afirmando igualmente como espaços de lazer - se faziam presentes em 6% dos municípios brasileiros, sendo mais frequentes nas Regiões Sudeste (9,5%) e Sul (7,1%). No que se refere aos estádios ou ginásios poliesportivos, eles se encontram em 89% dos municípios, sendo que mais de 94% dos municípios do Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm esse equipamento, enquanto no Norte (79%) e no Nordeste (82%) eles se mostram comparativamente menos disseminados.

Tabela 1 . Municípios que possuem equipamentos culturais em 2012, segundo as Grandes Regiões (%)

	BR	N	NE	SE	S	CO
Biblioteca	97,0%	95,1%	96,2%	98,0%	98,1%	95,7%
Estádio ou ginásio	89,4%	78,8%	81,7%	94,3%	95,5%	95,5%
Centro cultural	33,9%	30,1%	26,8%	42,3%	38,0%	24,9%
Museu	25,0%	10,9%	17,2%	28,5%	40,7%	16,1%
Teatro	22,4%	12,9%	16,8%	31,8%	23,2%	17,8%
Cinema	10,7%	5,8%	6,1%	17,4%	10,4%	9,7%
Shopping centers	6,2%	3,1%	3,5%	9,5%	7,1%	6,0%

Fonte: IBGE. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (MUNIC) 2012.

Não obstante o crescimento verificado nos últimos anos, os dados revelam que, à exceção de bibliotecas, estádios/ginásios esportivos, *lanhouses* e clubes ou associações recreativas, ainda é baixa a oferta de equipamentos culturais no país. Some-se a isso o fato de que eles seguem tendo uma distribuição desigual pelo território nacional, sendo a região Norte a menos beneficiada nesses quesitos. A título de exemplo, 28% dos municípios do Sudeste têm museus e 17% deles têm cinema; já na região Norte, esses percentuais atingem 11% e 6%, respectivamente, e no Nordeste chegam a 17% e 6%, respectivamente. Para além das disparidades regionais, a oferta cultural é significativamente maior nos municípios mais populosos (com mais de 100 mil habitantes).

Os municípios com maior contingente populacional dispõem de um maior número de equipamentos culturais, mas sua distribuição interna, como sabemos, é muito desigual.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA desenvolveu uma interessante pesquisa (IPEA, 2010), por meio da qual, entre outros aspectos, buscou aferir a percepção da população urbana brasileira a respeito da localização de espaços para práticas culturais e sociais. No que toca aos equipamentos culturais, 51% dos entrevistados consideram-nos mal localizados, 26,4% razoavelmente bem situados e 15,7% avaliaram-nos muito bem situados em relação ao lugar onde moram. Quanto aos equipamentos esportivos, os percentuais são, respectivamente, 43,2%, 31% e 20,1%. Inversamente, o comércio é apontado como muito bem localizado por 59,5% dos pesquisados. Sob a ótica regional, 55,3% dos entrevistados da região Sul do país consideram os equipamentos culturais mal situados, opinião compartilhada por 53,8% dos entrevistados do Sudeste, 44,5% do Centro-Oeste, 51,2% do Nordeste e 43,4% dos pesquisados da região Norte. A variável renda incide nas opiniões, sendo que “a localização dos espaços é sempre mais positiva na medida do aumento dos rendimentos” (IPEA, 2010, p. 6), o que confirma a estreita relação entre renda e acesso a equipamentos urbanos.

Esses dados compõem um quadro geral, ainda que incompleto, sobre a oferta e a distribuição de bens e equipamentos culturais no território brasileiro e, enquanto tal, ajudam a contextualizar e melhor apreender os resultados da *Agenda Juventude Brasil* no que concerne ao uso do tempo livre entre os jovens e ao acesso a atividades culturais.

Quando perguntados sobre o que fazem com mais frequência nas horas livres dos fins de semana, 79% dos entrevistados pela pesquisa aqui em foco mencionaram (em resposta espontânea) atividades de lazer e entretenimento (tais como sair, passear, conversar com amigos, namorar, ir a bares e restaurantes, ir a *shopping center*), 45% citaram atividades feitas dentro de casa (como descansar, assistir TV, dormir, ficar com a família) e 22% apontaram a realização de alguma atividade esportiva. Outras atividades também foram bastante citadas, como visitar amigos e parentes (15%), atividades culturais (13%) e religiosas (11%).

É visível a discrepância no uso do tempo livre entre jovens urbanos e rurais. Por exemplo, 80% dos moradores das cidades se voltam a atividades de lazer e entretenimento, percentual que cai para 74% entre aqueles do campo. Entretanto, apesar de ser a quarta atividade mais citada pelos entrevistados, quando consideradas as três primeiras menções, visitar parentes e amigos é uma prática mais usual entre jovens do meio rural (21%) do que entre os que vivem em áreas urbanas (14%).

Essa distinção se repete quando considerado o porte dos municípios. Os jovens de regiões metropolitanas se dedicam, em maior proporção que os residentes no interior, a atividades de lazer e entretenimento. São 84% e 75% deles, respectivamente, sendo os jovens habitantes de pequenas localidades os menos afeitos a essas práticas (72% deles), se comparados aos seus pares moradores de municípios de grande porte do interior (79%).

Tabela 2 . Jovens que realizam atividades aos finais de semana, por tipo, segundo porte de municípios (%)

	Lazer / entretenimento	Dentro de casa	Esportivas	Visitar parentes / amigos
Total Brasil	79%	45%	22%	15%
Total RM	84%	43%	21%	12%
Capitais	83%	42%	19%	11%
Outras RM	86%	44%	25%	12%
Total Interior	75%	46%	23%	17%
Cidadespeq	72%	47%	18%	21%
Cidades med	76%	44%	28%	14%
Cidadesgde	79%	46%	22%	15%
Urbano	80%	45%	21%	14%
Rural	74%	44%	26%	21%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil, 2013.

Sair, passear, conversar com amigos é um hábito mais recorrente entre moradores de pequenos municípios do interior. São 29% deles que costumam fazer isso nos horários de folga nos fins de semana, alternativa menos usual entre jovens de cidades do interior de porte médio ou grande (21%, em ambos os casos). Entretanto, são apenas 16% dos jovens das capitais que se dedicam a esse tipo de atividade nas horas livres, prevalecendo entre estes a frequência a *shopping centers*, mencionada por 19% deles.

Outra distinção digna de nota refere-se os 82% dos jovens da região Sudeste que se voltam a atividades de lazer e entretenimento nos finais de semana, face aos 74% de moradores do Nordeste que fazem o mesmo. Entre esses últimos, 48% permanecem dentro de casa nas horas livres, sobretudo assistindo televisão (32%), percentuais que contrastam com os moradores da região Sul do país que compartilham essa situação, 39% e 21% respectivamente.

Os jovens do Sul se diferenciam por se dedicarem mais a visitar parentes e amigos do que a atividades culturais (tais como ir ao cinema, ler ou ir ao teatro) nos finais de semana. No primeiro caso, são 21% deles, face a 13% dos moradores do Sudeste, 16% do Nordeste e 11% dos do Norte/Centro-Oeste; já no que toca a atividades culturais, apenas 9% deles as mencionam, percentual que chega a 16% entre os jovens do Sudeste, 10% entre os do Nordeste e 15% entre os do Norte/Centro-Oeste.

Sob outra ótica, e de forma condizente com os indicadores que apontam a maior oferta cultural nos municípios mais populosos, observamos que os jovens das regiões metropolitanas (19%), especialmente os residentes nas capitais (21%), são os que mais se voltam a atividades culturais nos fins de semana (frente a 9% dos jovens do interior).

No que concerne ao recorte etário, quanto mais jovem, maior o peso das atividades de lazer e entretenimento: 82% dos entrevistados entre 15 e 17 anos citam esta atividade entre as mais frequentes, ante 75% dos que têm 25 a 29 anos. Vale notar que a queda na frequência a esse tipo de atividade é mais significativa entre as mulheres (possivelmente em razão de assumirem maiores responsabilidades domésticas/familiares), sinalizando os avanços requeridos para o equacionamento das desigualdades de gênero entre a nova geração. Chega a 10 pontos percentuais a diferença entre o grupo das mais novas e o das mais velhas (81% das meninas de 15 a 17 anos referem-se a atividades desse tipo e 71% das mulheres de 25 a 29 anos). Nos grupos masculinos, os índices mantêm-se mais equilibrados (84% e 79% respectivamente).

As mulheres mostram-se mais caseiras do que os homens em todas as faixas etárias: metade delas (50%) diz realizar atividades dentro de casa em seu tempo livre nos finais de semana, frente a 39% dos homens. No segmento masculino, os mais jovens diferenciam-se dos mais velhos por usarem, em menor medida, seu tempo livre para realizar atividades dentro de casa. (31% homens de 15 a 17 anos citam atividades feitas dentro de casa, ante 41% dos de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos).

Tabela 3 . Jovens que realizam atividades nos finais de semana, por tipo de atividade, segundo sexo e faixa etária (%)

		Total	Masculino	Feminino
Atividades de lazer / entretenimento	Total lazer / entretenimento	79%	82%	76%
	15 a 17 anos	82%	84%	81%
	18 a 24 anos	80%	83%	77%
	25 a 29 anos	75%	79%	71%
Atividades dentro de casa	Total dentro de casa	45%	39%	50%
	15 a 17 anos	40%	31%	50%
	18 a 24 anos	46%	41%	50%
	25 a 29 anos	46%	41%	51%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil, 2013.

Os homens dedicam-se muito mais a práticas esportivas do que as mulheres. Enquanto para eles este tipo de atividade alcança o segundo lugar entre as mais realizadas, com 41% das menções, para as mulheres não passa da sexta posição, com apenas 4% de referências. Chama também a atenção o fato de que esta atividade perde espaço na vida dos jovens à medida que a idade aumenta e isso é válido para ambos os sexos: 28% dos mais jovens (15 a 17 anos) usam seu tempo livre nos finais de semana para praticar esporte, ante apenas 17% dos mais velhos (25 a 29 anos). Entre o segmento masculino, os percentuais são, respectivamente 44% e 35%, e entre as mulheres, 9% e 1%.

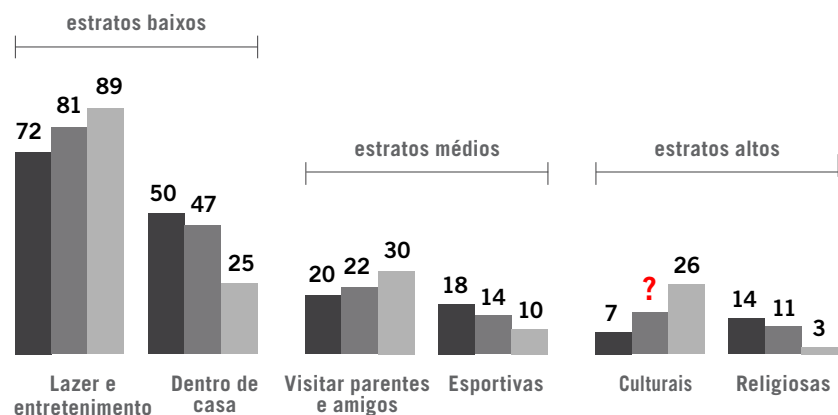
Visitar parentes e amigos, programas culturais e atividades religiosas são mais frequentes no universo feminino (19%, 16% e 15% de menções entre elas, respectivamente, ante 10%, 9% e 7% entre os homens). Cabe destacar que os jovens brancos (14%) mencionam, em maior proporção do que os autodeclarados pretos/pardos (8%), a frequência a *shopping centers* nos finais de semana, fato que sinaliza o grau de discriminação racial existente no país e as barreiras sociais que constroem e impedem o acesso dos jovens, sobretudo aqueles moradores das periferias urbanas, a todo e qualquer

espaço da cidade. Os chamados “rolezinhos”², que ganharam repercussão na capital paulista em fins de 2013, parecem ser uma reação à essa severa segregação dos territórios, ao mesmo tempo que um clamor por lazer.

O recorte socioeconômico incide no tipo de atividade realizada no fim de semana. Quando analisado o somatório das três primeiras menções, vemos que, entre os segmentos de renda domiciliar *per capita* alta, predominam as atividades de lazer e entretenimento. Ordenando do menor para o maior patamar de rendimentos, os percentuais são: 72%, 81% e 89%, respectivamente. Já com relação a atividades realizadas em casa dá-se o inverso. Os jovens de estratos de menor renda são os que mais se dedicam a elas nas suas horas livres nos finais de semana: são 50% dos entrevistados dos estratos baixos e 47% dos de renda intermediária, ante 25% dos jovens de alta renda. No que se refere à prática de esportes, novamente tem-se maior participação do segmento de alta renda: 30% deles dizem realizar atividades esportivas, frente a 22% e 20% dos jovens pertencentes aos outros dois estratos de renda subsequentes. Outros dados reforçam as disparidades sociais: os jovens de estratos de renda alta se dedicam mais a atividades culturais (26%), como ir ao cinema e ler, do que os pertencentes a segmentos de menor renda (14% dos entrevistados de estratos de renda média e 7% dos de baixa renda mencionam esse tipo de atividade). Entretanto, a dedicação a atividades religiosas é proporcionalmente maior entre os segmentos de menor renda: apenas 3% dos mais ricos se voltam a estas atividades nos finais de semana, frente a 11% do grupo de renda intermediária e 14% dos mais pobres.

2 “Rolezinhos” são encontros, organizados pelas redes sociais, que reúnem centenas de jovens, em geral moradores das regiões periféricas da cidade, principalmente em *shopping centers* da capital paulista e da Grande São Paulo. Ver: LUCENA, Eleonora de. ‘Rolezinhos’ têm raízes na luta pelo espaço urbano, diz pesquisador. Folha de São Paulo, São Paulo, 19/jan/2014. Caderno Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1399681-rolezinhos-tem-raizes-na-luta-pelo-espaco-urbano.shtml>. Acesso em 20 de abril de 2014.

Gráfico 2 . Jovens que realizam atividades no final de semana, por tipo, segundo estrato de renda (%)



Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil, 2013.

A variável escolaridade produz modulações que reforçam as distinções no usufruto do tempo livre nos fins de semana. A título de exemplo, 72% dos entrevistados com até fundamental incompleto, 78% daqueles com fundamental completo/médio incompleto e 82% dos jovens com ensino médio completo/superior ou mais se dedicam a atividades de lazer e entretenimento; 50%, 47% e 41% dos jovens, respectivamente, mostram-se mais caseiros nos finais de semana. É, porém, no campo cultural que as desigualdades se mostram mais acentuadas: 2% dos jovens com até fundamental incompleto se voltam a atividades culturais nos finais de semana, em face de 13% daqueles com ensino fundamental completo/médio incompleto e 17% dos com médio completo/superior ou mais, sinalizando o quanto o avanço da escolaridade se faz acompanhar, entre outros, pela ampliação e enriquecimento cultural.

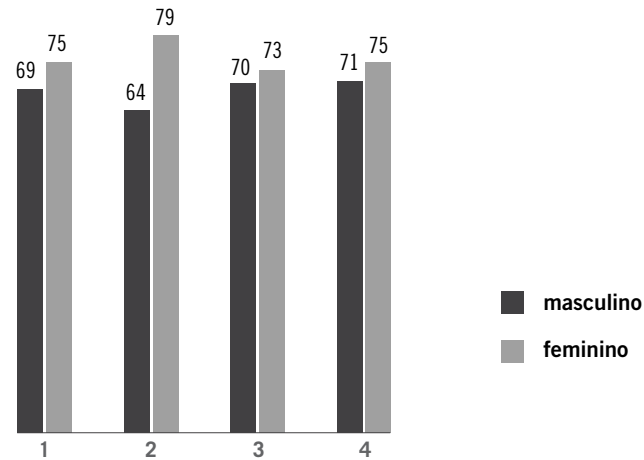
Nos dias da semana (2ª a 6ª feira), o tempo livre dos jovens se concentra em atividades dentro de casa (72%), seguidas de atividades de lazer e entretenimento (40%), atividades esportivas (12%) e culturais (9%).

Os jovens do Sudeste, por um lado, tendem a se envolver menos com atividades caseiras do que os seus pares de outras regiões do país. São 66% deles que se engajam nesse tipo de atividade nos momentos livres durante a semana, face a 80% daqueles do Sul, 76% do Nordeste e 73% dos moradores do Norte/Centro-Oeste. Por outro lado, são eles que mais se voltam a atividades de lazer e entretenimento: 44%, ante 35% dos jovens do Sul, 38% do Nordeste e 38% do Norte/Centro-Oeste. Essa distinção se reproduz quando cotejamos os moradores das regiões metropolitanas com os de municípios do interior: 67% dos jovens de regiões metropolitanas se dedicam a atividades dentro de casa e 43% a lazer e entretenimento, percentuais que chegam a 75% e 38% dos jovens residentes em regiões do interior, respectivamente.

Observando as três primeiras menções sobre o uso das horas livres durante a semana, nota-se que os homens se dedicam mais a atividades de lazer e entretenimento do que as mulheres: 46% deles, ante 35% delas. Os entrevistados mais jovens de ambos os sexos também se voltam mais a atividades de lazer do que os mais velhos (47% dos que têm entre 15 e 17 anos e 35% daqueles de 25 a 29 anos), possivelmente em razão de estarem mais liberados de responsabilidades familiares ou profissionais. Cabe ressaltar que este comportamento é puxado, principalmente, pela subatividade “navegar na internet”, que cai de 24% para 14% nos mesmos grupos etários.

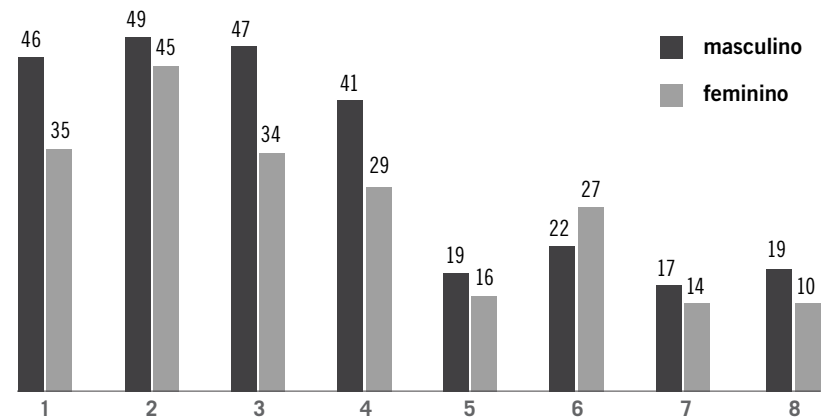
O cruzamento sexo-idade mostra que as mulheres entre 15 e 17 anos são mais caseiras do que os homens dessa mesma faixa etária (79% delas citam atividades dentro de casa, ante 64% deles); mostra também que, com o aumento da idade, as mulheres, em maior proporção do que os homens, abrem mão das atividades de entretenimento e lazer: de 45% entre as meninas de 15 a 17 anos, a dedicação a esse tipo de atividade cai para 29% entre as mais velhas, comportamento influenciado pela queda na subatividade “navegar na internet”. Entre os homens, os índices oscilam menos: de 49% para 41% nas respectivas faixas etárias.

Gráfico 3 . Jovens com atividades dentro de casa nos dias de semana, segundo sexo e faixa etária



Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil, 2013.

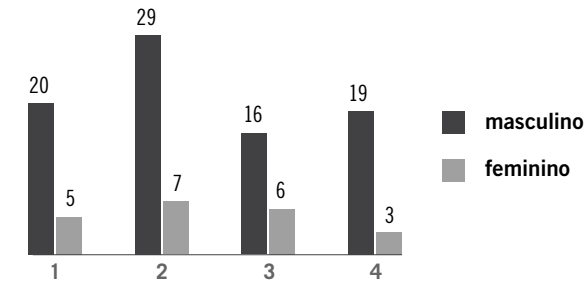
Gráfico 4 . Jovens com atividades de lazer / entretenimento nos dias de semana, segundo sexo e faixa etária (%)



Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil, 2013.

No que diz respeito às atividades esportivas, o comportamento repete o observado no item anterior: há maior dedicação do público masculino (20%) do que do feminino (5%) a esse tipo de atividade e tal prática perde espaço à medida que a idade aumenta: entre os homens, 29% daqueles entre 15 e 17 anos praticam esportes durante a semana, índice que cai para 19% daqueles com 25 a 29 anos. Atividades culturais, por sua vez, são mais praticadas por mulheres (13%) do que por homens (4%), dentre jovens de 15 a 17 anos.

Gráfico 5 . Jovens com atividades esportivas nos dias de semana, segundo sexo e faixa etária (%)



Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil, 2013.

A variável renda domiciliar *per capita* produz, pelos menos, quatro distinções dignas de nota. Os dois grupos de menor renda são mais caseiros do que o de alto rendimento: somando as três primeiras menções, 75% dos jovens de estratos baixos, 76% dos segmentos de renda média e 60% dos entrevistados de renda alta disseram realizar alguma atividade dentro de casa no tempo livre durante a semana. Entretanto, jovens de estratos de renda baixa se dedicam menos ao entretenimento e lazer no decorrer da semana do que os segmentos de média e alta renda. Enquanto 35% dos entrevistados de baixo rendimento mencionam atividades de lazer, entre os estratos médio e alto foram 43% e 44%, respectivamente. Mais uma vez, nota-se que esta questão é puxada pela subatividade navegar na internet, cujos percentuais são: 11%, 20% e 22%, respectivamente. Além disso, os jovens de maior renda também são os que mais se voltam a atividades culturais, sendo 15% deles, ante 6% do grupo de baixa renda. Chama a atenção também o fato

de os jovens de estratos de renda alta declararem, em maior proporção do que os demais segmentos, que não têm tempo livre durante a semana (16% deles, frente a 8% e 9% dos entrevistados dos dois grupos subsequentes).

Quanto à escolaridade, os jovens com menor grau de instrução se dedicam menos a atividades de lazer e entretenimento (29%) no decorrer da semana, quando comparados a seus pares com maior grau de instrução (42% dos jovens com ensino fundamental completo/médio incompleto e 43% dos com médio completo/ superior ou +). Verifica-se, também, que os entrevistados com a escolaridade mais elevada se distinguem dos demais pelo seu maior grau de envolvimento em atividades culturais durante a semana (13%) (percentual pouco inferior ao dos finais de semana). Entre os jovens com fundamental incompleto, esse percentual é 4% e entre aqueles com o grau de ensino subsequente é 7%.

Por fim, observando somente a primeira resposta dada pelos entrevistados a essa questão, nota-se uma variação significativa entre os jovens do meio rural e os do meio urbano no que se refere à realização de atividades dentro de casa. Enquanto 63% dos que vivem no campo dizem se dedicar a tais atividades, apenas 53% dos jovens das cidades fazem o mesmo. (são 41% urbanos X 35% rurais que se dedicam a lazer, considerando as três primeiras menções; mais significativo que 71% X 76% caseiros).

Os dados acima apresentados revelam um mosaico de situações vividas pela juventude no uso do seu tempo livre e, mais do que isso, as desigualdades que perpassam e conformam o *ser jovem* no país. Como vimos, as variáveis sexo, raça, renda, escolaridade e local de moradia incidem no modo como o segmento juvenil usufrui os seus momentos de folga, sinalizando os desafios que se colocam para superar o caráter compulsório de certas “escolhas”, no geral fortemente determinadas pela condição socioeconômica territorial e, sobretudo, de gênero.

A pesquisa *Agenda Juventude Brasil* levantou também as principais atividades de lazer e/ou culturais que a grande maioria dos jovens já realizou. Entre as opções listadas pela pesquisa, destacam-se: as festas em casa de amigos (96%), passear em parques e praças (95%) e ir a missas/cultos religiosos (95%). No entanto, 84% nunca foram a um concerto de música clássica,

72% a uma exposição de fotografia, 65% nunca foram ao teatro, 63% a um *show* musical, 59% a uma biblioteca sem ser da escola, 58% a um jogo de futebol em estádio, 45% ao circo, 36% a um *show* de música brasileira, 29% ao cinema e 19% a um *shopping center*. Vale destacar o alto percentual de jovens que nunca foram a uma biblioteca sem ser da escola e/ou a um jogo de futebol em estádio. Considerando que esses equipamentos são amplamente disseminados no país, conforme a MUNIC (BRASIL, 2012), cabem medidas e ações voltadas a estimular e potencializar o seu uso pela nova geração.

No que toca ao recorte temático aqui tratado, a realização de atividades de lazer e culturais, é um item em que as disparidades entre os jovens das cidades e do campo se manifestam com maior contundência. À exceção de eventos religiosos, festa em casa de amigos, frequência a bares com amigos, a jogos de futebol em estádios e a circo, todas as demais atividades são mais realizadas por aqueles que moram em áreas urbanas. Chama a atenção o fato de que 62% dos jovens da área rural nunca foram ao cinema, ante 23% dos que vivem na área urbana. E ainda, daqueles que já foram algum dia no cinema, apenas 4% dos moradores rurais o fizeram nos últimos 30 dias, versus 22% dos entrevistados urbanos. Outro exemplo é quanto a parques de diversões, que já foram frequentados por 70% dos jovens das cidades e por 43% dos do campo.

Outro exemplo: enquanto 85% dos que moram na cidade já passearam algum dia em *shopping centers*, somente 55% dos entrevistados do campo o fizeram.

No que concerne à variável regional, chama a atenção o maior percentual de jovens do Nordeste que, comparativamente aos das demais regiões do país, disseram nunca ter participado das atividades de lazer e culturais listadas pela pesquisa. Os números falam por si: 53% deles nunca foram ao cinema, face aos 18% dos jovens do Sul, 14% dos moradores do Sudeste e 32% da região Norte/Centro-Oeste; 43% dos entrevistados do Nordeste afirmaram nunca ter ido a um baile ou danceteria, percentual bem maior que os 13% de jovens do Sul, 18% da região Sudeste e 30% do Norte/Centro-Oeste. Quanto a viajar nos fins de semana ou acessar uma biblioteca (sem ser da escola), essa disparidade se repete. No primeiro caso, os

percentuais são respectivamente 29%, 7%, 9% e 14%; no que toca à biblioteca, 75% dos jovens nordestinos, 49% do Sul, 50% do Sudeste e 61% dos jovens do Norte/Centro-Oeste nunca a frequentaram.

Outra distinção a ser comentada é a maior frequência dos jovens moradores dos grandes municípios, metropolitanos ou do interior a eventos de lazer e culturais. Esse fato se alinha aos dados levantados pela MUNIC, e acima expressos, que apontam a maior oferta de equipamentos culturais nos municípios mais populosos. A título de exemplo, 84% dos entrevistados residentes nas regiões metropolitanas já foram a um cinema, enquanto 62% dos que vivem em municípios não metropolitanos o fizeram e, entre esses últimos, a proporção dos que já assistiram a um filme na telona cresce de acordo com o porte do município (51% dos jovens de municípios de pequeno porte, 63% dos residentes em cidades de médio porte e 72% dos de grande porte). Essa mesma oscilação se reproduz no caso da frequência a *shoppings*, *shows* de música brasileira, parques de diversão, teatros³.

O cruzamento sexo-idade mostra que atividades como ir a bares, danceterias e *shows* de música brasileira são mais usuais entre jovens a partir de 18-24 anos: 79% deles já foram a bares, versus 47% daqueles entre 15 e 17 anos; quanto a danceterias, os percentuais são 77% X 58% e *shows* 69% X 46% para os mesmos grupos etários, respectivamente. Entretanto, os mais jovens frequentam mais teatros: 40% dos que têm entre 15 e 17 anos já assistiram a uma peça teatral, frente a 32% daqueles com 18 a 24 anos. Além disso, considerando o universo masculino, a frequência a bibliotecas fora das escolas é também mais usual entre os mais jovens. O percentual de meninos entre 15 e 17 anos que já as frequentou é de 46%, frente a 31% do segmento etário seguinte (18-24 anos). Entre as mulheres, esses índices mantêm-se estáveis. Outro ponto que chama a atenção é que, apesar de mulheres e homens já terem frequentado cultos religiosos em igual proporção, elas são mais assíduas, pois 61% delas participaram

3 *Shoppings* - RM: 94%; Interior: 71% (municípios pequenos: 59%; médios: 73%; grandes: 82%); *Shows* MPB - RM: 71%; Interior: 59% (municípios pequenos: 51%; médios: 58%; grandes: 68%); Parque de diversão - RM: 77%; Interior: 59% (municípios pequenos: 48%; médios: 59%; grandes: 68%); Teatro - RM: 44%; Interior: 29% (municípios pequenos: 20%; médios: 28%; grandes: 37%).

dessas atividades no mês anterior à pesquisa, frente a apenas 46% deles. Por fim, reproduzindo as clássicas distinções de gênero, jogos em estádios de futebol mobilizam mais os homens (59% já frequentaram) do que as mulheres (apenas 25% delas já foram a estádios).

Do ponto de vista racial, chama a atenção a desigualdade entre os jovens brancos e os autodeclarados pretos e pardos. Os de raça/cor branca já experimentaram, mais do que os outros, grande parte das atividades listadas na pesquisa. Mais uma vez o cinema desponta como atividade com maior variação entre grupos: enquanto apenas 18% dos brancos nunca o frequentaram, entre os jovens pretos/pardos este percentual chega a 36%. O mesmo acontece com *shows* (de *rock*, *funk* etc.) e teatro: entre os entrevistados de raça branca, 47% e 44%, respectivamente, já participaram desse tipo de evento, enquanto apenas 31% e 30% dos jovens do outro grupo racial o fizeram. Os únicos eventos frequentados em proporção similar pelos jovens autodeclarados brancos e pretos/pardos são parques e praças, missas e cultos religiosos, festas em casa de amigos e estádios de futebol.

Sob a perspectiva socioeconômica, as atividades que requerem algum recurso financeiro são, obviamente, menos praticadas pelos mais pobres. Dentre elas, a que apresenta maior variação entre os grupos é o cinema: enquanto apenas metade (48%) dos jovens do segmento de baixa renda já assistiu a um filme na telona, entre aqueles de estratos médios são 78%, e dos mais ricos são 93%. Outro caso que chama a atenção pela disparidade entre os segmentos é o teatro. Chega a 82% a parcela do grupo de menor renda que nunca foi ao teatro, frente a 64% dos jovens de estratos de renda intermediária e 39% dos mais ricos. O mesmo acontece com o acesso a bares com amigos, danceterias, passeios em *shopping centers*, viagens, *shows*, parques de diversões, concertos de música clássica, jogos em estádio, circo e exposições de fotografia. É, portanto, bastante significativo o peso da variável renda no que toca ao acesso a eventos culturais e de lazer, sendo a diferença entre cada um dos segmentos aqui considerados nunca menor a dez pontos percentuais. Neste contexto, as únicas três atividades que não apresentam diferenças significativas entre os estratos de renda são: passear em parques e praças, ir a cultos religiosos e a festa em casa de amigos.

No que concerne ao grau de escolaridade, os entrevistados com ensino médio completo/ superior ou mais novamente se destacam pelo maior acesso a atividades culturais. É significativa a proporção de jovens desse segmento que já frequentaram eventos dessa natureza listados pela pesquisa. Em algumas situações, chega a 24 pontos percentuais a diferença entre esses jovens e os demais, como no caso da frequência a *shows* de música brasileira (50% dos entrevistados com primeiro grau incompleto, 53% daqueles com fundamental completo/médio incompleto e 77% daqueles com maior grau de escolaridade). Cabe assinalar que o acesso a atividades culturais tende a aumentar, conforme a elevação do grau de instrução. Por exemplo, 20% dos jovens com baixa escolaridade, 35% daqueles com grau de ensino intermediário e 53% dos pertencentes ao segmento com escolaridade mais elevada já frequentaram uma biblioteca sem ser da escola; 53%, 65% e 82%, respectivamente, já foram a um cinema, 65%, 75% e 91% a *shoppings* e 20%, 30% e 43% a um teatro. A exceção fica por conta dos estádios de futebol, em que 44% dos jovens com ensino médio completo/ superior ou mais e 39% dos demais já frequentaram esse espaço.

Dentre as atividades que os jovens não fazem nas horas livres e que mais gostariam de fazer, destacam-se: viajar, para o Brasil ou para o exterior (58%), outras atividades de lazer e entretenimento (26%) e atividades culturais (5%).

A idade produz distinções no que toca ao desejo de viajar. Ele cresce à medida que aumenta a faixa etária, sendo citado por 48% dos jovens de 15 a 17 anos, por 58% dos que têm entre 18 e 24 anos e por 65% dos entrevistados de 25 a 29 anos. Entretanto, esse comportamento se inverte, em se tratando de outras atividades de lazer e entretenimento, como sair, passear etc. em que os percentuais são 33%, 26% e 22% para os mesmos grupos etários respectivamente. Essa diferença é notável, sobretudo no segmento masculino, em que 36% dos homens mais novos (15-17 anos) manifestam o desejo de realizar atividades de entretenimento e lazer, sendo que 23% e 24% dos segmentos etários subsequentes compartilham essa opinião.

As variáveis socioeconômicas e o grau de instrução produzem modulações na mesma direção. Enquanto o desejo de viajar é maior nos estratos de renda alta e de escolaridade alta, o de praticar atividades de lazer e

entretenimento segue no sentido oposto. Aqueles que desejam viajar somam 66% entre o segmento de alta renda e também entre aqueles com ensino médio completo/superior ou mais, face a 57% entre os jovens de renda baixa e 47% daqueles com fundamental incompleto. Já os que almejam mais atividades de lazer são 22% e 21%, respectivamente, frente a 30% entre aqueles com baixa renda e baixo grau de instrução.

No que diz respeito às principais razões que lhes impedem de fazer o que mais desejam, numa resposta espontânea, 60% dos entrevistados citaram a falta de dinheiro, 19% a falta de tempo e 8% a falta de autorização dos pais.

Ainda que 44% dos mais jovens citem restrições de ordem financeira, é nas faixas mais velhas que este argumento ganha maior expressão: 63% dos entrevistados entre 18 e 24 anos e 67% daqueles de 25 a 29 anos citam esse fator como impedimento para realizar seus desejos. Entre as mulheres de 15 a 17 anos, a falta de recursos financeiros tem maior peso (48%) do que entre os homens desta mesma faixa etária (40%). A falta de tempo tem peso equivalente entre os segmentos masculino e feminino em todos os recortes etários. No entanto, chama a atenção que, para homens de 18 a 24 anos, esta variável é mais impeditiva (23%) do que para o sexo oposto de igual faixa etária (16%).

Apesar de a falta de dinheiro ser mencionada por todos os grupos socioeconômicos como principal fator impeditivo, seu peso é proporcionalmente maior entre aqueles com renda domiciliar *per capita* baixa. Para este segmento, o fator dinheiro é a principal restrição para 65% dos entrevistados realizarem o seu desejo, ante 59% e 58% dos pertencentes aos estratos de renda média e alta, respectivamente. Entretanto, a falta de tempo é mais citada como principal empecilho pelos mais ricos, comparativamente aos entrevistados dos outros dois segmentos: 29% dos jovens com rendimento familiar *per capita* alto referem-se a esse fator, ante 19% daqueles com renda intermediária e 14% dos de renda baixa.

A falta de tempo para fazer o que mais desejam é um empecilho citado em maior proporção pelos jovens urbanos (20%) do que entre os moradores do campo (13%). Esse diferencial também se faz visível a partir do porte do município: os moradores de regiões metropolitanas (23%) acionam mais a esse argumento do que os do interior (16%).

É curioso que os jovens com grau de ensino fundamental completo/médio incompleto apontem a falta de dinheiro em menor medida (51%) que aqueles com menor ou maior grau de instrução (ambos 64%). Já a falta de tempo é um impeditivo mencionado com maior frequência pelos entrevistados de alta renda (21%), comparativamente aos de baixa renda (14%).

Além disso, não é de surpreender que os segmentos mais jovens, entre 15 e 17 anos, mencionem em maior proporção (25%) a proibição dos pais como razão para a não realização do que mais desejam, frente a 5% e 1% dos segmentos etários subsequentes, respectivamente. As distinções de gênero também se fazem sentir nessa questão: entre os entrevistados mais jovens, são 21% dos meninos, face a 28% das meninas, que se manifestam nessa direção.

Os dados da *Agenda Juventude Brasil*, quando comparados aos da pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, de 2003 (INSTITUTO CIDADANIA, 2003), mostram uma evolução positiva no acesso dos jovens a atividades culturais. Aplicado um teste de significância para aferir a consistência das variações, o cenário apresenta mudanças positivas, sendo visível um aumento do percentual de jovens que já realizou atividades de lazer e/ou culturais listadas na pesquisa.

A comparação longitudinal, tendo como referência a faixa etária de 15 a 24 anos aponta o fato de que não só caiu o percentual dos que nunca frequentaram boa parte dos eventos listados, como aumentou o grau de assiduidade às atividades propostas, expresso pela alternativa “fez nos últimos 30 dias”.

Passear em praças e parques, ir a festa em casa de amigos, passear em *shopping*, ir ao cinema, a estádios e a concertos de música clássica são alguns exemplos que denotam um maior usufruto do lazer e cultura, comparativamente a 2003. Algumas variações são contundentes: dez anos atrás, 34% dos jovens de 15 a 24 anos haviam ido a festas em casa de amigos e 29% haviam passeado em *shoppings* no mês anterior à pesquisa, percentual que atinge 54% e 40%, respectivamente, em 2013; em uma década diminuiu o índice de jovens dessa faixa de idade que nunca haviam viajado nos fins de semana, ido ao cinema ou a um concerto de música clássica: em 2003, eram 26%, 42% e 93%, deles, percentuais que, em 2013, caem para 16%, 28% e 85% respectivamente.

Sob outra ótica, o grau de frequência a eventos de lazer e culturais também tende a aumentar quando consideramos os jovens então com 15 a 19 anos de idade e hoje com 25 a 29 anos. Naquela época, 28% deles nunca tinham viajado nos finais de semana e 46% jamais haviam frequentado um cinema. Passados 10 anos, são 15% e 31%, respectivamente, num quadro em que a variável etária parece pouco influenciar, tal como verificado nos dados da *Agenda Juventude Brasil*.

Além disso, algumas correlações merecem cuidado na leitura, já que sofrem oscilações em função da idade. É o caso, por exemplo, de bailes, dançeterias ou balada. Considerando os jovens dessa coorte (jovens em 2003 na faixa de 15 a 19 e hoje com 25 a 29 anos), nota-se que cai de 35% para 26% o percentual de frequência a esses eventos no mês anterior à pesquisa.

Em síntese, não obstante a tendência de maior frequência a eventos de lazer e culturais no decorrer da última década, os dados da *Agenda Juventude Brasil* revelam que as disparidades entre jovens são significativas e, mais grave, tendem, em muitos casos, a alimentar o círculo vicioso da exclusão. É o caso, por exemplo, da renda e da escolaridade, que incidem no grau de acesso a atividades de lazer e culturais. Os jovens com ensino fundamental incompleto tendem a se voltar mais a atividades caseiras nos seus momentos de folga, quer durante a semana ou nos finais de semana; envolvem-se em proporção bem menor do que seus pares com grau de ensino médio completo/superior ou mais em atividades de cunho cultural, tais como cinema, teatro e leituras. O mesmo acontece com a variável renda, que opera distinções nessa mesma direção. A perversa sobreposição dessas variáveis é um fator estruturante da desigualdade existente entre os jovens nas questões aqui tratadas.

Como vimos, outros fatores respondem, igualmente, pela diversidade e pela desigualdade das situações vividas nos momentos de lazer e no acesso a atividades culturais. No entanto, para além dessas distinções, chama a atenção o alto percentual de jovens que nunca frequentou grande parte dos eventos culturais listados pela pesquisa. Ainda que os dados da *Agenda Juventude Brasil*, quando comparados aos da pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, mostrem uma evolução positiva no acesso dos jovens a atividades

culturais, pode-se dizer que há muito a avançar, se considerarmos que 84% deles nunca foram a um concerto de música clássica, 72% a uma exposição de fotografia, 65% nunca foram ao teatro, 63% a um *show* musical, 59% a uma biblioteca sem ser da escola, 58% a um jogo de futebol em estádio, 36% a um *show* de música brasileira, 29% ao cinema.

Diante desse quadro, espera-se que os resultados aqui apresentados impulsionem o debate público e, sobretudo, ações voltadas a ampliar e a equalizar as oportunidades de acesso dos jovens à cultura. Mais do que o direito de acesso aos bens e obras culturais, há que se afirmar, igualmente, o direito da juventude de fazer cultura e participar das decisões sobre a política cultural, como apregoa Marilena Chaui (2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____; SOUTO, Anna Luiza Salles (Coords.). *Pesquisa sobre juventudes no Brasil*. Relatório Nacional Brasil – Projeto Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional. 2009. 141p. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/relatorio-nacional-pesquisa-sobre-juventudes-no-brasil/>. Acesso em: 20 de abril de 2014.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. (Coords.). *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006. 738p.

_____; ANDRADE, Eliane R.; ESTEVES, Luiz C. G. (Orgs.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. UNESCO. Brasília: Brasil, 2007. 327p.

BRASIL. IBGE. *Perfil dos Municípios Brasileiros 2012*. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municípios/2012/munic2012.pdf. Acesso em 20 de abril de 2014.

BRENNER, A.K; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. In: *Crítica y emancipación: Revista latino-americana de Ciencias Sociales*. Año 1, no. 1 (jun. 2008). Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye-3S2a.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2014.

IBASE/PÓLIS. *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório final. Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, 2006. 104p.

_____. *Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*. Relatório final: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai (CD). In: NOVAES, Regina R.; RIBEIRO, Eliane (Orgs.). *Livro das Juventudes Sul-Americanas*. Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, 2010. 160p.

INSTITUTO CIDADANIA. *Perfil da Juventude Brasileira*. Projeto Juventude. Pesquisa de opinião pública. São Paulo: Instituto Cidadania, 2003. Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/perfil_juventude_brasileira%282%29.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2014.

IPEA. *SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social. Cultura*. 17 de novembro de 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/101117_sips_cultura.pdf. Acesso em 20 de abril de 2014.

LUCENA, Eleonora de. ‘Rolezinhos’ têm raízes na luta pelo espaço urbano, diz pesquisador. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19/jan/2014. Caderno Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1399681-rolezinhos-tem-raizes-na-luta-pelo-espaco-urbano.shtml>. Acesso em 20 de abril de 2014.

ANNA LUIZA SALLES SOUTO é socióloga, especialista em pesquisas qualitativas, coordenadora das áreas de juventude e participação cidadã do Instituto Pólis. Seus trabalhos mais recentes envolvem estudos sobre as questões e demandas da nova geração, voltados a subsidiar o fortalecimento da incidência dos/das jovens nos espaços públicos e contribuir para a afirmação e ampliação dos seus direitos.



Saúde e sexualidade entre jovens

ana laura lobato*

Saúde e sexualidade são campos distintos, mas fortemente relacionados, especialmente no âmbito epidemiológico e/ou de comportamentos causadores de agravos à saúde. Em relação à promoção e à prevenção da saúde, no entanto, dispomos de estudos que evocam representações e elementos distintos nas narrativas explicativas e interpretativas do comportamento juvenil, que, por vezes, se ocupam menos do estado saudável de seus corpos e mais das transgressões morais presentes em suas práticas.

A literatura sobre saúde de jovens ainda é escassa no Brasil, uma vez que estes são considerados *peças saudáveis* e, por esta razão, “não têm a necessária atenção à saúde, a não ser nas questões de saúde reprodutiva”¹ (BRASIL, 2010). Contudo, no recente Pacto pela Saúde², que estabeleceu novos desafios e diretrizes para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, adolescentes e jovens ganharam novo *status*, em razão da crescente mortalidade por causas externas. Nesse contexto, também

1 Vale lembrar que deste a conferência de Cairo em 1994 jovens aparecem como sujeitos estratégicos do desenvolvimento no âmbito das questões reprodutivas. Não apenas de reprodução da população, mas também da reprodução social, de valores, convenções e moralidades adequadas a sociedade futura desejada.

2 O pacto pela saúde é um conjunto de reformas institucionais do SUS pactuado entre união, estados e municípios. Ele foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Nacional de Saúde e publicado na Portaria GM/MS nº399, de 22 de fevereiro de 2006. O Pacto pela Saúde tem como objetivo promover a melhoria dos serviços ofertados à população e a garantia de acesso a todos.

se alteraram as percepções sobre esse segmento populacional por parte dos profissionais de saúde. O recente e importante esforço da promoção da saúde de jovens enfrenta o enorme desafio de transformar as representações negativas do jovem como problema ou sujeito de práticas de risco – mortes por causas violentas, consumo de álcool e drogas e sexo desprotegido (gravidez não planejada e doenças sexualmente transmissíveis) –, para a de *sujeito de direitos*, ator fundamental na promoção de sua própria saúde e de seus pares.

A literatura brasileira sobre sexualidade entre jovens, por sua vez, nos últimos vinte anos, tem sido predominantemente marcada por questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, a partir de uma perspectiva de direitos humanos e/ou feminista. Diferentes campos de conhecimento têm refletido sobre as desigualdades relacionadas às vivências da sexualidade, bem como a enorme diversidade com que ela se expressa (MONTEIRO, 1999; CASTRO e ABRAMOVAY, 2006; KNAUTH et al, 2006). Fenômenos como o “rejuvenescimento da fecundidade”, associado às novas configurações familiares, e a relativa feminização do HIV/AIDS³ – no grupo etário de 15-19 anos de idade -, entre outros, deram à juventude novo *status* nos campos ligados à saúde reprodutiva, como a epidemiologia e a saúde coletiva, mas também estiveram refletidos nas discussões propostas e interessadas da demografia, da psicologia, da sociologia e da antropologia, que vêm se ocupando dos comportamentos sexuais, suas representações e as subjetividades delas decorrentes.

Outro fenômeno que reposicionou os jovens – enquanto categoria analítica e também como foco em estudos acadêmicos e técnicos de diferentes regiões do país – foi a chamada violência urbana. Tomados tanto como protagonistas quanto como vítimas desse fenômeno, diferentes segmentos da sociedade, de caráter religioso, comunitário, judiciário, educacional, entre

3 Considerando que há maior número de mulheres do que homens a partir desta faixa etária, a proporção absoluta de infecções também era maior, mas não o percentual relativo, portanto, foi um recurso discursivo para visibilizar a infecção entre mulheres jovens. Vale destacar que no último ano de 2013 cresceu especialmente entre os homens jovens a contaminação do HIV.

outros, voltaram-se para os jovens para entender suas especificidades e demandar e/ou elaborar políticas.

Há, portanto, diferentes imagens que se formam sobre as juventudes, suas práticas e culturas, sejam os jovens pertencentes a um momento transitório da vida ou, de modo mais romântico, aqueles que estão imbuídos de uma liberdade complacente com seus erros e experiências hedonistas, ou mesmo circunscritos a uma vivência cultural efervescente. Contudo, todas elas falam do modo como se dão as experiências relacionadas a um período da vida, ainda que não delimitado cronologicamente, de modo a evidenciar os sentidos e implicações de suas ações à entrada na vida adulta. Desse modo, a juventude é entendida, aqui, como um processo, no qual há concorrência de um conjunto de elementos para a autonomização (material e afetiva) dos sujeitos, elemento fundamental para a entrada plena na vida adulta (KNAUTH, 2006; LOBATO, 2011).

A busca pela autonomia, travada no âmbito doméstico em relação à família e no âmbito público em relação à sociedade, faz com que os jovens sejam sujeitos sociais particularmente em franca transformação, seja pelo rompimento de barreiras culturais e convenções sociais, seja pela própria reiteração das mesmas.

A pesquisa *Agenda Juventude Brasil* traz interessantes e profícuos elementos para observarmos não apenas o perfil desta geração de jovens, mas, especialmente, o modo como suas práticas estão associadas a outros elementos que nos ajudam a compreendê-las, bem como a complexificá-las. Seja pela escolaridade de seus pais e por suas configurações familiares, seja também por determinadas percepções de mundo, as quais são fortemente marcadas pelas transformações sociais pelas quais o país passou em sua história recente.

De um lado, citam-se a ampliação e a efetivação dos direitos sociais, como a elevação da escolaridade, o maior acesso a trabalho e renda e o maior acesso aos serviços públicos, em especial de saúde. De outro, resalta-se a cíclica violação de outros direitos, como a elevação da violência policial, que, junto à violência urbana, tem mantido altas taxas de homicídio,

o acirramento do racismo e outras formas de discriminação e a elevação dos casos de HIV. Em suma, um conjunto de fatores com os quais os jovens têm de equacionar suas escolhas e compor trajetórias muitas vezes excludentes socialmente.

Este artigo propõe-se a descrever analiticamente evidências sobre aspectos da vida sexual e reprodutiva de jovens brasileiros, considerando determinados eventos: a primeira relação sexual, a gravidez, o uso de camisinha na última relação e a realização de teste para HIV. Os elementos acima citados serão considerados segundo características sociais circunscritas em processos de diferenciação, bem como de desigualdades, tais como sexo, cor, território, escolaridade, condição de atividade, renda e religião.

Nesse sentido, entende-se que, tomar como unidade analítica eventos específicos marcantes da constituição de trajetórias afetivas e sexuais, é também considerar as experiências, bem como as possibilidades e os subterfúgios para alcance dos desejos. A noção de roteiros sexuais de Gagnon (2006) mostra-se bastante interessante, uma vez que os roteiros sejam caracterizados por “uma unidade suficientemente ampla para abarcar elementos simbólicos e não verbais numa sequência de condutas organizadas e delimitada no tempo, por meio da qual as pessoas contemplam o comportamento futuro e verificam a qualidade do comportamento em andamento” (p.114). Dito de outra maneira, os roteiros constituem um conjunto de representações, desejos e projeções que os indivíduos elaboram e organizam a fim de alcançar um determinado objetivo, sem, no entanto, ter sob controle todos os sentidos e direcionamentos dos mesmos. Como os autores afirmam, poderíamos chamá-los de projetos, mas, neste caso, desconsideraríamos a dimensão inconsciente e a de contingência, entre as quais os roteiros estão implicados necessariamente. As trajetórias, portanto, contemplam os desejos, as escolhas, bem como os subterfúgios e estratégias de improviso que são adotados pelos sujeitos diante das circunstâncias com que se deparam.

PERFIL GERAL

Em linhas gerais, temos que **82%** dos jovens entrevistados já tiveram a sua primeira relação sexual, cuja idade média foi de 15,7 anos de idade, sendo um pouco antes para os homens (15,1) e um pouco depois para as mulheres (16,3). Aqueles que tiveram sua primeira relação sexual antes dos 14 anos de idade somam 23%, enquanto os que a tiveram com 18 anos ou mais são 15% dos entrevistados.

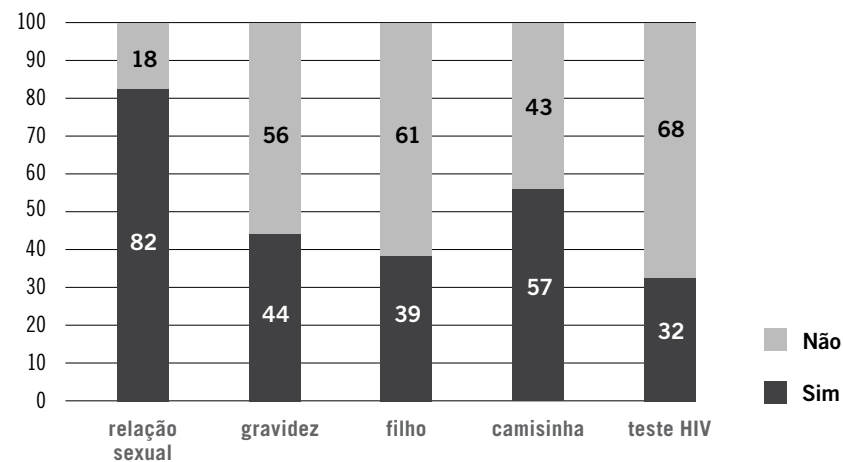
A gravidez, por sua vez, é uma experiência de **44%** dos jovens investigados, que, em média, a tiveram aos 19 anos de idade, sendo que, dentre eles, 34,3% engravidaram pela primeira vez antes dos 17 anos, 57% entre 18 e 24 anos e 8,6% com 25 ou mais. Ou seja, ainda que uma parcela significativa dos jovens tenha tido sua primeira gravidez antes dos 17 anos de idade, esta é uma experiência majoritariamente dos jovens com 18 anos ou mais de idade.

A experiência da maternidade/paternidade foi vivida por **39,1%** dos jovens, que, em média, tinham 19,8 anos de idade quando do nascimento do primeiro ou único filho. Contudo, se excluirmos aqueles que tiveram filhos por meio de adoção ou enteados, esta proporção cai para 38,2%. Vale dizer que, dentre os que tiveram filho, incluindo aqueles por adoção ou dos parceiros (as), 61% tiveram apenas um filho, outros 26,6% dois filhos e apenas 12,4% três ou mais filhos.

O uso de camisinha na última relação, por sua vez, foi relatado por **57%** dos jovens, sendo mais expressivo entre os mais novos (15 a 17 anos), com indicação de 78,5% deles, caindo para 60,9% entre os jovens de 18 a 24 anos de idade e para apenas 48,3% entre aqueles com mais de 25 anos de idade, dentre os quais mais da metade são casados/unidos.

Por fim, a realização do teste de HIV foi relatada por **1/3** dos jovens entrevistados, dentre os quais 33% são homens e 67% são mulheres. Vale destacar que quase 80% das mulheres que fizeram o teste já tiveram uma gravidez, enquanto para os homens a proporção é de 47% na mesma situação.

Gráfico 1 . Proporção de jovens segundo sua experiência Sexual e reprodutiva



Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Vale destacar, também, que **33%** dos jovens declararam estar casados/unidos, sendo que entre os jovens de 15 a 17 anos de idade esta proporção foi de 2,8%, entre os de 18 a 24 anos foi de 28% e entre os de 25 a 29 anos de idade foi de 57,7%.

Dado este panorama geral sobre as experiências sexuais e reprodutivas dos jovens, focamos dois pontos específicos: a idade à primeira gravidez e o uso da camisinha na última relação. Muito se tem discutido, no âmbito da saúde, sobre a gravidez entre a população adolescente, mas, para se compreender este fenômeno, para além das taxas, é preciso qualificar um pouco mais o perfil daqueles jovens que já tiveram esta experiência.

IDADE À PRIMEIRA GRAVIDEZ

Na pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, um terço das jovens tiveram a primeira gravidez antes dos 17 anos de idade, enquanto a maioria (57,1%) teve entre os 18 e 24 anos. Como indicado na tabela 1, as mulheres vivenciam a

gravidez bem mais cedo que os homens. Enquanto 41,8% delas ficaram grávidas antes dos 18 anos, entre eles a proporção é de 22,6%, ou seja, quase a metade. Os jovens do campo também têm maior proporção de gravidez antes dos 18 anos do que os jovens da cidade, sendo 37,3% e 33,6%, respectivamente. Em relação à escolaridade, temos que a gravidez é inversamente proporcional ao nível de instrução, pois, entre os jovens com nível fundamental, a proporção daqueles que tiveram gravidez antes dos 18 anos é de 50,4%, enquanto entre os jovens com nível médio é de 26,7% e entre aqueles com nível superior é de 20%. O mesmo ocorre em relação à renda familiar dos jovens: entre aqueles cuja família é de baixa renda, a razão de gravidez antes dos 18 anos é de 41%, enquanto nas famílias de renda média e alta é de 30%. Ao analisarmos segundo as características religiosas dos jovens, veremos que entre os católicos há maior proporção de gravidezes antes dos 18 (37%) do que entre evangélicos e sem religião (33% e 31%, respectivamente).

Tabela 1 . Proporção de jovens que engravidaram segundo idade da primeira gravidez

	TOTAL	Até 17	18 a 24	25 ou +	Soma
% Absolutos		34,3 135	57,1 225	8,6 34	100% 394
SEXO					
Homem	50	22,6	64,5	12,9	100%
Mulher	50	41,8	52,3	5,9	100%
COR					
Branco	36,5	40,3	53,2	6,5	100%
Negro	63,6	31,0	59,2	9,8	100%
TERRITÓRIO					
Urbano	84,9	33,6	57,2	9,2	100%
Rural	15,1	37,3	56,7	6,0	100%
REGIÃO					
Norte	9,1	43,8	50,0	6,3	100%
Nordeste	29,1	30,4	61,6	8,0	100%
Sudeste	40,4	35,9	53,4	10,7	100%
Sul	13,8	33,3	63,2	3,5	100%
Centro Oeste	7,6	30,3	54,5	15,2	100%

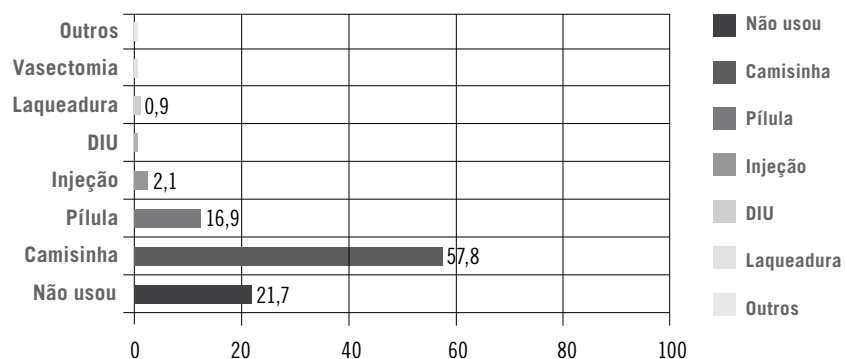
ESCOLARIDADE					
Fundamental	27,4	50,4	44,5	5,1	100%
Médio	59,4	26,7	64,5	8,8	100%
Superior	13,3	20,0	60,0	20,0	100%
RENDA					
Baixa	28,3	41,0	52,2	6,7	100%
Média	49,8	30,9	60,3	8,8	100%
Alta	21,9	30,3	57,6	12,1	100%
RELIGIÃO					
Evangélica	26,8	33,0	60,9	6,1	100%
Católica	52,7	37,2	53,8	9,0	100%
Outras religiões	4,4	16,7	72,2	11,1	100%
Sem religião	16,1	31,1	57,4	11,5	100%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

USO DE CAMISINHA NA ÚLTIMA RELAÇÃO

A observação do perfil dos jovens segundo o uso de camisinha contribui para a composição de um quadro analítico mais robusto para a análise que nos propomos. Como demonstrado no gráfico 2, a camisinha foi o método contraceptivo mais utilizado na última relação sexual (57,8%), seguido por 21,7% que não utilizaram nenhum método. A pílula contraceptiva ficou no terceiro lugar, com 16,9% das declarações, enquanto outros métodos não somaram 5%. Ou seja, a camisinha é, sem dúvida, o principal método contraceptivo utilizado pelos jovens desta pesquisa.

Gráfico 2 . Proporção de jovens segundo uso de contraceptivo na última relação sexual



Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Na tabela 2, é possível observar que, quanto mais jovem, maior a chance de uso da camisinha, sendo que, dentre os jovens de 15 a 17 anos, a grande maioria (78%) fez uso na última relação, enquanto entre os jovens de 18 a 24 e os de 25 a 29 anos foram 60% e 48% deles, respectivamente.

Novamente, temos uma forte diferença entre homens e mulheres, uma vez que, entre eles, predomina o uso de camisinha, em 65% dos casos, enquanto entre elas em 49%. Considerando ainda a proporção de 21,8% das mulheres que utilizam pílulas anticoncepcionais, há um cuidado com métodos contraceptivos direcionados a prevenção de gravidez, em detrimento de infecção de DSTs/HIV.

No que se refere ao território, não se observou diferença no uso de camisinha entre os jovens do campo e da cidade. Já em relação à escolaridade, tivemos uma leve diferença, sendo mais expressivo o uso entre os jovens de nível médio e superior do que entre aqueles de nível fundamental. O estrato de renda, contudo, apresentou forte diferença: entra os jovens de famílias com renda mais baixa, apenas 48,6% declararam ter feito uso de camisinha na última relação, enquanto nos estratos médios e altos a proporção foi de 60,5% e 61,2%, respectivamente, na mesma situação.

No tocante à religião dos jovens, a diferença foi relativamente pequena, tendo feito uso de camisinha 55,4% dos evangélicos, 57,5% dos católicos e 61,4% daqueles que se declararam sem religião.

Tabela 2 . Proporção de jovens segundo método contraceptivo utilizado na última relação sexual

	Total	Camisinha	Pílula	Outro	Nenhum	Soma
% Absolutos*		57,8	16,9	3,6	21,7	100%
		513	150	32	193	888
Idade						
15 a 17	19,4	78,5	2,2	1,1	18,3	100%
18 a 24	47,5	60,9	16,9	2,9	19,3	100%
25 a 29	33,1	48,3	20,9	5,1	25,7	100%
Sexo						
Homem	50	64,9	12,7	2,1	20,3	100%
Mulher	50	49,4	21,8	5,4	23,5	100%

Cor	Branco	36,5	62,3	18,9	2,1	16,8	100%
	Negro	63,6	55,1	15,7	4,5	24,7	100%
Território	Urbano	84,9	58,1	16,8	3,4	21,8	100%
	Rural	15,1	56,0	17,6	4,8	21,6	100%
Região	Norte	9,1	56,8	11,4	4,5	27,3	100%
	Nordeste	29,1	53,9	18,3	5,4	22,4	100%
	Sudeste	40,4	61,0	15,2	2,8	21,1	100%
	Sul	13,8	58,9	22,5	2,3	16,3	100%
	Centro Oeste	7,6	54,1	17,6	2,7	25,7	100%
Escolaridade	Fundamental	27,4	53,2	15,7	3,6	27,4	100%
	Médio	59,4	59,5	16,0	4,0	20,4	100%
	Superior	13,3	59,5	23,1	1,7	15,7	100%
Renda	Baixa	28,3	48,6	17,4	5,5	28,4	100%
	Média	49,8	60,5	16,7	2,5	20,3	100%
	Alta	21,9	61,2	16,8	4,1	17,9	100%
Religião	Evangélica	26,8	55,4	17,1	5,4	22,1	100%
	Católica	52,7	57,5	17,3	2,7	22,5	100%
	Outras religiões	4,4	60,0	17,5	7,5	15,0	100%
	Sem religião	16,1	61,4	15,2	2,8	20,7	100%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Os dois grupos de dados acima apresentados indicam uma distinção de classe evidente no perfil dos jovens que tiveram a primeira gravidez antes dos 18 anos de idade e daqueles que não fizeram uso da camisinha na última relação. No geral, temos que aqueles que, em maior proporção, tiveram a primeira gravidez antes dos 18 anos são, predominantemente, mulheres, brancas, da região Norte, com escolaridade e renda familiar baixa e de religião católica. No caso de menor proporção do uso da camisinha estão os jovens com idade superior a 25 anos, faixa em que também se registra a maior proporção de casados e com filhos, que são também predominantes

entre as mulheres, negros, da região Nordeste, de nível fundamental, renda familiar dos estratos baixos e evangélicos.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O exercício de refletir sobre as diferenças acima destacadas vai muito além da mera diferenciação segundo características sociais ou comportamentais. Muito provavelmente porque uma análise devidamente articulada às várias formas de distinção social talvez seja uma entrada mais recente nos estudos sociológicos, protagonizados, particularmente, por aqueles que têm se debruçado sobre a produção de sujeitos na nova ordem global (PISCITELLI, 2008). Muito embora possamos encontrar trabalhos que lidam com as chamadas categorias de diferenciação, tais como classe, raça/cor, gênero ou religião, por exemplo, de modo geral estas categorias aparecem como formas de ponderação para avaliar o impacto de uma sobre a outra em análises específicas, que, na maioria das vezes, recaem sobre desigualdades sociais, seja pela inserção no mercado de trabalho, acesso a determinados serviços, escolaridade etc.

Pois, se observarmos bem o que há de mais interessante na literatura que tem tentado lidar de modo articulado com estas categorias de diferenciação, veremos justamente um deslocamento do foco, isto é, menor ênfase em análises assertivas sobre o peso delas na conformação das desigualdades e maior apuro na compreensão de como elas se constituem, com um grau de imbricamento cuja articulação obliteraria nossa compreensão sobre elas. Em outras palavras, quando autores como Stolcke (1991), Bederman (1995), Brah (2006) ou Piscitelli (2008) apontam para a necessidade de se olhar para estas categorias articuladas e trazem análises que não seriam possíveis sem tal intersecção, elas acabam por desvelar processos pouco discutidos até então. Seja a racialização do sexo, a generificação da raça, a etnicização do corpo ou a sexualização da raça e do gênero, entre outros.

Quanto à sexualidade, há muito, discutir em torno de práticas, desejos, representações ou subjetividade é também permear um delicado, para não dizer frágil, campo de medos e intensos questionamentos a despeito do

devir humano – haja vista a noção de “Pânico Sexual” discutida por Carole Vance⁴ em 2003, cuja finalidade se dava em compreender a maneira sob a qual a ansiedade em torno das questões sexuais suscitaria conflitos no marco dos quais complexas agendas políticas acabaram utilizando o sexo como um veículo para a expressão de outras preocupações (PISCITELI; GREGORI e CARRARA, 2004, p.10). Nas questões relacionadas à esfera da sexualidade esteve embutida a noção de causalidade entre sexo e decadência moral. Vemos isso claramente quando a sexualidade em questão refere-se aos jovens, grupo atualmente tomado por intenso controle e investigação, cuja sexualidade tem sido encarada como prática de risco, mas sendo, antes de tudo, elemento fundamental na construção de suas subjetividades. (HEILBORN et al, 2006; ABRAMOVAY; CASTRO e SILVA, 2004).

Iluminar as taxas de gravidez na adolescência sem discutir as formas de acesso à contracepção e, especialmente, os fatores culturais implicados na negociação entre parceiros sobre quando ter relações e quais métodos utilizar é, sem dúvida alguma, ignorar o processo histórico de moralização dos corpos, cuja tônica é o controle sobre o corpo feminino.

A “imensa vontade de saber”, como chamou Foucault (1977), marcou profundamente os conhecimentos produzidos (em abundância) acerca da sexualidade, que tiveram *locus* predominante em áreas caracteristicamente normativas, uma vez que operavam, e operam ainda hoje, “a partir da noção de doença, crime, desvio, perversão e anomia” (PISCITELI; GREGORI e CARRARA, 2004, p.11), sejam elas a medicina (com as novas técnicas reprodutivas), o direito, a psicologia, as ciências sociais ou a demografia. De modo que a sexualidade, então, possa ser “considerada em relação à família e/ou parentesco, pensada como constitutiva da subjetividade e/ou da identidade individual e social, concebida como representação, desejo ou, simplesmente como atividade ou comportamento” (PISCITELI; GREGORI e CARRARA, 2004, p.13).

Muito embora consideremos que a sexualidade seja pensada sobre homens e mulheres indistintamente, nota-se que, quando ligada à reprodução,

4 Apresentação do painel “Sexual Panic”, da Annual Meeting da American Anthropological Association, em Chicago, 2003.

recai sobre a mulher sua exclusiva responsabilidade, tanto quanto seu controle. A sexualidade, então, pode ser compreendida como resultante de construções sociais, variável e dependente das interpretações que se supõe a ela.

A juventude é *locus* privilegiado de controle e observação das práticas sexuais, pois, neste momento da vida, em que a experiência reprodutiva se faz mais presente do que em outras faixas de idade, é também o momento privilegiado no ciclo da vida para formação de habilidades que contribuam para o desenvolvimento social e econômico das sociedades. Seja no aprender a fazer coisas, que garante reprodução de técnicas produtivas, seja na pressão das fronteiras sociais, que provoca inovação e adaptação a novas formas de ser e estar no mundo.

Ser mulher jovem no Norte do Brasil, não implica nas mesmas condições de acesso e uso de contraceptivo do que ser mulher jovem no Sudeste. Do mesmo modo que viver no campo e ter filho antes dos 18 anos de idade não implica nas mesmas condições de acesso a trabalho digno do que outro jovem que vive na cidade.

Enquanto olharmos para as características sócio-demográficas de modo estático e condicionante das trajetórias excludentes para os jovens, estaremos fechando os olhos para as especificidades que os contextos sociais e culturais indexam as experiências em nossos territórios. Como vimos anteriormente, para alguns eventos da vida sexual e reprodutiva dos jovens, a diferença de sexo tem peso, para outras não. O mesmo ocorre com a diferença da situação do domicílio, se urbano ou rural: para a idade à primeira gravidez, houve diferença, mas a para o uso de camisinha, não.

É preciso estar atento às diferentes maneiras com que os elementos de cor, de sexo, de escolaridade, de renda e de território se conformam em barreiras para que os jovens tenham pleno acesso a formas de aprendizado, a inserção segura e qualificada no mercado de trabalho, a moradia e condições de vida digna.

Em linhas gerais, é importante destacar que o mais fascinante na análise das experiências sexuais e reprodutivas dos jovens é a combinação contextualizada das diferenças sociais e de oportunidades que oferecem campos de possibilidades distintos para suas escolhas e trajetórias. As diferenças sociais não são determinantes para uma trajetória mais ou menos excludente, elas

marcam e se combinam diferentemente, a depender do conjunto de elementos que entram na equação de tomada de decisão e oportunidades que são oferecidas aos jovens de efetuar suas escolhas de forma livre e segura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BEDERMAN, G. *Manliness & civilization: a cultural history of gender and race in the United States, 1880-1917*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

BESSA, G. H. de. Ethnophysiology and contraceptive use among low-income women in urban Brazil. In: *Health Care for Women International*, 27, 2006: 428-452.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho, 2006: pp.329-376.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

CASTRO, Mary Garcia. 2000. “Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais”. **Crítica Marxista**, n. 11, pp. 98-108. (Dossiê Marxismo e feminismo).

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si Como Prática da Liberdade. In: **Ética, sexualidade, política**. Col. Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michael. 1977. **A história da sexualidade: volume 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro. Graal. 152 pp.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. pp. 285-315.

GAGNON, J. H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 456p.

GREGORI, M. F. Relações de violência e erotismo. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (Orgs.). **Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LOBATO, Ana Laura. 2011. *Trajatórias afetivas e sexuais entre jovens de periferia*, Belo Horizonte. Dissertação. (Mestrado). Programa de Pós graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (Orgs.). *O aprendizado da sexualidade: Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond, Fiocruz, 2006.

MONTEIRO, Simone. 1999. **AIDS, Sexualidade e Gênero: a lógica da proteção entre jovens de um bairro popular carioca**. 186 f. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

KNAUTH, D. et al. As trajetórias afetivo-sexuais: encontros, uniões e separação. In: HEILBORN, M. L. et al. (Orgs.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond, Fiocruz, 2006.

LAURETIS, Teresa. 1994 A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B.H. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Universidade Federal de Goiás, 2008.

_____; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (Orgs.). *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

STOLCKE, Verena. 1991. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?, *Caderno de Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20.

WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ANA LAURA LOBATO é antropóloga, pós-graduada pela UNICAMP em 2011, graduada pela PUC Minas em 2007. É Assistente de pesquisa na Coordenação de Gênero e Raça da DISOC/IPEA. Foi consultora das Nações Unidas para os temas de gênero e Juventude na Secretaria Nacional da Juventude/SG/PR. Foi também pesquisadora visitante pela Fapemig no Departamento de Ciências Sociais da PUC MINAS e Professora no curso de Gênero e Diversidade na Escola para professores da rede pública do Rio de Janeiro pela UERJ.

3

**PERTENCIMENTO,
PARTICIPAÇÃO E
POLÍTICAS PÚBLICAS
DE JUVENTUDE**



Juventude, religiosidade, territórios e redes: reflexões sobre resultados de pesquisas

regina novaes

Cada geração recebe repertórios culturais e incorpora novos códigos e sentidos. Pertencer a uma ou outra geração traz diferenças em termos de estratégias para se apresentar publicamente e, também, em maneiras de fazer autodeclaração religiosa. Neste sentido, para compreender o que significa “ser religioso” entre jovens de hoje, é preciso levar em conta a condição juvenil atual, as distintas situações vividas pelos jovens e um conjunto de mudanças sociais inter-relacionadas.

Nas palavras de Abramo (2005), “a condição juvenil refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, refere-se a uma dimensão histórico-geracional”. Ou seja, a ideia de condição juvenil remete ao conceito de geração, o qual, por sua vez, evoca o contexto histórico em que cada indivíduo se socializa. Como relacionar pertencimento religioso e condição juvenil atual?

No Brasil dos anos de 1970, o catolicismo expressava a memória coletiva e era a referência mais importante para se compreender a conformação do território. Não só porque, nas cidades e no campo, eram (e são) comuns as “terras de Igreja”, o pagamento de laudêmios e foros para as Dioceses e Arquidioceses, mas também porque, na topografia de nosso povoamento, no centro – e nos lugares mais altos –, destacavam-se as Igrejas Católicas como referência para a vida social.

Atualmente, socializados em novo contexto, diferentemente do que ocorria quando seus avós e pais eram jovens, os jovens nascidos entre 29 e 15 anos atrás já cresceram em um ambiente de maior pluralidade religiosa. Para quem chega ao centro ou às periferias das cidades perguntando “Onde fica a Igreja?”, os jovens de hoje respondem já indagando “Qual Igreja?”, o que denota o crescimento evangélico, sobretudo das denominações pentecostais.

Para seus pais e avós, o catolicismo – na condição de religião dominante – convivia com minorias protestantes históricas¹ e, ao mesmo tempo, não anulava a possibilidade de convivência (e combinações subalternas) com as religiões de matriz afro-brasileiras e com o espiritismo kardecista. Só o pentecostalismo marcava a ruptura da conversão e a exclusividade do pertencimento.

Por exemplo, entre os trabalhadores que entrevistei na segunda metade dos anos de 1970, por um lado, o catolicismo era visto como “a lei dos pais”. A conversão ao pentecostalismo era descrita como rompimento “com a lei de família”. Por outro, rebatendo tal argumento, os convertidos apelavam para a escolha pessoal e respondiam: “A salvação é individual, meu pai não me salva e eu não posso salvar ninguém da família. Só posso levar para eles a palavra de Deus” (NOVAES, 1985).

Trinta anos depois, na primeira década do novo milênio, intensificou-se a diminuição do rebanho católico e evidenciou-se o crescimento pentecostal entre os brasileiros mais pobres, por meio da proliferação de denominações pentecostais de diferentes tipos e tamanhos. Entre os mais jovens, assistia-se a um processo mais geral de diminuição da transferência (familiar) intergeracional da religião católica no Brasil. Para esta geração, outras fontes de referência ganharam importância, para determinar o pertencimento e/ou o não pertencimento institucional religioso.

¹ Como se sabe, o “mundo evangélico” é diverso e se apresenta em constante segmentação. De maneira geral, opera-se com a seguinte classificação: históricos ou de migração (presbiterianos, luteranos, batistas etc.); pentecostais (Assembleia de Deus, Brasil para Cristo etc.) e neopentecostais (Universal do Reino de Deus, Igreja da Graça, entre outras). Sobre o assunto, ver Mafra, 2001.

Com efeito, os jovens brasileiros de hoje puderam observar (e naturalizar) histórias de conversões e de desconversões, de trânsitos e combinações no interior de suas famílias multirreligiosas e ao redor de seus locais de moradia. Este processo ficou evidente, por exemplo, na pesquisa *Juventudes Sul-americanas* (IBASE/PÓLIS, 2009), onde se constatou – nos seis países estudados – a diminuição da transferência religiosa intergeracional do catolicismo, religião historicamente dominante nesta região geográfica. Nos países observados, em graus diversos, os jovens são menos católicos do que seus pais, na seguinte ordem: Uruguai (menos 12%); Argentina (menos 8%); Chile (menos 6%), Brasil (menos 5%), Paraguai e Bolívia (menos 4%). Assim sendo, o mais importante a se destacar aqui é a experiência comum de descontinuidade com as religiões dos pais vivenciada por parcelas destas juventudes (NOVAES e RIBEIRO, 2010).

Em contraposição à diminuição da transferência religiosa intergeracional, nesta mesma pesquisa (IBASE/POLIS, 2009), constatou-se o avanço geracional no uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Na Argentina e no Brasil, os jovens estão duas vezes mais conectados na internet do que seus pais, no Chile e no Uruguai três vezes mais e na Bolívia e no Paraguai quatro vezes mais. Mesmo sem desconsiderar as diferenças históricas entre estes seis países, podemos dizer que, no geral, esta é a primeira geração em que – a despeito das persistentes desigualdades sociais – a internet chega a jovens que não terminaram o ensino fundamental.

Com efeito, a probabilidade de estar conectada, hoje, aumenta quanto mais jovem for uma pessoa. Os jovens de hoje são seres digitais. Para além das desigualdades sociais que caracterizam suas situações econômicas e limitam seus acessos a direitos de cidadania, o processo de socialização e de sociabilidade dos que integram a atual geração juvenil está marcado pela presença das TICs. Ou seja, se fizeram jovens essas tecnologias lhes proporcionavam uma inédita conjugação de espaços geográficos e eletrônicos. Entre os jovens de hoje, as TICs estão cada vez mais imbricadas na sociabilidade, na construção de identidades, na demarcação de fronteiras sociais.

Enfim, entre outros aspectos, as novas relações entre religiões presentes e ausentes (que influenciam as dinâmicas territoriais) e o uso da grande rede digital (que modifica as formas de “estar no mundo”) são determinantes para a constituição da experiência geracional dos jovens de hoje. Assim, tanto a convivência em famílias multirreligiosas quanto a vivência em um mundo virtualmente conectado representam, hoje, marcos geracionais comuns.

O objetivo deste artigo é refletir sobre características da condição juvenil contemporânea e sobre o atual perfil religioso dos jovens brasileiros. Para tanto, nosso ponto de partida são os resultados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil – Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013*², por meio dos quais buscaremos dialogar com outras pesquisas anteriormente realizadas e com a literatura existente. Para concluir, indagando sobre os efeitos da religião em diferentes áreas da vida social, serão levantadas questões sobre diversidade religiosa em espaços de formulação e validação de políticas públicas de juventude.

PARTE 1 CONDIÇÃO JUVENIL, SITUAÇÃO DOS JOVENS E RELIGIOSIDADE: COMPARAÇÕES ENTRE PESQUISAS

Fazendo uma comparação longitudinal - entre a pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, realizada em 2003, no âmbito do *Projeto Juventude Brasileira*³, e a pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, realizada em 2013, nota-se que diminuiu (ainda mais) o número de jovens que se declararam católicos (de 65% para 55%) e aumentou (um pouco mais) o daqueles que se declararam evangélicos (de 22% para 29%). Ao mesmo tempo, enquanto kardecistas, ateus, agnósticos e outras religiões continuaram nos seus mesmos patamares, os jovens que declararam “não ter religião, mas acreditar em Deus” passaram de 10 para 15%.

2 Para mais informações, ver Nota Metodológica de José Reinaldo Riscal e Gustavo Venturi neste livro.

3 Sobre o *Projeto Juventude Brasileira – Perfil da Juventude Brasileira, 2003*, ver: ABRAMO e BRANCO, 2005; ABRAMO, 2005; INSTITUTO CIDADANIA, 2004 e NOVAES, 2005.

Gráfico 1 . Religiões



	COMPARAÇÕES LONGITUDINAIS			
	transversal		corte	
	15 a 24 anos		15 a 19 anos	25 a 29 anos
	2003	2013	2003	2013
CATÓLICA	65	55	65	57
praticante	-	30	-	28
não praticante	-	25	-	28
EVANGÉLICA	22	29	22	24
ESPÍRITA KARDECISTA	2	2	1	2
OUTRAS RELIGIÕES	2	3	2	4
Não tem religião, mas acredita em Deus	10	15	10	16
ATEU / AGNÓSTICO	1	1	1	1

Fontes: INSTITUTO CIDADANIA. Perfil da Juventude Brasileira, 2003; SNJ. Agenda Juventude Brasil, 2013.

O gráfico acima compara as duas pesquisas e também nos permite perceber modificações na trajetória dos jovens que, quanto mais velhos (24 a 29 anos), tornam-se menos católicos e um pouco mais evangélicos e “religiosos sem religião”⁴.

Para continuar explorando estas informações, é importante indagar tanto como estes jovens se distribuem pelo território brasileiro quando sobre seu perfil de renda e escolaridade. É o que faremos a seguir.

1. RELIGIÃO E CONDIÇÃO JUVENIL: APROXIMAÇÕES ENTRE CAMPO, CIDADES E DIFERENTES REGIÕES DO PAÍS

As pesquisas *Perfil da Juventude Brasileira* (2003) e *Agenda Juventude Brasil* (2013) informam que os *jovens católicos* e *evangélicos* continuam presentes nas diferentes regiões, sendo que o catolicismo se destaca nas regiões nordeste e no sul do país, sobretudo nos meios rurais, onde, ainda que ligeiramente, constitui a maioria. Em ambas as pesquisas, reafirma-se, ainda, que os *jovens espíritas kardecistas* e *os ateus/agnósticos* estão mais presentes no Sudeste, sendo pouco frequentes na área rural.

Contudo, vale lembrar que - contrariando expectativas de certos paradigmas explicativos, que generalizam a equação “menos religiosidade”/“mais desenvolvimento socioeconômico” - um dos achados da pesquisa do *Perfil da Juventude Brasileira* foi mostrar que os “jovens sem religião” não estavam apenas nos ricos estados do Sudeste, mas também em diferentes regiões do país, com certo destaque nas áreas de “frente de expansão”, isto é, nas regiões Norte e no Centro-Oeste. Dez anos depois, as respostas obtidas na pesquisa *Agenda Juventude Brasil* vão na mesma

4 Como as pesquisas citadas e os Censos usam diferentes formulações, tenho usando “religiosos sem religião” para me referir às diferentes respostas de jovens que não negam a fé, mas não declaram pertencimento institucional e nem se autotransferem como ateus ou agnósticos. Neste artigo, para facilitar a escrita e a leitura, muitas vezes, usarei apenas “sem religião”. Com o mesmo objetivo, no caso de ateus/agnósticos, resumiremos como ateus; as religiões de matriz afro-brasileira (umbanda, candomblé) também serão, alguma vez, citadas apenas como “afro”. Finalmente, espíritas kardecistas também serão citados apenas como espíritas.

direção: aqueles que “acreditam em Deus, mas não têm religião” estão, com diferentes pesos, presentes pelo país afora. Além disto, a novidade, em relação a 2003, é que os jovens “religiosos sem religião” crescem também no Nordeste. Considerando a histórica predominância católica no Nordeste, este último resultado chama a atenção, indicando novas movimentações no campo religioso⁵.

Além disto, também as fronteiras entre o rural e o urbano têm sido tensionadas, quando se observa a experiência religiosa desta geração juvenil. Por um lado, a pesquisa *Agenda Juventude Brasil* confirmou os resultados da pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, pois os “jovens sem religião” estão mais nas cidades e, entre eles, predominam atividades urbanas. Por outro lado, porém, observando mais detidamente os resultados destas pesquisas, vemos que isto não significa ausência de “jovens sem religião” no meio rural.

Com relação a este aspecto, vale citar, ainda, outras fontes de informação. A pesquisa intitulada *Juventude, juventudes*, realizada pela UNESCO em 2004 (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006), havia constatado a existência de “jovens sem religião” na área rural, onde, naquele momento, não se registrava a presença de jovens ateus ou agnósticos. Da mesma forma, o Censo de 2010, realizado pelo IBGE, reafirmou o fato de que os jovens “sem religião” vivem sobretudo nas cidades, mas que também estão presentes no campo (onde pouco se registrou a presença de jovens espíritas kardecistas, ateus e agnósticos).

Assim sendo, os resultados das diferentes pesquisas acima citadas sugerem um espraiamento geográfico (em graus e combinações diferentes) de um processo de diminuição da transmissão intergeracional do catolicismo, evidenciado não apenas pela diminuição dos percentuais de jovens

5 Certamente, é preciso relativizar análises que tomam fronteiras geográficas estanques. Renata Menezes (2012), referindo-se ao Censo de 2010, aponta diferenças internas às regiões. Por exemplo, segundo este Censo, no Sudeste está o estado mais católico (Minas Gerais, com 70,43% de católicos e 20,19% de evangélicos). Mas, na mesma região, está São Paulo: um estado um pouco menos católico que a média nacional (com 60,06% de católicos e 24,08% de evangélicos) e estão também dois estados bem menos católicos e mais evangélicos do que essa média (Rio de Janeiro, com 45,81% de católicos e 29,37% de evangélicos, e Espírito Santo, com 53,29% de católicos e 33,12% de evangélicos).

católicos, mas também pela diversificação da religiosidade presente no meio rural e pelo aumento do número de jovens sem vínculos institucionais que acreditam em Deus (e não se definem como ateus ou agnósticos).

2. RELIGIÃO E SITUAÇÃO DOS JOVENS: DESIGUALDADES E DIFERENÇAS

Para melhor compreender a religiosidade juvenil, vejamos agora algumas outras informações sobre escolaridade, renda e experiência com preconceitos dos jovens entrevistados pela pesquisa *Agenda Juventude Brasil*.

Esta geração de jovens brasileiros, nascidos entre 15 e 29 anos atrás, tem mais escolaridade do que seus pais. Diferentemente do que ocorria dez anos antes de a pesquisa se realizar, a maioria dos jovens – de todas as religiões – afirmou ter concluído ou estar cursando o ensino médio, refletindo o ganho de escolaridade geral no país na última década.

Em termos de pertencimento religioso, nos percentuais mais altos de ensino superior destacam-se os espíritas kardecistas (31,5%), os ateus (33,3%) e os agnósticos (26,3%). Por outro lado, no outro extremo, os percentuais mais baixos de escolaridade aproximam católicos (26%) e evangélicos (27,3%). Em posição intermediária se apresentam jovens do candomblé (38%) e os “religiosos sem religião” (35,7%).

Na mesma pesquisa, 30,8% dos jovens afirmam não ter renda individual. Nesta situação se destacam os evangélicos (32,3%), sendo que são em número menor os espíritas kardecistas (17%) sem renda individual. Já dentre os que possuem renda individual, há uma maior concentração de rendimentos entre ateus e agnósticos. Jovens católicos e “religiosos sem religião” apresentam diferentes níveis de renda, mas em ambos os casos há uma predominância da renda até um salário mínimo.

Os níveis de escolaridade e renda nos permitem chamar a atenção para a distinção social entre ateus, agnósticos e “sem religião”. Nas duas primeiras classificações predominam jovens com maior grau de instrução e nível de renda; já entre os “sem religião”, embora haja jovens com alta

escolaridade e renda, predominam os níveis mais baixos de escolaridade⁶ e de renda.

Vejamos agora como preconceitos e discriminações rebatem neste campo religioso em transformação. No âmbito da pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, os jovens responderam à seguinte pergunta: “Alguma vez você se sentiu humilhado, desrespeitado ou discriminado por qualquer motivo que fosse?”. No cômputo geral, as respostas apontaram para 26% de respostas positivas, nas quais se destacaram as seguintes causas: aparência, condição social (ser pobre) e cor/raça⁷.

Analisando as respostas obtidas pela ótica da dimensão religiosa, é interessante chamar a atenção para o fato de que, por um lado, são os jovens da umbanda e do candomblé os que mais se sentem discriminados por sua religião, seguidos dos evangélicos. Por outro lado, outras respostas a esta mesma pergunta evidenciam a aproximação entre o preconceito com as religiões afro-brasileiras e o preconceito racial, pois também são os jovens destas religiões que dizem sofrer mais preconceitos “pela cor de sua pele”. Além disto, no que diz respeito à *aparência*, também os jovens da umbanda e do candomblé se destacam, seguidos pelos evangélicos. Já no que diz respeito à discriminação por “ser pobre”, são os evangélicos que ficam no topo do *ranking*.

É interessante comparar estes resultados com a pesquisa *Juventude, juventudes* (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006), desta vez para indicar uma pequena variação. Naquela pesquisa, entre jovens de várias religiões, foram os pentecostais que declararam sofrer preconceitos por sua religião na escola, no espaço público e na família, nesta ordem. Na pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, foram os jovens das religiões afro. Esta variação talvez se

6 Na pesquisa *Juventude, juventudes*, de 2004, entre os jovens de 25 a 29 anos “sem religião”, em um extremo, registrou-se a expressiva presença de analfabetos e, em outro extremo (ainda que bem menos numerosos) entrevistados com ensino superior.

7 Tanto na pesquisa *Juventude, juventudes* (2004) quanto na pesquisa *Agenda Juventude Brasil* (2013), tais discriminações ocorreram em primeiro lugar na escola, em segundo lugar no local de trabalho, em terceiro lugar em casa e em quarto lugar perto de casa.

deva ao fato de esta última pesquisa não ter se detido nas subdivisões entre denominações evangélicas históricas e evangélicas pentecostais.

Sobre estas últimas, como se sabe, circulam na sociedade várias imagens contraditórias (FONSECA e NOVAES, 2007). Por um lado, o jovem correto, bom trabalhador e “afastado dos vícios do mundo”; por outro, os jovens alienados e ingênuos manipulados por pastores televisivos e por uma conservadora “bancada evangélica” em sua contínua batalha moral (sobretudo contra a descriminalização do aborto e a união civil de pessoas do mesmo sexo). Além disto, são vistos como muito proselitistas e intolerantes com outras religiões.

Ou seja, os pentecostais - que reúnem mais ambiguidades, que alimentam ideias preconcebidas e generalizantes, evocando termos mais diretamente religiosos – não foram destacados na pesquisa *Agenda Juventude Brasil* (que só usou “evangélicos”). Mas, em ambas pesquisas, os jovens afro-brasileiros dizem sofrer tanto pela identidade religiosa quanto pela questão racial.

Este elo se evidenciou na pesquisa *Juventude, juventudes*, onde se compararam as respostas de jovens negros que se declaram adeptos das religiões afro-brasileiras com as de jovens negros pentecostais. Segundo Fonseca e Novaes (2007), indagados sobre o principal motivo de discriminação que já sofreram, os jovens negros que se identificam com as religiões afro-brasileiras identificam a cor da pele, reafirmando a insistente presença do racismo nesta sociedade de passado escravocrata, enquanto a religião foi citada como motivo principal de discriminação pelos jovens negros pentecostais.

Voltando agora para a pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, vemos, por um lado, que os *jovens católicos* entrevistados mencionam aparência (4,7%), cor da pele (4,0%) e condição social/ser pobre (3,4%). Para eles, a religião não é motivo de discriminação (0,1%). Estes jovens fazem parte da maioria presente em todas as classes sociais (níveis de escolaridade e renda). Mesmo que o catolicismo não seja mais visto como “a religião dos brasileiros”, ele ainda é a “religião da maioria dos brasileiros”, o que ainda produz uma certa naturalização/não determinância da dimensão religiosa nas estratégias de apresentação social. Por outro lado, os espíritas kardecistas, os ateus, os

agnósticos e os “religiosos sem religião” também declaram não sofrer preconceitos por sua “religião/religiosidade”⁸. A parcela de jovens entrevistados *espíritas kardecistas, ateus, agnósticos* que reconhece sofrer preconceitos indica discriminação por aparência física, cor e condição social (nesta ordem).

Já entre os “*religiosos sem religião*” - presentes em todos os níveis de escolaridade e renda, na proporção da pirâmide social brasileira –, a ordem se altera e a condição de pobreza vem em primeiro lugar, seguida da cor e da aparência. É interessante notar que, entre todos os entrevistados que disseram sofrer preconceitos, “o lugar onde mora” foi mais citado pelos “religiosos sem religião”. O que, a meu ver, confirma um certo espraiamento desta experiência por regiões e lugares usualmente classificados como “periferias”.

Em resumo, pode-se dizer que a dimensão religiosa – articulada com outras determinações socioeconômicas, como região, rural/urbano, escolaridade e renda – também deve ser considerada, tanto na caracterização das desigualdades e diferenças presentes na juventude brasileira quanto nas suas possibilidades de agregação social.

3. RELIGIÃO E USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS: MARCA GERACIONAL E SITUAÇÃO DOS JOVENS

Vejamos, agora, como “se informam sobre o que acontece no Brasil e no mundo” os jovens de diferentes religiões. A *TV aberta* foi a mais citada por todos, sendo que católicos (41,6%) e “religiosos sem religião” (40%) estão em primeiro lugar, seguidos por evangélicos, afro-brasileiros e, depois, pelos ateus, agnósticos e espíritas kardecistas. Já as citações da *TV fechada* praticamente invertem esta ordem: está justamente mais presente entre os ateus, agnósticos e kardecistas, menos entre evangélicos e bem menos entre os jovens “sem religião” e católicos.

8 Em relação aos ateus, este resultado se diferencia da pesquisa *Juventude, juventudes*, na qual os jovens ateus afirmaram sofrer preconceitos na escola.

Assim, o acesso mais generalizado à TV aberta (no geral, cerca de 40%) e também o acesso bem mais restrito à TV fechada (no geral, 8,4%) parecem condizentes com os níveis de escolaridade e renda que caracterizam jovens das diferentes religiões (tal como indicado no item 2 deste artigo).

Contudo, por outro lado, o “acesso à internet” (média de 26,6%) mais aproxima do que afasta os diferentes segmentos juvenis separados por escolaridade, renda ou religião: em torno de 25% estão como “sem religião”, católicos, evangélicos e afro-brasileiros, sendo que espíritas kardecistas, ateus e agnósticos ficam entre 30 e 40%⁹.

Porém, quando se indaga “para que usa a internet?”, chama a atenção o fato de as respostas de jovens de diferentes segmentos religiosos se aproximarem mais em percentagens de citações no que se refere a *sites de relacionamento (Facebook)*, a *“procura notícias sobre a atualidade”*, a *“baixar música e vídeos”*, a *“navegar no Youtube”*. Ou seja, ainda que a taxa média de conexão não possa mascarar as situações de desigualdade dos jovens que usam a internet, o seu uso pode ser visto como uma marca da atual condição juvenil.

PARTE 2 RELIGIOSIDADE JUVENIL: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E DE PARTICIPAÇÃO

Um dado significativo a se considerar é o fato de que, na pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, de 2003, 15% dos jovens entrevistados declararam – por meio de respostas múltiplas e espontâneas – participar de espaços coletivos. No topo do *ranking*, estavam os “grupos de igreja”. Além disto, nas respostas estimuladas sobre participação em associações e entidades, mais uma vez o “grupo religioso” se destacou, logrando o primeiro lugar.

Já na pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, de 2013, o percentual geral de participação atual foi em torno de 20%. Entre estes, também no topo

9 O uso de telefone celular também está generalizado: entre 90 e 100% dos jovens dizem possuir. Certamente, outras hierarquias se fazem, quando se consideram os diferentes modelos dos aparelhos e os “pacotes” que os acompanham.

do *ranking*, ficou “grupo religioso que se reúne para ações assistenciais e políticas”¹⁰. Esta especificação buscava ultrapassar a dimensão puramente espiritual e apreender a motivação religiosa que produz ação social. Vejamos, agora, como os jovens de diferentes religiões se distribuem neste tipo de participação.

1. QUEM PARTICIPA DO QUÊ?

Quando buscamos perceber se a religião faz diferença no engajamento de jovens em atividades e entidades associativas e políticas, podemos perceber uma aproximação entre os *católicos* e aqueles que “*não têm religião, mas acreditam em Deus*”, pois ambos apresentam percentuais inferiores de participação atual (16,8% e 14,6%, respectivamente). Entre os *agnósticos* temos 22,6% de participação atual, que, entre os *ateus*, alcança 25%. Entre os jovens de *religiões afro e outras religiões* temos 26,3% de participação atual. Já entre os *evangélicos* temos 28,4% e entre os *espíritas kardecistas* seriam 29,3% os que participam hoje.

De maneira geral podemos dizer que estes dados são bastante coerentes com os perfis socioeconômicos dos jovens entrevistados: abaixo da média de participação estão *católicos* e “*sem religião*”, presentes em todas as classes de renda e, por isto mesmo (em consonância com a pirâmide social brasileira), com menor escolaridade.

Acima da média de participação atual estão os *agnósticos, ateus e espíritas kardecistas*, que se destacam pela maior escolaridade e por maior nível de renda. Contudo, nos interessa explorar mais alguns movimentos que podem estar contidos neste retrato.

10 Em segundo lugar estão “Clube, associação esportiva, recreativa ou de lazer”; em terceiro lugar “Grupo artístico e cultural”. Já em quarto lugar estão “Associações de moradores, associações profissionais/sindicatos e movimento estudantil”.

Grupos religiosos

São os evangélicos os que mais participam de grupos religiosos (em torno de 18%), seguidos bem de perto pelos kardecistas. A seguir, estão os jovens de religiões afro-brasileiras (8,8%). E, bem mais abaixo, estão os católicos (5,3 %) e os “sem religião” (1,5 %).

Nestes resultados, os extremos chamam a atenção. Numa ponta, os *evangélicos* se destacam, como se sabe, pela frequência com que estão nos templos. Assim, era de se esperar que os jovens participassem de grupos religiosos voltados para “ações assistenciais e políticas”. Na outra ponta, uma parcela dos “*sem religião*” afirma que participa de grupos religiosos (1,5%), o que sugere a necessidade de distingui-los de ateus e agnósticos (que afirmam não participar destes grupos).

Ainda sobre os “sem religião”, é interessante observar que eles também afirmam já ter participado, no passado, destes grupos religiosos (8,9%), bem como uma parcela significativa (20,8%) diz que deles gostaria de participar. Estas indicações reafirmam a necessidade de se compreender melhor as modalidades e os diferentes momentos das trajetórias juvenis, que podem estar ocultos pelo guarda-chuva “não tem religião, mas acredita em Deus”.

Espaços de lazer e cultura

Vale destacar, também, que, no panorama geral da pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, a religião reaparece quando se indaga sobre espaços de lazer nos últimos 30 dias. Neste caso, chama a atenção que a alternativa “*missa, culto, sessão espírita*” esteja entre as três atividades que os jovens mais fazem (entre “*passar em parques e praças*” (primeiro lugar) e “*feita em casa de amigos*” (terceiro lugar). Neste cenário, é de se notar o fato de estas três atividades que estão no topo do *ranking* serem gratuitas (e poderem dispensar deslocamentos) e se distanciarem muito de outras que são pouco citadas, como teatro, cinema e *show*, que representam custos de transporte e de ingresso.

Além disso, vale atentar para outras diferenças: uma vez mais, os evangélicos (76%) são os que foram aos cultos nos últimos 30 dias, seguidos

por espíritas kardecistas, católicos e de religiões afro-brasileiras, todos em torno de 50%.

A comparação entre ateus agnósticos e “sem religião” também é sugestiva. Entre ateus e agnósticos, há quem diga que já foi alguma vez na vida, mas todos negam ter frequentado nos últimos 30 dias. Por fim, 18% dos “sem religião” dizem que foram nos últimos 30 dias, 33% foi no último ano e 37% dizem que foram “sim, mas não nos últimos 12 meses”.

Estas informações nos levam a refletir, em primeiro lugar, sobre o pouco acesso que a juventude da cidade e do campo tem aos equipamentos de lazer e cultura, via de regra concentrados nas partes nobres das cidades, longe de onde vive a grande maioria dos jovens. Em segundo lugar, suscitam a reflexão sobre o lugar destacado que a religião guarda na socialização e na sociabilidade dos jovens de hoje¹¹. Não por acaso, ao produzir espaços de agregação social, a religião, muitas vezes, pode ser ponto de partida para outras experiências e pertencimentos culturais e políticos.

Espaços de Participação

Olhando as respostas dos entrevistados, na Pesquisa Agenda Juventude Brasil, pode-se visualizar algumas combinações que parecem recorrentes e que, sem se tornar “camisas de força”, podem tornar-se hipóteses para novas pesquisas. Vejamos alguns exemplos.

Os jovens *evangélicos* participariam mais de grupos culturais, associações de moradores e trabalho voluntário. Os jovens *espíritas* dos sindicatos, grupos artísticos e culturais e, também, de Partidos Políticos (que esteve entre os lugares de participação que os jovens menos participam ou gostariam de participar). Por outro lado, os jovens *católicos* estariam nas associações de moradores, no movimento estudantil e entidades de grupos discriminados. Na causa ecológica surgem afinidades com jovens de religiões

¹¹ Cabe notar que, nos casos das *associações estudantis, grêmios ou centros acadêmicos, clubes, associações esportivas ou de lazer, grupos religiosos que se reúnem para ações assistenciais ou políticas e grupos artísticos e culturais*, há um percentual de respondentes que já participaram antes.

afro-brasileiras e de outras minoritárias religiões esotéricas ou orientais. Além disto, os jovens das religiões *afro-brasileiras* também mostraram afinidades com “entidade ou movimento em defesa de grupos discriminados” e com grupos artísticos e culturais. Os jovens “*sem religião*” indicaram participar de espaços de lazer (esportivos, recreativos), nos grupos artísticos e culturais e de mídias livres.

2. OS VALORES E PERCEPÇÕES SOBRE O BRASIL DOS JOVENS DE DIFERENTES RELIGIÕES

Aos jovens entrevistados pela pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, indagou-se sobre quais seriam os valores mais importantes para um mundo ideal. No cômputo geral, em primeiro lugar ficaram “temor a Deus”, respeito à diferença, igualdade de oportunidades e respeito ao meio ambiente.

“**Temor a Deus**” não surpreende por ter ficado em primeiro lugar para os evangélicos (59%), mas surpreende por ter assegurado esta posição no cômputo geral na seguinte ordem: afro (50%); “sem religião” (38%); católicos (31%) e espíritas kardecistas (9%). Aqui vale chamar a atenção para a diferença dos “sem religião” (38%) com os ateus e agnósticos que não escolheram “temor a Deus” como um valor importante.

Já no que diz respeito ao “**respeito à diferença**” destacam-se os espíritas kardecistas (cerca de 50%) e aproximam-se os “sem religião” (40%), evangélicos (39%), católicos (37%), afro (37%), ateus (36%). Aqui, vale a pena levantar a hipótese de que o tema da “diversidade” ganhou espaço nesta geração, inibindo públicas declarações preconceituosas (ainda que os sentimentos e as práticas nem sempre sejam condizentes).

Na questão da **igualdade de oportunidades** destacaram-se os ateus (cerca de 50%) e, em seguida, aproximam-se os católicos (33%), afro (34%), “sem religião” (30%), evangélicos (29,2%) e espíritas (29%). A questão do respeito ao meio ambiente mobiliza mais os “sem religião” (35%), os católicos (34%) e os evangélicos (27%). Mobiliza menos os jovens afro (19%) e bem menos os jovens ateus (8%).

Se tivéssemos escolhido outra pergunta (desta e de outras pesquisas) para aproximar ou diferenciar jovens de diferentes religiões, talvez fosse possível isolar a variável religião. Por exemplo: evangélicos e espíritas kardecistas – bastante diferentes em termos de escolaridade e renda – se aproximam na condenação do aborto por questões doutrinárias.

No entanto, quando não estão em jogo questões morais, via de regra as respostas gerais remetem, por um lado, ao estoque de questões (e de respostas) socialmente disponíveis no “tempo histórico” em que se é jovem e, por outro, às desigualdades em termos de renda, escolaridade e acesso às informações.

Resta saber ainda *se e como* a religião faz diferença na maneira como entrevistados na pesquisa *Agenda Juventude Brasil* percebem o que “mais incomoda” e o que “há de mais positivo” no Brasil. No primeiro caso, a pergunta foi a seguinte: “Pensando no Brasil, qual destes problemas mais te incomoda hoje?” Vejamos as respostas no conjunto e por religião.

A **corrupção** ficou no topo (66%). Consideradas por religião, as respostas dos jovens estiveram bem próximas, na seguinte ordem: Jovens de religiões afro-brasileiras e de outras religiões minoritárias (74%); jovens “religiosos sem religião” (71%); ateus/agnósticos e espíritas kardecistas (67%); evangélicos (65%).

Em segundo lugar, veio “o **poder dos traficantes**” (46%), que parece remeter às situações de violência, bastante conhecidas desta geração juvenil. Neste item, considerando a religião, as respostas se distribuíram da seguinte forma: afro (52%); evangélicos (48%), católicos (41%); “sem religião” (45%), espíritas (33%) e ateus (30%).

Já em terceiro lugar, os jovens em geral escolheram “**a grande desigualdade entre ricos e pobres**” (42%). Neste caso, são os jovens espíritas (48,9%) que se incomodam mais, seguidos dos católicos e dos “sem religião” (44,7% e 44,1%); dos evangélicos (36,9%), dos ateus (34%), dos afro (28,5%).

Em quarto, os jovens disseram se incomodar com “**o racismo e outras formas de discriminação**” (34,3%), assim distribuídos: espíritas (43,6%) e religiões afro-brasileiras (43,1%) bem próximos. Depois, evangélicos (37,1%); católicos (34,8%); sem religião (26,4%) e ateus (17,4%).

No quinto lugar, estão “o **despreparo e a violência da polícia**” (26,3%). Esta questão também remete a situações vivenciadas pelos jovens de hoje, que, muitas vezes, são vistos como “suspeitos”, potencialmente criminosos. Buscando relacionar esta resposta com as auto classificações religiosas, temos o seguinte: em uma ponta, os ateus (32,6%) e em outra os espíritas (10,8%). Os demais ficam na casa dos 20%, a saber: espíritas (27,9%), católicos (27,4%); evangélicos (25,3%), “sem religião” (20%).

Olhadas no conjunto, estas respostas parecem indicar mais aproximações do que grandes distanciamentos entre jovens brasileiros de diferentes religiões. Até mesmo porque as aproximações podem acontecer por motivos diferentes: por acesso à informação e/ou por vivências. Ou seja, quando se pergunta sobre *o que mais incomoda no país*, as respostas parecem expressar várias combinações entre circulação/acesso às informações (via mídias, escola, espaços de participação, incluindo aí os espaços religiosos) com trajetórias e experiências de vida de quem responde. A crítica racional e a emoção da experiência se entrelaçam, aproximando jovens socialmente (e religiosamente) separados.

Vejamos, agora, o que os jovens responderam quando lhes perguntaram “*Qual destas coisas é o que existe de mais positivo hoje no Brasil?*”. Aqui, chamou a atenção o fato de que apenas 4% dos entrevistados tenham dito que não havia nada de positivo no país. A seguir, observam-se as respostas gerais e as variações a partir da religião.

Em primeiro lugar, está “**a possibilidade de estudo**” (61,9%). Este aspecto foi mais valorizado pelos jovens dos extratos mais baixos (65%) e menos pelos entrevistados de renda mais alta (58%). Considerando a religião, temos o seguinte: evangélicos (69%), religiões afro (64,7%); católicos (60,9%); sem religião (55,2%), espíritas kardecistas (59,5%) e ateus (40,9%).

Em seguida, “**liberdade de expressão**”, citada positivamente por 54% dos jovens entrevistados, assim distribuídos em termos de renda: 59% de extratos médios; 54% de extratos altos e 46% entre os mais pobres. Em termos de religião, as respostas assim se distribuíram: maior destaque para os mais “instruídos” – ateus (87,4%) e espíritas kardecistas (70,3%); menor

destaque para os jovens de religiões afro-brasileiras (38,6%). Bastante proximidade entre evangélicos (59,6%), sem religião (55%) e católicos (49,3%).

Em terceiro lugar, os jovens entrevistados (45,1%) valorizaram a “**estabilidade econômica**”, com pouca variação entre as alternativas que se colocam muito proximamente entre ateus (57%) e evangélicos (41%).

Em quarto lugar, “**ter democracia**” alcançou 44,8% das escolhas, sendo mais valorizada pelos espíritas (53%) e menos pelos ateus (30%)¹². As demais alternativas ficaram na casa dos 40%.

Apenas em quinto lugar chegou a “**possibilidade de consumo**” (37,3%). Este resultado não deixou de ser surpreendente para quem gosta de classificar a “juventude de hoje” como essencialmente “consumista”. Neste lugar sem tanto destaque, em termos de autodeclaração religiosa, o consumo foi citado mais por afro e espíritas (53,8% e 45,9%) e menos por ateus (30%), sendo que “sem religião”, católicos e evangélicos, nesta ordem, ficaram na casa dos 30%.

Em sexto lugar (32,7%) ficaram as “**políticas sociais**”. Neste caso, é preciso sublinhar, de saída, a diferença em termos de renda: este item foi destacado menos por jovens dos extratos mais altos (23%) e mais por jovens mais pobres (34%). Considerando o recorte religioso, os ateus (11,4%), os afro (20%) e os espíritas (22, 7%) foram os que menos valorizaram as políticas sociais. E foram os “sem religião” (35,8%); os evangélicos (34,5) e os católicos (32,2%) os que mais as valorizaram positivamente.

Vale notar que esta questão, que nos remete a políticas sociais, suscita uma costura explicativa que deveria englobar várias situações possíveis, a saber: os jovens entrevistados conhecem e valorizam; não valorizam positivamente por não conhecerem; conhecem, mas não valorizam; ou, então, conhecem, valorizam “em tese”, mas são críticos em relação à efetivação de tais políticas.

¹² Já não se fazem ateus como antigamente? A pergunta pode não proceder. Mas vale lembrar não ser nada óbvio, hoje, relacionar religião com alienação e ateísmo como marxismo ou existencialismo, como aconteceu em outras gerações juvenis.

Estes números da *Agenda Juventude Brasil* e o mapeamento das situações possíveis suscitam outras questões e nos levam a indagar sobre as relações entre as religiões dos jovens e sua participação em espaços de formulação de Políticas Públicas de Juventude.

3. RELIGIÃO, JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO EM CONFERÊNCIAS E CONSELHOS

A segunda Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (IICNPPJ) aconteceu em Brasília, em dezembro de 2011, com o tema “Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos”. Contou com a presença de aproximadamente 3.000 participantes, sendo cerca de 1.350 delegados credenciados, eleitos em conferências municipais, estaduais e livres por todo país.

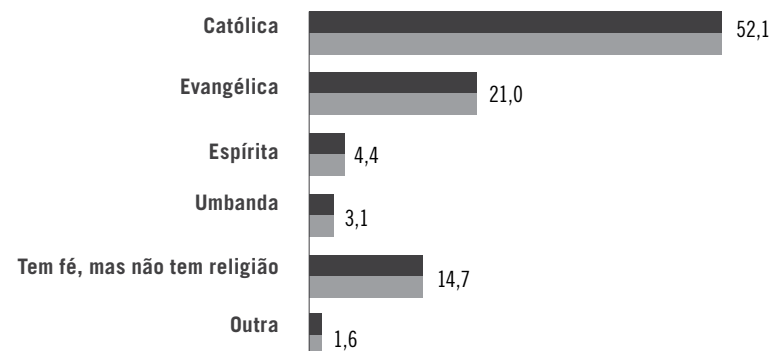
Naquela ocasião, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO¹³ realizaram a pesquisa *Sistematização dos resultados das propostas das etapas preparatórias e final da II Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude; perfil e opinião dos jovens participantes*. Foram distribuídos questionários autoaplicativos, retornando oitocentos e oitenta e três delegados, de 1.350 delegados inscritos (ou seja, aproximadamente 70%), em sua quase totalidade, jovens diretamente ligados a redes, organizações, programas e movimentos não governamentais, ou mesmo a órgãos públicos voltados para a juventude.

No escopo deste artigo, nos interessa observar o perfil religioso dos delegados participantes da IICNPPJ.

13 Na UNIRIO, a pesquisa ficou sob a responsabilidade do grupo de pesquisa “Juventude, políticas públicas, processos sociais e educação”, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação e a Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

Gráfico 2 . Perfil dos delegados na II Conferência Nacional de Políticas Públicas Juventude

Religião dos respondentes (%)



Fonte: RIBEIRO e SOUZA, 2014.

É interessante comparar¹⁴ o gráfico acima com os resultados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil*¹⁵. Os “ateus e agnósticos” estão no mesmo patamar de 1% (na II CNPPJ somados com outras religiões) e, também, os “religiosos sem religião” aparecem em número bem próximo (na II CNPPJ são 14,7% e na pesquisa *Agenda Juventude Brasil* são 15%).

Também a partir desta comparação, podemos perceber que houve um pouco menos de católicos (52%) e evangélicos (21%) na II Conferência, em relação à amostra da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* (católicos com 56% e evangélicos com 27 %).

Já os jovens espíritas e jovens de religiões afro na Conferência estariam mais representados na II CPPJ, em relação à amostra da pesquisa *Agenda Juventude Brasil*. No primeiro caso, esta presença na Conferência parece ser condizente com as indicações da *Agenda Juventude Brasil* sobre níveis de renda, escolaridade e disposição de participação dos jovens espíritas.

14 Lembro que (todas) as comparações entre pesquisas devem ser feitas de forma cuidadosa, pois os universos, as maneiras de perguntar e de classificar são diversas. Portanto, tais comparações servem mais para indagar, refletir e formular novas perguntas do que para tirar conclusões definitivas.

15 Ver o Gráfico 1, no início deste artigo.

E, no segundo caso, a presença na IICNPPJ pode refletir a relação entre a mobilização em torno da questão racial e a afirmação de religiosidade de matriz africana.

Este mapeamento não apenas nos ajuda a pensar sobre as tendências e o sentido da dimensão religiosa presentes na vida dos jovens de hoje, como também coloca em pauta o fato de a agregação religiosa constar entre as formas de participação social. A Tabela 1 oferece um retrato desta convivência (RIBEIRO e SOUZA, 2014).

Tabela 1. Tipo de participação na II Conferência Nacional de Políticas Públicas Juventude

		N	%	% válido
VÁLIDAS	Participante de conselho de juventude municipal, estadual e nacional	126	14,3	16,7
	Participante de movimento estudantil	96	10,9	12,7
	Representante de partido político	94	10,6	12,4
	Gestor de políticas públicas voltadas para a juventude	90	10,2	11,9
	Outro. Qual?	74	8,4	9,8
	Participante de grupo rural	44	5,0	5,8
	Representante de grupos ou pastorais religiosas	35	4,0	4,6
	Associado a sindicatos	31	3,5	4,1
	Representante de grupos indígenas	25	2,8	3,3
	Representante de grupos quilombolas e comunidades tradicionais	21	2,4	2,8
	Participante da área da cultura, comunicação e informática	18	2,0	2,4
	Participante de associações de moradores/comunitárias	18	2,0	2,4
	Participante de pastorais católicas	17	1,9	2,2
Participante de grupo/rede ambientalista	15	1,7	2,0	
Participante do movimento negro	13	1,5	1,7	

VÁLIDAS	Jovem do Projovem	10	1,1	1,3
	Participante de grupos evangélicos	9	1,0	1,2
	Participante de grupo de feministas ou de mulheres jovens	8	,9	1,1
	Representante de entidades do movimento LGBT	6	,7	,8
	Representante de povos de terreiros	3	,3	,4
	Participante de grupos hip-hop	3	,3	,4
	Total	756	85,6	100,0
INVÁLIDAS	Não responderam	20	2,3	
	Nulas	107	12,1	
	Total	127	14,4	
TOTAL	883	100,0		

Fonte: RIBEIRO e SOUZA, 2014.

Como relacionar estas presenças com as demandas levadas à Conferência? Aqui, vale lembrar também que, na IICNPPJ, se evidenciou um determinado “enquadramento semântico”, que inclui a dimensão religiosa na ótica do direito à diversidade (direito à diversidade religiosa).

Como e onde a religião aparece no documento base da IICNPPJ¹⁶? “Conquistar direitos e desenvolver o Brasil” foi a consigna desta Conferência. E os direitos da juventude foram organizados em cinco eixos: 1) Direito ao desenvolvimento integral (Trabalho, Educação, Cultura e Comunicação); 2) Direito ao território (Povos tradicionais, Jovens Rurais, Direito à Cidade, ao Transporte, ao Meio ambiente); 3) Direito à experimentação e qualidade de vida (saúde, esporte, lazer e tempo livre) 4) *Direito à diversidade* e vida segura (segurança, diversidade e direitos humanos) e 5) Direito à participação (grifos meus). A religião entra no item 4.

16 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. *Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos. Conquistar direitos, desenvolver o Brasil*, n. 79.

Para dar conta da articulação entre “diversidade religiosa” e “direitos”, várias (re)formulações têm sido feitas. Rodrigues e Freitas (2014) mostram como o tema da religião aparecia na primeira redação do documento-base da Conferência, no eixo 4, no subitem “Juventude, respeito à Diversidade e Direitos Humanos”:

“A juventude não pode ser discriminada de nenhuma forma, seja por sua etnia, cultura, origem nacional, orientação sexual, idioma, religião, opiniões políticas, aptidões físicas, condições sociais ou econômicas. Considerando como ponto de partida o respeito à diversidade, as políticas de Direitos Humanos devem contemplar seriamente a juventude em todas as suas dimensões”.

Em seguida, os mesmos autores informam como – após receber uma série de emendas – ficou o texto ao final da Conferência.

As/os jovens não podem ser discriminadas/os ou sofrer violência de qualquer natureza (física, verbal, simbólica e psicológica), ou ter seus direitos restringidos e/ou violados, seja por sua raça/cor, etnia, cultura, origem nacional ou regional, orientação sexual, gênero, identidade de gênero, deficiências, línguas, **crença e religião, ou sua ausência**, opinião política, aptidão física ou intelectual, condições sociais ou econômicas, ou pelo fato de serem pessoas pertencentes aos povos e comunidades tradicionais, adolescentes e jovens em restrição de liberdade e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas. É fundamental promover o reconhecimento e a valorização da diversidade, seja por meio de edição de normas ou de políticas públicas que tratem de temas como: saúde e direitos sexuais e reprodutivos **na perspectiva de direitos humanos, laicidade do Estado e diversidade religiosa (...)**¹⁷ (Grifos meus).

17 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. *Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos. Conquistar direitos, desenvolver o Brasil* (Documento base revisito), nº 85.

Esta emenda – direta ou indiretamente – reflete os resultados do Censo de 2010 e o próprio perfil religioso dos jovens delegados da IICNPPJ, onde se registra a existência de (um pequeno número) jovens ateus e agnósticos e o crescimento significativo dos jovens que “acreditam em Deus, mas não têm religião”. Rodrigues e Freitas (2014) analisam as frases incluídas:

“(…) é importante assinalar que há um novo enfoque no que diz respeito à diversidade religiosa: se na 1ª Conferência se falou em *respeito* à diversidade, nesta se afirma que ela precisa ser *reconhecida e valorizada*, mas que também não se pode discriminar aqueles que não professam alguma religião”. Assim, para que a laicidade do Estado brasileiro não seja comprometida, ‘a ausência de religião’ também deve ser contemplada e inserida na esfera dos direitos humanos e no âmbito da diversidade religiosa”.

Além disto, lembram os mesmos autores, a religião aparece também em outro eixo. Entre as propostas aprovadas no eixo “direito à diversidade e à vida segura”, uma delas refere-se a um Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa e à “representatividade da pluralidade”.

“Respeitar a Diversidade Religiosa, criando e efetivando um Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, a ser formulado por meio de debate entre poder público e sociedade civil, por suas diversas formas de interação, garantindo-se os princípios de equidade, a representatividade da pluralidade de religiões e crenças. Com isso, visa-se à efetivação dos princípios constitucionais de laicidade do Estado e de liberdade de consciência, culto e crença”¹⁸.

No mesmo sentido, é importante observar como se dá a relação entre juventude e religiosidade no âmbito do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). No mesmo artigo já citado, Rodrigues e Freitas (2014) oferecem significativas informações sobre a eleição de 2012 para o Conselho:

18 2ª Conferência Nacional de Juventude: propostas finais aprovadas. Eixo 4, proposta 6 (BRASIL, 2011).

“Em abril de 2012 foi realizada a segunda eleição de representantes da sociedade civil para o Conjuve, as vagas do segmento religioso foram preenchidas por: 1) Pastoral da Juventude (titular) e Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços (suplente); 2) Aliança Bíblica Universitária do Brasil – ABUB (titular) e Junta da Mocidade da Convenção Batista Brasileira – Jumoc (suplente). Para a vaga destinada à juventude de religiões de matriz africana foi eleita a Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – Acbantu (titular), e o Movimento Nacional Nação Bantu – Monobantu (suplente). A Pastoral da Juventude Rural passou a integrar o Conselho como suplente na cadeira de jovens rurais. As redes Fale e Reju são suplentes (com direito a rodízio) em cadeiras destinadas a Fóruns e Redes” (Rodrigues e Freitas, 2014).

Além disto, na referida eleição (abril de 2012), participaram também outras organizações identificadas com a temática religiosa, a saber: Obra Kolping do Brasil (inscrita pela cadeira de Movimento Comunitário de Moradia); União Marista do Brasil (inscrita pela cadeira de educação), Casa da Juventude Pe. Burnier (inscrita pela cadeira de Instituição de Pesquisa), Agentes de Pastorais Negros (inscritos pela cadeira de jovens negros e negras), Instituto Paulista de Juventude (inscrito pela cadeira de participação juvenil). Para disputar, estas entidades foram devidamente credenciadas, o que atesta o seu reconhecimento e sua atuação no campo das políticas públicas de juventude.

Em resumo, os movimentos, redes e grupos juvenis também se deparam com o desafio de articular o reconhecimento do pluralismo religioso e a laicidade do Estado. O “direito à diversidade” justifica a presença de jovens de diferentes grupos religiosos participando de Conselhos e Conferências de Políticas Públicas de Juventude, espaços de articulação entre Estado e Sociedade.

Neste sentido, pesquisas nacionais – com amostras representativas –, como é o caso da *Agenda Juventude Brasil*, são importantes para que

possamos fazer um diálogo entre as mudanças na vida da juventude brasileira e seus reflexos entre as “minorias ativas” que se fazem presentes em Conferências e Conselhos.

PARA CONCLUIR: REVER (OU REJUVENESCER) CONCEITOS, RECONHECER NOVOS TEMPOS E ATORES.

Para os jovens nascidos entre 15 e 29 atrás, os padrões de passagem da juventude para a idade adulta deixaram de ser lineares e previsíveis. Isto, sobretudo, porque os jovens de hoje experimentam múltiplas entradas e saídas no sistema educacional e no mutante mercado de trabalho. Além do mais, também a diminuição da transferência religiosa intergeracional e a dissociação entre vida sexual e casamento contribuem para modificar padrões de moralidade e para restringir o peso das autoridades religiosas na vida dos jovens.

Em décadas anteriores, tanto o conceito de “sincretismo” – visto aqui da ótica do encontro cultural produtivo – quanto a noção de “duplo pertencimento” (ser católico e umbandista, por exemplo) contribuíram para a compreensão das vivências e das estratégias de apresentação social da religião entre os brasileiros que se moviam em um campo religioso marcado pela hegemonia católica, reconhecida pela cultura e legitimada pelo Estado, como evidencia o calendário dos feriados oficiais.

Nos dias de hoje, no debate público, já não basta afirmar a noção de secularização como garantia do “Estado laico”. Espera-se que o Estado tenha capacidade para assegurar a expressão da diversidade de raça, de orientação sexual, do meio ambiente, das manifestações artísticas e de religiões.

Para esta geração, é preciso lembrar, ainda, que a circulação e as disputas em torno do reconhecimento da diversidade foram potencializadas pelas tecnologias de comunicação e informação (TICs). Uma inédita conjugação de espaços geográficos e eletrônicos contribui para que os jovens de hoje experimentem “novas maneiras de ser, novas cadeias de valores e novas sensibilidades sobre o tempo, o espaço e os acontecimentos culturais” (CASTELLS, 2006).

Certamente, existem evidentes desigualdades (nas quantidades e na qualidade) dos acessos dos jovens às TICs, como mostra a *Agenda Juventude Brasil*. Mas, ainda assim, o uso da internet e do celular entre jovens de diferentes classes sociais e religiões evidencia mudanças nas maneiras de “estar no mundo” e – para o que nos interessa neste artigo – contribui para a diminuição da transmissão intergeracional do catolicismo e influencia nas (re)escolhas e experimentações religiosas.

Enfim, para esta geração, novas (con)vivências de tempo e espaço também redefinem e diversificam as formas de vínculos religiosos (presenciais e virtuais). Os jovens de hoje conjugam marcas geracionais globais e locais; convivências e televivências; realidade contígua e *web*-realidade em todas as dimensões da vida social. Por que somente na dimensão religiosa seria diferente?

Da mesma forma que esta geração reinventa formas de participação política fora (e dentro) dos lugares usuais da política (sindicatos, partidos, movimentos organizados), sua “vida religiosa” precisa ser compreendida na intercessão entre territórios de pertencimentos e redes de comunicação. Contudo, reconhecer a ampliação de buscas e experimentações religiosas entre jovens não significa dizer que, para todos os jovens, as instituições religiosas tradicionais deixaram de constituir *locus* de agregação social, de doação de sentido para a vida e, ainda, de espaço motivador de ações e engajamentos sociais. Basta ver a presença de ativos grupos religiosos nas Conferências Nacionais de Juventude e no Conselho Nacional de Juventude (Conjuve).

Mas, hoje, o desafio – teórico e prático –, é compreender a presença dos jovens “sem religião” sem desembocar, obrigatoriamente, na lógica dos pertencimentos/rompimentos institucionais. Na atual condição juvenil, a ideia de “pertencimento” precisa ser repensada, pois os vínculos se fazem de outros modos e em outros contextos.

Assim, como demonstraram as informações obtidas na pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, ser (ou estar) “sem religião” significa algo bastante diferente do que se declarar ateu ou agnóstico no passado e no presente (em vários aspectos tratados no decorrer deste artigo). É neste contexto que se movem os “jovens sem religião”.

A diversidade religiosa tornou-se uma realidade nas múltiplas trajetórias juvenis. E, e tal realidade, “ser” (ou “estar”) “sem religião” se inscreve como uma nova posição possível no campo religioso. Pesquisas qualitativas têm demonstrado que declarar-se “sem religião” pode ser um ponto de partida, um interregno entre pertencimentos ou um ponto de chegada, onde se realizam sínteses pessoais combinando elementos de diferentes tradições religiosas e esotéricas (NOVAES, 2014).

Enfim, o que a pesquisa *Agenda Juventude Brasil* nos sugere é que é preciso mapear lógicas e arranjos que resultam em diferentes maneiras de “ser religioso” e “sem religião”, sem desembocar, obrigatoriamente, na lógica do pertencimento/não pertencimento institucional e sem construir explicações generalizantes nas quais não caibam múltiplas e simultâneas formas de combinar religiosidade e participação social (nos territórios e nas redes).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. (Coords.). *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006. 738p.

BRASIL. SNJ. *II Conferência Nacional de Juventude: propostas finais aprovadas*. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria Geral da Presidência da República, 2011. Disponível em: http://issuu.com/participatorio/docs/propostas_finais_da_ii_confer_ncia/1?e=12152407/10678960. Acesso em: 28/05/2015.

CASTELLS, M. et al. *Comunicación móvil y sociedad: una perspectiva global*. Barcelona: Editorial Ariel, 2006.

CASTRO, E. G. de. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria juventude rural*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2013.

FIORIN, N.; RODRIGUES, S. *Dossiê Censo 2010*. Grupos Religiosos. Notícias, análises e tabelas. Rio de Janeiro: Iser Assessoria, 2012.

FONSECA, A. B.; NOVAES, R. Juventudes brasileiras, religiões e religiosidade: uma primeira aproximação. In: ABRAMOVAY, M; RIBEIRO A., E., ESTEVES, L. C. G. (Orgs.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, UNESCO, 2007. 342 p. (Coleção Educação para todos; 27).

IBASE/PÓLIS (Orgs.). *Sociedades sul-americanas: o que dizem jovens e adultos sobre as juventudes*. Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, Cidpa, 2009. 322 p.

INSTITUTO CIDADANIA. *Perfil da Juventude Brasileira*. Projeto Juventude. Pesquisa de opinião pública. São Paulo: Instituto Cidadania, 2003. Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/perfil_juventude_brasileira%282%29.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2014.

MAFRA, C. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MENEZES, Renata. Censo 2010, fotografia panorâmica da vida nacional. Entrevista concedida a Thamiris Magalhães. *IHU On-Line. Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, N. 400, Ano XII, 27 ago. 2012. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4588&secao=400. Acesso em: 20 de abril de 2014.

NOVAES, Regina R. Em nome da diversidade. Notas sobre novas modulações entre religiosidade e laicidade. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, número 60, ano 33, 2014.

_____. Juventudes, percepções e comportamento: a religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. *Os escolhidos de Deus*. Trabalhadores, pentecostais e cidadania. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

_____. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____; RIBEIRO A., Eliane (Orgs.). *Livro das Juventude Sul-Americanas*. Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, 2010. 160p.

_____; VANUCCI, P. (Orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2004.

RIBEIRO A., Eliane; PINHEIRO, Diógenes; ESTEVES, Luiz Carlos G. (Orgs.). *Juventude em perspectiva: múltiplos enfoques*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014.

_____; SOUZA, Luiz Carlos de. Notas sobre perfil, participação política e percepções dos delegados da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. In: RIBEIRO A., Eliane; PINHEIRO, Diógenes; ESTEVES, Luiz Carlos G. (Orgs.). *Juventude em perspectiva: múltiplos enfoques*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014.

RODRIGUES, S.; FREITAS, F. Religião e juventude na arena das políticas no Brasil. In: RIBEIRO A., Eliane; PINHEIRO, Diógenes; ESTEVES, Luiz Carlos G. (Orgs.). *Juventude em perspectiva: múltiplos enfoques*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014.

REGINA NOVAES é antropóloga, mestre pela UFRJ e doutora pela USP. Foi professora da UFRJ e presidente do Conjuve (2005/2007). Atualmente é pesquisadora do CNPq e pesquisadora visitante do Programa de Pós Graduação em Educação da UNIRIO (linha juventude e políticas públicas). Nos últimos anos tem feito assessoria para a UNESCO, PNUD e outros organismos governamentais e não governamentais em temas relacionadas às políticas públicas de juventude.



Juventude e participação

anna luiza salles soutu

Este artigo destaca alguns resultados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, mais especificamente aqueles que revelam o posicionamento dos/as jovens frente à política e às distintas formas de atuação na esfera pública, enfatizando valores e percepções que embasam e, de certa forma, explicam as “apostas políticas” dessa geração.

Longe de dar conta da riqueza dos dados levantados, a intenção é iluminar aspectos que dialogam com a construção da democracia brasileira e com os desafios que se apresentam nesse processo, parte deles explicitados nas mobilizações de junho de 2013. Impossível falar sobre juventude e política sem se referir a esse fato, sem dúvida um marco que parece ter arrefecido as vozes daqueles que, ao olhar a juventude com lentes distorcidas, apregoavam a sua apatia e seu desinteresse pela política.

Tomando emprestada a metáfora do jogo de espelhos, utilizada por Regina Novaes (2007), ao discorrer sobre as relações entre juventude e sociedade, em que medida as opiniões dos jovens aqui abordadas podem ser vistas como *espelho agigantador* das conquistas e dos dilemas da nossa democracia?

Os resultados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* reforçam aspectos apontados em outros *surveys*, ao mesmo tempo em que revelam novas e desafiantes questões sobre o tema em foco, acentuando traços de uma geração de jovens que, por meios diversos, buscam se afirmar como sujeitos de direitos. Sempre que possível e pertinente, buscamos cotejar os dados ora levantados com os de outras pesquisas feitas junto a esse segmento e

realizadas em âmbito nacional. Considerando o recorte analítico aqui proposto, serão privilegiadas as variáveis escolaridade, renda e idade, todas elas, em graus variados, tendo se apresentado com maior incidência nas temáticas aqui abordadas.

Mais escolarizados, menos católicos, mais urbanos e autodeclarando-se menos brancos, esses jovens, nascidos pós-campanha das Diretas Já, cresceram no contexto da redemocratização do país e de vigência dos requisitos básicos do sistema democrático. Mais ainda, a maioria deles compartilha a experiência de ter vivido boa parte de suas vidas e/ou de ter se tornado cientes de questões relativas à vida política do país no decorrer do período em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do governo federal. Nunca é demais demarcar a conjuntura histórica vivida pela nova geração, de modo a contextualizar e melhor apreender os dados relativos à sua percepção sobre o país, sobre as formas de atuação política e os desafios que se colocam para o Brasil.

Nesse contexto, chama atenção o empoderamento social da juventude nos últimos 10 anos. Comparativamente à pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira* (INSTITUTO CIDADANIA, 2003), cresceu o percentual daqueles que acreditam que os jovens podem mudar o mundo. Em 2003, eram 84% os entrevistados que compartilhavam essa opinião e, em 2013, chegam a 90% os que se posicionam nessa mesma direção, sendo que 69% deles creem que podem mudar muito o mundo (12 pontos percentuais a mais do que em 2003, quando o índice atingiu 57%). Idade, escolaridade e renda são variáveis que impactam o grau de otimismo quanto ao potencial da juventude, sendo os mais jovens, os mais escolarizados e os de maior renda familiar *per capita* aqueles que mais creem na capacidade dos jovens de mudar muito o mundo¹.

1 No que se refere à idade: 71% dos jovens de 15-17 anos; 70% dos de 18-24 anos e 66% daqueles entre 25-29 anos acreditam na capacidade dos jovens de mudarem muito o mundo. Quanto à escolaridade: 72% dos entrevistados com ensino médio completo/superior ou mais; 67% com ensino fundamental completo/médio incompleto e 65% com fundamental incompleto. No que concerne à renda: 76% dos jovens classificados como de alta renda familiar *per capita*; 67% dos jovens de estratos médios e 69% dos de estratos de renda baixa compartilham essa mesma opinião.

Os dados da pesquisa não se prestam a análises conclusivas sobre esse fenômeno, mas é possível aventar algumas hipóteses. Até que ponto a elevação do grau de escolaridade da nova geração explica, ao menos em parte, essa oscilação? As políticas de juventude, implementadas em diferentes âmbitos da federação, contribuíram para o aumento da autoconfiança dos jovens no seu potencial de transformar a realidade? Ou ainda: a vivência em uma conjuntura de respeito (ainda que não plenamente) às liberdades democráticas responde, em algum grau, pelo maior otimismo da juventude com relação à sua capacidade de mudar o mundo? As respostas a essas questões ficam em aberto, mas a maior aposta dos jovens na força de sua atuação figura como um traço diferencial em relação a seus pares da década anterior, visível a partir de comparações longitudinais. Em 2003, 57% dos jovens de 15 a 24 anos consideravam que podiam mudar muito o mundo, percentual que, em 2013, atinge 71% entre esse mesmo segmento etário. Sob outra ótica, 59% daqueles então com 15 a 19 anos de idade compartilhavam essa opinião e, 10 anos depois, 66% dos jovens dessa coorte (agora com 25 a 29 anos) manifestam-se nessa mesma direção.

Mais autoconfiante no seu potencial de impulsionar mudanças na realidade social, a maioria dos jovens segue reconhecendo a importância da política: 53% deles apontam que a política é muito importante, 29% consideram-na mais ou menos importante e 17% acham que a política não é nada importante. Esse posicionamento permanece mais ou menos igual ao registrado pela pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, cujos percentuais foram, respectivamente, 54%, 33% e 11%. O valor atribuído à política cresce conforme aumenta a renda e a escolaridade. Vale destacar que, passada uma década, houve um aumento de seis pontos percentuais entre aqueles que não atribuem importância à política. Esse subgrupo é composto, em sua maior parte, por jovens de renda familiar *per capita* baixa e, sobretudo, de menor grau de escolaridade².

2 Consideram a política nada importante 28% dos jovens com ensino fundamental incompleto, 18% com fundamental completo/médio incompleto e 11% médio completo/superior ou mais. Compartilham essa mesma opinião 19% dos jovens de estratos de renda baixa, 17% dos de estratos médios e 12% dos de alta renda familiar *per capita*.

A importância atribuída à política se faz acompanhar e é reforçada pela posse de título de eleitor: 79% dos entrevistados têm tal documento, sendo que 54 % deles o obtiveram antes dos 18 anos. A pesquisa também apurou que 11% dos que não tinham título pretendiam tirar antes da idade obrigatória. Esses dados apontam para o fato de que é elevada a proporção de jovens que se habilitaram ou manifestaram intenção de se habilitar a votar antes dos 18 anos. São cerca de 2/3 deles, o que sinaliza o grau de importância atribuído ao voto. No entanto, chama a atenção o fato de que apenas 11% dos jovens que não tinham título eleitoral tenham manifestado desejo de se credenciar como eleitores. Mesmo considerando que haja jovens de 15 a 17 anos incluídos entre os 54% que tiraram título antes dos 18 anos, são fortes os indicativos de que os segmentos etários já maiores de idade (18 a 29 anos) se mostravam, comparativamente, mais mobilizados para o exercício do direito ao voto antes da idade obrigatória. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmam essa tendência e revelam uma queda do contingente de jovens “eleitores voluntários” de 2010 para 2014³. Como o alistamento facultativo sofre oscilações a cada processo eleitoral, havendo tendência de maior mobilização em eleições municipais, tomamos como referência o número de eleitores de 16 e 17 anos aptos a votar nos pleitos presidenciais recentes (dados referentes ao mês junho, 2014).

Tabela 1 . Evolução da participação de eleitores de 16 e 17 anos sobre o total de eleitores do país (2000 – 2014)

ANO	Eleitores 16 e 17 anos	% sobre o total de eleitores do país
2.000	3.156.935	2,88
2.002	2.217.948	1,92
2.004	3.659.265	3,01
2.006	2.556.391	2,03

3 Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Ver em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>.

2.008	2.922.538	2,24
2.010	2.857.966	2,11
2.012	3.337.720	2,37
2.014	2.181.096	1,52

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>).

Longe de indicar um eventual “descaso” com a política e/ou com os rumos do país, a diminuição do ritmo do alistamento eleitoral dos jovens de 16 e 17 anos deve ser lida à luz das demais formas de exercício da política contempladas por essa geração, uma delas acionada em junho de 2013.

É notável a incidência dos fatores escolaridade e renda na opinião sobre muitos dos temas aqui abordados, inclusive na questão acima, em que se verifica maior a proporção de jovens de renda e grau de instrução elevados com título de eleitor⁴. Desde já, vale ressaltar que tais variáveis produzem inflexões significativas no rol de percepções acerca da política, mas seu impacto não se faz numa única e mesma direção. Por exemplo, os jovens mais escolarizados não apresentam necessariamente posicionamentos de cunho mais progressista ou mais conservador. Retomaremos essa discussão mais adiante, mas cabe aqui esse alerta, com o intuito de evitar associações precipitadas entre maior escolaridade e maior adesão a valores democráticos ou a comportamentos mais cidadãos.

Os dados levantados desafiam-nos a compreender certos posicionamentos que expressam multidimensões da relação dos jovens com a política. Assim, o valor atribuído à política não se traduz, necessariamente, em maior engajamento em assuntos públicos. Aproximadamente quatro em cada dez jovens (39%) dizem não gostar nem se envolver com a política e 19% consideram que a política deve ficar a cargo de pessoas mais competentes. São

4 Jovens com Título Eleitoral - Renda: estratos altos =91%; estratos médios =81%; estratos baixos =77%. Escolaridade: Fundamental Incompleto =72%; Fundamental Completo/Médio Incompleto = 60%; Médio Completo/Superior ou mais = 96%.

33% os que afirmam que não costumam participar, mas se interessam e 8% os que se autodeclararam politicamente participantes, totalizando 41% dos jovens com algum grau de envolvimento com a política. Novamente, as variáveis escolaridade, renda e, em menor grau, idade incidem nas opiniões. São os mais velhos, os mais escolarizados e os pertencentes a estratos de alta renda *per capita* os que se mostram mais envolvidos com a política⁵. A título de exemplo, consideram-se politicamente participantes 7% dos jovens de baixa renda e 15% dos situados no segmento de renda *per capita* alta; não gostam nem se envolvem com a política 42% e 28%, respectivamente. Não costumam participar, mas se interessam por política 28% dos jovens de estratos de renda baixa e 42% dos mais ricos.

Além disso, os resultados do levantamento também apontam que os jovens valorizam diferentes formas de atuação política, para além do voto, renunciando a força das ações diretas junto a esse segmento, expressa nas manifestações de junho 2013, ocorridas menos de um mês após o término da coleta dos dados de pesquisa.

Quando solicitados a identificar quais as formas de atuação política mais eficazes para melhorar o país (listadas pela pesquisa), 45% dos entrevistados assinalam a participação em mobilizações de rua e ações diretas; 44% a atuação em associações ou coletivos que se organizam por alguma causa; 35% a atuação em conselhos, conferências, audiências públicas ou outros canais de participação desse tipo; 33% apontam a atuação pela internet opinando sobre assuntos importantes ou cobrando os políticos e governantes e

5 Consideram-se politicamente participantes. No que se refere à Idade: 15-17 anos = 5%; 18-24 anos = 9%; 25-29 anos = 10%. Renda: estratos altos = 15%; estratos médios = 8%; estratos baixos = 7%. Escolaridade: Fundamental Incompleto = 4%; Fundamental Completo/Médio Incompleto = 6%; Médio Completo/Superior ou mais = 12%. Não costumo participar, mas me interesso por política. Idade: 15-17 anos = 23%; 18-24 anos = 35%; 25-29 anos = 37%. Renda: estratos altos = 42%; estratos médios = 36%; estratos baixos = 28%. Escolaridade: Fundamental Incompleto = 19%; Fundamental Completo/Médio Incompleto = 27%; Médio Completo/Superior ou mais = 44%. Não gosto de política/não me envolvo. Idade: 15-17 anos = 45%; 18-24 anos = 37%; 25-29 anos = 37%. Renda: estratos altos = 28%; estratos médios = 38%; estratos baixos = 42%. Escolaridade: Fundamental Incompleto = 53%; Fundamental Completo/Médio Incompleto = 43%; Médio Completo/Superior ou mais = 29%.

30% a atuação em partidos políticos. É interessante verificar que, à exceção dos partidos políticos, esses índices pouco diferem dos apresentados pela pesquisa sobre Estratos Sociais Emergentes e Cultura Política, realizada pela Fundação Perseu Abramo em agosto de 2012⁶ junto à população brasileira com 16 anos de idade e mais. Naquele estudo, os percentuais relativos às quatro primeiras alternativas são, respectivamente, 46%, 43%, 36%, 30%. No caso específico dos partidos políticos, são 18% os que aderem a essa opção, índice bem inferior aos 30% de jovens entrevistados no *survey Agenda Juventude Brasil*, que incluem essa forma de atuação entre as duas mais potentes para se alcançar as mudanças que se quer para o país.

De imediato, a comparação entre os resultados de ambos os estudos parece colocar em xeque duas premissas do senso comum: a maior aposta da juventude em formas virtuais/digitais de incidência política e o descarte “*tout court*”/sem mais dos partidos políticos como institucionalidade do jogo democrático. Quanto ao primeiro caso, é inegável que as novas tecnologias de informação e comunicação imprimiram mudanças profundas em várias dimensões da vida, ampliando consideravelmente as possibilidades de conexão e interatividade entre pessoas e/ou grupos sociais. Sabemos também que os jovens são assíduos usuários da rede⁷ e, como evidenciado nas mobilizações juvenis que se espalharam pelo país e pelo mundo, acionaram-na para convocar seus pares e demais segmentos sociais a se somar em atos públicos de diversas naturezas. Nesse contexto, chama a atenção a tendência, manifesta na pesquisa, de os jovens identificarem a atuação via internet como uma forma de ação política relativamente menos eficaz, frente às demais avaliadas. Uma hipótese plausível é que essa alternativa, tal como formulada (opinar sobre temas importantes ou cobrar políticos), se “fragiliza”, na medida em que remete a uma ação de caráter meramente individual. Assim, a maior aposta

6 Pesquisa *Estratos Sociais Emergentes e Cultura Política*. Núcleo de Estudos e Opinião Pública, Fundação Perseu Abramo, 2012.

7 A pesquisa *Agenda Juventude Brasil* indica que 78% dos jovens usam computador e/ou internet, sendo a grande maioria usuária de ambos (73%); 88% deles declaram ter celular.

da juventude na força da ação coletiva explicaria o menor apoio à atuação via internet (tal qual proposto) e, igualmente, a maior adesão às opções “mobilizações de rua” e “atuação em coletivos e movimentos sociais” como motor de transformações sociais. A hipótese aqui aventada, certamente, merece ser aprofundada, por meio de estudos qualitativos, de modo a melhor se compreender o perfil político da nova geração.

Os resultados da pesquisa acima apresentados são, por si só, reveladores da valoração da Política (com P maiúsculo) por boa parte da juventude brasileira. No entanto, o reconhecimento da importância da política e a valorização de diferentes formas de participação não revertem em uma atuação efetiva nas distintas frentes apresentadas. E aqui reside o desafio de se avançar na reflexão sobre esse descompasso, às vezes mais agudo e explícito, outras mais matizado, o que demanda cuidado na sua leitura. No caso dos partidos políticos, por exemplo, o descompasso mostra-se significativo: 30% dos jovens incluem essa alternativa entre as duas mais eficazes para se conquistar as melhorias almejadas para o país, mas 88% deles descartam o engajamento nessas organizações. Uma das explicações possíveis é que os jovens reconhecem a importância da institucionalidade partidária, ao mesmo tempo em que questionam as práticas exercidas por essas agremiações e pelos seus representantes nos Legislativos municipais, estaduais e federal.

Vale dizer que o fato dos partidos serem identificados como um canal de ação política capaz de operar as mudanças desejadas para o país representa um ganho para a democracia brasileira e um indicador de maturidade política da nova geração. Chama a atenção o fato de que os partidos políticos tenham sido citados em maior proporção por jovens dos estratos de renda baixa e por aqueles com menor grau de escolaridade. São eles que, em maior medida, incluem essa alternativa entre as duas formas de atuação que mais ajudam a mudar o país⁸. No momento, não temos elementos para

8 Os partidos políticos foram citados por 34% dos jovens de estratos de renda baixa; 28% dos de renda média e 25% daqueles pertencentes aos segmentos de alta renda familiar *per capita*. Da mesma forma, são 33% dos jovens com ensino fundamental incompleto; 34% com fundamental completo/médio incompleto e 26% dos jovens com ensino médio completo/superior ou mais; 32% dos jovens de 15 a 17 anos; 30% daqueles com 18 a 24 anos; 27% do segmento com idade entre 25 e 29 anos.

melhor entender as razões que movem esse segmento a optar com maior ênfase pelos partidos políticos. De todo modo, com base nos dados aqui abordados, cabe considerar que cerca de 1/3 dos jovens tendem a distinguir a “instituição partidos políticos” do seu desempenho concreto no cenário nacional. Com esse mesmo enfoque, e corroborando a leitura aqui exposta, pesquisa do Latinobarómetro 2011⁹ revela que 50% dos entrevistados brasileiros de idades entre 16 e 25 anos concordavam com a afirmativa de que “não pode haver democracia sem um Congresso Nacional”¹⁰ e que 45% do mesmo segmento etário apontavam que “não pode haver democracia sem partidos políticos”¹¹.

É visível, entretanto, a distância entre “reconhecer” o valor dessas instituições e “aderir” a elas. É bastante elevado o percentual dos jovens que rechaçam se engajar em partidos, índice que, de certa forma, mostra-se estável ao longo dos últimos 10 anos. A pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira* (2003) registra 84% de jovens que nunca participaram de partidos nem gostariam de fazê-lo. Da mesma forma, o projeto *Juventudes Sul-americanas* (2008) aponta 83,7% dos jovens brasileiros refratários à participação em partidos políticos¹². Esse posicionamento crítico também se expressa na pesquisa feita junto aos participantes da 1ª Conferência Nacional de Juventude (abril de 2008), que, entre outros achados, revela que “ainda que grande parte dos participantes fosse filiada a partidos políticos” as instituições e entidades em que eles menos confiavam eram os partidos políticos (37,5%) (ABRAMOVAY; CASTRO, 2009).

9 Ver em: <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>.

10 Concordavam com a frase 50% dos entrevistados brasileiros de idades entre 16 e 25 anos; 46,5% entre 26 e 40 anos; 42,8% dos de 41-60 anos e 40,7% dos entrevistados de 61 anos ou mais. Total: 45,3% dos entrevistados concordavam e 36% apoiavam a ideia de que “a democracia pode funcionar sem Congresso Nacional”.

11 Concordavam com a frase: 45% dos entrevistados brasileiros de 16 a 25 anos; 45,1% entre 26 e 40 anos; 39% dos de 41 a 60 anos e 43,6% dos entrevistados de 61 anos e mais.

12 É visível, igualmente, a queda do percentual de jovens que manifestam desejo de participar de partidos. São 12% em 2003 (*Perfil da Juventude Brasileira*), 13,8% em 2008 (*Juventudes Sul-americanas*) e 8% em 2013 (*Agenda Juventude Brasil*).

Como sabemos, essa atitude não destoa do que ocorre entre os demais segmentos da população. Diversos estudos revelam o elevado grau de desconfiança dos brasileiros com relação aos partidos políticos. O *survey* do Latinobarómetro já citado e os levantamentos sobre a confiança dos brasileiros nas instituições democráticas (MOISÉS; MENEGUELLO, 2013) ratificam o posicionamento crítico da população frente aos partidos. As críticas ao Congresso Nacional, expressas com contundência nas mobilizações de junho 2013, por meio do reclamo “você não nos representam!”, engrossam esse coro e dão a dimensão dos desafios que se colocam para o aprimoramento da democracia brasileira.

Os achados da pesquisa iluminam questões que dialogam com o sistema de representação política vigente no país e, mais especificamente, com a construção da democracia participativa e a configuração da participação cidadã nas decisões sobre as políticas públicas.

Como vimos, a ação direta e a atuação em organizações e coletivos que defendem uma causa, apoiada por cerca de 45% dos jovens; e, em menor medida (em torno de 34%), a participação em instâncias institucionais ou via internet, opinando e cobrando governantes, são, em graus distintos, reconhecidas como eficazes para o alcance das transformações desejadas para o Brasil. A alternativa “nenhuma delas ou nada pode ser feito” foi praticamente desprezada, sendo selecionada por apenas 3% dos jovens. O valor atribuído a distintas formas de exercício da política, para além do voto, abrange a expectativa de que as várias modalidades de participação apresentadas impactem as decisões sobre as políticas.

O posicionamento dos jovens sobre os espaços de participação reforça o papel central da democracia participativa na construção democrática brasileira e, enquanto tal, coincide com as reflexões desenvolvidas no âmbito do projeto “Arquitetura da Participação – avanços e desafios da democracia participativa: renovando as utopias”, coordenado pelo Instituto PÓLIS, em parceria com o INESC (SOUTO; PAZ et al, 2012). Nesse estudo, buscou-se refletir sobre “os sentidos ao redor da utopia participativa em contextos distintos da recente construção democrática brasileira” (década de 1980 – pré-Constituição de 1988 – e em período de participação institucionalmente consolidada). Ao fazer um balanço da participação, boa parte dos atores

que investiram e se engajaram historicamente nessa construção mostrou um desencanto com o alcance dos seus resultados. A fala de um dos entrevistados é emblemática de um dos entraves apontados: “*Avalio que além dos conselhos, a sociedade civil não pode se esquecer de outro elemento que é a praça pública. (...) Infelizmente, durante o governo Lula, [a gente] se esqueceu da praça pública. Não foi mais lá. Achou que estava tudo feito, estava tudo pronto*” (p. 36). Segundo o estudo, “A ideia de que a democracia participativa passa, ou melhor, deve passar por “espaços” não institucionais vem sendo recolocada no horizonte desses atores” (p.36). Conclui apontando para o fato de que tal desencanto “é parcial e não leva a um abandono da democracia participativa; leva, antes, a uma resignificação do horizonte utópico vislumbrado por esses atores” (p. 9). Pode-se dizer, então, que os dados da *Agenda Juventude Brasil* aqui apresentados – sobretudo os que expressam a aposta dos jovens em mobilizações de rua e ação direta – se alinham às expectativas de que a democracia participativa avance em suas diversas frentes de ação, de modo a intensificar a incidência da cidadania nas políticas e nos rumos do país. Mais do que isso, atestam o potencial da nova geração para fortalecer o papel estratégico da democracia participativa na universalização de direitos e no controle público do Estado.

É, portanto, salutar e animador o posicionamento dos jovens frente a distintas formas de atuação política. O desafio é fortalecer esses canais de participação, aumentar o seu grau de efetividade nos processos de tomada de decisões e, assim, impulsionar os avanços necessários à radicalização da democracia no Brasil.

Ao avaliar o grau de associativismo juvenil, novamente nos deparamos com o descompasso entre valor atribuído e engajamento em uma determinada frente de ação. Dos entrevistados, 44% incluem a atuação em associações e coletivos como um dos meios de incidir positivamente no alcance do Brasil desejado, mas apenas poucas organizações chegam a índices de participação atual ou pregressa de alguma monta: grupo religioso que se reúne para ações assistenciais ou políticas (19%); clube, associação esportiva, recreativa ou de lazer (18%); associação estudantil, grêmio ou centro acadêmico (17%) e grupo artístico e cultural (15%).

Gráfico 1 . Participação em associações e entidades – amostra A e C – estimulada



Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil, 2013.

Apesar dos baixos índices de adesão aos coletivos observados no Gráfico 1, quando somados os dados relativos à participação juvenil, vemos que, no total, 45% dos entrevistados disseram participar ou já ter participado de,

pelo menos, um dos grupos listados (participação atual alcançando 20% e pgressa 25%), o que sugere um grau significativo de experimentação em processos coletivos, a maioria deles vinculados a defesa de direitos. É notável o maior grau de participação anterior do que na atualidade, tendência já captada pelas pesquisas *Perfil da Juventude Brasileira* (2003) e *Juventudes Sul-americanas* (ABRAMO; SOUTO, 2009). Como sabemos, os jovens apresentam trajetórias de vida não lineares, inclusive no campo da participação. Assim, entrar e sair de grupos e coletivos parece ser uma prática usual, inscrita no âmbito das múltiplas experimentações típicas dessa fase da vida. Há, portanto, um substrato/histórico importante de participação, no geral invisibilizado, mas de grande valia, se pensado como um conjunto de experimentos formativos que possibilitam novas e múltiplas interações sociais, o que amplia o universo referencial que baliza o posicionamento e/ou o agir político. Daí ser importante considerar não só o grau de participação atual, mas também a passada, de modo a melhor aferir a dinâmica associativa da juventude atual. E os dados da pesquisa mostram, nesse caso, um percentual de participação não desprezível.

É significativo que, entre os 55% que afirmam nunca ter participado desses grupos e/ou movimentos sociais, 39% mencionarem que gostariam de participar de algum dos coletivos listados pela pesquisa. São 15% os que dizem nunca ter participado nem que gostariam de fazê-lo, percentual similar aos 17% que afirmam que a política não é nada importante. Há, portanto, um potencial de participação que talvez não encontre eco nos coletivos e institucionalidades existentes. Em outras palavras, é notável a proporção de jovens que manifestam desejo de participação, mas, no geral, as entidades e os movimentos sociais listados na pesquisa parecem ser pouco atraentes. Tudo indica que as questões abordadas por esses coletivos sensibilizam, mas talvez o seu *modus operandi* não corresponda ao tipo de engajamento almejado pela nova geração.

Vale aqui destacar algumas distinções que ajudam a dimensionar os desafios que se apresentam para o fortalecimento da participação social da juventude. Por um lado, o grupo de jovens que afirma não participar nem

desejar fazê-lo (15%) é composto, em maior medida, por segmentos de mais baixa renda e grau de escolaridade¹³ (perfil similar ao dos que consideram que a política não é nada importante). Por outro, tal como já registrado por outros estudos, o segmento dos jovens participantes (participação atual ou anterior) inclui, em maior proporção, os setores de maior renda e de maior grau de escolaridade¹⁴. Se isso não é novidade, chama a atenção o fato de que são os jovens de baixa e média renda os que manifestam, em maior proporção que os mais ricos, o desejo de participar¹⁵.

Ainda que a maioria dos entrevistados (55%) tenha afirmado que nunca participou das associações e entidades apresentadas, é significativo o percentual daqueles atuantes no presente ou no passado e dos que gostariam de participar de um dos coletivos elencados (84% dos respondentes). Uma das motivações que parecem impulsionar o desejo de participação é a defesa de direitos, tema que vem ganhando crescente espaço na agenda da juventude. São fortes os indícios nessa direção. Chama a atenção o fato de 40% dos jovens terem manifestado o desejo de participar de entidades e/ou movimentos ligados a saúde, moradia, educação e transporte, sinalizando a sensibilidade dos jovens frente a essas temáticas e o potencial de adesão a essas bandeiras de luta, que, à exceção da moradia, ganharam as ruas em junho 2013. Vale assinalar que, frente a uma lista de temas, “melhorar a saúde da população” e “melhorar a educação no país” ocupam o topo dos desafios do país apontados pelos jovens entrevistados, com 99% e 98% das menções, respectivamente, seguidos de perto por “reduzir o desemprego”,

13 Não participam, nem gostariam. No que toca à Renda: 18% dos segmentos de baixa renda familiar *per capita*; 14% dos de renda média e 10% dos jovens de estratos de renda *per capita* alta. Escolaridade: 24% dos jovens com Ensino Fundamental Incompleto; 14% dos com Fundamental Completo/Médio Incompleto e 13% Médio Completo/ Superior ou mais.

14 Jovens com experiência de participação. Renda: 58% pertencentes a estratos de renda familiar *per capita* alta; 46% dos de renda média e 40% dos segmentos de baixa renda. Escolaridade: 51% dos jovens com Ensino Médio completo/Superior ou mais; 43% dos com Fundamental Completo/Médio Incompleto e 35% daqueles com Ensino Fundamental Incompleto.

15 Não participa, mas gostaria de participar. Renda: 42% dos jovens de baixa renda familiar *per capita*; 39% dos de renda média e 32% daqueles dos estratos altos.

com 95%, e “aumentar o respeito pelos direitos humanos” com 90%. A desigualdade social, apontada como terceiro problema do país, com 42% de menções, e sétimo desafio a ser enfrentado pelo Brasil (82% de citações), parece compor o pano de fundo que alimenta e instiga os jovens a atuarem na defesa dos seus direitos. A maior sensibilidade da juventude frente às disparidades sociais apareceu como um traço distintivo entre os segmentos adulto e juvenil, registrado pela pesquisa *Juventudes Sul-americanas*.

Ao avaliar o que há de mais positivo no Brasil (entre as alternativas propostas), novamente questões do mundo da política têm destaque. As possibilidades de estudo aparecem em primeiro lugar (62%), seguidas por liberdade de expressão (54%), estabilidade econômica (45%) e ter democracia (45%). Frente a essas positivities, o acesso maior ao consumo tende a ficar num patamar abaixo, atingindo 37%, e as políticas sociais 33%, que, não por acaso, são valorizadas em maior proporção pelos estratos de renda baixa e de menor escolaridade. Interessante notar que a menção a “ter democracia” não sofre oscilações a partir do recorte escolaridade e renda, e a “impermeabilidade” a essas variáveis sugere que esse valor, ainda que não generalizado, é uma constante junto à juventude. Apenas a variável idade incide nas opiniões que enfatizam a importância da democracia, sendo que a adesão a essa alternativa cresce conforme aumenta a faixa etária.

A valorização da liberdade de expressão e da democracia por uma geração que não vivenciou o período autoritário é um sinalizador positivo do potencial de engajamento da juventude nos processos de construção democrática.

Da mesma forma, ao analisarmos valores considerados fundamentais pelos jovens, o respeito às diferenças (39%), a igualdade de oportunidades (32%), a solidariedade (27%) e a justiça social (20%) denotam o grau de apreço por quesitos caros à democracia. Ao cotejar esses dados com os da pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, verifica-se que o “respeito às diferenças” aumentou oito pontos percentuais entre os segmentos de 15 a 24 anos na última década (passando de 34% a 42%), mantendo-se estável na coorte 15 a 19 anos, que, em 2013, se situa entre os 25 e 29 anos de idade (oscilando de 35% a 32%, respectivamente). No que toca à “igualdade de oportunidades”, verifica-se a crescente importância atribuída a

esse valor entre os jovens de 25 a 29 anos de idade (35%), se comparado aos então com 15 a 19 anos em 2003 (27%), mantendo-se relativamente estável nos segmentos com idades entre 15 e 24 anos em ambos os períodos (28% em 2003 e 32% em 2013). É possível que a maior adesão a esses valores decorra de políticas afirmativas voltadas ao enfrentamento das discriminações (raciais, de gênero, opção sexual etc.) que persistem na sociedade brasileira. É animador constatar o aumento da importância atribuída ao “respeito às diferenças” entre o segmento mais jovem, mas é igualmente visível o quanto temos que avançar para que esse princípio se consagre na sociedade e impulse a erradicação das discriminações, um perverso traço cultural do país.

Por fim, na contramão das percepções e opiniões acerca do mundo da política, quando perguntados sobre qual o fator mais importante para a sua vida hoje; para a garantia do cumprimento dos direitos e para a melhoria de vida, as menções ao apoio da família e ao esforço individual são preponderantes, comparativamente às políticas de governo. Estas foram apontadas como fator primordial para a garantia de direitos por 46% dos entrevistados, seguida por 31% de citações ao esforço pessoal. Já ao responderem sobre o fator mais importante para a sua vida hoje, 75% dos entrevistados referem-se ao apoio da família, seguido por 69% de menções ao esforço individual. Quanto à melhoria de vida, são 68% os que citaram o esforço pessoal, seguido de 40% de referências ao apoio familiar.

É notável que as políticas de governo estejam associadas à garantia de direitos, mas chama a atenção que menos da metade dos entrevistados façam essa conexão e que elas não sejam relacionadas, em alguma medida, às demais dimensões em foco. Faz-se evidente, entre os jovens, a dissociação entre políticas públicas e condições de vida atuais ou futuras. A ênfase dada ao esforço pessoal sinaliza a prevalência do ideário da meritocracia que o neoliberalismo acirrou e erigiu como critério de referência para a conquista de uma vida melhor. E isso remete a questões inscritas no campo da cultura política, da disputa em torno do tamanho e do papel do Estado na redução das desigualdades e na equalização das oportunidades de pleno desenvolvimento de todos os cidadãos.

Os dados gerais aqui apresentados revelam o posicionamento das juventudes frente à política e a formas de participação que, de certo modo, se explicitaram nas manifestações de junho 2013¹⁶. Os resultados expressam as apostas políticas e a configuração da participação juvenil, delineando tendências que, somadas a outras características e opiniões captadas pela pesquisa, ajudam a compor o perfil da juventude atual.

Com elevada crença no seu potencial de mudar o Brasil, os jovens prezam as conquistas democráticas e distintas formas de atuação política para além do voto, sinalizando o vigor de uma geração que, disposta a atuar em prol das melhorias desejadas, contempla novas formas de exercício da política. Condizente com os resultados da pesquisa, entre as formas de ação política consideradas eficazes, em junho de 2013, os jovens optaram pela ação direta para dar visibilidade a suas bandeiras de luta e tensionar a classe política, exigindo mais e melhores políticas, mais participação, mais democracia.

Francisco Weffort, em seu livro “Por que Democracia”, alerta que “para quem quer realmente mudar a sociedade, o caminho é mais participação, ou seja, mais democracia, e não menos” (WEFFORT, 1984, p. 113). E os resultados aqui expressos corroboram esse postulado.

O valor atribuído ao regime democrático pelos jovens se alinha à crescente adesão dos brasileiros à democracia e a reforça, como se registra em vários levantamentos sobre o tema¹⁷. Essa maior adesão é relevante e positiva, mas insuficiente para promover o aprofundamento da democracia brasileira.

A construção democrática é um processo marcado por disputas em torno do seu significado e as percepções e os posicionamentos dos jovens acerca de questões aqui em foco se inscrevem nesse campo de disputa sobre distintos sentidos da política, da democracia e da participação.

Paulo Krischke (2005), ao analisar dados sobre cultura política juvenil da pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, alerta para o fato de que não existe uma linearidade no acúmulo democrático, no sentido de uma

16 Faz-se importante ressaltar que a coleta dos dados da pesquisa foi feita entre abril e maio de 2013, portanto, às vésperas das manifestações de junho.

17 DATAFOLHA, 2014; LATINOBARÔMETRO 1995-2013; MOISÉS; MENEGUELLO, 2013.

trajetória virtuosa. É o campo da disputa que define os caminhos da democracia. A escolaridade - que modula várias opiniões a respeito das questões aqui tratadas - é, sem dúvida, um fator importante, sendo visíveis seus impactos em várias dimensões da vida. Entre outros, ela amplia as visões de mundo e as oportunidades de os jovens construírem trajetórias de vida mais autônomas e menos compulsórias. No entanto, ela não incide, necessariamente, na conformação de valores mais democráticos.

O potencial de participação captado pela pesquisa indica que os jovens valorizam múltiplas frentes de atuação, quer seja em partidos, nas ruas, em coletivos ou instâncias institucionais de participação. Ao mesmo tempo em que eles valorizam distintas formas de exercício da política, parecem mostrar-se também críticos ao *modus operandi* das instituições e das práticas políticas atuais.

Nenhuma das opções de participação apresentadas aos jovens na pesquisa foi descartada, mas cabe indagar se essas opções dão conta das singularidades da juventude e de suas expectativas de inserção política. O que abre a possibilidade de criação de novas formas de engajamento juvenil na política.

A *Carta Mundial pelo Direito à Participação Cidadã na Gestão Local*¹⁸ destaca que “enquanto a esfera da representação política se distancia da cidadania, a participação cidadã pode ser uma estratégia para revigorar, transformar e legitimar o sistema político ao buscar democratizar a democracia”.

O direito à participação emerge com força entre os jovens que ocuparam as ruas em 2013. Esse direito é exercido de múltiplas formas e os entrevistados pela pesquisa *Agenda Juventude Brasil* mostraram, a princípio, apostar em muitas dessas frentes para alcançar as melhorias almejadas para o país.

A maior presença dos jovens na arena pública deve ser impulsionada para que eles disputem as suas pautas, afirmem os seus interesses e demandas junto aos demais segmentos da sociedade e, mais que isso,

18 A *Carta Mundial pelo Direito à Participação Cidadã na Gestão Local* é uma iniciativa do *LogoLink – Learning Initiative on Citizen Participation and Local Governance*. Essa rede global de organizações da sociedade civil, coordenada atualmente pelo Instituto Pólis, foi criada para estimular e apoiar iniciativas de participação cidadã e controle social sobre as políticas públicas no nível local. Ver: <http://polis.org.br/acoes/logolink-learning-initiative-on-citizen-participation-and-local-governance/>.

aportem o seu olhar crítico para questionar e oxigenar os espaços de participação e as institucionalidades democráticas.

Pippa Norris (2011), uma referência em estudos sobre adesão e qualidade da democracia, cunhou, no final dos anos 1990, a expressão “cidadãos críticos”, para designar aqueles que expressam a valoração da democracia associada a uma forte crítica ao seu funcionamento atual. Em seu recente livro, a autora revisita e revalida esse conceito, a partir de ampla pesquisa envolvendo vários países e assinala que “cidadãos críticos podem ser uma força positiva para reformar o mundo” (tradução livre). Da mesma forma, Marilena Chauí, em seu clássico livro “Cultura e Democracia” (1981), já assinalava que “a democracia é difícil, subversiva, como dizia Bobbio, quando não cessa de pôr em questão suas instituições” (p. 157).

O desafio é, pois, construir, a partir de um tensionamento crítico, o reavivamento da democracia. E os dados da pesquisa revelam o quanto a juventude tem a contribuir nesse processo, especialmente os segmentos mais pobres – que se manifestaram desejosos de participar –, de modo a ampliar as vozes que se fazem presentes na esfera pública e, com isso, renovar a agenda das lutas democráticas e a defesa dos direitos.

O fortalecimento da participação nas instituições políticas depende de transformações que ampliem o espaço da cidadania nas decisões de governo e a bandeira da Reforma Política¹⁹ é a que melhor acolhe essa aspiração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005. 447 p.

ABRAMO, Helena; SOUTO, Anna Luiza Salles (Coords.). *Pesquisa sobre juventudes no Brasil*. Relatório Nacional Brasil – Projeto Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional. 2009. 141p. Disponível em: <http://polis.org.br/>.

19 *Plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político*. Disponível em: <http://www.reformapolitica.org.br/>.

org.br/publicacoes/relatorio-nacional-pesquisa-sobre-juventudes-no-brasil/. Acesso em: 20 de abril de 2014.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas*. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; resumo executivo. Brasília: IBASE/RITLA, 2009.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 2 ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1981.220 p.

DATAFOLHA. *Democracia e ditadura*. PO813734. 19 e 20/02/2014. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/03/31/democracia-x-ditadura-versao-2.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2014.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Pesquisa Estratos Sociais Emergentes e Cultura Política*. Núcleo de Estudos e Opinião Pública. Ago. 2012 – Mai. 2013. São Paulo: Fundação Perseu Abramo (Inédita).

IBASE/PÓLIS. *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório final. Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, 2006. 104p.

IBASE/PÓLIS. *Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis* (Relatório sul-americano). Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, 2008. 130 p. (edição bilíngue: português e espanhol).

IBASE/PÓLIS. *Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*. Relatório final: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai (CD). In: NOVAES, Regina R.; RIBEIRO, Eliane (Orgs.). *Livro das Juventude Sul-Americanas*. Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, 2010. 160p.

INSTITUTO CIDADANIA. *Perfil da Juventude Brasileira*. Projeto Juventude. Pesquisa de opinião pública. São Paulo: Instituto Cidadania, 2003. Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/perfil_juventude_brasileira%282%29.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2014.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Juventude: documento de conclusão*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.

KRISCHKE, Paulo J. *Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática*. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005.

LATINOBARÓMETRO 1995-2013. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>. Acesso em: 28 de julho de 2014.

MENDONÇA, Ricardo. *Convicção na democracia é recorde, mostra pesquisa*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 mar. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1433074-conviccao-na-democracia-e-recorde-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em: 20 de abril de 2014.

MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (Orgs.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 392p.

NORRIS, Pippa. *Democratic deficit*. Critical Citizens Revisited. New York: Cambridge University Press, 2011.

NOVAES, Regina. *Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas*. *Sociologia especial: Ciência e Vida*, São Paulo, 1 (2), p. 6–15, 2007.

PLATAFORMA PELA REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO. *Plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político*. Disponível em: <http://www.reformapolitica.org.br/>. Acesso em: 20 de abril de 2014.

SOUTO, Anna Luiza Salles; PAZ, Rosângela (Orgs.) et al. *Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios*. São Paulo: Pólis, 2012. 132 p. (Publicações Pólis, 52).

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Estatística do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em: 11 de julho de 2014.

WEFFORT, F. *Por que democracia?* São Paulo. Brasiliense, 1984.133p.

ANNA LUIZA SALLES SOUTO é socióloga, especialista em pesquisas qualitativas, coordenadora das áreas de juventude e participação cidadã do Instituto Pólis. Seus trabalhos mais recentes envolvem estudos sobre as questões e demandas da nova geração, voltados a subsidiar o fortalecimento da incidência dos/das jovens nos espaços públicos e contribuir para a afirmação e ampliação dos seus direitos.



Políticas de juventude no Brasil: conhecimento e percepção dos jovens

eliane ribeiro

O ano de 2015 marca dez anos de política públicas de juventude no Brasil. Tal referência está diretamente relacionada com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do ProJovem Urbano (Programa Nacional de Inclusão de Jovens). A construção desses novos espaços na arquitetura institucional brasileira, que ganhou força desde a Constituição de 1988, provocou uma nova visão sobre os cidadãos brasileiros, inclusive o jovem, gerando a emenda constitucional N° 65, de 13 de julho de 2010, que altera a Constituição Federal, inserindo o termo “jovem” no texto constitucional, no capítulo dos direitos e garantias fundamentais¹.

¹ Emenda Constitucional n° 65, de 13 de julho de 2010, altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Art. 1° O Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal passa a denominar-se “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”. Art. 2° O art. S227 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Pode-se observar que a consolidação dessas instâncias tem impulsionado o próprio debate sobre o que é ser jovem hoje em nosso país (identidades, direitos, demandas etc.), a implementação de centenas de representações governamentais municipais e estaduais de juventude em todo o território nacional, um conjunto de programas em diferentes áreas, a aprovação (em agosto de 2013) do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852) e os recentes debates sobre o Sistema Nacional de Juventude e o Plano Nacional de Juventude².

Mesmo com essas importantes conquistas, no Brasil, o campo da análise e avaliação de políticas públicas de juventudes ainda é bastante incipiente. Segundo Mello (1999), ainda hoje, os estudos de políticas públicas no país apresentam, de um modo geral, grande fragmentação organizacional e temática e têm uma institucionalização ainda precária. É fato que entender e avaliar as políticas sociais não é tarefa simples; a sua eficácia estará sempre próxima da relação entre o esforço para implementá-las e os resultados obtidos. Para Faria (2003), tal observação deve também ser compreendida pela escassa utilização de estudos e avaliações, como instrumento de gestão, pelo setor público do país nos três níveis de governo. Tais pontos sugerem, ainda, que *esse campo de análise no Brasil permanece, em larga medida, magnetizado pelos processos decisórios* (p.22).

Arretche (2007) alerta sobre a importância básica de se construírem dados confiáveis no campo das políticas públicas, afirmando que isso faz parte da ordem democrática e considerando que, ao implementar políticas públicas, o governo utiliza dinheiro do contribuinte. Nesse sentido, os estudos e avaliações podem prestar contas à sociedade pelo uso de recursos que são públicos, podendo ainda maximizá-los, para que um maior número de beneficiários pode ser atingido com um mesmo volume de investimento.

Nesse cenário, sem pretender dar conta de toda a complexidade do campo que delimita o que são políticas públicas, como entendê-las e, em especial, no caso mais recente, as políticas de juventude, apresentamos aqui algumas das informações colhidas no âmbito da pesquisa *Agenda Juventude*

2 O Plano Nacional de Juventude tramita no Congresso Nacional desde 2004.

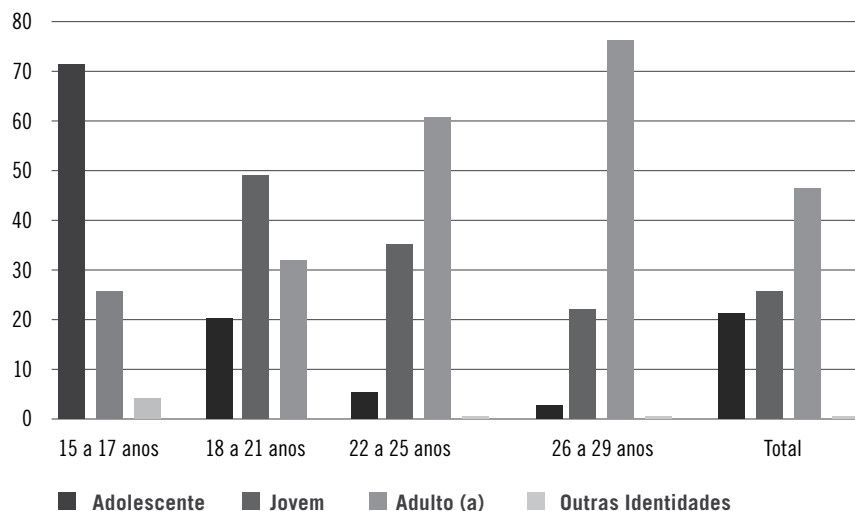
Brasil – Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013³, concernentes às percepções e aos conhecimentos que os jovens investigados têm sobre as políticas que fazem referência, direta ou indiretamente, às ações públicas destinadas às juventudes. Com este objetivo, destacaremos cinco pontos: como os entrevistados percebem “o que é ser jovem? Como percebem as políticas públicas na vida dos jovens? O que veem como mais importante no Brasil de hoje? O que conhecem de Programas e ações voltadas para juventude? E, finalmente, se os Programas e ações por eles apontados têm relação com suas próprias demandas e necessidades.

1. PERCEPÇÕES SOBRE IDADES E FASES DA VIDA

Inicialmente, os participantes foram perguntados sobre como se percebem em relação à fase da vida em que se encontram, se na adolescência, na juventude ou na fase adulta. Como se pode perceber no gráfico 1, as percepções são bastante variadas. Nota-se, por exemplo, que um terço dos respondentes na faixa etária de 15 a 17 anos não se reconhece mais como adolescentes, mas sim como jovens (25,4%) ou mesmo adultos, ainda que em uma proporção bem menos significativa (3,9%). Por outro lado, daqueles que seriam considerados os jovens da faixa etária de 18 a 21 anos, menos da metade se reconhece propriamente como jovem (48,6%), já que 20,0% se consideram adolescentes e outros 31,4% se consideram adultos. Contudo, é nas faixas etárias de 22 a 25 anos e de 26 a 29 anos que a autopercepção dos respondentes como adultos mais se intensifica, representando 59,5% entre os de 22 a 25 anos e 75,0% entre os de 26 a 29 anos. A autopercepção como jovem está presente nas respostas de 34,8% dos participantes de 22 a 25 anos e em 21,8% dos que se encontram na faixa etária de 26 a 29 anos.

3 A pesquisa foi realizada pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), da Secretaria Geral da Presidência da República, em 2013. Para mais informações, ver o capítulo “Agenda Juventude Brasil: Notas metodológicas sobre a amostra e o tratamento dos dados”.

Gráfico 1 . Autopercepção em relação à fase da vida em que se encontra por faixa etária



Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

2. E ATÉ QUE PONTO AS POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO PERCEBIDAS COMO IMPORTANTES PARA A VIDA DOS JOVENS?

Em momento subsequente, com base em uma lista de possibilidades, os participantes da pesquisa foram convidados a responder a três questões, sendo a primeira sobre quais, dentre oito fatores disponíveis, seriam, em primeiro e em segundo lugar, os mais importantes para suas vidas, hoje, como adolescentes, jovens ou adultos. A segunda pergunta era sobre quais os mais importantes dentre os mesmos fatores, também em primeiro e em segundo lugar, para a garantia dos seus direitos. A terceira era sobre quais os mais importantes fatores, novamente em primeiro e em segundo lugar, para a melhoria de suas vidas. As respostas computadas revelam a importância dada pelos participantes ao seu empenho pessoal, às suas famílias e às políticas públicas, quando se trata de sua condição adolescente, juvenil ou adulta, da garantia dos seus direitos e da melhoria de suas vidas.

Em relação à primeira pergunta: *quais os mais importantes para suas vidas, hoje, como adolescentes, jovens ou adultos em primeiro e em segundo lugar?*, os dois fatores mais assinalados são, respectivamente, o esforço pessoal (42,4%), em primeiro lugar, e o apoio da família (36,0%), em segundo lugar. As políticas de governo somam apenas 2,9% das respostas, sugerindo pequenas apostas nas instâncias mais coletivas. . Esses dados também chamam atenção para um padrão que tem grande aposta no mérito pessoal e com o padrão denominado de “familismo”.

Tabela 1 . Fatores importantes para a vida como adolescente/jovem/adulto hoje, em primeiro lugar

OPÇÕES*	
O seu esforço pessoal	42,4%
O apoio da família	39,2%
As políticas de governo	2,9%
O apoio dos amigos ou de conhecidos	2,8%
O apoio de entidades assistenciais	1%
A sua participação em organizações ou movimentos sociais	1,5%
Você ter capacidade de fazer coisas inovadoras	7,3%
Mudanças no sistema econômico	2,8%
Outros	0%
Não sabe	0%
TOTAL	100%

*Pergunta: Qual destes fatores é o mais importante para sua vida hoje como adolescente/jovem/ adulto, em primeiro lugar?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Tabela 2 . Fatores importante para a vida como adolescente/ jovem/ adulto, em segundo lugar

OPÇÕES*	
O seu esforço pessoal	27,1%
O apoio da família	36,1%
As políticas de governo	6,3%
O apoio dos amigos ou de conhecidos	11,2%
O apoio de entidades assistenciais	2,2%
A sua participação em organizações ou movimentos sociais	2,3%
Você ter capacidade de fazer coisas inovadoras	9,3%
Mudanças no sistema econômico	5,5%
Outros	0,1%
Total	100%

*Pergunta: Qual destes fatores é o mais importante para sua vida hoje como adolescente/ jovem/ adulto, em segundo lugar?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Considerando o mesmo rol de fatores, em relação à segunda pergunta (quais os dois mais importantes para a garantia dos seus direitos em primeiro e em segundo lugar?), nota-se que a importância das políticas públicas sofre uma expressiva alteração. Em relação ao primeiro lugar, aparecem as políticas de governo com a maior frequência (31,9%), seguidas pelo esforço pessoal do jovem (18,8%). O apoio da família apresenta a terceira maior frequência neste caso (9,9%). Já quando questionados sobre os fatores mais importantes, em segundo lugar, para a garantia de seus direitos, as mudanças no sistema econômico (16,0%) e as políticas de governo (15,5%) praticamente empatam ao apresentar os maiores percentuais. O apoio de entidades assistenciais é, por sua vez, o que expressa a terceira maior frequência de respostas (13,7%). Nota-se, portanto, que, em relação à garantia de direitos para a juventude, as expectativas dos jovens recaem muito mais sobre as

ações dos governos e sobre as entidades de assistência, deslocando o peso desta responsabilidade do empenho individual e do apoio familiar.

Tabela 3 . Fator importante para garantir os seus direitos, em primeiro lugar

OPÇÕES*	
O seu esforço pessoal	18,8%
O apoio da família	9,9%
As políticas de governo	31,9%
O apoio dos amigos ou de conhecidos	4,9%
O apoio de entidades assistenciais	7,8%
A sua participação em organizações ou movimentos sociais	8,6%
Você ter capacidade de fazer coisas inovadoras	8%
Mudanças no sistema econômico	9,3%
Outros	0%
Nenhum	0,2%
Não sabe	0,7%
Total	100%

*Pergunta: Qual destes fatores é o mais importante para garantir os seus direitos, em primeiro lugar?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Por fim, no tocante à terceira pergunta (quais os dois mais importantes para a melhoria de suas vidas, em primeiro e em segundo lugar?), voltam a ser novamente majoritários os esforços e capacidades pessoais dos jovens, bem como o apoio familiar. Assim, o fator mais frequentemente apontado em primeiro lugar é o esforço pessoal do próprio jovem (49,6%), seguido da capacidade de fazer coisas inovadoras (12,6%). Já em relação ao fator mais importante em segundo lugar, o apoio da família (29,1%) é o mais frequentemente apontado, seguido do esforço pessoal do próprio jovem (18,8%).

Tabela 4 . Fator mais importante para você melhorar de vida, em primeiro lugar

OPÇÕES*	
O seu esforço pessoal	49,6%
O apoio da família	11,1%
As políticas de governo	6,7%
O apoio dos amigos ou de conhecidos	2,6%
O apoio de entidades assistenciais	2,5%
A sua participação em organizações ou movimentos sociais	3,2%
Você ter capacidade de fazer coisas inovadoras	12,6%
Mudanças no sistema econômico	11,1%
Outros	0,2%
Nenhum	0%
Não sabe	0,2%
Total	100%

*Pergunta: Qual destes fatores é o mais importante para você melhorar de vida, em primeiro lugar?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Tabela 5 . Fator mais importante para você melhorar de vida, em segundo lugar

OPÇÕES*	
O seu esforço pessoal	18,8%
O apoio da família	29,1%
As políticas de governo	8,7%
O apoio dos amigos ou de conhecidos	7,8%

O apoio de entidades assistenciais	4,4%
A sua participação em organizações ou movimentos sociais	4,9%
Você ter capacidade de fazer coisas inovadoras	13,9%
Mudanças no sistema econômico	12,2%
Outros	0,1%
Total	100%

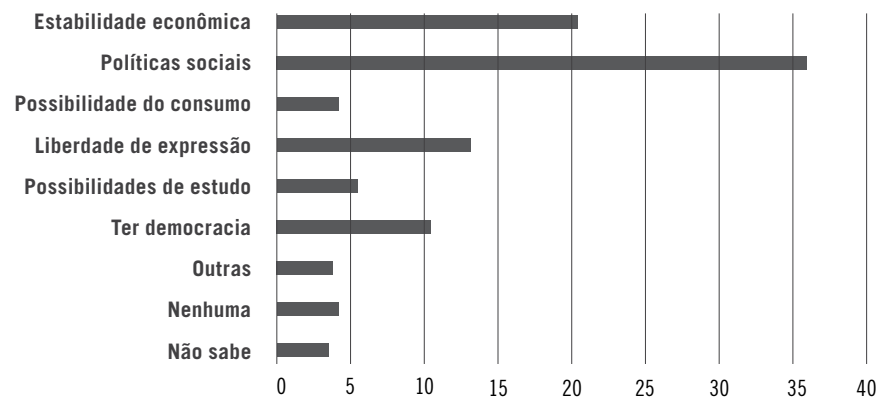
*Pergunta: Qual destes fatores é o mais importante para você melhorar de vida, em segundo lugar?

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Assim, com base nas frequências observadas, é possível afirmar que os respondentes se veem como grandes protagonistas em relação aos rumos de suas vidas pessoais, mas quando se trata da garantia dos direitos sociais e da juventude, as maiores expectativas recaem justamente sobre as políticas governamentais.

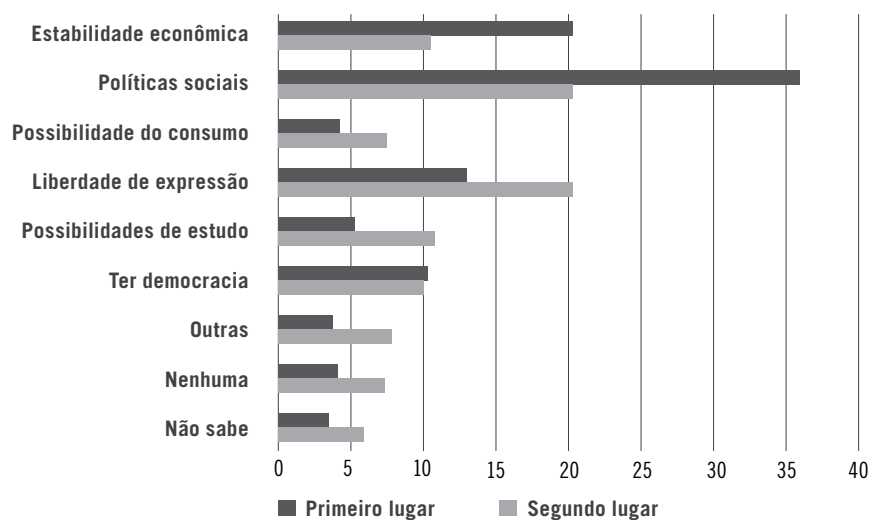
3. JUVENTUDE HOJE: AS POLÍTICAS PÚBLICAS SE INSEREM ENTRE O QUE HÁ DE MAIS POSITIVO NO BRASIL

A relevância das políticas governamentais para estes jovens é também reiterada quando se pergunta a eles o que consideram existir de mais positivo no Brasil, na atualidade, em primeiro, segundo e terceiro lugares. Dentre as opções apresentadas, conforme se pode observar no gráfico 2, as políticas sociais (35,9%) são eleitas pelos jovens como o fator mais importante em primeiro lugar, seguido da estabilidade econômica (20,3%).

Gráfico 2 . Opinião sobre o que existe de mais positivo hoje no Brasil, em primeiro lugar

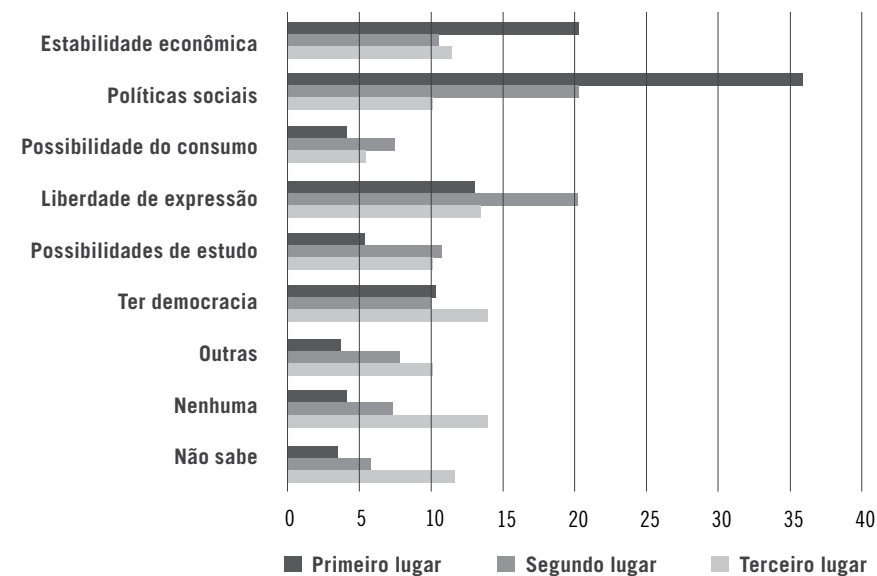
Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Quando opinam sobre o fator mais importante, em segundo lugar, as políticas sociais mantêm a liderança, com 20,3%, sendo, desta vez, seguidas pela liberdade de expressão, que totaliza 20,2%.

Gráfico 3 . Opinião sobre o que existe de mais positivo hoje no Brasil, em primeiro e segundo lugar

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Por fim, quando questionados sobre o fator mais importante, em terceiro lugar, as opiniões se dividem e percebe-se que as frequências apresentam pequenas diferenças. Ter democracia é apontado como fator importante (13,9%), mas este empata tecnicamente com a opção “nenhuma” (13,9%). A liberdade de expressão é o terceiro fator mais frequentemente apontado neste caso, totalizando 13,4%, mas há também 11,6% que afirmaram não saber e outros 10,0% que afirmaram serem outros fatores.

Gráfico 4 . Opinião sobre o que existe de mais positivo hoje no Brasil, em primeiro, segundo e terceiro lugar

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Os jovens foram questionados sobre o grau de importância que consideram ter determinadas ações destinadas ao enfrentamento de alguns desafios existentes no Brasil, na atualidade. A tabela a seguir exibe a escala de importância e o rol de ações relacionadas ao enfrentamento de desafios específicos. Esta questão pode também contribuir para a compreensão de como os jovens percebem a importância destes aspectos, muitas vezes

ligados diretamente à formulação e à implementação de políticas públicas. Podemos perceber que a maioria dos respondentes considerou todos os fatores apresentados como muito importantes. Contudo, o enfrentamento de desafios na saúde (99,0%), na educação (98,3%) e no desemprego (95,5%) são considerados, quase por unanimidade, muito importantes. Frequências também de alto nível de importância são verificadas em relação ao aumento do respeito pelos direitos humanos (90,0%), a redução da poluição (86,7%), do trabalho infantil (84,5%) e da diferença entre ricos e pobres (81,9%). Os fatores cujo *status* de “muito importante” é menos enfatizado pelos jovens são os de realização de grandes obras de infraestrutura (68,9%), aceleração da reforma agrária (59,8%), enfrentamento das mudanças climáticas (59,1%) e controle do aumento da população (57,2%).

Tabela 6 . Grau de importância das políticas públicas que devem ser desenvolvidas pelos governos, segundo os jovens

NÍVEL DE IMPORTÂNCIA	Muito importante	Mais ou menos importante	Não é importante	Não sabe	Total
Melhorar a saúde da população	99,0	1,0			100,0
Diminuir a diferença entre ricos e pobres	81,9	14,6	2,9	,5	100,0
Fazer grandes obras de infraestrutura	68,9	25,4	5,4	,4	100,0
Controlar o aumento da população	57,2	32,6	9,4	,7	100,0
Reduzir o desemprego	95,5	3,2	1,4		100,0

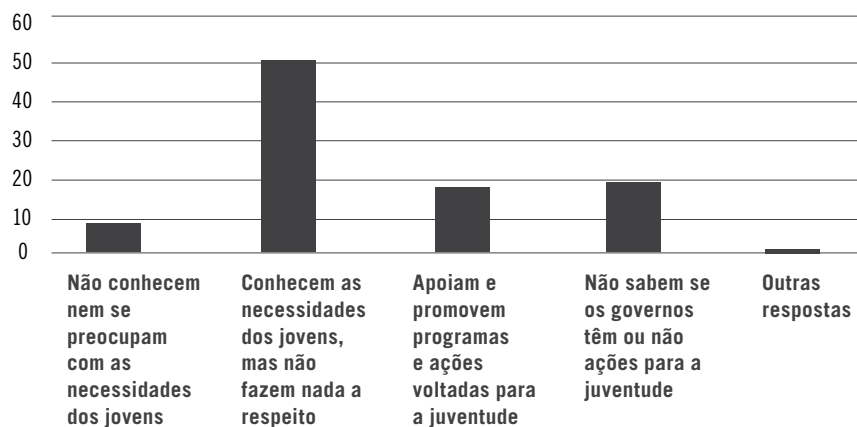
Melhorar a educação no país	98,3	1,4	,3	,1	100,0
Reduzir a poluição	86,7	11,2	1,9	,2	100,0
Aumentar o respeito pelos direitos humanos	90,0	9,4	,5	,1	100,0
Reduzir o trabalho infantil	84,5	12,2	3,1	,2	100,0
Enfrentar as mudanças climáticas	59,1	32,9	7,5	,5	100,0
Acelerar a reforma agrária	59,8	30,1	7,7	2,4	100,0

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

4. AINDA É RESTRITO O CONHECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A JUVENTUDE

Se, por um lado, as políticas públicas e ações ligadas a estas políticas, mesmo não as considerando restritas a este âmbito, são postas como relevantes pelos jovens, por outro, as percepções destes mesmos jovens sobre as ações dos governantes brasileiros não são tão positivas quando se trata da juventude. Assim, a maioria dos jovens questionados afirma que, apesar de conhecer as necessidades dos jovens, os governos no Brasil não fazem nada a respeito (52,8%). Este quadro é agravado pelas impressões de 8,3% que afirmam que os governos nem conhecem e nem se preocupam com as necessidades do público jovem, enquanto 19,5% informam nem saber se os governos têm ou não ações para a juventude. Isto significa que apenas 18,5% do total dos entrevistados considerem que os governos apoiam e promovem programas e ações voltados para a juventude.

Gráfico 5 . Percepção dos jovens sobre o tipo de preocupação dos governos com as questões que afetam a juventude*



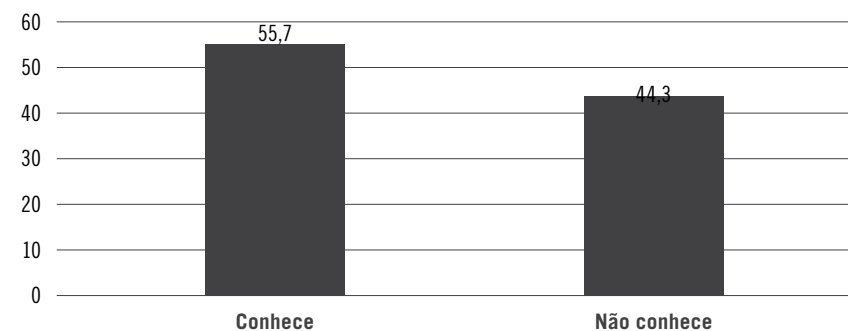
* Pergunta: Pelo que você sabe ou ouviu falar, os governos no Brasil? (%)

(Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).)

Os jovens apresentam uma percepção interessante sobre a necessidade de ampliação e aprimoramento das políticas e programas de enfrentamento de problemas sociais no nosso país e isto vale também para ações e programas direcionados ao público jovem. Contudo, no Brasil, não se pode negar que, nos últimos anos, temos avançado, consideravelmente, em relação à construção de um rol significativo de instituições, de espaços, de regulamentações, de debates, de programas, de políticas, ou seja, de ações voltadas para a promoção da juventude, para a defesa dos interesses e direitos do público jovem. Tem-se, por exemplo, na criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, juntamente com o estabelecimento da Política Nacional de Juventude, em 2005, importantes marcos para a inserção definitiva e institucionalizada dessa categoria nas políticas sociais brasileiras. Em publicação coordenada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, Castro, Aquino e Andrade (2009) analisam as ações governamentais direcionadas à juventude, no âmbito da política nacional, em relação ao trabalho, à saúde, à educação, à segurança, à cultura, entre outros, apontando uma média de 20 potentes iniciativas públicas.

É claro que a simples existência e a ampliação de programas e políticas de juventude não garantem, por si só, a qualidade no atendimento dos interesses e direitos dos jovens. Contudo, as impressões expostas pelos respondentes da pesquisa em relação ao governo, no tocante às ações destinadas à juventude, podem se dever muito mais à desinformação e ao desconhecimento do que aparentam numa primeira observação. Assim, se na questão anteriormente analisada apenas 19,5% dos jovens afirmam não saber se há ações para a juventude por parte do governo, a pergunta feita a seguir permite ponderações a este percentual. Perguntou-se se conheciam algum projeto ou programa de governo dirigido para os jovens e o que se percebe é que um percentual bem mais expressivo, na verdade a maioria, afirmou, neste caso, desconhecer qualquer iniciativa (55,7%).

Gráfico 6 . Conhecimento sobre projetos ou programas de governo dirigido para a juventude*



* Pergunta: Você conhece algum projeto ou programa de governo dirigido para a juventude? (%)

(Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).)

Várias outras questões apresentadas aos jovens ao longo da pesquisa permitem também inferir que há a necessidade de maior divulgação/acesso informacional sobre as ações governamentais no campo da juventude. Desta forma, a maioria, (sempre acima de 72,0%) afirma desconhecer também a existência de Conselhos de Juventude em seus municípios, estados ou mesmo no nível federal. Os projetos mais citados foram: Pronuni, Projovem e Enem.

Observa-se abaixo, que mesmo desagregados por sexo, escolaridade, nível socioeconômico e situação de moradia (rural e urbana), os dados não se modificam de forma significativa, constituindo uma tendência bastante homogênea, destacando-se apenas, de forma mais expressiva, o aumento de conhecimento dos jovens conforme o nível de escolaridade. Quanto maior o nível de escolaridade, maior o nível de conhecimento, ou seja, dos que afirmaram conhecer projetos voltados para a juventude, 54% tem nível superior e 34% apenas o fundamental. Já em relação ao nível socioeconômico do respondente, 48% dos que afirmam conhecer são oriundos dos extratos mais baixos da população, enquanto 44% dos extratos mais altos.

Tabela 7 . Conhecimento sobre projetos e/ou programas para a juventude, por sexo do respondente

	Não conhece	Conhece	Total
Masculino	57,6%	42,4%	100,0%
Feminino	54,1%	45,9%	100,0%
TOTAL	55,8%	44,2%	100,0%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Tabela 8 . Conhecimento sobre projetos e/ou programas para a juventude por escolaridade do respondente

	Não conhece	Conhece	Total
Fundamental	65,4%	34,6%	100,0%
Médio	54,3%	45,7%	100,0%
Superior	46,0%	54,0%	100,0%
Total	55,7%	44,3%	100,0%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Tabela 9 . Conhecimento sobre projetos e/ou programas para a juventude por extrato de nível socioeconômico do respondente

	Não conhece	Conhece	Total
Extrato Baixo	51,1%	48,9%	100,0%
Extrato Médio	58,3%	41,7%	100,0%
Extrato Alto	55,8%	44,2%	100,0%
Total	55,8%	44,2%	100,0%

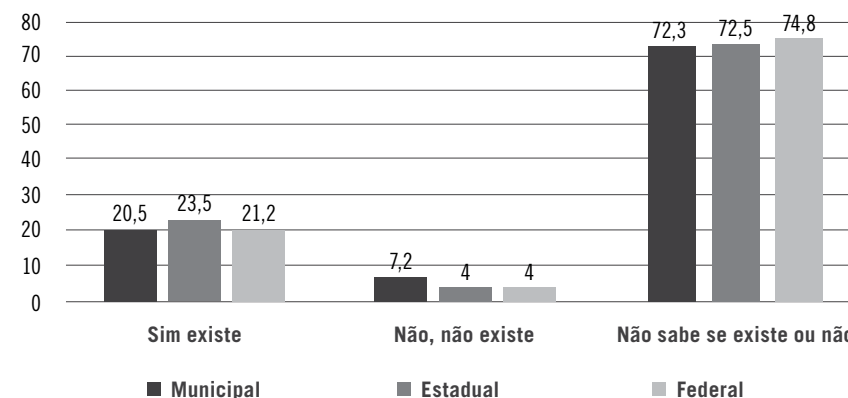
Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Tabela 10 . Conhecimento sobre projetos e/ou programas para a juventude por situação de moradia (rural/urbano)

	Não conhece	Conhece	Total
Urbana	55,8%	44,2%	100,0%
Rural	55,5%	44,5%	100,0%
Total	55,8%	44,2%	100,0%

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Gráfico 7 . Conhecimento sobre Conselho ou Secretaria de Juventude no município/ Estado/ Governo Federal



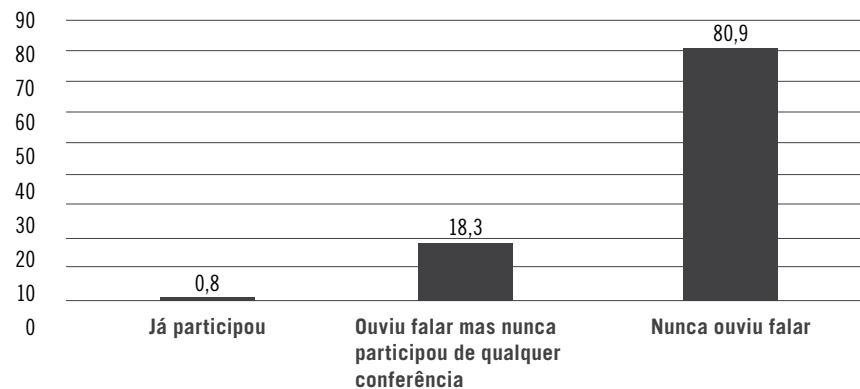
* Pergunta: Você sabe se existe um Conselho ou Secretaria de Juventude no seu município / Estado / Governo Federal? (%)

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Os jovens foram questionados, ainda, sobre seu conhecimento e participação nas Conferências de Juventude promovidas pelo Governo Federal em 2008 e 2011. As respostas fornecidas também ressaltam o desconhecimento da maioria dos respondentes sobre a existência destes fóruns de debates, o que, possivelmente, constitui fator importante para explicar os baixos índices de participação dos jovens nos mesmos. Pelo que se pode observar no gráfico 8, são 80,9% os que afirmam que sequer ouviram falar de tais Conferências, ao passo que 18,3% informam ter ouvido falar, mas nunca ter participado de nenhuma.

Em relação a 2008, foram somente sete pessoas que estiveram em alguma das etapas, sendo que 5 pessoas participaram apenas da etapa municipal, uma pessoa participou apenas da etapa estadual e uma pessoa participou das etapas municipal, estadual e nacional. Apenas treze pessoas participaram de alguma das etapas de 2011, sendo que dez delas participaram somente da etapa municipal, uma participou apenas da etapa estadual, uma participou das etapas municipal e estadual e uma participou das três etapas.

Gráfico 8 . Conhecimento e participação em Conferências de Juventude



* Pergunta: Você já ouviu falar dessas conferências? (Se sim) participou de alguma? (%)

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Dos 0,8% que declararam ter participado de alguma conferência, a grande maioria participou apenas uma vez.

NOTA FINAL

Observa-se, hoje, um relativo avanço na implementação de políticas públicas de juventude, bem como na circulação de um novo vocabulário que instiga a pensar sobre a noção de direitos entre os jovens. Neste cenário, nota-se o surgimento de inúmeros coletivos juvenis, até então sem visibilidade no cenário

público, estando a grande maioria vinculada às periferias e/ou a situações de vulnerabilidades (material ou simbólica), como exemplificam os jovens ciganos, os jovens de terreiros, os jovens com HIV, os jovens de mídia de favelas etc.

Esses grupos têm reivindicado participação em conselhos de juventude, em elaboração de políticas públicas, trazendo, assim, para as agendas públicas, um conjunto significativo de demandas, até então impensadas pela sociedade brasileira. Sem dúvida, essa dinâmica explicita uma condição juvenil que deixa de ser vista apenas como etapa de transição para a vida adulta, mas, sobretudo, com valor em si mesma.

Contudo, como pudemos observar neste texto, tem-se também na própria população jovem um considerável desconhecimento sobre as várias dimensões deste mesmo processo em curso (agendas, estatuto, programas, políticas, demandas etc.). Neste processo, segundo os resultados de pesquisa, tem lugar uma dinâmica peculiar: se, por um lado, a implementação de políticas públicas resulta na “criação” de juventude (jovens “sujeitos de direitos”), por outro, a visibilidade desses novos sujeitos jovens, com suas agendas, evidencia um grande desconhecimento de velhas e novas demandas por políticas públicas em geral e por políticas públicas de juventude.

Em resumo, os “avanços” no reconhecimento sociopolítico da juventude nem sempre são percebidos e reconhecidos da mesma forma pelos próprios jovens - sobretudo entre aqueles “não organizados”, ou seja, a grande maioria – e, ao mesmo tempo, a maior explicitação de demandas tem efeito de diminuir (relativamente) a percepção das ofertas de políticas hoje existentes.

Assim sendo, entrar nesse debate nos coloca algumas questões relevantes. Em primeiro lugar, como delimitar o que é uma política para jovens? Se tomarmos somente aquelas que estão no âmbito das Secretarias Nacional, Estaduais e Municipais de Juventude, ou seja, aquelas desenhadas por organismos estatais explicitamente criados para a juventude, vamos deixar de lado a amplitude das políticas que têm o jovem como destinatário, direta ou indiretamente – políticas universais, setoriais, identitárias etc. Isso, sem contar, com muitas ações que são financiadas pelo Estado e desenvolvidas por organismos não governamentais, empresas e outros grupos.

Em segundo lugar, como tornar conhecidas e reconhecidas as políticas públicas (universais e específicas) que podem contribuir para a autonomia da juventude brasileira? Para tanto, é preciso encontrar caminhos para ampliar o debate entre jovens e para diminuir as distâncias entre “organizados” e “não organizados”. Ou seja, para além da definição institucional/etária, outra questão de destaque é a própria percepção do que é ser jovem pelo próprio jovem. Por fim, buscar compreender, como se dá a produção e manutenção de um senso de diferenças segregadoras e hierárquicas nesse grande segmento de jovens *outsiders* de conhecimento e acesso as políticas públicas de juventude (ELIAS e SCOTSON, 2000).

A noção de autonomia juvenil remete à independência, ou seja, à capacidade de se tomar as próprias decisões, mas, para isso, é imperativo que, de forma plena, as políticas públicas de juventude promovam tal capacidade, buscando efetivar direitos e gerar oportunidades de inserção social que promovam a autonomia dos jovens em direção à sua emancipação. Para tanto, a circulação democrática de informações qualificadas é essencial, para que se possa acionar, usufruir, controlar e criticar tais políticas. Cabe então, em terceiro lugar, questionar em que medida os equipamentos do Estado têm fomentado a circulação de informações e formações sobre as políticas de juventude. Como exemplo, podemos nos perguntar, como é que as escolas de ensino médio têm trabalhado o Estatuto da Juventude? Se considerarmos os dados da pesquisa (tabela 8) - quando mostram que o maior diferencial no conhecimento de políticas de juventude está no fator escolaridade, 54% dos que afirmam conhecer as políticas têm ensino superior e 65,4% que declaram não conhecer têm apenas o ensino fundamental -, a escola, por exemplo, deveria ser importante espaço de formação cidadã para esses jovens.

Assim, a construção de canais e redes de debate e discussão sobre o tema poderá contribuir, sobremaneira, com a ampliação do universo de cidadania dos jovens brasileiros. Sem dúvida, estas indagações devem estar presentes em novas pesquisas que se fazem necessárias, após estes dez anos de construção do “campo das políticas públicas de juventude” no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013*. Brasília: SNJ, 2014.
- CASTRO, Jorge A.; AQUINO, Luseni. M. C.; ANDRADE, Carla C. (Orgs). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os Outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Ideias, conhecimento e políticas públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 18, Nº. 51, fevereiro de 2003.
- MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, vol. 3. São Paulo, Brasília: Ciência Política; Sumaré; Anpocs/Capes, 1999.
- SILVA, Roselani Sodrê da; SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. *Cad. CRH* [online]. 2011, vol.24, n.63, pp. 663-678. ISSN 0103-4979.

ELIANE RIBEIRO é doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense - UFF, mestre em Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação - IESAE, da Fundação Getúlio Vargas - FGV e pós-graduada em Avaliação de Programas Sociais e Educativos pelo International Development Research Center e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Professora da Escola de Educação, do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, desde 2008, é Professora Visitante do Diploma Juventud, Mestrado em Sociologia da Universidad de La Republica - UDELAR, Uruguai.



Agenda juventude brasil: notas metodológicas sobre a amostra e o tratamento dos resultados

gustavo venturi + jose reinaldo riscall

Nesta nota técnica, descrevemos a composição da amostra da pesquisa, bem como apresentamos algumas das principais técnicas estatísticas multivariadas utilizadas na análise de alguns resultados.

A AMOSTRA DO ESTUDO 2013

A pesquisa realizada em 2013 é representativa da população na faixa etária de 15 a 29 anos, residente em todo o território brasileiro. A amostra foi constituída de 3.300 entrevistas, distribuídas em 187 municípios, estratificados segundo sua localização geográfica, bem como a natureza do município (capital, região metropolitana ou interior), situação da localidade (áreas urbanas e rurais) e tamanho da população (divididos em municípios pequenos, médios e grandes, segundo tercis da população, de acordo com os dados do IBGE - PNAD 2011).

O processo de amostragem foi aleatório em múltiplos estágios (COCHRAN, 1977), com o sorteio dos municípios, dos setores censitários, dos quarteirões e dos domicílios e com controle de cotas de sexo e idade para a seleção dos indivíduos nos estágios finais dos trabalhos de campo. A margem estimada de erro para proporções reportadas com base no total da

amostra é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, considerando-se um intervalo com 95% de confiança. Em outras palavras, as proporções estimadas nesta pesquisa, tendo como base a amostra total de 3.300 entrevistas, possuem 95% de probabilidade de se situarem a dois pontos percentuais ou menos do valor verdadeiro.

Para não causar estresse nos respondentes quanto à extensão do questionário, o que poderia acarretar uma perda de qualidade nas respostas, optou-se por dividir alguns dos blocos temáticos em sub-amostras, denominadas A, B ou C, cada uma delas representativa do universo da pesquisa. As proporções estimadas nesta pesquisa, tendo como base o total de uma das sub-amostras, tem 95% de probabilidade de se situar a 3.3 pontos percentuais ou menos do valor verdadeiro.

Os questionários foram aplicados aos respondentes em entrevistas pessoais, individuais e domiciliares, com tempo médio de duração de aproximadamente uma hora (tempo médio de uma hora de aplicação), entre 13 de abril e 19 de maio de 2013. Previamente ao início do campo, foram realizadas 60 entrevistas de pré-teste em São Paulo e 318 em outras 14 capitais, com o objetivo de refinar e ajustar os questionários, bem como prover o necessário treinamento às equipes de campo.

A amostra do estudo de 2013 difere daquela dimensionada no estudo *Projeto Juventude*, realizado em 2003, em relação à faixa etária. Naquela ocasião, foram entrevistados jovens entre 15 e 24 anos de idade. Portanto, todos os comparativos entre o total de entrevistados em 2003 e seu correspondente em 2013 deverão filtrar, neste último levantamento, as faixas etárias, de modo a equalizar ambos os públicos.

Por outro lado, é possível fazer a simulação de um estudo prospectivo, ao se comparar os jovens hoje entre 25 e 29 anos com os jovens que, em 2003, tinham de 15 a 19 anos. Em um estudo prospectivo puro, cada indivíduo seria seu próprio controle, o que não ocorre neste caso, em que as amostras são independentes. Não obstante, é válida a comparação, uma vez que se trata de um primeiro grande retrato da juventude a partir de duas fotografias, tiradas com 10 anos de diferença.

Para detalhes sobre estudos longitudinais, que são utilizados extensivamente em áreas como a epidemiologia, recomenda-se a leitura de Szklo e Nieto (2000).

O TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

Descrevemos, a seguir, as técnicas e os métodos estatísticos utilizados no contexto da publicação *Agenda da Juventude Brasil*. Estas técnicas foram selecionadas em função dos objetivos analíticos dos vários autores envolvidos na publicação, e têm como principal objetivo determinar o grau de influência das variáveis sócio-demográficas sobre os resultados de interesse do estudo.

1. Análise Fatorial

A Análise Fatorial é uma técnica que permite a descrição de um conjunto de variáveis correlacionadas entre si através de um conjunto de variáveis independentes, denominadas fatores. A vantagem em se utilizar a Análise Fatorial reside na redução do número de variáveis a serem analisadas, uma vez que o modelo assume a suposição de que as variáveis observadas podem ser descritas como uma combinação linear de um certo número de variáveis latentes, não observadas.

O modelo estatístico referente à análise fatorial, conforme descrito por Johnson e Wichern (2007), estabelece que, se houver um vetor aleatório X composto por p variáveis observáveis x_1, \dots, x_p e médias μ_1, \dots, μ_p se existir um vetor de constantes L , de dimensão $p \times k$, e um vetor aleatório F , de dimensão k , com $k < p$, tais que

$$x_i - \mu_i = l_{i1}F_1 + \dots + l_{ik}F_k + \varepsilon_i, \quad i=1, \dots, p;$$

onde ε_i são erros aleatórios independentes e com variância finita, com F e ε independentes, $COV(F)=I$ e $E(F)=0$, então o vetor F exprime os *fatores*, e a matriz L define as *cargas fatoriais*.

No presente trabalho, foi utilizada a técnica de análise fatorial utilizando Componentes Principais (PC), técnica de obtenção de fatores que se baseia na extração da maior parte possível da variabilidade dos dados através do uso dos autovalores da matriz de Covariância de X (JOHNSON; WICHERN, 2007).

2. Modelo Linear Generalizado

Modelos lineares generalizados podem ser definidos como extensões do conceito clássico de regressão linear, aplicáveis em situações em que não há garantia de validade das suposições comumente associadas a modelos de regressão ordinários, quais sejam: a normalidade de resíduos e a homocedasticidade.

Os modelos lineares generalizados, para contornar essas limitações, utilizam engenhosamente uma função de ligação entre o modelo linear e a variável de resposta. O modelo assim estabelecido funciona como um modelo geral de regressão aplicável a quaisquer tipos de variáveis dependentes para as quais se possa obter uma função de ligação conveniente (McCULLAGH; NELDER, 1989).

3. Regressão Logística Binária

A Regressão Logística Binária é um modelo estatístico que permite identificar a relação entre uma variável dependente nominal binária e um conjunto de variáveis independentes, que podem ser ordinais, dicotômicas ou lineares.

Se considerarmos uma sequência de n variáveis aleatórias independentes Y_1, \dots, Y_n , identicamente distribuídas, em que cada Y_i possa assumir os valores possíveis:

- 1, se uma determinada característica está presente
- 0, caso contrário

Então, cada Y_i possui distribuição de Bernoulli, com parâmetro p e função de distribuição dada por

$$P(Y_i) = p^y (1-p)^{1-y}$$

Em que y identifica o evento ocorrido (possuir ou não uma determinada característica).

Como mencionamos anteriormente, as técnicas de regressão ordinária não se aplicam a variáveis dicotômicas pelo fato de não haver normalidade nos resíduos. Para contornar o problema, a regressão logística utiliza como função de ligação o logito, definido por

$$g(p) = \log\left(\frac{p}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1 x$$

O modelo de regressão logística pode, então, ser escrito como

$$p_y(x) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 x)}} \quad (1)$$

A estimação de β_0 e β_1 será possível através do método da máxima verossimilhança, onde se procuram os parâmetros que maximizem a função de verossimilhança da amostra (JOHNSON; WICHERN, 2007). O cálculo dos coeficientes é feito por meio de procedimentos computacionais iterativos.

No caso em que há uma sequência de m variáveis independentes x_1, \dots, x_m , o procedimento é análogo, com (1) podendo ser reescrita como

$$p_y(x_1, \dots, x_m) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_m x_m)}}$$

4. A Regressão Logística Multinomial

A Regressão Logística Multinomial é um modelo estatístico que permite identificar a relação entre uma variável dependente nominal com mais de duas categorias e um conjunto de variáveis independentes, que podem ser ordinais, dicotômicas ou lineares.

O modelo estatístico referente à regressão logística multinomial, conforme descrição por Agresti (2002), estabelece que, se Y é uma variável categórica com J categorias e se tivermos a função $\pi_j(x) = P(Y = j|x)$ para um dado vetor fixado x de variáveis preditoras, com a restrição de que

$$\sum_{j=1}^J \pi_j(x) = 1$$

então a equação

$$\pi_j(x) = \frac{e^{(\alpha_j + \beta_j'x)}}{1 + \sum_{h=1}^{J-1} e^{(\alpha_h + \beta_h'x)}}$$

exprime o modelo logístico multinomial, sendo α e β os vetores que contêm os coeficientes de regressão. A estimação dos α e β é possível através do método da máxima verossimilhança (AGRESTI, 2002). O cálculo dos coeficientes é feito por meio de procedimentos computacionais iterativos.

Segundo Agresti (2002), uma estratégia alternativa para o ajuste de um modelo logístico multinomial para i categorias consiste em ajustar separadamente modelos logísticos dicotômicos para $i-1$ respostas, assumindo que a i -ésima categoria constitui um pivô, contra a qual os $i-1$ modelos serão ajustados.

Além disso, pode-se provar que o modelo de regressão logística multinomial é equivalente ao Modelo Linear Generalizado Multivariado, utilizando-se como função de ligação a função logito (AGRESTI, 2002).

5. Análises Longitudinais

As análises longitudinais deste estudo levam em consideração duas situações comparativas:

a) Segmento de 15 a 24 anos em 2003 comparado com o segmento de 15 a 24 anos em 2013, com o objetivo de comparar as percepções entre jovens de mesmo perfil, em tempos diferentes, obtidas nos dois levantamentos.

b) Segmento de 15 a 19 anos em 2003 comparado com o segmento de 25 a 29 anos em 2013, com o objetivo de detectar alterações de percepção ao longo do tempo, entre amostras de um mesmo coorte, obtidas nos dois levantamentos.

O trabalho com bases de dados independentes, coletados em diferentes momentos do tempo, exige, geralmente, a utilização de técnicas que permitam avaliar efeitos sazonais ou de estabelecer linhas de tendências. No caso presente, todavia, temos apenas dois momentos, separados por um intervalo de dez anos, o que não permite a utilização de tais técnicas. Desta forma, a proposta de análise constitui em se avaliar a diferença estatística entre os resultados verificados em cada tomada de dados utilizando-se o teste clássico de diferença de proporções.

Os testes de diferenças de proporções são testes de hipóteses aplicados sobre duas amostras, A e B, extraídas de duas populações independentes com distribuição de Bernoulli, com parâmetros p_A e p_B , respectivamente, de modo a testar a hipótese nula

$$H_0: p_A = p_B$$

contra a hipótese alternativa

$$H_A: p_A \neq p_B$$

O procedimento de teste foi exhaustivamente descrito na literatura técnica de estatística, por exemplo, por Yamane (1970). Não obstante, vale a pena exibi-lo brevemente:

Sejam

p_A : proporção de interesse observada na amostra A

p_B : proporção de interesse observada na amostra B

n_A : tamanho amostral de A

n_B : tamanho amostral de B

De acordo com o Teorema do Limite Central, a estatística de teste

$$z = \frac{\hat{p}_A - \hat{p}_B}{\sqrt{\hat{p}(1-\hat{p})\left(\frac{1}{n_A} + \frac{1}{n_B}\right)}}$$

possui distribuição Normal padrão, onde

$$\hat{p} = \frac{n_A \hat{p}_A + n_B \hat{p}_B}{n_A + n_B}$$

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRESTI, A. *Categorical data analysis*. 1ª. ed. New York: John Wiley & Sons, 2002. 710 p.

ANANTH, C.V.; KLEINBAUM D.G. Regression models for ordinal response: a review of methods and applications. *International Journal of Epidemiology*. 1997; 26(6) p. 1323-1333

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011*. Brasília: IBGE, 2012.

CHOU, Y. *Análisis estadístico*. 1ª. ed. México: Nueva Editorial Interamericana, 1972. 861 p.

COCHRAN, W. *Sampling Techniques*. 3ª. ed. New York: John Wiley & Sons, 1977. 442 p.

JOHNSON, R.A.; WICHERN, D.W. *Applied multivariate statistical analysis*. 6ª. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2007. 775p.

McCULLAGH P., NELDER, J. A. *Generalized linear models*. 2ª. ed. London: Chapman and Hall, 1989.

SIEGEL, S. *Estatística não paramétrica*. 1ª. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1975. 350 p.

SZKLO, M; NIETO, F.J. *Epidemiology – Beyond the Basics*. 3ª.ed. New York: Jones & Bartlett Learning, 2000. 514 p.

YAMANE, T. *Estatística*. 3ª.ed. México: Harla, 1977. 576 p.

GUSTAVO VENTURI é professor do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP. Foi coordenador do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo e diretor do Instituto Datafolha. Articula estudos sobre marcadores sociais da diferença (gênero e identidades sexuais, raça e etnias, classe social, juventude e velhice) com pesquisas sobre moralidade, tolerância à diversidade e direitos humanos.

JOSÉ REINALDO RISCAL é estatístico, graduado pelo Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo, com pós-graduação em Pesquisa de Opinião, Mercado e Mídia pela ESPM. Possui 25 anos de experiência na área de pesquisa de opinião, tendo atuado profissionalmente nos institutos de pesquisas Datafolha, Gallup, Nielsen e Ipsos, e como consultor do PNUD. É professor do curso de educação à distância (EAD) de Especialização em Coordenação Pedagógica da Universidade Federal de São Carlos.

Publicação do Grupo de Pesquisa *Juventude: políticas públicas, processos sociais e educação*, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação, vinculado à Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

REITOR

Prof. Dr. Luiz Pedro San Gil Jutuca

VICE-REITOR

Prof. Dr. Ricardo Silva Cardoso

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Dra. Evelyn Goyannes Dill Orrico

REVISÃO

Miguel Farah Neto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Estudio Malabares | Ana Dias e Julieta Sobral

CAPA

Ana Dias

FOTOS

Flavio Condé (capa e abertura de capítulos)

Julieta Sobral (abertura das partes I, II e III)

A265 Agenda Juventude Brasil : leituras sobre uma década de mudanças /
Organizadores: Diógenes Pinheiro ... [et al] . – Rio de Janeiro :
Unirio, 2016.
185 p. ; il. ; 30 cm

ISBN: 9788561066574.

1. Agenda Juventude Brasil - Pesquisa. 2. Jovens - Educação -
Brasil. 3. Jovens - Conduta. 4. Política pública – Participação de
jovens. 5. Identidade (Psicologia) em jovens. I. Pinheiro, Diógenes.
II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD – 305.230981

.....
Este livro foi composto em Trade Gothic
9.8/15, impresso em papel offset 90g/m²,
no outono de 2016, na gráfica J.Sholna.
.....



**PUBLICAÇÃO DO GRUPO DE PESQUISA
“JUVENTUDE: POLÍTICAS PÚBLICAS, PROCESSOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO”**

.....
PESQUISADORES

Ana Laura Lobato

Anna Luiza Salles Souto

Diógenes Pinheiro

Eliane Ribeiro

Elisa Guaraná de Castro

Felipe da Silva Freitas

Gustavo Venturi

Helena Abramo

José Reinaldo Riscal

Maria Carla Corrochano

Maria Virginia de Freitas

Regina Novaes
.....